



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DA AMAZÔNIA**

FRANCIVALDO ALVES NUNES

**A SEMENTE DA COLONIZAÇÃO:
Um estudo sobre a Colônia Agrícola Benevides (Pará, 1870-1889)**

Belém
2008

FRANCIVALDO ALVES NUNES

A SEMENTE DA COLONIZAÇÃO:
Um estudo sobre a Colônia Agrícola Benevides (Pará, 1870-1889)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Pará, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em História Social da Amazônia.

Orientadora: Professora Doutora Franciane Gama Lacerda

Belém
2008

FRANCIVALDO ALVES NUNES

A SEMENTE DA COLONIZAÇÃO:
Um estudo sobre a Colônia Agrícola Benevides (Pará, 1870-1889)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Pará, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em História Social da Amazônia. Orientadora: Professora Doutora Franciane Gama Lacerda

Banca de Defesa: ____/____/2008.

Banca Examinadora:

Professora Doutora Magda Maria de Oliveira Ricci
(Membro – UFPA)

Professora Doutora Márcia Maria Menendes Motta
(Membro - UFF)

Professora Doutora Leila Mourão
(Suplente - UFPA)

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

(Biblioteca de Pós-Graduação de IFCH/UFPA, Belém-PA)

Nunes, Francivaldo Alves

A semente da colonização: um estudo sobre a Colônia Agrícola Benevides (Pará, 1870-1889) / Francivaldo Alves Nunes; orientadora, Franciane Gama Lacerda. - Belém, 2008

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2008.

1. Colonização agrária - Benevides (PA) - História. 2. Colônias agrícolas - Benevides (PA). 3. Imigrantes - Benevides (PA). I. Título.

CDD - 22. ed. 325.38115

Ao querido tio e amigo Domingos Nunes (in memoriam), quem
devo muitas lições de vida.

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho de pesquisa envolveu pessoas e instituições a quem sou grato pelo auxílio. A princípio agradeço a Secretaria de Estado de Educação do Pará (SEDUC) e a Secretaria Municipal de Educação do Município de Belém (SEMEC), pela licença das atividades de docente, o que nos possibilitou maior dedicação ao curso. No caso da SEDUC agradeço ainda a bolsa concedida durante todo o período de formação, nos dando maior tranquilidade na execução das tarefas de pesquisa.

A orientadora e amiga Franciane agradeço a forma generosa como orientou este trabalho. Sua sensibilidade de dizer as palavras certas nos momentos mais apropriados, não apenas ajudou a dar rumo à pesquisa, mas também me deu segurança de novas investidas como pesquisador.

Agradeço aos professores do Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, com registro especial ao prof^o Rafael que acreditou e defendeu este trabalho desde o início; a prof^a Magda pela forma atenciosa dispensada ao longo do curso; a prof^a Leila sempre disposta à indicação de leituras; ao prof^o Gaia pelo entusiasmo e apoio, e ao prof^o Maia pelas preciosas indicações, quando do exame de qualificação.

Agradeço ao ITERPA, através da sua presidência, por colocar a disposição o acervo documental do instituto, ao Dr. Edmilson, responsável pelo arquivo, e atendente Maria José, dos quais aprendi muito sobre a documentação fundiária do Pará.

Não poderia deixar citar os colegas do “copo sujo”: Marly, Júnior, Aldair, Cinei e Tony, pela boa companhia; a amiga Daniele pelas fontes e dicas de pesquisa e ao amigo Humberto pelas agradáveis conversas.

Aos colegas professores da SEMEC e SEDUC o meu agradecimento pelo apoio, em especial aos professores Dilermando, Márcia e Madalena.

Tenho um agradecimento especial a minha família: Socorro, Dorinha, Alfredo, Dadá, Lêda, Damyles, Danyles, Danylw e Naldo; pessoas que estiveram sempre dispostas a me apoiar.

A todos compartilho a alegria de ter realizado este trabalho.

SUMÁRIO

Resumo.....	08
Abstract.....	09
Lista de quadros e figuras.....	10
 Introdução.....	 12
 Capítulo I: Facilidade, Prontidão e Abundância.....	 22
1. As terras de inesgotáveis riquezas.....	22
2. Planos de colonização.....	34
 Capítulo II: Princípio e Existência.....	 49
1. Os colonos.....	49
2. Os difíceis trabalhos das brigadas.....	60
3. Construções mais sólidas.....	71
4. A lida com a terra.....	77
5. Difícil permanência.....	84
 Capítulo III: Por um importante centro da lavoura.....	 103
1. O aproveitamento dos colonos nacionais.....	103
2. Recebimento e acomodação.....	114
3. Condições de permanência.....	120
4. A disposição dos interesses do governo.....	126
5. Cultivo.....	142
6. Conflitos	152
7. Entre acusações e defesas.....	164
8. Outras ações, mesmas perspectivas.....	172
 Conclusão.....	 186
Fontes.....	188
Bibliografia.....	197
Anexos.....	205

RESUMO

Este estudo procura compreender o processo de colonização agrícola no Pará nas ultimas décadas do Império, tendo como referência o Núcleo Benevides. Procuramos analisar não apenas os interesses, como também às formas de ocupação, os critérios de escolhas dessas áreas, os tipos de plantio, sementes, tamanho dos terrenos, as exigências para distribuição dos lotes e permanência nas áreas de colonização, mas também o posicionamento dos colonos frente a essas questões, uma vez que entendemos que o aspecto tomado pelo núcleo agrícola reflete a relação da legislação e das medidas pensadas para administrar esse espaço, mas igualmente o modo de vida adotado pelos colonos.

Palavras-Chave

Núcleos coloniais; Agricultura; Migrantes e Imigrantes; Pará; Século XIX.

ABSTRACT

This dissertation focuses on the agricultural colonization in the State of Pará (Brazil) in the last decades of the nineteenth-century, taking as reference the locality of Benevides. It examines not only the interests concerned in the ways of occupation, the principles which presided over the selection of the colonial areas, the types of planting, size and distribution of the land, but also the way the settlers understood these processes. Thus, we assume that the occupation of these colonies reflected the relationship between the laws and official measures designed to manage them, and the way of life adopted by the settlers themselves.

Key-words

Colonies; Agriculture; Migrants and Immigrants; Pará; nineteenth century.

LISTA DE QUADROS E FIGURAS

01. Quadro: Imigrantes na Colônia Benevides em 13 de junho de 1875.....	49
02. Quadro: Entrada de imigrantes na Colônia Benevides, 2º semestre de 1875.....	50
03. Quadro: Ocupações de imigrantes conduzidos a Colônia Benevides, 1875.....	53
04. Quadro: Imigrantes conduzidos a Colônia Benevides até agosto de 1876.....	56
05. Quadro: Ferramentas e utensílios da Colônia Benevides em 03/06/1875.....	66
06. Quadro: Distribuição de ferramentas e utensílios na Colônia Benevides, 1875.....	67
07. Figura: Transportes em Seirões, 1876.....	91
08. Figura Mapa da Colônia Benevides, 1876.....	94
09. Quadro: Imigrantes na Colônia Benevides em 1º de janeiro de 1875.....	96
10. Quadro: Trabalhos executados nos lotes em 1876.....	100
11. Quadro: Movimento de pessoal na Colônia Benevides até 02/1877.....	102
12. Quadro: Migrantes matriculados na Colônia Benevides entre 04/1878 a 02/1879...	127
13. Quadro: Óbitos na Colônia Benevides entre 18/06/1878 a 28/05/1879.....	129
14. Quadro: Movimento do Hospital Carmelitano, de 01/09/1878 a 28/02/1879.....	130
15. Quadro: Lotes preparados para cultivo na Colônia Benevides em 1878.....	136
16. Quadro: Construções particulares no povoado Nossa Senhora do Carmo, 1879.....	137
17. Quadro: Administração da Colônia Benevides em 02/1879.....	138
18. Quadro: Calendário agrícola.....	150
19. Quadro: Lotes cultivados ou em condições de cultivo, 1881.....	174
20. Quadro: Ocupação dos lotes agrícolas da Colônia Benevides até 1889.....	179
21. Figura: Colônia Benevides, final do século XIX.....	184
22. Quadro: Imigrantes que seguiram para a Colônia Benevides em 1875.....	204
23. Quadro: Ocupação dos lotes agrícolas da Colônia Benevides até 1889.....	211
24. Figura: Ocupação cearense nos arredores de Belém.....	222
25. Figura: Derrubadas para plantações no Nordeste do Pará.....	222

26.	Figura: Plantação de cana no Nordeste do Pará.....	223
27.	Figura: Plantação de milho e feijão no Nordeste do Pará.....	223
28.	Figura: Localização da Região Nordeste do Pará.....	224
29.	Figura: Localização da Colônia Agrícola Benevides.....	225
30.	Figura: Posição da Colônia Benevides em relação à Capital do Pará.....	226

INTRODUÇÃO

Os primeiros raios de sol da manhã de domingo, 13 de junho de 1875, ainda não haviam aparecido e uma grande caravana se organizava para inaugurar a primeira colônia agrícola da Zona Bragantina, Nordeste do Pará; numa região concebida, principalmente pelas autoridades provinciais, como “espaço de riqueza e prosperidade para a Província”.¹ Expressões como “terras férteis”, “matas virgens”, “vastas terras” e “riquíssimo e fecundo solo”, indicavam a região onde deveria ser implantado o Núcleo Colonial de Benevides.²

Às duas horas da madrugada de domingo o Presidente da Província do Pará, Francisco Maria Corrêa de Sá e Benevides, em companhia do Presidente da Câmara Municipal de Belém, do Comandante das Armas e de vários chefes de repartições públicas, ao som de fogos de artifícios, tiros de canhões e de uma alegre banda de música, partiam em caravana do porto de Belém. A viagem até a colônia agrícola dividia-se em duas etapas: uma primeira utilizando embarcações e uma segunda por via terrestre. A primeira etapa que havia sido feita a bordo do vapor *Pará*, se estendia até a pequena localidade de Marituba; a partir daí seguia-se pela estrada que ligava o pequeno povoado a Colônia Benevides. A chegada a Marituba deu-se às sete e meia da manhã de domingo, sendo que uma hora depois o Presidente da Província e sua comitiva seguiram viagem por uma “estrada estreita e erizada de obstáculos”, chegando à colônia às dez e meia da manhã.³

A notícia da chegada da comitiva que trazia as principais autoridades do Pará agitava os moradores da Colônia Benevides desde as primeiras horas da manhã. Os colonos estrangeiros Francisco Martins, Antonio Simão, Emile Lem, Pierre Bechat, Florentino Gutierrez, Jacques Louis Corintis e os colonos nacionais cearenses Benedito Corrêa Lima, Vicente Ferreira de

¹ PARÁ. *Relatório apresentado a Assembléia Legislativa Provincial na primeira sessão da 19ª legislatura pelo Presidente da Província do Pará, Exmo. Sr. Dr. Pedro Vicente de Azevedo, em 15 de fevereiro de 1874*. Pará, Typ. do Diário do Gram-Pará, 1874, p. 62.

² Como exemplo do uso dessas expressões, ver: PARÁ. *Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Guilherme Francisco Cruz 3º Vice-Presidente passou a administração da Província ao Exmo. Sr. Dr. Pedro Vicente de Azevedo em 17 de janeiro de 1874*. Typ. do Diário do Gram-Pará, 1874, p. 15.

³ CRUZ, Ernesto. *Historia do Pará*. Coleção Amazônica: Coleção José Veríssimo. 1963, p. 674.

Souza, Cosme Ferreira da Silva, dentre outros, aguardavam com expectativa a comitiva para início da inauguração. Os festejos foram marcados, inicialmente, pela entrega dos títulos provisórios de propriedade, que lhes davam o direito de cultivar um lote de terra medindo 150 braças de frente por 300 de fundo, entregues pessoalmente pelo Presidente do Pará.⁴

Após a distribuição de títulos, seguiu-se um longo pronunciamento de Francisco Maria de Sá e Benevides que, levando em consideração os propósitos de criação do núcleo, chamava os colonos para “essa nova empreitada em defesa da agricultura, do povoamento e da substituição da cobertura vegetal de floresta por plantações de gêneros agrícolas”; discurso que foi defendido pela presidência da Província no relatório apresentado a Assembléia Legislativa em 15 de fevereiro de 1876.⁵ O terceiro momento da cerimônia foi bastante emblemático dando conta de evocar os propósitos da inauguração da colônia. Na ocasião, o Presidente do Pará, tomando um machado feria com um golpe uma das árvores da colônia, numa visível demonstração das possibilidades de desenvolvimento agrícola construído pelo trabalho diário do lavrador. Gesto repetido por diversas autoridades que se encontravam na inauguração.⁶

A Colônia Benevides estava inaugurada e nas palavras do então Presidente da Província estava lançada “*a semente da colonização* na estrada de Bragança”.⁷ No calendário das autoridades do Pará o 13 de julho de 1875 representava o início de mais uma etapa na tentativa de se desenvolver a lavoura e a conseqüentemente inserção da Província no plano de reformas da agricultura no Brasil. As reformas a que se referia o governo do Pará constituíam-se de algumas medidas de fomento a atividade agrícola no país, como a implantação de um sistema de crédito agrícola; o melhoramento dos meios de ligação entre os centros produtores agrícolas e os locais de venda e consumo; o desenvolvimento do ensino agrícola; a necessidade de um aumento da produção; a necessidade de uso de novas técnicas de plantio, manipulação de sementes, utilização de adubos e inseticidas; além da exploração intensiva do solo.⁸

⁴ CRUZ, Ernesto. *A Estrada de Ferro de Bragança: Visão Social, Econômica e Política*. Belém: Falângola, 1955, p. 06.

⁵ PARÁ. *Relatório apresentado pelo Exmo. Sr. Dr. Francisco Maria Corrêa de Sá e Benevides, Presidente da Província do Pará, á Assembléia Legislativa Provincial na sua sessão solene de instalação da 20ª legislatura, no dia 15 de fevereiro de 1876*. Pará, 1876, p. 49.

⁶ Ata de instalação da Colônia Benevides, citada por: CRUZ, Ernesto. *A Estrada de Ferro de Bragança: Visão Social, Econômica e Política*, p. 07.

⁷ PARÁ. *Relatório apresentado pelo Exmo. Sr. Dr. Francisco Maria Corrêa de Sá e Benevides, Presidente da Província do Pará, á Assembléia Legislativa Provincial na sua sessão solene de instalação da 20ª legislatura, no dia 15 de fevereiro de 1876*. Pará, 1876, p. 49.

⁸ Para uma leitura sobre os programas de reforma agrícola ver: LOURENÇO, Fernando Antonio. *Agricultura Ilustrada e escravidão nas origens da questão agrária brasileira*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

De fato, alguns anos depois da implantação da Colônia Benevides, o Barão de Marajó, Presidente do Pará em 1879, acreditava que essa iniciativa de construção de núcleos de colonização não apenas consolidaria o “talento” do Pará como área de desenvolvimento agrícola capaz de abastecer os mercados das diversas provinciais do Norte do país, mas também, garantia a posse de novas terras, a partir do alargamento dos limites das plantações agrícolas e a conseqüente ocupação de áreas nas cercanias de Belém. Para o Presidente da Província assegurava-se também o controle de grandes extensões de terras de florestas públicas; associado ainda as vantagens advindas da valorização dessas terras com a extração de produtos florestais, como a criação de novos espaços de colonização, e com a utilização de outras técnicas de cultivo desassociada do modo de plantio dos grupos indígenas.⁹

Atento ao contexto que envolve os programas de colonização no Brasil de finais do século XIX, este trabalho discute algumas questões que nos parecem relevantes para o entendimento do processo de colonização na Província do Pará. A primeira está relacionada às peculiaridades em se promover reformas na agricultura numa região caracterizada pelo predomínio do extrativismo e pela adoção de técnicas de cultivos baseadas na derrubada e queima da floresta. Outra questão diz respeito à compreensão das medidas adotadas pelo governo provincial para associar a expansão das áreas agrícolas com a política de colonização para a Amazônia, que se afirmava através do povoamento e a conseqüente ocupação de áreas de floresta públicas. E um terceiro questionamento diz respeito à situação de vida dos colonos que passam a viver no interior dessa colônia.

Através do estudo da Colônia Benevides procuramos compreender o processo colonização agrícola no Pará e as muitas relações em torno disso; o que exige conhecer o contexto em que os núcleos coloniais são implantados, os argumentos que são utilizados para a defesa de sua implantação e o que se pretende com essas ações. Atentamos ainda para os trabalhadores que irão ocupar esses espaços; as perspectivas que se constroem em torno desses indivíduos e também o modo de vida e as experiências desses colonos no espaço do núcleo colonial.

Estudos sobre os programas de colonização no Brasil, no caso dos núcleos coloniais, são costumeiramente associados às experiências de trabalho livre no período escravista. Nesse sentido é recorrente a utilização dos estudos de Emília Viotti da Costa sobre São Paulo,¹⁰

⁹ PARÁ. *Falla com que Excelentíssimo Senhor Doutor José Coelho da Gama e Abreu, Presidente da Província, abriu a 2ª sessão da 21ª legislatura da Assembléia Legislativa da Província do Gram-Pará, em 16 de junho de 1879.* Pará, 1879.

¹⁰ COSTA, E. Viotti. *Da Senzala à Colônia.* São Paulo: Unesp, 1998.

Fernando Henrique Cardoso sobre o Rio Grande do Sul,¹¹ Octavio Ianni sobre o Paraná¹² e os trabalhos mais gerais de Paula Beiguelman¹³ e Florestan Fernandes,¹⁴ para compreender o contexto e os elementos que justificariam a criação das colônias agrícolas. Esses trabalhos têm em comum a preocupação em entender a repercussão do escravismo no desenvolvimento geral da economia brasileira; enfatizando a concepção de que as experiências de trabalho livre surgiriam como conseqüências sociais e econômicas da escravidão.

Análise das conseqüências da escravidão para o desenvolvimento econômico do país tinha sido um caminho já percorrido por Caio Prado Júnior. Utilizando categorias marxistas este autor afirmava suas concepções na valorização do estudo sobre modelo de produção escravista em detrimento de outras experiências de trabalho e conseqüentemente reforçava o debate da dependência do trabalho livre em relação ao escravo. Suas conclusões davam conta de que apenas depois de suprimida a importação de escravos é que começava a surgir às primeiras proposições de uso do trabalho livre, chegando inclusive a afirmar que “somente depois de 1850 quando se passa a reprimir efetivamente o tráfico é que outras experiências de trabalho entram em debate”.¹⁵

Ciro Flamarion Cardoso,¹⁶ com o conceito de “brecha camponesa” descobria provas empíricas de escravos trabalhando na lavoura de pequena propriedade ou desenvolvendo atividades fora dos grandes centros de produção, situação que expunha a fragilidade de se entender as diversas experiências de trabalho livre como apenas resultado do modelo de produção escravista. Por outro lado, esse trabalho tinha o mérito de valorizar abordagens sobre diferentes experiências de trabalho desenvolvidas durante a escravidão. Nesse contexto destaca-se o trabalho de Maria Sylvia de Carvalho Franco¹⁷ e Peter Eisenberg¹⁸ que tinha o propósito de apresentar a importância do trabalho livre para o próprio desenvolvimento da produção escravista; o que demonstrava que o entendimento do período escravista no Brasil

¹¹ CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional*. São Paulo: Paz e Terra, 1962.

¹² IANNI, Octavio. *As metamorfoses de escravo. Apogeu e crise da escravatura no Brasil Meridional*. São Paulo: Hucitec, 1962.

¹³ BEIGUELMAN, Paula. *A formação do povo no complexo cafeeiro: aspectos políticos*. São Paulo: Pioneira, 1968.

¹⁴ FERNANDES, Florestan. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Difusão Européia do livro, 1972.

¹⁵ PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 19.

¹⁶ CARDOSO, Ciro Flamarion. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1979. _____. *Escravo ou camponês. O protocampesinato negro nas Américas*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1987.

¹⁷ FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na sociedade escravocrata*. São Paulo: Ática, 1969.

¹⁸ EISENBERG, Peter. “O Homem Esquecido: o trabalhador livre nacional no século XIX. Sugestões para uma pesquisa”. IN: *Homens esquecidos, Escravos e Trabalhadores Livres no Brasil. Séculos XVIII e XIX*. Campinas (SP): Editora da UNICAMP, 1989.

exigia um estudo muito mais complexo, que levassem em considerações as diversas experiências e relações de trabalho.

Trabalhos que analisam mais diretamente os núcleos coloniais da segunda metade do século XIX têm apontado o surgimento dessas experiências de uso da mão-de-obra livre, considerando a abordagem não da dependência do trabalho livre com a escravidão, ou seja, de que os núcleos coloniais teriam seu surgimento para complementar demandas não atendidas pelo sistema escravista. Estas outras abordagens têm apontado o surgimento dos programas de colonização nos últimos anos do Império como consequência da própria decadência do trabalho escravo no Brasil. Nessa perspectiva José Evandro Vieira de Melo analisa o processo de fragmentação fundiária em Lorena, São Paulo; o que lhe possibilita identificar a criação dos núcleos coloniais como parte da política de imigração desenvolvida no Brasil para atrair colonos para a lavoura cafeeira.¹⁹ Perspectiva também compartilhada por E. Fellipini quando estuda o núcleo colonial Barão de Jundiá²⁰ e Regina Maria d'Aquino Gadelha quando analisa a colonização de São Paulo como uma relação entre os núcleos coloniais e o processo de acumulação cafeeira.²¹

Considerando que parte da historiografia, principalmente do sudeste, tem apresentado os núcleos coloniais e as experiências de trabalho livre numa associação com a crise escravista, e em certa medida dependente do modelo de produção escrava; na Amazônia destacaram-se abordagens que valorizavam as experiências de implantação de colônias agrícolas como consequência do desenvolvimento da produção extrativa da borracha. Roberto Santos estudando a economia da Amazônia ao longo do século XIX atribui a criação dos programas de colonização agrícola como consequência da crise da agricultura na região, visto que parcela significativa de trabalhadores agrícolas haviam se deslocados para as áreas de atração da borracha.²² Esta posição foi também compartilhada por Bárbara Weinstein.²³ Ambos identificam uma carência de trabalhadores agrícolas e nesse sentido as políticas de colonização estariam condicionadas as demandas da economia extrativa. Trabalhos como o de

¹⁹ MELO, José Evandro Vieira de. "Fragmentação fundiária e formação de núcleos coloniais: os pequenos fornecedores de cana do Engenho Central de Lorena, no final do século XIX". In: MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro; AMARAL, Vera Lúcia (Org.). *História Econômica: Agricultura, Indústria e Populações*. São Paulo, Alameda, 2006, pp. 267-282.

²⁰ FELLIPINI, E. *Terra, Família e Trabalho: O Núcleo Colonial de Jundiá 1887-1950*. São Paulo, USP, Dissertação de Mestrado em História, 1990.

²¹ GADELHA, Regina Maria d'Aquino Fonseca. *Os núcleos coloniais e o processo de acumulação cafeeira (1850-1920), contribuições ao estudo da colonização de São Paulo*. São Paulo, USP, Tese de Doutorado em História, 1982.

²² SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. *História Econômica da Amazônia, 1800-1920*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

²³ WEINSTEIN, Bárbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência*. São Paulo: Hucitec, 1993.

Samuel Benchimol²⁴ e Ernesto Cruz²⁵ não se furtam a esse debate. No caso de Ernesto Cruz acrescenta-se a perspectiva de que os programas de colonização eram resultados também de uma visão empreendedora dos governantes locais em defesa do povoamento da região.

Embora a historiografia tenha consolidado abordagens que evidenciam os núcleos coloniais como parte da política de imigração desenvolvida pelos governos central e provincial para atender a uma demanda de braços para a grande lavoura,²⁶ nos parece que essa perspectiva não abarca a problemática na Província do Pará. Outros aspectos devem ser levados em consideração. Nesse sentido, nosso foco de discussão se volta para o estudo dos núcleos coloniais tendo a preocupação de entender esses programas, não como resultado da ação empreendedora dos “iluminados” governantes locais ou simplesmente como resultado da demanda de mão-de-obra para as grandes propriedades. O controle sobre a atividade agrícola e as extensas áreas de floresta parecem serem questões a se considerar. Tratando-se de uma região onde as matas constituem reservas especiais de recursos naturais, a autoridade provincial tinha todo o interesse em promover a transformação desse espaço; o que implicava exercer o domínio dessas áreas. Nesse aspecto, procuramos demonstrar que as ações do governo em promover a implantação dos núcleos coloniais devem ser compreendidas, no caso da Colônia Benevides, como consequência dos interesses construídos em torno da ocupação e controle das terras de floresta.

Conhecer o processo de implantação dos núcleos coloniais implica em compreender os significados construídos sobre a agricultura durante a implantação desses programas. Isso exige analisar os interesses quanto às normas que determinavam as formas de ocupação, os critérios de escolhas dessas áreas, os locais destinados às atividades agrícolas, os tipos de plantio, sementes, tamanho dos terrenos, os critérios para distribuição dos lotes e as exigências para permanência nas áreas de colonização.²⁷ Esses interesses devem ser pensados

²⁴ BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia – Formação Social e Cultural*. Manaus: Valer, 1999. _____. *Estrutura Geo-Social e Econômica da Amazônia*. Manaus: Governo do Estado do Amazonas, 1966.

²⁵ CRUZ, Ernesto. *A estrada de ferro de Bragança: visão social, econômica e política*. _____. *Colonização do Pará*. Belém: Conselho Nacional de Pesquisa / Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, 1958.

²⁶ Para uma política de imigração e núcleos coloniais: BEIGUELMAAN, P. *A Formação do Povo no Complexo Cafeeiro*. São Paulo: Editora Pioneira, 1977. COSTA, E. Viotti. Op. cit. _____. *Da Monarquia a República: Momentos decisivos*. São Paulo: UNESP, 1999. MARTINS, José de Souza. *A Imigração e a crise do Brasil Agrário*. São Paulo: Pioneira, 1973. SOUZA, J. S. de. *Imigração e Colonização em um município açucareiro*. São Paulo, USP, Dissertação de Mestrado, 1977.

²⁷ Compartilhamos aqui o conceito de colonização no sentido de ocupação territorial, combinado com a idéia de desenvolvimento de uma atividade econômica. Nesse aspecto, nos aproximamos do entendimento de Raymundo Laranjeiras que definia colonização como “programas e projetos de subdivisão de grandes propriedades por meio de organização pública, visando à colocação de famílias de agricultores nos lotes assim criados, e o desenvolvimento de atividades de auxílios, assistência e supervisão, a fim de estabelecer nestas áreas comunidades de pequenos proprietários rurais”. LARANJEIRAS, Raymundo. *Colonização e reforma agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983, pp. 3-4. Trecho citado em: GREGORY, Valdir.

relacionando-os com os valores e significados atribuídos pelos colonos. Nesse sentido, trabalhamos na perspectiva de que as ações desses indivíduos no interior dos núcleos coloniais não devem ser pensadas de forma isolada da legislação criada em torno dos programas de colonização, mas se constituirá em oposição, ou não, aos limites impostos pelas autoridades, dependendo dos interesses de cada grupo.²⁸ O processo de implantação e consolidação da Colônia Benevides, portanto, reflete a relação entre as legislações pensadas para administrar esse espaço e os modos de vida dos colonos, constituindo “um conjunto complexo ao mesmo tempo de receitas técnicas e de costumes”.²⁹

Considerando que o processo de colonização através da criação dos núcleos coloniais deve ser compreendido não apenas do ponto de vista das instituições, mas também dos valores atribuídos pelos colonos, procuramos, a princípio, relacionar a implantação da Colônia Benevides aos interesses da administração provincial e do Império em torno de um programa de reforma da agricultura e da criação desses espaços de colonização. Nesse aspecto recorreremos aos relatórios da administração do governo imperial, em especial do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, debatidos na Assembléia Geral Legislativa, e os relatórios e pronunciamentos do governo do Pará. No caso dos relatórios do Ministério da Agricultura, estes são analisados na perspectiva de se entender as proposta de colonização do governo imperial e os interesses da Coroa em torno da atividade agrícola. Os relatórios e pronunciamentos das autoridades provinciais permitiram além de outras discussões, investigar os resultados da política de implantação dos núcleos coloniais e que teria nas províncias o seu espaço de execução. Importante destacar que esta documentação se caracteriza quase sempre como um balanço anual ou de governo, feito no término de um mandato e no início de outro. Não resta dúvida de que expressa a imagem que cada governante teve de seu mandato, e conseqüentemente de si mesmo. Nesse sentido, não se analisou essa documentação como

“Colonização”. In: MOTTA, Márcia (ORG.). *Dicionário da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 100.

²⁸ A compreensão e a apropriação que os colonos farão dos sistemas normativos nos quais estão inseridos serão elementos fundamentais para a definição das práticas e estratégias de sobrevivência. Aqui utilizamos as reflexões de Thompson sobre cultura popular, “não situada dentro do ambiente dos significados, atitudes, valores, mas localizado dentro de um equilíbrio particular das relações sociais”. THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998, p. 17.

²⁹ Aspectos exteriores da vida rural, em especial as legislações que são criadas nos gabinetes dos governos e os costumes propriamente agrários são duas questões que os historiadores do mundo rural devem estar atentos; alerta Marc Bloch. Acreditamos que esse cuidado deve ser tomado no estudo da colonização agrícola no Pará, ou seja, pensar a colonização na Amazônia não é pensar apenas nas legislações que são construídas em torno desses programas, mas numa complexa relação, como afirmou Bloch, que envolve “receitas técnicas e costumes”. BLOCH, Marc. *A terra e seus homens: Agricultura e vida rural nos séculos XVII e XVIII*. São Paulo: Edusc, 2001, p. 135.

descrição fiel dos problemas e das realizações governamentais, mas como textos que evidenciam, entre outras coisas, embates entre grupos e facções políticas.

Além desses registros outra documentação produzida pelos poderes públicos, no caso os Ofícios, Avisos e Cartas foram analisados. A perspectiva era de encontrarmos registros, não apenas das estratégias do poder público na implantação de suas ações, mas também, perceber o que estava sendo construído fora da estrutura de governo que eram registrados pelas autoridades.

Um outro registro utilizado foram os jornais. Considerados como espaços privilegiados para o exercício de discussões e posicionamentos, os jornais *A Província do Pará*, *Diário de Belém*, *A Constituição* e *O Liberal do Pará* foram analisados na perspectiva de se entender os valores que se formaram em torno da colonização agrícola e que eram reproduzidos nos discursos da imprensa. Os jornais também nos ajudaram a identificar as ações desenvolvidas, tanto pelo poder público como pelos colonos, e como estas ações repercutiam nesses periódicos.³⁰

Outra questão a ser abordada a partir da documentação pesquisada corresponde à vida dos colonos no espaço dos núcleos coloniais. A formação dos longos e quase sempre conflituosos caminhos no meio da mata que serviam de demarcação dos terrenos; o uso de mourões, mudados de dias em dias, como prova de que estava na hora de aumentar os limites das propriedades; a retirada da madeira para a venda a partir de produtos como: lenha para o carvão; os cipós; palhas; cavacos; além de frutas e todo e qualquer produto da floresta, são algumas das muitas situações que envolviam esses colonos e que ajudam a explicar o processo de implantação da Colônia Benevides. Assim um *corpus* documental importante foi o constituído por Autos Crimes envolvendo moradores de Benevides, Abaixo-Assinados, Requerimentos e Comunicações da diretoria da colônia. Considerando que o estudo de ações locais nos possibilita uma verificação e reinterpretação de questões mais generalizantes, examinamos esta diversificada documentação. Nossa perspectiva era compreender que as

³⁰ Os jornais *A Província do Pará*, *O Liberal do Pará*, *A Constituição* e *Diário de Belém* normalmente constituíam periódicos ligados a grupos políticos. No caso de *A Província do Pará*, jornal de circulação diária e fundado em 1876 por Joaquim José de Assis, nas décadas de 60 e 70 do século XIX assume posição de órgão do Partido Liberal; posição compartilhada no mesmo período com *O Liberal do Pará* (1869-1889) controlado por Manoel Antonio Monteiro. *A Constituição* (1874-1886) órgão político de propriedade do conservador Manoel José de Siqueira Mendes apresentava publicações vespertina. *Diário de Belém* (1868-1892) apresentava uma estrutura que não divergiam dos demais; no caso apresentavam sessões de política, noticiosa e comercial; este jornal era redigido pelo bacharel Antonio Francisco Pinheiro, tendo posteriormente tornado-se órgão especial do comércio. GOVERNO DO PARÁ. *Jornais Paraóaras: catálogo*. Belém: Secretaria de Estado de Cultura, Desporto e Turismo, 1985, p. 55-56, 66,73-74, 83. Manoel Barata em estudo sobre os periódicos do Pará identifica o jornal *Diário de Belém* como ligado ao Partido Conservador. BARATA, Manoel. "Jornais, revistas e outras publicações periódicas (1822 a 1908)". In: *Formação Histórica do Pará*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1973, p. 243-254.

experiências nas quais os colonos se viam envolvidos, embora se afirmassem em práticas locais, possibilitava entender uma realidade histórica mais ampla.³¹

Com esses objetivos procuramos apresentar o estudo sobre a Colônia Benevides destacando no primeiro capítulo os diversos interesses em torno da criação dos núcleos coloniais. Nesse aspecto são analisadas as condições material que possibilitaram a implantação do núcleo agrícola na chamada Zona Bragantina. A fertilidade da terra, os recursos florestais, as situações climáticas e as proximidades com Belém são algumas questões que procuramos apresentar dentro de um debate que envolve diversos interesses, e que ajudam a entender não apenas o espaço de implantação da colônia, mas também os planos de colonização, que tem na criação do núcleo agrícola a sua possibilidade de execução.

Para as autoridades provinciais a *facilidade, prontidão e abundância*, expressões que dão título ao primeiro capítulo, constituiriam o resultado da intervenção do governo no processo de colonização da Zona Bragantina. *Facilidade*, pois através dos núcleos coloniais o governo deveria assegurar, não apenas as terras para o plantio, mas o preparo dos terrenos para o exercício do cultivo; *prontidão*, pois esse núcleo estaria sempre preparado para receber novos colonos e *abundância* que constituía a característica natural da região formado por um solo fértil e dotado de muitas riquezas naturais. A apresentação destas perspectivas construídas pelas autoridades províncias, em torno da Zona Bragantina, e a sua relação com os planos de colonização pensados para o controle desse espaço constituirá, portanto, o esforço maior nesse primeiro momento.

Para o segundo capítulo destacamos aquilo que os colonos estrangeiros consideravam como *princípio e existência* do núcleo agrícola, e que eles reconheciam como resultados da vida diária no interior da colônia. Tratava-se dos trabalhos derrubada das matas, abertura de estradas e ruas, a limpeza dos lotes, construção das casas, preparação dos terrenos para o plantio e do enfrentamento das doenças, que vez por outra abatia um ou mais colonos. Estes aspectos são analisados levando em consideração a atuação dos colonos nessas diferentes atividades, a ação do governo que buscava o controle sobre essas atividades, e os diferentes discursos construídos em torno do uso do imigrante estrangeiro na colonização agrícola.

No terceiro capítulo nos preocupamos em apresentar as ações do governo provincial *por um importante centro da lavoura* e a respostas dos colonos diante dessas ações. As proposições de uso do colono nacional nas ocupações dos lotes agrícolas, os programas de recebimento e acomodação, à construção de vias de acesso e outras obras públicas são

³¹ LEVI, Giovanni. "Sobre a micro-história". In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1993, pp. 133-161. REVEL, Jacques. *A invenção da sociedade*. Lisboa, Difel, 1989.

algumas questões apresentadas no sentido de entender as perspectivas construídas em torno da colônia, e que acreditamos estavam relacionadas ao propósito do governo em transformar esse espaço no principal centro de produção de gêneros agrícolas da Província. Os conflitos, as ações de revolta e os acordos estabelecidos entre os colonos e as autoridades provinciais constituem situações que também foram analisados não apenas para ilustrar as relações estabelecidas durante o processo de construção da colônia, mas procurou-se mostrar que a constituição do núcleo era resultado dessas relações.

CAPÍTULO I

Facilidade, Prontidão e Abundância

1. As terras de inesgotáveis riquezas

Terrenos “convenientemente acidentados e sobranceiros a toda sorte de inundação”; “solo profundamente coberto ou composto, pela maior parte, de húmus, que o torne extraordinariamente fecundo”; “florestas ricas de madeiras, as mais estimadas”; “águas salutíferas, postas em abundância”; “clima e ar fresco” e “rios onde vapores pudessem navegar facilitando a comunicação com a capital” são algumas das condições, apresentadas em 1874 pelo Presidente Pedro Vicente de Azevedo, como indicativo do local mais apropriado para implantação de núcleos coloniais.³²

Os critérios defendidos por Pedro Vicente de Azevedo, não divergiam de seu antecessor. Para o Vice-Presidente Guilherme Francisco Cruz, que administrara a Província de 31 de dezembro de 1873 até 17 de janeiro de 1874, não havia local mais adequado para implantação de núcleos coloniais do que os terrenos da estrada de Bragança.³³ Nesse caso fazia referência as terras localizadas no Nordeste do Pará e que em 1873 correspondia às comarcas de Vigia, Bragança e parte da comarca de Belém.³⁴

³² PARÁ. *Relatório apresentado a Assembléia Legislativa Provincial na primeira sessão da 19ª legislatura pelo Presidente da Província do Pará, Exmo. Sr. Dr. Pedro Vicente de Azevedo, em 15 de fevereiro de 1874*. Pará, Typ. do Diário do Gram-Pará, 1874, p. 63.

³³ PARÁ: *Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Guilherme Francisco Cruz 3º Vice-Presidente passou a administração passou a administração da Província ao Exmo. Sr. Dr. Pedro Vicente de Azevedo em 17 de janeiro de 1874*. Pará, Typ. do Diário do Gram-Pará, 1874, p. 15.

³⁴ Segundo dados do recenseamento de 1873 as comarcas da Capital, com uma população 63.465; de Bragança com 15.744 e Vigia com 20.007, constituíam as principais comarcas da Província do Pará. A da Capital era formada pelos municípios de Belém, sede da comarca, do Acará, de Ourém e do Guamá; possuía quinze freguesias: Nossa Senhora da Graça da Sé - fundada em 1616, Sant’Anna da Campina – criada em 1727, Trindade - criada pela lei provincial 63 de 04 de setembro de 1840, Nossa Senhora de Nazaré do Desterro - criada pela lei 386 de 11 de outubro de 1861, São José do Acará, São Francisco Xavier de Barcarena, Nossa Senhora da Conceição de Benfica, Sant’Anna do Capim, São Domingos da Boa Vista e Sant’Anna de Bujará - todas fundadas em 1758, São Vicente Ferrer de Inhangapy - criada pela lei 14 de 09 de setembro de 1839, Nossa Senhora do Ó do Mosqueiro – criada pela lei 562 de 10 de outubro de 1868 e São João Baptista de Conde – criada pela lei 973 de 19 de agosto de 1873, São Miguel do Guamá – fundada em 1758, Nossa Senhora da Piedade de Irituia – criada pela lei 14 de 09 de setembro de 1753 e Divino Espírito Santo de Ourém – fundada em 1753; limitava-se ao norte com a comarca da Vigia, a Leste com a do Guamá e a Oeste com a comarca de

De acordo com Antonio Rocha Penteado, em estudo sobre a região, o quadro natural característico da Zona Bragantina teria chamado atenção das autoridades provinciais para o aproveitamento do local como área de produção de alimentos. Nesse caso, o autor se referia a vista topográfica em que não se percebia no relevo a existência de altitudes elevadas, além de ser uma área com a predominância de “terras firmes”, ou seja, a região não sofria com as inundações, característica comum de boa parte das terras na Amazônia.³⁵ De fato, é comum encontrarmos nos escritos dos que defendem a agricultura nessa região uma associação às qualidades de suas terras. É o que se observa no relatório de Domingos José da Cunha Júnior, de 1873. Segundo o presidente do Pará as qualidades do solo de “terra firme”, característicos da Zona Bragantina, e no qual se notava a presença de “terrenos ubérrimos de que foi prodigamente dotada”, testemunhava as qualidades da região como excelente espaço de produção de alimentos.³⁶

Outro elemento que favoreceria a região para a prática agrícola fora citado por Pedro Vicente de Azevedo e correspondia a situação climática. Segundo o Presidente do Pará as temperaturas da região eram caracterizadas por um clima e ar fresco, característico das áreas de floresta, e não suscetíveis a grandes alterações térmicas.³⁷ Estudos realizados nos últimos anos da década de 1850 e registrados por José Coelho da Gama e Abreu, o Barão de Marajó, davam conta de que o clima na região amazônica girava em torno de 26 graus, tendo ainda um volume de chuva mensal de 761 milímetros; dados que acabavam reforçando os discursos, como o de Pedro Vicente de Azevedo, de que o clima e volume de chuva nas áreas de floresta

Cachoeira pela baía do Marajó. A comarca de Bragança constava de três municípios: Bragança, sede da Comarca, Vizeu e Quatipurú; três freguesias: Nossa Senhora do Rosário de Bragança - fundada em 1753, Nossa Senhora de Quatipurú - criada por lei de 26 de outubro de 1863 e Nossa Senhora de Nazaré de Vizeu - fundada em 1758; fazia limite ao Norte com o oceano Atlântico, ao Sul com a comarca do Guamá, a Leste com a província do Maranhão e Oeste com a Comarca de Cintra. A Comarca da Vigia limitava-se ao Norte com a Comarca de Cintra e o oceano Atlântico, ao Sul com a Comarca de Belém, a Leste com a de Cintra e a Oeste com a de Soure, pela baía de Marajó; constava de quatro municípios: Vigia, a sede da Comarca, Colares, São Caetano de Odivelas e Curuçá; e de cinco freguesias: Nossa Senhora de Nazaré da Vigia - fundada em 1693, Nossa Senhora do Rosário de Colares, São Caetano de Odivelas e Nossa Senhora do Rosário de Curuçá - todas fundadas em 1757. In: PARÁ. *Dados estatísticos e informações para os imigrantes. Publicados por ordem do Exm. Sr. Conselheiro Tristão de Alencar Araripe Presidente da Província*. Pará: Typ do Diário de Notícias, 1886, p. 60-176.

³⁵ PENTEADO, Antonio Rocha. *Problema de colonização e de uso da terra na região Bragantina do Estado do Pará*. Coleção Amazônia: Série José Veríssimo. Belém: UFPA, 1967, p. 47.

³⁶ PARÁ. *Relatório com que Exmo. Sr. Dr. Domingos José da Cunha Junior, Presidente da Província, abriu a 2ª sessão da 18ª legislatura da Assembléia Legislativa Provincial em 1º de julho de 1873*. Pará, Typ. do Diário do Gram-Pará, 1873, p. 44.

³⁷ PARÁ. *Relatório apresentado a Assembléia Legislativa Provincial na primeira sessão da 19ª legislatura pelo Presidente da Província do Pará, Exmo. Sr. Dr. Pedro Vicente de Azevedo, em 15 de fevereiro de 1874*. Pará, Typ. do Diário do Gram-Pará, 1874, p. 63.

da Amazônia era ideal para irrigação das terras e apropriado para atividade agrícola.³⁸ Se o clima não suscetível a alterações climáticas favorecia a atividade agrícola, visto que, a agricultura necessita de certa regularidade das estações para se garantir as etapas de derrubadas das matas, limpeza do terreno para o plantio e colheita, o Barão de Marajó apresentava as terras da Zona Bragantina como espaço mais apropriado.

Um outro fator, considerado ainda mais importante pelas autoridades, marcaria de forma mais significativa os discursos dos administradores provinciais sobre a Zona Bragantina; estamos falando das “exuberantes matas tropicais” que recobria o solo da região. De acordo com os estudos de Eugênia Egler essa exuberância da mata virgem encontradas nas terras da Zona Bragantina teria impressionado os governantes, “fazendo-os cogitar em transformar a fictícia uberdade das terras florestais num manancial para abastecimento de Belém”.³⁹ Nesses aspectos, é importante destacar que ao se referir as frondosas árvores devem ser consideradas duas questões: a primeira que associava a exuberância das matas a fertilidade da terra para o plantio; e a segunda que corresponde ao aproveitamento dos recursos que poderiam ser extraídos dessas florestas.

No caso da relação entre a exuberância da mata e à fertilidade do solo, a fala de Francisco Maria de Sá e Benevides é bem significativa. Para o Presidente do Pará em 1876, cultivar a terra na Zona Bragantina “seria lutar com toda energia contra a superabundância da vegetação”, visto que, o seu solo estaria coberto por aquilo que resolveu chamar de “robusta vegetação”, numa associação direta as grandes árvores que recobriam o solo da região.⁴⁰ Não somente Francisco Maria de Sá e Benevides se aventuraria a relacionar a fertilidade da terra com a presença de florestas; Domingos José da Cunha Júnior destaca as matas da Zona Bragantina como demonstração da força da terra, a qual “apenas esperam o cultivo para se converterem em magníficos empórios de abundâncias”.⁴¹

A associação entre a cobertura vegetal e a fertilidade do solo é comum nos debates sobre a atividade agrícola no século XIX, embora nem todos tivessem as mesmas conclusões de Domingos José da Cunha Júnior. Diferentemente do que defendia o Presidente do Pará,

³⁸ ABREU, José Coelho da Gama. *As regiões Amazônicas: Estudos chorográficos dos Estados do Gram Pará e Amazonas*. Lisboa. 1896, pp. 38-40.

³⁹ ÉGLER, Eugênia Gonçalves. “A Zona Bragantina no Estado do Pará”. *Revista Brasileira de Geografia*, São Paulo, nº 03 (julho-setembro), 1961, p. 529.

⁴⁰ PARÁ *Relatório apresentado pelo Exmo. Sr. Dr. Francisco Maria Corrêa de Sá e Benevides, Presidente da Província do Pará, á Assembléia Legislativa Provincial na sua sessão solene de instalação da 20ª legislatura, no dia 15 de fevereiro de 1876*. Pará, 1876. Anexo, p. XII.

⁴¹ PARÁ. *Relatório com que Exmo. Sr. Dr. Domingos José da Cunha Junior, Presidente da Província, abriu a 2ª sessão da 18ª legislatura da Assembléia Legislativa Provincial em 1º de julho de 1873*. Pará, Typ. do Diário do Gram-Pará, 1873, p. 44.

favorável à derrubada das matas e a sua substituição por áreas de cultivo, as informações publicadas pelo *Jornal do Agricultor* associavam a preservação das florestas ao desenvolvimento da agricultura.⁴² De acordo com essas informações o corte das árvores acarretaria profundas alterações “nas condições climáticas e atmosféricas do país”.⁴³ Segundo o estudo das modificações provocadas ao solo com a retirada da vegetação, que pela importância da reportagem mereceu mais de uma página do jornal, este atribuía a devastação das matas as modificações do clima da região, ocasionando a escassez de chuva e a conseqüente diminuição do volume de água nos rios; o que causava a secura e a esterilidade do solo.

Desse modo, Dias da Silva Júnior, editor do jornal e responsável pela divulgação da pesquisa na imprensa brasileira, não apenas se posicionava contrário à associação entre a agricultura e a retirada de áreas de florestas, mas tentava chamar atenção para os problemas provocados pelas devastações das matas. Para Dias da Silva Júnior as autoridades deveriam incentivar a adoção de novas técnicas de plantio de forma a possibilitar o aumento da produção agrícola, sem que esse aumento estivesse relacionado a ampliação das áreas agrícolas e a conseqüente devastação de novas áreas de floresta.

Diferente das pesquisas divulgadas pelo *Jornal do Agricultor* que associavam à preservação da floresta a garantia de chuvas e de um clima mais ameno e agradável, Franciane Lacerda em estudo sobre as relações sociais de migrantes na Amazônia nos últimos anos do século XIX e início do XX identifica uma série de discursos que envolviam autoridades, cronista, viajantes, naturalistas e estudiosos, nos quais costumeiramente associavam a mata como espaço insalubre e hostil.⁴⁴ Nesse discursos era comum atribuir o

⁴² JORNAL DO AGRICULTOR. *A transformação do Trabalho*. Rio de Janeiro, 26 de março de 1881, p. 194.

⁴³ As alterações nas condições climáticas e atmosféricas provocadas a partir da retirada de florestas, cujos resultados seriam a modificação do clima da região, escassez de chuva e diminuição do volume de água nos rios, foram obtidas a partir do estudo de uma série de observações que levavam em consideração as modificações de temperatura e as regiões de floresta. Realizados durante os últimos dez anos, até 1881, esses estudos analisaram três diferentes tipos de regiões: áreas com predomínio de matas, áreas próximas às matas e lugares desprovidos de vegetação. Os estudos comprovaram que o aumento da floresta era influenciado diretamente pela proporção de águas que caem sobre o solo, o que favorecem a alimentação das fontes e dos depósitos de águas subterrâneas que auxiliam no fornecimento de nutrientes às plantas. A publicação desses estudos tinha a finalidade de fazer uma defesa da conservação de áreas de florestas, tanto que o editor preocupava-se em enfatizar os resultados da pesquisa, destacando que em regiões com predomínio de floresta o solo acaba recebendo um volume maior de águas do que em áreas com pouco ou ligeiramente arborizadas, nesse sentido, a cobertura das árvores possibilitaria o maior fornecimento de águas e com isso garantiria o abastecimento de nutrientes as plantas. A proposta do editor era que a partir da publicação da pesquisa houvesse por parte dos agricultores a adoção de novas técnicas de cultivo que associasse à atividade agrícola a manutenção da floresta, sem que o desenvolvimento de uma provocasse a destruição da outra. JORNAL DO AGRICULTOR. *Échos da Roça*. Rio de Janeiro, 12 fevereiro de 1881, p. 164.

⁴⁴ LACERDA, Franciane Gama. “Entre o sertão e a floresta: natureza, cultura e experiências sociais de migrantes cearenses na Amazônia (1889-1916)”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 26, nº 51, 2006, p. 210-212. Das autoridades, cronista, viajantes, naturalistas e estudiosos que haviam registrado as suas impressões da

aparecimento de doenças como a malária e o impaludismo, ou ainda os riscos de se deparar com animais ferozes como atributo da presença da floresta.

As preocupações com a floresta e sua relação com a agricultura estavam presentes ainda em pronunciamentos das primeiras décadas do século XIX. Assim, para o militar, agricultor e periodista Carlos Augusto Taunay a derrubada da floresta fazia parte da prática agrícola no Brasil, de forma que não dava para se desenvolver agricultura mantendo a floresta de pé. Nesse sentido, a faculdade de derrubar matas virgens, e de abandonar o terreno cansado até a renovação das matas, proporcionaria colheitas mais rendosas para o agricultor. Para Taunay, o Brasil, em função da extensão territorial desenvolveu um método de agricultura em que seria comum o abandono de terra até a recuperação de sua fertilidade; o que seria um modo de cultivo mais apropriado para o país, uma vez que, o agricultor não teria que roçar a mesma terra de maneira mais assídua, provocando a plena esterilização das áreas de cultivo; bastando apenas ocupar novos espaços.⁴⁵ Suas conclusões apresentadas no *Manual do Agricultor Brasileiro*, um dos primeiros tratados agrícolas impressos no Brasil, ao mesmo tempo em que destacam o resultado de sua experiência de agricultor quando assumiu a gestão do sítio da família na região da Tijuca no Rio de Janeiro, especializado no cultivo do café, acaba justificando a prática da agricultura associada a derrubada e queima da floresta

Na Amazônia, diferente do que apresentava Carlos Taunay, a presença da cobertura vegetal era fundamental para a garantia da fertilidade da terra. Estudos contemporâneos sobre a fertilização do solo na região apontam a derrubada da floresta para fins agrícolas como causadora da quebra dos ciclos do carbono e com isso uma limitação no fornecimento de nutrientes, o que impede o desenvolvimento das plantas. Em outras palavras, a retirada da cobertura vegetal após a derrubada da floresta provocaria a diminuição no fornecimento de nutrientes fundamentais para as plantas e que garantiria a fertilidade do solo.⁴⁶

Amazônia, temos: BATES, Henry Walter. *Um naturalista no rio Amazonas*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1979; WALLACE, Alfred Russel. *Viagem pelos rios Amazonas e Negro*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1979; ADALBERTO, Príncipe da Rússia. *Brasil: Amazonas e Xingu*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1977; KIDDER, Daniel P. *Reminiscência de viagem e permanência no Brasil (Província do Norte)*. *Compreendendo notícias históricas e geográficas do Império e das diversas províncias*. São Paulo: Livraria Martins, 1943; CUNHA, Euclides da. *Um paraíso perdido: ensaio, estudo e pronunciamento sobre a Amazônia*. Rio de Janeiro: J. Olimpio, 1994; GODINHO, Victor & LINDENBERG, Adolpho. *Norte do Brasil: Através do Amazonas, do Pará e do Maranhão*. Rio de Janeiro/São Paulo: Laemmert, 1906.

⁴⁵ TAUNAY, Carlos. *Manual do Agricultor Brasileiro*. Rio de Janeiro, Companhia das Letras, 2001, p. 02.

⁴⁶ De acordo com Lúcio Salgado Vieira, os ciclos de carbono operam em função da entrada fotossintética do gás carbono e pela decomposição acelerada e contínua dos organismos decompositores que atuam sobre a matéria orgânica, a qual libera os elementos minerais que podem ser levados ou reabsorvidos pelas raízes das plantas. A retirada da cobertura vegetal, portanto, seria o principal fator para esterilidade da terra. VIEIRA, Lúcio Salgado. *Amazônia: Seus solos e outros recursos naturais*. São Paulo: Agronômica Ceres, 1987, p. 375.

As diferentes interpretações sobre a floresta, conforme observamos, sejam defendendo a manutenção das matas ou a sua derrubada, guardadas as devidas proporções, estabelecem uma relação com a agricultura, legitimando ou não a substituição das matas por áreas de cultivo de gêneros agrícolas. No caso da Zona Bragantina, conforme observamos, a presença da floresta é percebida nos discursos das autoridades provinciais ou como associada à fertilização da terra, ou como espaço a ser aproveitado para atividade de extração. Nesse aspecto, quando se pensa em associar a agricultura com as terras de floresta, isto se deve à perspectiva de se aumentar as áreas de cultivo, aproveitando os recursos disponibilizados pelas matas.

Embora os estudos do século XIX, a exemplo do apresentado pelo *Jornal do Agricultor* estabelecessem uma relação entre as matas e a fertilidade da terra, um outro elemento chamaria mais atenção das autoridades do Pará. Tratam-se nas palavras de Domingos José da Cunha Júnior do que chamou de “riquezas naturais que ali jazem espalhadas”;⁴⁷ e nas palavras de Pedro Vicente de Azevedo de “ricos produtos florestais”.⁴⁸ Essas autoridades, ao que nos parece, referiam-se a extração do óleo de copaíba, castanha, cumarú, o anil, a baunilha, o cravo, a andiroba e, principalmente, as madeiras. Produtos que já faziam parte das atividades extrativistas nos municípios de Bragança, Vigia Quatipurú, Vizeu, Colares e Curuçá.⁴⁹

A intenção, conforme afirmava Pedro Vicente de Azevedo, era garantir com a formação de núcleos coloniais também a exploração dos recursos fornecidos pelas matas. Nesse aspecto destacava que os terrenos mais adequados para implantação dos núcleos agrícolas deveriam se caracterizar não apenas pela excelência das terras para agricultura mas também pelas “de ricas madeiras e outros produtos florestais existentes no interior de suas matas”.⁵⁰

⁴⁷ PARÁ. *Relatório com que Exmo. Sr. Dr. Domingos José da Cunha Junior, Presidente da Província, abriu a 2ª sessão da 18ª legislatura da Assembléia Legislativa Provincial em 1º de julho de 1873*. Pará, Typ. do Diário do Gram-Pará, 1873, p. 44.

⁴⁸ PARÁ. *Relatório apresentado a Assembléia Legislativa Provincial na primeira sessão da 19ª legislatura pelo Presidente da Província do Pará, Exmo. Sr. Dr. Pedro Vicente de Azevedo, em 15 de fevereiro de 1874*. Pará, Typ. do Diário do Gram-Pará, 1874, p. 65.

⁴⁹ BARATA, Manoel. *A antiga produção e exportação do Pará*. Belém, Typographia da Livraria Gillet, 1915. Informações citadas ainda pelo presidente do Pará Francisco Carlos Brusque. PARÁ. *Relatório apresentado á Assembléia Legislativa da Província do Pará na 1ª sessão da XIII legislatura pelo Exmo. Sr. Presidente da Província, Dr. Francisco Carlos de Araújo Brusque em 1º de setembro de 1862*. Pará, Typ. de Frederico Carlos Rhossard, 1862, pp. 57-66.

⁵⁰ PARÁ. *Relatório apresentado a Assembléia Legislativa Provincial na primeira sessão da 19ª legislatura pelo Presidente da Província do Pará, Exmo. Sr. Dr. Pedro Vicente de Azevedo, em 15 de fevereiro de 1874*. Pará, Typ. do Diário do Gram-Pará, 1874, p. 65.

Os “elementos naturais de prosperidades”, para citar uma das falas de Francisco Maria Corrêa de Sá e Benevides,⁵¹ numa evocação aquilo que poderia ser disponibilizado com a exploração da floresta, se afirmaria, portanto, como motivação principal para defesa da ocupação das terras da Zona Bragantina. Conforme dissemos anteriormente, a intenção não era associar a atividade agrícola com a conservação da floresta ou apenas estender as áreas de cultivo; objetiva-se, com a criação de áreas agrícolas, exercer a exploração dos recursos florestais disponibilizados nas terras da região. Não é sem motivo que os longos discursos dos presidentes do Pará no parlamento provincial associavam a atividade agrícola com a exploração das matas, ou ainda quando se reportam a região onde deveriam ser implantadas as colônias agrícolas não deixam de citar os produtos disponibilizados pelas áreas de florestas dessas regiões, principalmente as madeiras.⁵²

A madeira desde o período colonial destacava-se como um importante produto de comercialização no Pará. As exportações para Portugal alimentavam o comércio da região desde as primeiras décadas da colonização portuguesa. Segundo Arthur Cêzar Ferreira Reis, em estudo sobre os diferentes produtos explorados na Amazônia, destaca a importância da atividade de exploração da madeira como responsável pela criação de diversos estabelecimentos montados nas cabeceiras dos rios para tratamento e armazenagem do produto antes dos embarques à Europa.⁵³ No século XIX, analisando dados do comércio marítimo do Brasil, no exercício de 1871-1872, a madeira se mantém como um importante produto que alimentava o comércio exterior do Brasil chegando a atingir uma soma de 943:871\$311.⁵⁴ Considerando esses dados, pode se afirmar que este comércio tinha um índice

⁵¹ PARÁ. *Relatório apresentado pelo Exmo. Sr. Dr. Francisco Maria Corrêa de Sá e Benevides, Presidente da Província do Pará, á Assembléia Legislativa Provincial na sua sessão solene de instalação da 20ª legislatura, no dia 15 de fevereiro de 1876*. Pará, 1876, pp. 48-49.

⁵² Considerando que os interesses com a agricultura não estão dissociados da atividade extrativista, os trabalhos de Luciana Marinho Batista, Antonio Rocha Penteado e Patrícia Sampaio nos ajudam a compreender melhor a questão. No caso de Luciana Marinho Batista, esta verificou que a atividade de coleta dos produtos da floresta não implicava necessariamente um abandono das atividades agrícolas, mas que os investimentos econômicos realizados pela elite paraense agregavam interesses na agricultura, comércio e extrativismo. BATISTA, Luciana Marinho. *Muito Além dos Seringais: elites, fortunas e hierarquias no Grão-Pará (1850-1870)*. Rio de Janeiro, UFRJ, Dissertação de Mestrado em História, 2004, p. 69. Antonio Rocha Penteado, ainda na década de 1960, argumentava que a atividade extrativa, no caso a economia da borracha contribuiu de forma significativa para o incremento da agricultura e até mesmo para a colonização e imigração no Pará. PENTEADO, Antonio Rocha. *Op. cit.* pp. 54-55. O trabalho de Patrícia Melo Sampaio, cuja pesquisa concentrou-se na região de Manaus, contribuiu para inviabilizar análises que separavam os interesses agrícolas daqueles vinculados à atividade extrativa. SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. *Os fios de Ariadne. Tipologia de fortunas e hierarquias sociais em Manaus: 1840-1880*. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1997.

⁵³ REIS, Arthur Cêzar Ferreira. *A Amazônia e a Cobiça Internacional*. São Paulo: Gráfica Record Editora, 1968, p. 15.

⁵⁴ BRASIL. *Navegação de Longo Curso e Interprovincial de Cabotagem*. Estatística do Comércio Marítimo do Brasil do exercício de 1871-1872. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1878, pp. 28-29.

inferior apenas se comparado às exportações de algodão, açúcar, cacau, café, fumo e a goma elástica.

Nesse contexto, o Pará se destacava como importante Província no comércio de madeira no Brasil, chegando a exportar inclusive para o Rio de Janeiro, Pernambuco, Maranhão e Ceará.⁵⁵ De acordo com Artur Cezar Ferreira Reis isto se deve a uma variedade de plantas úteis encontradas nas florestas da Amazônia, que vão “desde as madeiras para construções leves, até as mais resistentes” constituindo “um potencial da mais alta valia e que era um dos motivos para o interesse comercial em torno da região”.⁵⁶

A madeira aparecia também como um elemento importante na fala de alguns intelectuais. Antonio Baena identifica uma diversidade de plantas que compunham as florestas do Pará e as suas diversas utilidades, classificando como mais importantes as que fossem consideradas comercializáveis. Nesse caso, as madeiras comerciais são identificadas como árvores de construção e de marcenaria, ou seja, são “madeiras que julgam próprias pela solidez e consistência, que não as deixam empenar depois de lavradas, nem se altera facilmente quando expostas ao ar”.⁵⁷ Do mesmo modo, o Barão de Marajó considerava as madeiras comerciais como algumas das muitas riquezas naturais do Pará.⁵⁸ Assim, ao lado das madeiras, o Barão de Marajó lembrava que o algodão, o anil, a baunilha, a cana-de-açúcar, a castanha, o óleo de copaíba, o cravo, o cumarú, o óleo de rícino, a salsa parilha, o guaraná, o gergelim, o tabaco, a estopa, a piaçava, a sumaúma, o puxuri, as fibras vegetais de diversos tipos, resistências e cores, breus e resinas, óleos sensitivos e andiroba são alguns dos muitos produtos encontrado no interior das matas na Amazônia e que poderiam ser comercializados trazendo rendas para a Província do Pará.

Ainda por volta de 1848 as madeiras encontradas nas terras de floresta do Pará despertavam as curiosidades de alguns viajantes. O naturalista inglês Henry Bates em viagem ao Pará é surpreendido pelas características das árvores na Amazônia. A atenção do viajante voltava-se para a “colossal altura das árvores” e a “grande e uniforme altura que atingiam antes de começarem os galhos”.⁵⁹ Segundo informações do Senhor Leavens, citado por Henry Bates e que trabalhava em uma das serrarias aos arredores de Belém, era comum aparelharem toras de pau d’arco e de maçaranduba com trinta metros de comprimento, algo até então não

⁵⁵ BRASIL. *Comércio de Cabotagem por Província*. Estatística do Comércio Marítimo do Brasil do exercício de 1870-1871. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1873, pp. 21- 22.

⁵⁶ REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Op. cit.* p. 90.

⁵⁷ BAENA, Antonio Ladislau Monteiro. *Ensaio Corográfico sobre a província do Pará*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004, p. 62.

⁵⁸ ABREU, José Coelho da Gama. *A Amazônia: As províncias do Pará e Amazonas e o governo central do Brasil*. Lisboa, 1883, p. 20.

⁵⁹ BATES, Henry Walter. *Op. cit.* p 35.

imaginado pelo viajante. De acordo com os dados coletados por Bates a altura total dessas árvores, somando a copa e o tronco, poderia ser calculada entre 50 e 60 metros e com tronco que poderiam chegar a seis metros de circunferência; o que demonstraria não somente as gigantescas dimensões dessas árvores, mas o quanto se poderia obter com a venda dessa madeira.

As madeiras citadas pelo Senhor Leavens constituem o que Antonio Baena classificou de produto comercializável. Neste aspecto, tratavam-se das madeiras próprias para a construção e marcenaria com valor no comércio internacional, como o cedro, cumaru, cupiuba, piquiá, pau d'arco, angelim, jacarandá, louro, maracutiara, pau roxo, pau de rosa, massaranduba, sapucaia, sucupira, dentre outras. De acordo com Cavalcante de Albuquerque, em trabalho publicado em 1894, a presença dessas madeiras no Nordeste do Pará não apenas era responsável pelo aspecto de “robustas florestas” que tomava conta da região, como teria despertado interesse das autoridades no aproveitamento deste produto.⁶⁰

Outra característica peculiar da Zona Bragantina correspondia à população. Embora as autoridades do Pará, principalmente nos relatórios encaminhados a Assembléia Legislativa Provincial tenham apresentado a região como “vasta terras desérticas”,⁶¹ observa-se que essa expressão é utilizada não para identificar a região como relacionada a um baixo índice de povoamento, mas poderia está associada a ausência de um controle maior das autoridades provinciais nessa área. Afinal, considerando o número de habitantes do Pará e relacionando com a população correspondente as comarcas de Belém, Bragança e Vigia, a Zona Bragantina estava longe de estar despovoada, atingindo um total de 126.856 pessoas, um número correspondente a mais de 50% do total de habitantes da Província, que segundo informações publicadas em 1873 era de 238.489 pessoas.⁶² A região possuía, ainda, uma das principais cidades do Pará, no caso Bragança; estando também composta por diversos municípios e freguesias como Ourém, Vigia, São Miguel, Irituia, Vizeu, Quatipurú, São Caetano de Odivelas, Curuçá, dentre outros; além do que se desenvolvia uma significativa atividade

⁶⁰ De acordo com Cavalcante de Albuquerque, ao mesmo tempo em que os aspectos de “robustas florestas” que tomava conta da região despertavam interesses das autoridades, desanimava muitos colonos que se aventuravam a ocupar essas terras, principalmente quanto os difíceis trabalhos de retirada dessa madeira. ALBUQUERQUE, L. R. Cavalcante de. *A Amazônia em 1893*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1894, pp. 152.155.

⁶¹ PARÁ. *Relatório apresentado a Assembléia Legislativa Provincial na primeira sessão da 19ª legislatura pelo Presidente da Província do Pará, Exmo. Sr. Dr. Pedro Vicente de Azevedo, em 15 de fevereiro de 1874*. Pará, Typ. do Diário do Gram-Pará, 1874, p. 15.

⁶² Segundo dados enviados pelo governo do Pará à Corte sobre o recenseamento da população, as comarcas apresentavam os seguintes números de habitantes: comarcas da Capital: 84.867; Bragança: 14.921; Santarém: 25.409; Cametá: 26.690; Macapá: 6.270; Marajó: 2.792; Gurupá: 8.160; Breves: 25.411; Óbidos: 5.113; Cachoeira: 11.791 e Vigia: 27.065. In: PARÁ. *Relatório com que Exmo. Sr. Dr. Domingos José da Cunha Junior, Presidente da Província, abriu a 2ª sessão da 18ª legislatura da Assembléia Legislativa Provincial em 1º de julho de 1873*. Pará, Typ. do Diário do Gram-Pará, 1873, p. 43.

comercial, realizada principalmente através do comércio de cabotagem.⁶³ Eugênia Egler identifica a presença desses núcleos de povoamento na desembocadura dos rios que cortam a Zona Bragantina; o que evidenciariam a função de entreposto comercial, “ligando a comunicação marítima com o acesso fluvial para o interior da região”.⁶⁴

Os dados que demonstram um intenso comércio de cabotagem nos ajudam a entender que havia outros interesses das autoridades do Pará em promover a colonização nesta área; interesses que não estariam associados apenas à questão do povoamento, mas em exercer maior controle sobre a atividade comercial e áreas de produção agrícola e extrativa da região.

De acordo com as autoridades provinciais o intenso comércio de cabotagem na Zona Bragantina justificava-se pela produção agrícola e extrativa. Ainda na década de 1860, o município de Bragança é apresentado como grande produtor de feijão e milho, assim como pela extração do óleo de copaíba.⁶⁵ Os registros ainda apresentavam o município como “uma das principais cidades da Província pela sua população, lavoura e riqueza do solo”. Os engenhos de cana-de-açúcar e aguardente, olarias e fazendas de criação de gado, a produção anual de 450 alqueires de arroz, 1.300 arrobas de algodão em plumas, 22 arrobas de breu, 818 arrobas de café, 8 arrobas de cumaru, somadas a 3.164 alqueires de feijão e 12.238 sacas de farinha, além de 221 mão de milho, 23 arrobas de tabaco e 144 frascos de óleo de copaíba, fazia do município de Bragança um dos principais produtores de alimentos; sem contar a produção anual de 200 potes de azeite, 210 arrobas de café, 4.800 alqueires de farinha, as 6.000 mãos de milho ou 150 mil espigas produzidos no município de Vigia. Toda essa produção poderia ainda ser somada ao que era produzido nas vilas de Vizeu, Quatipurú, São Caetano, Curuçá, Irituia, Ourém e nos povoados de Tentugal e Almoço; produção que intensificava o comércio de cabotagem e despertava o interesse do governo em exercer o controle sobre esse comércio.⁶⁶

A importância da Zona Bragantina para a Província do Pará não é um fenômeno do século XIX, ainda no período da colonização portuguesa a região era uma importante via

⁶³ Segundo dados do governo do Pará, ainda na década de 1860 a navegação fluvial destacava-se como uma das principais atividades da Província. As navegações nos rios, lagoas e baías eram feitas por um significativo número de 271 embarcações, classificadas do seguinte modo: 5 vapores, 3 escunas, 3 hiates, 3 cutters, 13 batelões, 26 barcos, 1 gabarra, 13 cobertas, 6 alvarengas, 20 vigilengas, 2 igarités, 14 botes, 157 canoas e 5 catraias. In: PARÁ. *Relatório apresentado á Assembléia Legislativa da Província do Pará na 1ª sessão da XIII legislatura pelo Exmo. Sr. Presidente da Província, Dr. Francisco Carlos de Araújo Brusque em 1º de setembro de 1862*. Pará, Typ. de Frederico Carlos Rhossard, 1862, p. 71.

⁶⁴ EGLER, Eugênia Gonçalves. *Op. cit.* p. 528.

⁶⁵ PARÁ. *Relatório apresentado á Assembléia Legislativa da Província do Pará na 1ª sessão da XIII legislatura pelo Exmo. Sr. Presidente da Província, Dr. Francisco Carlos de Araújo Brusque em 1º de setembro de 1862*. Pará, Typ. de Frederico Carlos Rhossard, 1862, pp. 50-58.

⁶⁶ *Ibidem*.

ligação entre o Pará e Maranhão. O primeiro registro da presença portuguesa, segundo Ernesto Cruz, em estudo sobre a colonização do Pará, ocorre por volta de 1616, quando Pedro Teixeira preferindo evitar os contratempos das correntes e dos ventos marítimos resolve fazer um outro caminho na sua viagem de Belém a São Luis.⁶⁷ O caminho percorrido por Pedro Teixeira iniciava subindo o rio Guamá, passando por Ourém e Bragança até sair na costa junto ao rio Turiassú. Nas décadas de 1860 e 1870 a região deixava de ser apenas uma via de ligação com o Maranhão. A presença de diversas vilas, freguesias e povoados e o movimentado comércio de cabotagem era demonstração de que a região poderia se transformar, segundo Domingos José da Cunha Júnior, numa “importante área fornecedora de alimentos para a Província do Pará”.⁶⁸

O comércio de cabotagem desenvolvido no Nordeste do Pará constituía a principal forma de ligação entre os núcleos de povoação. Da cidade de Bragança, situadas as margens do rio Caeté, distante cerca de 166 quilômetros da capital, partia as principais vias de ligação para o interior da região. O principal comércio de cabotagem, realizado por pequenos barcos, se dava entre o município de Bragança e a vila de Vizeu. Situada na margem esquerda do rio Gurupí, limite da Província do Maranhão e localizada a pouco mais de 94 quilômetro de Bragança e cerca de 244 de Belém, Vizeu se destacava pelo pescado abundante, farinha, milho, feijão, arroz e em menor escala o tabaco e o café; destacando-se ainda como local de entrada do gado proveniente da Província do Maranhão.⁶⁹

De Bragança partia ainda uma estrada com 27 quilômetros de extensão para o alto Quatipurú, região situada à margem esquerda do Rio Quatipuru, em terreno onde se cultivava tabaco, café e mandioca. Além de produtora agrícola, essas áreas se destacavam pelos vastos campos para a criação de gado vacum e cavalos.⁷⁰ Havia ainda uma estrada de rodagem que ligava a cidade de Bragança a vila de Ourém, localizada as margem direita do rio Guamá e que era conhecida por ser uma região produtora de tabaco, farinha, feijão, milho, arroz e em pequena escala algodão, borracha e madeira de todas as qualidades.⁷¹ Ourém ligava-se ainda a Província do Maranhão através de uma estrada até a vila de Turiassú. Através de Ourém podia-se chegar também ao porto de Serraria, 11 quilômetros descendo o rio Guamá, lugar

⁶⁷ CRUZ, Ernesto. *História do Pará*, p. 647.

⁶⁸ PARÁ. *Relatório com que Exmo. Sr. Dr. Domingos José da Cunha Junior, Presidente da Província, abriu a 2ª sessão da 18ª legislatura da Assembléia Legislativa Provincial em 1º de julho de 1873*. Pará, Typ. do Diário do Gram-Pará, 1873, p. 45.

⁶⁹ PARÁ. *Falla com que o Exmo. Sr. conselheiro Dr. João Silveira de Souza, Presidente da Província do Pará, abriu a 2ª sessão da 24ª legislatura da Assembléia Provincial em 18 de abril de 1885*. Pará, Typ. da Gazeta de Notícias, 1885. Anexo, p. 05.

⁷⁰ *Ibidem*, p. 04.

⁷¹ *Ibidem*, p. 31.

aonde atracavam os vapores que partiam da capital do Pará.⁷² Este caminho subindo o rio Guamá até Ourém e posteriormente fazendo o caminho até fronteira do Maranhão, passando por Bragança, foi então o caminho percorrido por Pedro Teixeira quando do retorno para São Luís por volta de 1616.

Através da navegação de cabotagem podia-se ainda atingir a cidade de Vigia, que também servia de ligação com a Província do Maranhão e a capital do Pará. Situada a 68 quilômetros de Belém, era responsável pela produção de peixe, laranjas e bananas. Destacavam-se ainda pela habilidade de seus habitantes para a construção de canoas denominadas de *vigelengas*, embarcações de pequeno porte e resistentes às intempéries dos rios amazônicos; tão próprias para a navegação, que nelas eram empreendiam viagens longas e arriscadas que cortavam as águas do oceano Atlântico.⁷³ A farinha, o milho, feijão, arroz, peixe salgado, ostras, bananas, abacates e laranjas, vindo de São Caetano e tabaco, café, gergelim produzidos na vila de Curuçá ajudavam a movimentar o porto de Vigia, com embarque e desembarque de mercadorias comercializadas com o porto de Belém e o Maranhão.⁷⁴

O comércio desenvolvido na região, associado à significativa produção de alimentos exigia, segundo Domingos José da Cunha Júnior, uma atitude do governo provincial em favor do melhor aproveitamento das riquezas produzidas na região. Para o Presidente do Pará a atuação da administração provincial deveria, ao mesmo tempo em que construir vias que ligassem os locais de produção ao mercado de Belém, iniciar a construção de novos espaços de produção agrícola, a exemplo os núcleos coloniais. Essas ações, portanto, deveriam assegurar para a Zona Bragantina o título de “terras de inesgotáveis riquezas”.⁷⁵

A iniciativa defendida pelas autoridades do Pará, ao mesmo tempo em que atendia os interesses dos que viam na construção dessas novas estradas a maior facilidade no escoamento dos produtos até o mercado de Belém, também atendia uma recomendação do Ministério da Agricultura datada de 1873 e publicada no relatório do Ministério apresentado a Assembléia Geral Legislativa.⁷⁶ Para o Ministro José Fernandes da Costa Pereira Júnior era necessário que os presidentes de províncias atentassem para a criação de medidas que facilitassem a

⁷² *Ibidem*, p. 04.

⁷³ *Ibidem*, p. 11.

⁷⁴ *Ibidem*, pp. 12-13.

⁷⁵ PARÁ. *Relatório com que Exmo. Sr. Dr. Domingos José da Cunha Junior, Presidente da Província, abriu a 2ª sessão da 18ª legislatura da Assembléia Legislativa Provincial em 1º de julho de 1873*. Pará, Typ. do Diário do Gram-Pará, 1873, p. 55.

⁷⁶ BRASIL. *Relatório do anno de 1873 apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 3ª sessão da 15ª legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas José Fernandes da Costa Pereira Júnior*. Rio de Janeiro, Typographia Americana, 1874, p. 169-170.

comunicação entre as áreas de produção e consumo. O Ministério entendia que parte dos problemas da agricultura no Brasil, principalmente a pouca produção, era resultado das dificuldades de transportes, visto que parte do que se produzia no país não chegava a ser comercializada.

A proposição das autoridades do Pará girava em torno de se aproveitar o intenso comércio desenvolvido no Nordeste do Pará; o que exigia, portanto, a construção de estradas que interligassem os diferentes pontos de produção, sendo que para garantir o retorno dos investimentos nessas obras era necessária a construção de colônias agrícolas, de forma que esses novos espaços garantissem o aumento da produção de alimentos, posteriormente transportadas através dessas novas vias de comunicação.⁷⁷ A criação dos núcleos coloniais pode ser entendida, portanto, como ação do governo provincial que deveria estar associada às medidas de criação de novas estradas; de forma que uma coisa, a construção das estradas, não estivesse dissociada da outra, os núcleos agrícolas.

Em 17 de fevereiro de 1874, Guilherme Francisco Cruz, Presidente do Pará, resumia bem as perspectivas construídas em torno da Zona da Bragantina quando afirmava que a região possuía os terrenos mais apropriados para implantação de colônia agrícolas, “não só pela uberdade do solo”, mas também pelas “riquezas florestais em abundancia” e “por comunicar-se facilmente com as cidades da Vigia e Bragança, vilas de Cintra, Bom-Intento, Ourém e São Miguel, e freguesia de São Caetano e Benfica”;⁷⁸ o que fica evidenciado, portanto, que a proposta de colonização para esta área estava relacionada, entre outros aspectos, a disposição dos terrenos, a floresta e seus recursos e o aproveitamento do comércio desenvolvido na região.

2. Planos de Colonização

É no início da segunda metade do século XIX, mas especificamente no final da década de 1850, que se observa uma intervenção do governo do Pará no sentido de organizar a ocupação da Zona Bragantina. Estas intervenções se caracterizaram pela criação de vias de acesso ao interior da região, de forma que, facilitasse a entrada de produtos das províncias do Nordeste do Brasil, assim como, garantisse que a produção agrícola e extrativa fosse

⁷⁷ PARÁ. *Relatório com que Exmo. Sr. Dr. Domingos José da Cunha Junior, Presidente da Província, abriu a 2ª sessão da 18ª legislatura da Assembléia Legislativa Provincial em 1º de julho de 1873*. Pará, Typ. do Diário do Gram-Pará, 1873, p. 55.

⁷⁸ PARÁ. *Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Guilherme Francisco Cruz 3º Vice-Presidente passou a administração da Província ao Exmo. Sr. Dr. Pedro Vicente de Azevedo em 17 de janeiro de 1874*. Typ. do Diário do Gram-Pará, 1874, p. 13.

comercializada no porto de Belém; idéia que foi utilizada posteriormente nos planos de colonização defendidos por Domingos José da Cunha Júnior durante a década de 1870. Com essas intenções, em 1858, o Presidente do Pará, Leitão da Cunha, inicia um audacioso plano de ligar os principais centros de produção aos mercados de Belém e conseqüentemente facilitar o acesso à Província do Maranhão.⁷⁹ A proposta do governo do Pará era construir uma estrada de rodagem que ligasse a cidade de Bragança com a capital do Pará, assim como a criação de vias de acesso ao Maranhão, a partir desta estrada, que passaria posteriormente a ser chamada de estrada de Bragança.

O engenheiro Emílio Gengembre foi encarregado por Leitão da Cunha para iniciar as primeiras etapas dos trabalhos, que consistiam na criação de um ramal, utilizado como referência para a posterior construção da estrada. Assim, seguindo no dia 28 de dezembro de 1858 para o porto de Ourém através do rio Guamá, o engenheiro levava consigo os escritos com as orientações do governo. Tratava-se de uma ordem para que o engenheiro assim que desembarcasse no porto de Ourém seguisse por terra até um ponto denominado de rio Vermelho, na estrada que comunica a freguesia de Ourém com a cidade de Bragança. Segundo dados da administração provincial o rio Vermelho era distante cerca de 4 léguas da vila de Ourém e 8 léguas da cidade de Bragança. As orientações não terminavam aí; Leitão da Cunha aconselhava para que o engenheiro executasse os trabalhos de criação dos ramais, devendo determinar o traço da estrada projetada para a cidade de Belém, iniciando justamente no ponto chamado rio Vermelho, “procurando trazê-lo quanto fosse possível em linha reta, de forma que não alongasse além de 18 léguas”; medidas que já haviam sido feitas “através de uma picada outrora aberta e que indicou que o terreno prestava-se convenientemente para a construção de uma estrada”. Caso tudo ocorresse como planejado, Emílio Gengembre tinha orientação do governo para que determinasse logo o traço definitivo da estrada, construindo um ramal de largura conveniente, que não deveria ser menor do que 8 braças ou 16 metros, aproximados.⁸⁰

Embora a intenção do governo do Pará em construir uma estrada ligando as cidades de Bragança e Belém fosse justificada pela necessidade de se facilitar a comunicação da capital do Pará com centro da Província do Maranhão, e conseqüentemente garantir a entrada de produtos de outras províncias; algumas novas questões poderiam ser observadas.⁸¹ Leitão da

⁷⁹ PARÁ. *Relatório apresentado pelo Presidente da Província do Pará Dr. Ambrósio Leitão da Cunha à Assembléia Legislativa Provincial em 8 de dezembro de 1858*. Pará, 1858, p. 13.

⁸⁰ *Ibidem*.

⁸¹ Segundo dados do comércio marítimo do Brasil, organizado por Sebastião Ferreira Soares o comércio de cabotagem permitia movimentar 5.407:492\$433. Desse comércio o Pará importava algodão, fumo e açúcar do

Cunha não apenas defendia a construção de vias de comunicação, mas também, apontava a necessidade de que ao longo dessas vias fossem construídas áreas de produção agrícola de forma a compensar os investimentos do governo na construção dessas estradas.

No discurso no parlamento provincial em 08 de dezembro de 1858 Leitão da Cunha enfatizava aos deputados a importância da comarca de Bragança na produção de alimentos, destacando ainda as qualidades do solo da região que “se prestaria para todo gênero de cultura, que se quisesse dele confiar”, além “da comarca de Bragança possuir ricos campos de criação”.⁸² Alegava ainda, que a construção de uma estrada, cuja distância poderia chegar a 25 léguas ou 150 quilômetros, mais ou menos em linha reta, tinha o propósito de diminuir o tempo de viagem em embarcações, que não se fazia em menos de 6 a 8 dias, sem contar ainda as vantagens na construção dos núcleos agrícolas que melhor aproveitassem as qualidades do solo da região.

Nesse sentido, ao mesmo tempo em que o governo do Pará tentava eliminar os vários incômodos da viagem até Belém, principalmente a dependência dos ventos e correntezas dos que navegavam pelos rios da região, defendia a construção de novos espaços de produção agrícolas. O entendimento da administração provincial era de que, se por um lado o estabelecimento das estradas evitaria os transtornos provocados pela navegação, por outro, a construção destas vias de acesso deveriam estar associada à implantação de núcleos agrícolas, pois estas estradas seriam utilizadas no transporte de produtos agrícolas dessas áreas de colonização.⁸³

Leitão da Cunha aproveitava o momento para lembrar aos deputados dos vários incômodos que a viagem entre Belém e Bragança causava. Nesse caso, fazia referência à viagem que atravessa parte da baía do Guajará, que banha o porto de Belém, seguindo pelo oceano Atlântico e entrando posteriormente pelo rio Caeté. Para muitos era um caminho considerado extremamente perigoso, pois, se de um lado a navegação em alto mar exigia o uso de grandes embarcações, por outro, essas embarcações não adentrava a barra do Caeté, uma vez que o local era formado por diversos parceiros, ou seja, rochedos que impediam que ali

Maranhão, Pernambuco e Bahia, a lã do Maranhão, aguardente de Pernambuco, café do Ceará, dentre outros diversos produtos procedentes das províncias do Brasil. O comércio com as províncias da Bahia, Ceará, Piauí chegava a somar uma volumosa quantia de aproximadamente 305:000\$000. Sobre esses dados ver: BRASIL. *Comércio de Cabotagem por Províncias*. Estatística do Comércio Marítimo do Brasil do exercício de 1871-1872. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1871, p. 07 e 297.

⁸² PARÁ. *Relatório apresentado pelo Presidente da Província do Pará Dr. Ambrósio Leitão da Cunha à Assembléia Legislativa Provincial em 8 de dezembro de 1858*. Pará, 1858, p. 13.

⁸³ Eugênia Égler identifica na primeira metade do século XIX as dificuldades de acesso a Belém por via marítima, no entanto, destacava que “apesar de perigosa e demorada, ainda representava importância ponderável”. EGLER, Eugênia. *Op. cit.* p. 528.

entrassem as embarcações mais resistentes e de grande porte, e que mais facilmente poderiam expor-se em alto mar.⁸⁴

Não apenas a necessidade de facilitar as vias de comunicação com a capital justificaria a atuação do governo na Zona Bragantina; outras questões devem ainda ser consideradas. Uma delas corresponde à delimitação das terras. A região, segundo o governo provincial, fora pioneira na tarefa de medição de terras públicas,⁸⁵ conforme estabelecia a Lei de nº. 601 de 18 de setembro de 1850, regulamentada pelo Decreto nº. 1318 de 30 de janeiro de 1854, em que estabelecia a discriminação das terras públicas das privadas e a conseqüente aquisição de terras devolutas através de compra.⁸⁶ A intenção do governo era, portanto, facilitar a ocupação de terras devolutas identificadas pelo serviço de medição, de forma que a estrada servisse de atração não só aos lavradores, como também facilitasse a criação dos núcleos coloniais, que o governo deveria ali estabelecer.

Em carta ao governo imperial, a administração da Província do Pará dizia que os trabalhos de abertura da estrada deveriam com a máxima brevidade ter o seu início, sendo acompanhados do estabelecimento, ao longo da via, de diversos postos militares concedidos mediante favores;⁸⁷ favores estes que deveriam ficar a cargo da administração provincial e que consistia de alguns obrigações a que estavam submetidos os colonos que se estabelecessem ao longo da estrada. A intenção da criação dos postos militares era dar segurança aos viajantes, ao mesmo tempo em que, a presença dos soldados ao longo da via poderia garantir a conservação da estrada em condições de transporte. Atendendo a solicitação, o governo imperial autorizou, por aviso de 21 de outubro de 1858, que se “estabelecesse, na referida estrada, de 4 em 4 léguas de distâncias, presídios militares compostos de 4 praças e um cabo, preferindo na escolha desses soldados, sempre os casados”.⁸⁸ A cada um destes indivíduos, seriam pagos um soldo e concedido um lote de

⁸⁴ PARÁ. *Relatório apresentado pelo Presidente da Província do Pará Dr. Ambrósio Leitão da Cunha à Assembléia Legislativa Provincial em 8 de dezembro de 1858*. Pará, 1858, p. 14.

⁸⁵ Todos esses inconvenientes justificariam, segundo Leitão da Cunha, a necessidade de proporcionar a Belém uma via de comunicação com a comarca de Bragança, “não só porque será ela começo da jornada para o Maranhão, como porque, por semelhante meio, haveria o mercado desta capital (no caso Belém), todos os produtos que lhe pode fornecer, e que já lhe fornece a comarca de Bragança, e a esta daríamos para consumidor desses produtos um mercado de importância como o nosso”. PARÁ. *Relatório apresentado pelo Presidente da Província do Pará Dr. Ambrósio Leitão da Cunha à Assembléia Legislativa Provincial em 8 de dezembro de 1858*. Pará, 1858, p. 14.

⁸⁶ BRASIL. *Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850*. Coleção das Leis do Império do Brasil de 1850. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1850; BRASIL. *Decreto nº 1318 de 30 de janeiro de 1854*. Coleção das decisões do Governo do Império do Brasil de 1854. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1854.

⁸⁷ PARÁ. *Relatório apresentado pelo Presidente da Província do Pará Dr. Ambrósio Leitão da Cunha à Assembléia Legislativa Provincial em 8 de dezembro de 1858*. Pará, 1858, p. 13.

⁸⁸ *Ibidem*, p. 14.

62.500 braças quadradas, sobre a qual se adquiriria direito de propriedade depois de três anos de efetiva residência e cultivo.

O plano do governo do Pará em construir uma estrada de rodagem com o propósito de ligar as áreas de produção ao comércio de Belém, assim como dar condições para o estabelecimento de colônias agrícolas, era uma medida que acabava atendendo as exigências do governo imperial para que fossem ampliadas as áreas de plantio na região. Nesse caso, a ordem era para que nos primeiros meses de 1854 o Presidente Leitão da Cunha “escolhesse nos territórios medidos nesta Província, um distrito para formar nele um núcleo colonial”.⁸⁹ A intenção do Império era assegurar a construção de espaços que pudessem atrair colonos estrangeiros, aumentando a população de trabalhadores, sobretudo na atividade agrícola; ao mesmo tempo em que, através desses programas de colonização, o Estado deveria garantir as vendas de terras devolutas.⁹⁰

Assim, o Presidente Leitão da Cunha, em 15 de agosto de 1858 fazia uma leitura na Assembléia Legislativa em que propunha a criação de medidas que facilitassem a atração de colonos estrangeiros para o Pará, incluindo a construção da estrada ligando as cidades de Belém a Bragança. Afirmava naquela ocasião, que no Pará não havia condições para recebimento de imigrantes, uma vez que, a Província não dispunha de serviços em favor da colonização. Segundo Leitão da Cunha era fundamental, para o êxito da colonização, que o governo provincial pudesse garantir

“facilidade, prontidão e abundância, quanta seja necessária, não só para conservar os colonos existentes e afeiçoando-os ao solo, como para convidar outros que venham auferir com eles os gozos de que estiverem de posse”.⁹¹

Reafirmava-se, portanto, que a administração provincial deveria criar medidas que facilitasse a permanência dos colonos estrangeiros, visto que, se entendia que o penoso trabalho de derrubar matas virgens, de construção de vilas no interior das florestas, assim como, de vias de comunicação com os centros de população, “não é por certo tarefa para homens como os estrangeiros, que para aqui vêm, sem a menor idéia de semelhante

⁸⁹ PARÁ. *Relatório lido pelo Exmo. Sr. Vice-Presidente da Província, Dr. Ambrosio Leitão da Cunha, na abertura da primeira sessão ordinária da XI legislatura da Assembléia Legislativa Provincial no dia 15 de agosto de 1858*. Pará, Typ. Commercial de Antonio José Rabello Guimarães, 1858, p. 29.

⁹⁰ BRASIL. *Relatório do anno de 1873 apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 3ª sessão da 15ª legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas José Fernandes da Costa Pereira Júnior*. Rio de Janeiro, Typographia Americana, 1874, p. 168.

⁹¹ PARÁ. *Relatório lido pelo Exmo. Sr. Vice-Presidente da Província, Dr. Ambrosio Leitão da Cunha, na abertura da primeira sessão ordinária da XI legislatura da Assembléia Legislativa Provincial no dia 15 de agosto de 1858*. Pará, Typ. Commercial de Antonio José Rabello Guimarães, 1858, p. 30.

trabalho”.⁹² Nesse sentido, o governo provincial tem a plena convicção de que os estrangeiros que migrarem para o Brasil, não se sentirão, necessariamente, na obrigação de trabalhar na atividade agrícola; caso encontrem meios de vida nos centros urbanos, dificilmente procurarão a vida árdua e penosa das matas. Este seria então o motivo para que o Estado assumisse o compromisso de preparar os terrenos para os plantios, assim como as instalações para os imigrantes, de forma a facilitar a sua permanência nos núcleos coloniais.

“Levado por estas considerações, e movido pelo interesse que tenho, em ver aqui encaminhado a colonização estrangeira, de forma, que não a vejamos comprometida para o futuro, é que defendo que sejam tomadas as medidas necessárias de preparação dos lotes e de construção de vias de acesso aos mercados ”.⁹³

Com essas palavras, Leitão da Cunha justificava a deliberação que havia tomado de construir uma via de comunicação da capital com a cidade de Bragança. No entanto, não se pode deixar de destacar que a construção da estrada de rodagem, fundamental para ligar os centros de produção com o mercado de Belém, viabilizava também a implantação dos núcleos coloniais, visto que, os territórios já medidos, e definidos como terras públicas, com possibilidade de serem utilizados para implantação das colônias agrícolas, se achavam encravados no interior das matas da Zona Bragantina, e sem comunicação com as vilas e freguesias da região. A estrada cruzando essas terras permitiria, portanto, a sua ocupação e a conseqüentemente valorização dessa área, até então devolutas.

O discurso do presidente Leitão da Cunha em defesa de um plano de colonização para a Região Bragantina mostrava-se coerente com as legislações em vigor. Segundo a Lei nº 514 de 28 de outubro de 1848 que garantia a concessão de terras devolutas a cada província que desejasse promover um projeto de colonização,⁹⁴ e o Decreto nº 1318 de 30 de janeiro de 1854, que exigia que essa área tivesse passado por um processo de medição de terras, discriminando as áreas devolutas, públicas e privadas,⁹⁵ não impedia que o Pará se habilitasse a solicitar essas terras. No caso da Província do Pará, apenas a Região Bragantina atendia as exigências da legislação, visto que parte dos trabalhos de medição e demarcação já haviam sido executados. Nesse caso, pode-se considerar que, entre outros fatores, o adiantado trabalho de medição e demarcação das terras pode ter contribuído para que o plano de colonização pensado por Leitão da Cunha tivesse na Região Bragantina seu espaço de execução.

⁹² *Ibidem.*

⁹³ *Ibidem.*

⁹⁴ BRASIL. *Lei nº 514 de 28 de outubro de 1848*. Coleção das decisões do Governo do Império do Brasil de 1848. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1848.

⁹⁵ BRASIL. *Decreto nº 1318 de 30 de janeiro de 1854*. Coleção das decisões do Governo do Império do Brasil de 1854. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1854.

A relação entre a Lei nº. 514 e a criação de um plano de colonização foi ponto principal de um longo debate na Assembléia Legislativa do Pará em 12 de setembro de 1871. Falando da tribuna do parlamento o Deputado Manoel Roque Jorge Ribeiro, por exemplo, lembrava da legislação de 28 de outubro de 1848, como esforço do governo nacional para que se promovesse a colonização nas províncias do Brasil.⁹⁶ A intenção do Deputado, além de fazer uma defesa da atuação da Coroa na criação de medidas para favorecer a agricultura, deixava claro no seu discurso o empenho do Império em assegurar a criação de colônias agrícolas nos terrenos que Leitão da Cunha, já em 1858, defendia como “próprios para promover a colonização através da construção de núcleos coloniais”.⁹⁷

O discurso do Deputado Manoel Roque fazia alusão a um dos seus projetos encaminhados à Assembléia Provincial do Pará. Correspondia ao projeto de lei nº. 1004, que previa a criação de áreas agrícolas ao longo da estrada de Bragança para serem utilizadas na implantação de colônias agrícolas. O Deputado atribuiu o seu projeto como consequência do Artigo 16 de Lei de 28 de setembro de 1848.⁹⁸ Segundo o artigo, a cada uma das províncias do Império ficariam concedidas, em um mesmo ou diferentes territórios, seis léguas em quadra de terras devolutas, as quais seriam exclusivamente destinadas à colonização; sendo que a legislação previa a não utilização do trabalho escravo nessas áreas. Estas terras não poderiam ser transferidas pelos colonos enquanto não estivessem efetivamente aproveitadas, principalmente com o cultivo; revertendo ao domínio provincial se dentro de cinco anos os colonos não tivessem cumprindo estas condições.

A legislação era extremamente favorável à Província do Pará. Na época, o Pará dispunha de terras do que a lei se encarregava de tratar, além do que, conforme afirma o Deputado Manoel Roque, era “incontestável a necessidade e conveniência que há de introduzirmos colonos que vão ratear os terrenos que bordam a estrada entre a capital e a cidade de Bragança”.⁹⁹ A tarefa que restava aos deputados era escolher os terrenos que deveriam pertencer às terras a serem utilizadas para a colonização, pois, enquanto não se remetesse ao governo imperial a planta e descrição dos locais para que se ordene a sua medição e demarcação, a província não poderia dispor das terras destinadas à implantação dos

⁹⁶ PARÁ. *Sessão Ordinária de em 12 de setembro de 1871*. Annaes da Assembléia Legislativa Provincial da Província do Gram-Pará. Pará, Typographia do Diário de Belém, 1871, pp. 148-153.

⁹⁷ PARÁ. *Relatório lido pelo Exmo. Sr. Vice-Presidente da Província, Dr. Ambrosio Leitão da Cunha, na abertura da primeira sessão ordinária da XI legislatura da Assembléia Legislativa Provincial no dia 15 de agosto de 1858*. Pará, Typ. Commercial de Antonio José Rabello Guimarães, 1858, p. 30.

⁹⁸ BRASIL. *Lei nº 514 de 28 de outubro de 1848*. Coleção das decisões do Governo do Império do Brasil de 1848. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1848.

⁹⁹ PARÁ. *Sessão Ordinária de em 12 de setembro de 1871*. Annaes da Assembléia Legislativa Provincial da Província do Gram-Pará. Pará, Typographia do Diário de Belém, 1871, p. 148.

núcleos coloniais. Com a criação da Lei de 18 de setembro de 1850, *Lei de Terras*, a legislação tornava indispensável que depois de feita a escolha de terras devolutas apropriadas à colonização se apresentasse ao governo imperial à descrição do lugar ou lugares do território em que fosse mais conveniente estabelecer os núcleos agrícolas, para que o governo, a partir de então, ordenasse a medição e demarcação das terras.

As orientações de se construir um projeto que estabelecesse nas províncias do Norte uma área para a colonização foram primeiramente encaminhadas a Assembléia Provincial do Maranhão, através do aviso do Ministério da Agricultura de 27 de dezembro de 1854. Tomando conhecimento do aviso, que não chegou a ser encaminhado ao Pará, o Deputado Manoel Roque, na mesma sessão extraordinária que apresentava o projeto de colonização para a Zona Bragantina, defendia a aplicação das medidas prevista no aviso.¹⁰⁰

Segundo a documentação do Ministério da Agricultura, o parlamento provincial teria a tarefa de legislar sobre o programa de construção das áreas agrícolas, criando os critérios de escolha das terras, os tipos de colonos e as formas de ocupação; sendo que os governos provinciais deveriam dispor de terras devolutas para a respectiva colonização. Convinha, porém, que se mantivesse uniforme o sistema de distribuição adotado pela Lei de Terras, ou seja, aos colonos que fossem se estabelecer nos terrenos destinados às áreas de ocupação agrícola, deveria se atentar quanto às formas de aquisição dos terrenos, que não poderiam ser por doação, mas, por compra; e que somente tivessem lugar as concessões gratuitas de limitada extensão de terra. Quanto aos colonos que se estabelecem nessas áreas, estes deveriam cumprir *sólidas garantias* com o governo provincial, ou seja, assumiriam o compromisso de, em curto espaço de tempo, promover o cultivo da terra; caso contrário, o Estado poderia retomar os lotes que foram doados.

Algumas outras exigências eram feitas aos parlamentos provinciais. A vista das reclamações apresentadas pelo aviso de 27 de dezembro de 1854 exigia-se que o projeto de colonização assegurasse alguns benefícios a serem realizados pelo governo provincial nas terras concedidas a construção das colônias, de forma que pudessem ser medidas, demarcadas e divididas, não só para que ficassem extremadas do domínio público ou particular, mas também divididas em território correspondente a pequenas propriedades.

É tentando atender a todas essas exigências que é construído o projeto de colonização proposto pelo Deputado Manoel Roque. Considerando todos esses critérios, o projeto estabelecia a divisão das terras destinadas à criação dos núcleos agrícolas em quadriláteros de

¹⁰⁰ *Ibidem*, p. 149.

6.000 braças de lado, sendo essa área dividida em lotes de 500 braças de frente por 500 de fundo, o que corresponderia a 250.000 braças quadradas cada terreno; projeto que segundo Manoel Roque certamente seria executado pelo governo do Pará e o Império, pois, se por um lado estava em conformidade com as exigências do governo imperial quanto aos programas de medição, demarcação e divisão das terras públicas, por outro, recebia pleno apoio das autoridades provinciais.

Posto em votação, as previsões do Deputado Manoel Roque parecia se confirmarem. Na mesma sessão em que era apresentado, o projeto que assegurava as terras da estrada de Bragança para a criação dos núcleos coloniais, sem grandes debates, estava aprovado.¹⁰¹ Este projeto transformar-se-ia em lei ainda no mesmo mês de sua aprovação, demonstrando o apoio do governo provincial ao projeto. Assim pela legislação provincial nº. 670 de 22 de setembro de 1871, o parlamento provincial autorizava a presidência do Pará a solicitar do governo imperial “a concessão de 6 léguas de terras em quadro ou o equivalente a 36 quilômetros quadrados”, que pelo artigo 16 da Lei 514 de 28 de setembro de 1848 eram concedidos à cada província com fim de serem as terras reservadas a colonização.¹⁰² Sem perder muito tempo, o Presidente da Província, Abreu Braga, em ofício de 16 de outubro do mesmo ano, dirigindo-se ao Ministério da Agricultura, solicitava a concessão das seis léguas de terras, dando assim execução à lei provincial que previa a criação da primeira colônia agrícola da Região Bragantina.¹⁰³

O Presidente Abel Graça, semelhante às administrações anteriores, justificava a escolha dos terrenos como local mais conveniente para a colonização não só pela fertilidade do solo, mas também pela proximidade da capital. Assim, de acordo com o pensamento do governo os colonos, através do trabalho agrícola, poderiam prover-se facilmente do que lhes fossem necessário, além do que, poderiam vender sem demora e sem prejuízo, os produtos agrícolas. Na oportunidade Abel Graça solicitava ao Ministério da Agricultura que se responsabilizasse

¹⁰¹ No debate de aprovação do projeto 1004, que estabelecia as terras da estrada de Bragança para implantação dos núcleos coloniais, realizado na sessão ordinária de 12 de setembro de 1871 estavam presentes os seguintes Deputados: Manoel Roque Jorge Ribeiro (autor do projeto), Antonio Gonçalves Nunes, Raymundo Antonio d’Almeida, Joaquim Pedro Corrêa de Freitas, Manoel Antonio Rodrigues, tenente coronel Hidelbrando Augusto Nunes Lisboa, tenente coronel Raymundo Pereira Lima, José do Ó de Almeida, major José Joaquim de Lima, Dr. Francisco Carlos Mariano, Marcello Lobato de Almeida e major Bernardino de Sena Lameira. Ver: PARÁ. *Sessão Ordinária de em 12 de setembro de 1871*. Annaes da Assembléia Legislativa Provincial da Província do Gram-Pará. Sessão de 1871. Pará, Typographia do Diário de Belém, 1871, p. 145.

¹⁰² PARÁ. *Lei nº 670 de 22 de setembro de 1871*. Coleção das Leis do Governo da Província do Pará de 1871. Pará, Typographia do Diário de Belém, 1871.

¹⁰³ APEP. Códice 1450 (1871-1879). Secretaria da Presidência da Província do Pará. *Minutas de Ofício do Ministério da Agricultura*. Ofício de 16 de outubro de 1871. Este ofício é citado ainda por Domingos José da Cunha Júnior através do relatório de 1º de julho de 1873. In: PARÁ. *Relatório com que Exmo. Sr. Dr. Domingos José da Cunha Junior, Presidente da Província, abriu a 2ª sessão da 18ª legislatura da Assembléia Legislativa Provincial em 1º de julho de 1873*. Pará, Typ. do Diário do Gram-Pará, 1873, p. 46.

com as despesas com o transporte dos colonos, visto que os trabalhos de medir e demarcar as terras estavam saindo por conta dos cofres provinciais.¹⁰⁴

Outro ofício é encaminhado ao Ministério da Agricultura pelo Presidente da Província Domingos José da Cunha Júnior, em 24 de abril de 1873. Segundo administração provincial, apesar da fertilidade do solo, do clima e umidade favorável, a Província do Pará importava os principais produtos consumidos, como, por exemplo, o milho, o feijão, o arroz e o açúcar. Essa fala concorria para que o governo reafirmasse ao Ministério da Agricultura o fato de que no Pará a indústria agrícola passava por dificuldades.¹⁰⁵ Retomava-se assim o antigo discurso do Presidente Leitão da Cunha, que se caracterizava pela associação entre a criação dos núcleos agrícolas e a construção de estradas que facilitasse o transporte da produção de alimentos; entendendo o governo que esses novos locais de colonização ampliariam as áreas de agricultura, enquanto que as estradas permitiriam que os produtos de diversas vilas e freguesias fossem comercializados em Belém.

Associar a criação dos núcleos agrícolas à construção de estradas que não apenas facilitassem a comunicação entre o mercado de Belém e as colônias agrícolas, mas também outras áreas de produção de alimento atendiam também os interesses de alguns proprietários de terra. Isso se devia as reclamações quanto ao isolamento das áreas produtoras. Nesse aspecto, a proposta era criar outras formas de transporte, além do que era realizado pelos rios e igarapés, visto como demorado e dependente dos períodos de cheia e vazante.

Um bom exemplo disso é o caso de Eleuterio Maximiano Terra, capitão da reserva e agregado ao 1º Batalhão de Infantaria da Guarda Nacional da capital do Pará, possuidor de uma propriedade conhecida como “Retiro da Saudade”, de aproximadamente meia légua na freguesia de Inhangapy, comarca de Belém. Ao que tudo indica Eleutério Terra era um dos proprietários que dependia da criação de outras vias de comunicação até a capital, nas quais pudesse transportar seus produtos, principalmente gêneros agrícolas e madeiras.¹⁰⁶

Assim, de acordo com o “Auto de Medição e Demarcação de Terras” do ano de 1877, requerido por Eleuterio Terra, suas terras estavam localizadas a margem do rio Inhangapy, subindo pelo igarapé Patanateua. Essa propriedade era composta de uma casa coberta de telha, que servia para morada da família, tendo aos fundos da residência um depósito para colheita,

¹⁰⁴ PARÁ. *Relatório apresentado á Assembléia Legislativa Provincial na primeira sessão da 18ª legislatura em 15 de fevereiro de 1872 pelo Presidente da Província, Dr. Abel Graça*. Pará, Typ. do Diário do Gram-Pará, 1872, p. 58.

¹⁰⁵ PARÁ. *Relatório com que Exmo. Sr. Dr. Domingos José da Cunha Junior, Presidente da Província, abriu a 2ª sessão da 18ª legislatura da Assembléia Legislativa Provincial em 1º de julho de 1873*. Pará, Typ. do Diário do Gram-Pará, 1873, p. 46.

¹⁰⁶ ITERPA. *Auto de Medição e Demarcação de Terras do requerente Eleutério Maximiano Terra*. Processo nº. 000001/1877 de 14 de junho de 1877. Folhas: 0001-0096.

onde era armazenada parte da produção que servia para consumo da família e de seus trabalhadores; além da presença de um rancho coberto de palha em que moravam os escravos em número de 10, duas casas também cobertas de palha que serviam para abrigar dois fornos de cobre para o fabrico de farinha e uma engenhoca manual para garapa. Produzia-se café, tabaco, milho, arroz, mandioca e outros gêneros, dos quais parte era retirada para subsistência dos escravos e da família, sendo o restante comercializado; sem falar de que esta área era possuidora de madeiras como maçaranduba e o pau d'arco, muito bem aceitas no mercado de Belém.¹⁰⁷

Construir vias de comunicação com esses locais de produção, a exemplo das terras do capitão Eleutério Maximiano Terra, era tomado pelo governo provincial como necessidade para se desenvolver a atividade agrícola no Pará e o aproveitamento de outros recursos produzidos nessas áreas, a exemplo da madeira. Para Domingos José da Cunha Júnior o plano de implantação de colônias agrícolas na Zona Bragantina deveria acompanhar essas demandas, de forma que as áreas de colonização fossem construídas em locais que pudessem interligar as várias propriedades.¹⁰⁸

Outra questão sugerida pelos pronunciamentos das autoridades era o fato de que no Pará necessitava-se não apenas de atrair imigrantes, conforme apontava o Ministério da Agricultura quando fazia referência aos núcleos agrícolas, mas também oferecer aos “colonos do Pará terrenos, a princípios perto da capital, assim como criar condições de protegê-los quanto for possível”.¹⁰⁹ O problema colocado pelo Presidente Domingos José da Cunha Júnior dava um novo caráter a essas áreas de colonização, deixava de ser apenas um espaço para atrair colonos estrangeiros, constituindo-se também enquanto local para abrigar colonos da própria Província que quisessem se dedicar a atividade agrícola e até mesmo colonos envolvidos, possivelmente, em disputas de terras.

De fato, o próprio Capitão Eleutério Terra, citado anteriormente, em 14 de junho de 1877 resolveu procurar o Juiz Comissionário da Comarca de Belém, Dr. João Damasceno, para solicitar a medição e demarcação de suas terras, visto que partes delas estariam sendo ocupadas, segundo o requerente, por “aventureiros”; solicitando, inclusive, que o governo garantisse outros locais para estabelecer os que tentavam ocupar suas terras.¹¹⁰ Nesse caso,

¹⁰⁷ *Ibidem.*

¹⁰⁸ PARÁ. *Relatório com que Exmo. Sr. Dr. Domingos José da Cunha Junior, Presidente da Província, abriu a 2ª sessão da 18ª legislatura da Assembléia Legislativa Provincial em 1º de julho de 1873.* Pará, Typ. do Diário do Gram-Pará, 1873, p. 47.

¹⁰⁹ *Ibidem.*

¹¹⁰ ITERPA. *Auto de Medição e Demarcação de Terras do requerente Eleutério Maximiano Terra.* Processo nº. 000001/1877 de 14 de junho de 1877. Folhas: 0008-0013.

pode se sugerir que a criação dos núcleos agrícolas como locais para abrigar colonos do Pará poderia também estar sendo pensado como forma de resolver as tensões entre esses colonos, então qualificados como “aventureiros”, e os que reivindicam serem os donos das terras.

A questão de que os núcleos coloniais poderiam está sendo pensados como espaços para aliviar os conflitos entre colonos e os que se denominavam dono de terras, deve ser pensada na perspectiva de que o interesse dos proprietários não estava circunscrito ao domínio da terra, mas também o controle sobre os homens que ali habitavam e passariam a ocupar as colônias agrícolas.¹¹¹ Isto explica a solicitação do Capitão Eleutério Terra para que os homens envolvidos nas disputas por terras fossem encaminhados para espaços onde pudessem permanecer sobre o controle do Estado, já que estes não estavam dispostos a se submeter aos mandos do proprietário. Em outras palavras, o deslocamento de colonos para os núcleos agrícolas não apenas possibilitava a apropriação de novas áreas pelos grandes proprietários, mas também o controle sobre esses colonos, exercido através da administração provincial. Seria aquilo que Rosa Acevedo Marim, analisando os conflitos agrários no Pará, chamou de “intervenções do Estado, sob o pretexto de serem alavanca do desenvolvimento econômico e progresso social”.¹¹²

Os diversos interesses que envolviam a criação das colônias agrícolas pareciam exigir do Presidente de Província habilidades no sentido de gerenciar esses problemas; e como observamos Domingo José da Cunha Junior parece desenvolver bem essa atribuição de um bom negociador. Diante dessa complexa rede de interesses tinha ainda que lidar com as reclamações do Ministério da Agricultura quanto à baixa produção agrícola, exigindo das administrações provinciais que propusessem medidas que garantisse o aumento das áreas destinadas a agricultura.¹¹³ Tendo ainda de lidar com as cobranças do governo imperial, Domingos José da Cunha Junior passa a perceber os núcleos coloniais com espaços capaz de atender essas exigências; chegando, inclusive a afirmar que a partir da criação dessas novas

¹¹¹ Esta reflexão tem como referência os trabalhos de Márcia Motta sobre os conflitos de terra no Brasil do século XIX. Nesse aspecto afirma a autora: “A luta pela terra expressava, não somente a possibilidade de obter o domínio sobre a mesma, mas também sobre os homens que ali habitavam ou desejavam habitar”. MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas Fronteiras do Poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Vício de leitura : Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998, p. 39.

¹¹² ACEVEDO MARIN, Rosa. “Conflitos no Pará”. In: FONTES, Edilza (Org). *Contando a História do Pará*. Belém: Enotion, 2002, p. 01.

¹¹³ BRASIL. *Relatório do anno de 1874 apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 4ª sessão da 15ª legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas José Fernandes da Costa Pereira Júnior*. Rio de Janeiro, Typographia Americana, 1875, pp. 11-13.

áreas de produção agrícola “o mercado da capital estará abastecido de produtos, que atualmente são importados por preços elevados”.¹¹⁴

A intenção das autoridades provinciais era, portanto, a partir da ampliação das áreas de cultivo, atender as demandas do comércio local; o que colocava a criação dos núcleos coloniais também como estratégias para desenvolver a economia regional, visto que, uma das metas das colônias agrícolas era garantir, através dos produtos vindos desses núcleos, o abastecimento dos mercados que antes dependiam do comércio com outras províncias.

Os propósitos apresentados pelos presidentes do Pará, principalmente Domingos José da Cunha Júnior receberam um apoio mais incisivo das autoridades imperiais, somente em 1874, quando José Fernandes da Costa Pereira Júnior tomou posse do Ministério da Agricultura. Dentre as metas do novo Ministro, que assumia o principal órgão responsável pelos novos rumos que deveria tomar a agricultura no Brasil, estava o de promover o desenvolvimento da atividade agrícola no país; o que para o Ministério consistia na valorização dos produtos que pudessem ser utilizados no comércio de exportação e na criação de novas áreas de cultivo; uma posição também compartilhada pelo governo do Pará.

Desse modo, para José Fernandes da Costa Pereira Júnior uma das formas de aumentar a produção nacional era investir na criação de novas áreas de produção de alimento que se caracterizasse pelo cultivo, em pequenas propriedades, para abastecimento das cidades; deixando as grandes áreas de produção para atender o comércio de exportação.¹¹⁵ O aviso do Ministério da Agricultura era para que as novas áreas de produção agrícolas, a exemplo dos núcleos coloniais, além de se caracterizassem como espaços de produção de alimentos para atender os mercados locais, deveriam ser controladas diretamente pelas autoridades da província.

As palavras do Ministro ganhavam força no Pará na administração de Pedro Vicente de Azevedo,¹¹⁶ que não apenas concordava que essas novas áreas de cultivo estivessem sob o controle do Estado, mas que em pouco tempo de plantio estas áreas teriam condições de produzir para atender os mercados de Belém e outras províncias do país. De acordo com a administração provincial esta possibilidade de um rápido desenvolvimento da atividade

¹¹⁴ PARÁ. *Relatório com que Exmo. Sr. Dr. Domingos José da Cunha Junior, Presidente da Província, abriu a 2ª sessão da 18ª legislatura da Assembléia Legislativa Provincial em 1º de julho de 1873*. Pará, Typ. do Diário do Gram-Pará, 1873, p. 46.

¹¹⁵ BRASIL. *Relatório do anno de 1874 apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 4ª sessão da 15ª legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas José Fernandes da Costa Pereira Júnior*. Rio de Janeiro, Typographia Americana, 1875, p. 11.

¹¹⁶ PARÁ. *Relatório apresentado a Assembléia Legislativa Provincial na primeira sessão da 19ª legislatura pelo Presidente da Província do Pará, Exmo. Sr. Dr. Pedro Vicente de Azevedo, em 15 de fevereiro de 1874*. Pará, Typ. do Diário do Gram-Pará, 1874, p. 64.

agrícola estava associada a grandes extensões de terras disponíveis para o cultivo e a fertilidade do solo; necessitando apenas de investimentos do governo imperial.¹¹⁷

Os debates em torno dos propósitos a que se propõem os núcleos coloniais corriam paralelos aos trabalhos de medição das terras da estrada de Bragança. Em conformidade com o aviso do Ministério da Agricultura de 07 de julho de 1873 a presidência da Província havia designado os engenheiros Julião Honorato Corrêa de Miranda, Guilherme Francisco Cruz e Antonio Joaquim de Oliveira Campos, para procederem na estrada de Bragança à medição e demarcação das seis léguas de terras.¹¹⁸ Ainda em 1873 era dado início a delimitação dos lotes; trabalhos que não pôde ser concluído no mesmo ano devido à chegada do inverno e das fortes chuvas que caíam no local. Até a chegada do inverno estavam demarcados apenas 170 lotes.

O processo de medição e demarcação das terras foi acompanhado por uma série de mediadas estabelecidas pelo o governo provincial que tinham a finalidade de organizar a ocupação da colônia agrícola.¹¹⁹ Estas medidas não apenas correspondiam a algumas obrigações do poder público como também dos colonos, sejam nacionais e estrangeiros que ocupariam esse espaço. A primeira medida estabelecia que a administração provincial determinasse um valor anual para ser aplicado na demarcação e preparo das terras que tivessem de ser concedidas aos imigrantes; sendo que esses valores deveriam vir, não apenas do governo do Pará, mas também do Ministério da Agricultura. Quanto aos serviços iniciais de limpeza dos lotes defendia-se a utilização dos trabalhos de colonos da própria Província, acostumados ao pesado serviço de desbravar as matas.¹²⁰

¹¹⁷ O posicionamento adotado pelo Presidente Pedro Vicente de Azevedo era compartilhado por alguns dos governantes do Norte do Brasil. Desse modo, o Presidente da Província do Maranhão, Augusto Olympio Gomes de Castro, em 1874, defendia maiores investimentos na agricultura desenvolvida nas províncias do Norte do país. Tal como se fazia no Pará, demonstra preocupações com o abandono da pequena lavoura, que tinha como principal causa à falta de investimentos. Citava como exemplo disso o arroz que “em tempos passados figurava vantajosamente, e igualmente a farinha de mandioca que além de preços elevados era exportada de outras regiões”. MARANHÃO. *Relatório com o Exmo. Sr. Dr. Augusto Olympio Gomes de Castro passou a administração da província ao 3º Vice-Presidente, o Exmo. Sr. Dr. José Francisco de Viveiros no dia 18 de abril de 1874*. Maranhão Typ. do Paiz, 1874, p. 42.

¹¹⁸ PARÁ. *Relatório com que Exmo. Sr. Dr. Domingos José da Cunha Junior passou a administração da Província do Pará ao 3º Vice-Presidente, o Exmo. Sr. Dr. Guilherme Francisco Cruz em 31 de dezembro de 1873*. Pará, Typ. do Diário do Gram-Pará, 1873, p. 23.

¹¹⁹ Estas medidas foram defendidas na Assembléia Provincial pelo Presidente Abel Graça, em 15 de fevereiro de 1872. PARÁ. *Relatório apresentado á Assembléia Legislativa Provincial na primeira sessão da 18ª legislatura em 15 de fevereiro de 1872 pelo presidente da província, Dr. Abel Graça*. Pará, Typ. do Diário do Gram-Pará, 1872, p. 57.

¹²⁰ PARÁ. *Relatório apresentado á Assembléia Legislativa Provincial na primeira sessão da 18ª legislatura em 15 de fevereiro de 1872 pelo presidente da província, Dr. Abel Graça*. Pará, Typ. do Diário do Gram-Pará, 1872, pp. 57-58.

As medidas defendidas no governo de Abel Graça previam ainda que, parte dos terrenos destinados à colonização deveria ser vendida aos imigrantes, sendo que, o restante ocupado por colonos nacionais, criando com isso uma classe de pequenos lavradores. O processo de venda dos terrenos estabelecia ainda, alguns critérios, como o que previa que após a demarcação dos ditos terrenos, estes seriam divididos e numerados: os números pares seriam distribuídos gratuitamente e os números ímpares seriam vendidos, tendo preferência os imigrantes já estabelecidos na colônia agrícola. O plano do governo dava ainda liberdade aos imigrantes para escolherem os lotes, ou de contratarem serviços de outros lavradores, desde que não empregassem trabalho escravo.¹²¹

Em 1874 o governo do Pará dava por completo o serviço de medição e demarcação em 116 lotes de terrenos ocupando uma área de mais de uma légua quadrada;¹²² quantidade ainda pequena comparada a que foi destinada para a colonização, que correspondia a 36 léguas quadradas, cerca de 216 quilômetros quadrados de terrenos; o que demonstrava que muitos trabalhos aguardavam os que se aventuravam a ocupar essas terras. Somente em 1875 registra-se a chegada dos primeiros colonos para ocupar os lotes então demarcados, inaugurando a primeira colônia agrícola na Zona Bragantina, no caso, o Núcleo Colonial de Benevides, como passaria a ser chamada. Como afirmava o Presidente do Pará, em 1875, Francisco Maria de Sá e Benevides, “estava lançado à semente da colonização na estrada de Bragança”.¹²³

¹²¹ *Ibidem.*

¹²² PARÁ. *Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Guilherme Francisco Cruz 3º Vice-Presidente passou a administração passou a administração da província ao Exmo. Sr. Dr. Pedro Vicente de Azevedo em 17 de janeiro de 1874.* Typ. do Diário do Gram-Pará, 1874, p. 13.

¹²³ CRUZ, Ernesto. *A estrada de Ferro de Bragança: visão social, econômica e política*, p. 07.

CAPÍTULO II

Princípio e Existência

1. Os colonos

O Núcleo Colonial de Benevides, distante aproximadamente 5 léguas da capital do Pará, situado segundo Francisco Maria de Sá e Benevides “num magnífico local comunicando com os mercados de Belém, por uma estrada de rodagem e pelos portos de Benfica, Marituba e Tuyassu?”, recebeu ao longo do ano de 1875 colonos de diferentes nacionalidades.¹²⁴ No período de inauguração, 13 de junho de 1875, segundo dados do governo, a colônia possuía 20 colonos estrangeiros, sendo:

IMIGRANTES NA COLÔNIA BENEVIDES EM 13 DE JUNHO DE 1875¹²⁵

NACIONALIDADE	INDIVÍDUO
Franceses	16
Italianos	01
Belgas	01
Argentinos	02
TOTAL	20

Fonte: Relatório da Presidência do Pará, 15/02/1877.

Os dados fornecidos pelo governo do Pará registravam ainda, o constante envio de colonos para Benevides durante todo o segundo semestre de 1875. Até o mês de outubro a colônia já contava com 159 estrangeiros, conforme pode ser observado:

¹²⁴ PARÁ. *Relatório apresentado pelo Exmo. Sr. Dr. Francisco Maria Corrêa de Sá e Benevides, Presidente da Província do Pará, á Assembléia Legislativa Provincial na sua sessão solene de instalação da 20ª legislatura, no dia 15 de fevereiro de 1876.* Pará, 1876, p. 48.

¹²⁵ *Ibidem.*

ENTRADA DE IMIGRANTES NA COLÔNIA BENEVIDES, 2º SEMESTRE DE 1875¹²⁶

DATA DE ENTRADA	NACIONALIDADE	INDIVÍDUO
10/07/1875	Franceses	27
	Italianos	05
	Espanhóis	09
	Belgas	04
	Prussianos	01
10/08/1875	Franceses	18
	Italianos	04
	Espanhóis	21
	Inglese	03
	Alemães	09
	Suíço	02
	Norte-americano	01
29/08/1875	Franceses	20
	Italianos	11
	Espanhóis	01
	Suíço	01
07/09/1875	Espanhol	01
30/09/1875	Prussiano	01
01/10/1875	Franceses	06
	Italianos	14
	TOTAL	159

Fonte: Relatório da Presidência do Pará de 15/02/1877.

Em pouco menos de um ano, Benevides registrava um número de 179 imigrantes que haviam passado pela colônia, desde a sua inauguração. A quase totalidade desses colonos era conduzida pelas autoridades provinciais, principalmente pela Comissão de Colonização. De acordo com Ernesto Cruz, esta Comissão estava constituída pelo bacharel e proprietário de terras Antonio Gonçalves Nunes, que posteriormente assumiria a sua presidência, engenheiro Guilherme Francisco Cruz, Coronel Francisco Xavier Pereira de Mello, os comerciantes Francisco Gaudêncio da Costa e Fortunato Alves de Souza, além do cônsul dos Estados Unidos (substituído posteriormente pelo cônsul do Império Alemão) e vice-cônsul da França.¹²⁷

Nomeada pela presidência de província a Comissão de Colonização tinha, entre outras atribuições, o encargo de providenciar o recebimento e acolhimento desses imigrantes. No entanto, o que se observa é que a importância desta Comissão não se reduzia a garantir apenas o pronto recebimento dos imigrantes, mas foi pensada pela presidência do Pará como representativa dos interesses de setores da sociedade paraense envolvidos na colonização, como comerciantes, proprietários e autoridades provinciais.

¹²⁶ *Ibidem.*

¹²⁷ CRUZ, Ernesto. *A estrada de ferro de Bragança: visão social, econômica e política*, p. 07.

No caso da presença dos cônsules dos países que deveriam enviar maior número de imigrantes, esta era importante para as autoridades provinciais não apenas por que legitimava a política de colonização estrangeira frente a essas nações, como também deveria facilitar o envio de colonos, uma vez que, as informações de que a Comissão de recebimento e acomodação dos imigrantes estava composta por cônsules de diferentes nacionalidades refletiria, junto aos países europeus, como maior garantia do adequado estabelecimento desses colonos no Pará. Nesse aspecto, Zuleika Alvin em estudo sobre a imigração no Sudeste do Brasil, identifica um papel importante desenvolvidos pelos cônsules no processo de colonização, que era a garantia junto aos imigrantes de que estes teriam alguém para defender os seus interesses; o que, guardada as devidas proporções, encorajava muitos colonos a se aventurar em terras até então desconhecidas.¹²⁸

Quanto ao envio de colonos a Benevides, o que se observa é o registro de duas situações: havia os imigrantes que eram conduzidos pela Comissão de Colonização e outros que se deslocavam para colônia sem o auxílio da administração provincial. No caso dos que se deslocavam com os seus próprios recursos a orientação da presidência do Pará era de que estes deveriam, quando da sua chegada à colônia, receber as atenções da Comissão de forma que pudessem ter o mesmo tratamento dos colonos que fossem encaminhados pelo governo. O espanhol Antonio Justo Leston, casado com a brasileira Antonia Alves Pereira, que haviam chegado a Benevides em 07 de setembro de 1875 e o prussiano Carlos Luiz Bergmon e que chegou no dia 30 do mesmo mês, correspondem a alguns dentre muitos outros colonos que sem auxílio das autoridades provinciais resolveram ocupar um dos lotes da Colônia Benevides.¹²⁹

Os imigrantes que tinham como destino os núcleos coloniais do Pará eram encaminhados pela Agência de Colonização com sede no Rio de Janeiro, primeiro porto de desembarque, quando da chegada ao Brasil. Ainda no Rio de Janeiro, a Agência se encarregava de fazer uma listagem dos que deveriam seguir com destino ao Pará, identificando os nomes, data de embarque e o vapor. Em algumas listas, preenchidas por

¹²⁸ Nesse caso Zuleika Alvin cita alguns exemplos que justificavam a importância dos cônsules em defesa dos interesses dos colonos europeus, como, por exemplo, os relatos de homens que saíam à noite das fazendas paulistas e que tinham suas mulheres e filhos seqüestrados pelos patrões por causa das dívidas contraídas com antecipações salariais em dinheiro e gênero alimentícios. Nesse caso a intervenção dos cônsules era, quase sempre, necessária para libertá-los. ALVIM, Zuleika. "Imigrantes: a vida privada dos pobres do campo". In: SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da vida privada no Brasil. República: da Belle-Époque à era do Rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, vol. 03, p. 236.

¹²⁹ PARÁ. *Relatório apresentado pelo Exmo. Sr. Dr. Francisco Maria Corrêa de Sá e Benevides, Presidente da Província do Pará, à Assembléia Legislativa Provincial na sua sessão solene de instalação da 20ª legislatura, no dia 15 de fevereiro de 1876*. Pará, 1876, p. 49.

registradores mais atentos, havia a preocupação de identificar a idade, estado conjugal e a profissão desses imigrantes. Analisando essas listagens fornecidas pela Agência de Colonização e comparando com o registro desses imigrantes nas documentações do governo do Pará, principalmente nas atas e ofícios da Comissão de Colonização, foi possível fazer o levantamento de informações sobre 182 estrangeiros que seguiram para Benevides durante os anos de 1875 e 1876, identificando o nome, idade, estado conjugal, ocupações e países de origem, assim como a data de embarque no porto do Rio de Janeiro e o vapor que os conduziram até o Pará.¹³⁰

Partindo dos Estados Unidos e de diversos países europeus como Alemanha, França, Itália, Portugal, Espanha, Suíça, Inglaterra e Bélgica; os franceses eram a maioria. Dos 182 imigrantes, um número considerável desse total, ou seja, 90 imigrantes eram da França; seguido dos italianos com 39 e os espanhóis que correspondia a 27. Os dados destacam ainda uma predominância de imigrantes masculinos, expondo que o modelo de imigração para a Colônia Benevides não se caracterizou como familiar. Esta informação se justifica pela crescente proporção dos que foi possível identificar a situação conjugal, cerca de 80% apresentam-se como solteiro. Há ainda de se incluir os que, embora se declarando casado, possam ter viajado sem a família; o que pode evidenciar uma imigração temporária com predomínio de homens adultos e sozinhos; condições que tornavam mais elevada as expectativas de retorno a sua terra de origem, ou ainda, facilitava o deslocamento para outras áreas de colonização a procura de melhores condições.

Embora fossem colocados na condição de colonos pelas autoridades provinciais, apenas 46 dos 182 imigrantes teve nos seus registros a identificação de agricultores pela Agência de Colonização.¹³¹ Assim, sobre as atividades profissionais dos primeiros imigrantes estrangeiros que chegaram à Colônia Benevides o quadro resultante revela considerável contraste com relação às imagens difundidas no Brasil que associavam o imigrante, principalmente europeu,

¹³⁰ Essas listagens, em número de 20 no total, fazem parte do acervo do Arquivo Público do Pará e estão organizadas na documentação avulsa do governo do Pará, Caixa 340, período de 1874-1879. As informações com o nome do colono, idade, estado conjugal, profissão, vapor de embarque e data da chegada ao porto de Belém foram organizadas em uma tabela e disponibilizada na parte em anexo deste trabalho, item 01.

¹³¹ A concepção de colono compreendida pelas autoridades provinciais do Pará e do Império na segunda metade do século XIX estava restrita a idéia de trabalhador com experiência na atividade agrícola. Utilizaremos ao longo deste trabalho o termo colono para designar os imigrantes e migrantes, nacionais e estrangeiros, conduzidos aos núcleos coloniais e que receberam ou adquiriram terras, em pequenos lotes. Para uma leitura sobre o conceito de colono ver: GREGORY, Valdir. "Colono". In: MOTTA, Márcia. *Dicionário da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, pp. 102-103.

como capaz de “preparar e cultivar as terras, elevando as profissões agrícolas no Pará”.¹³² Essa característica, de fato, não corresponde à realidade dos estrangeiros que se instalaram inicialmente em Benevides. A reconstrução dos quadros ocupacionais, conforme observamos a seguir, revelava um cenário profissional mais diversificado do que esperavam as autoridades do Pará:

OCUPAÇÕES DE IMIGRANTES CONDUZIDOS A COLÔNIA BENEVIDES, 1875¹³³

OFÍCIOS	FRANÇA	ITÁLIA	BÉLGICA	ESPANHA	INGLATERRA	EUA	SUÍÇA	ALEMANHA	PORTUGAL	TOTAL
Agricultor	22	15	1	6	-	-	1	1	-	46
Alfaiate	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Barbeiro	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Caixeiro	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Carpinteiro	2	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Carvoeiro	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Comerciante	4	1	-	-	-	-	-	-	-	5
Cozinheiro	2	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Criado	-	-	-	3	-	-	-	-	-	3
Diarista	2	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Escultor	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Ferreiro	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Fundidor	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1
Industrial	2	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Jardineiro	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Marceneiro	2	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Mecânico	-	1	-	1	-	-	-	-	-	2
Mineiro	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Moleiro	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1
Padeiro	-	-	-	2	-	-	-	-	-	2
Pedreiro	1	1	-	1	-	-	-	-	-	3
Pintor	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1
Sapateiro	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Serralheiro	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Servente	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Trabalhador	1	5	-	7	-	-	-	-	1	14
Sem Dados	46	14	4	7	2	1		8		82
TOTAL	89	40	5	29	2	1	2	9	1	182

Fonte: Secretaria da Presidência do Pará, ofícios da comissão de colonização, 1875.

¹³² PARÁ. *Relatório com que Exmo. Sr. Dr. Domingos José da Cunha Junior passou a administração da província do Pará ao 3º vice-presidente, o Exmo. Sr. Dr. Guilherme Francisco Cruz em 31 de dezembro de 1873*. Pará, Typ. do Diário do Gram-Pará, 1873, p. 25.

¹³³ APEP. Caixa 340 (1874-1879). *Ofícios da Comissão de Colonização, 1875*. Documentação Avulsa da Secretaria da Presidência da Província do Pará. Colonização e Imigração, 1875.

Conforme registro das ocupações desenvolvidas pelos imigrantes, observa-se a categoria de agricultores como a mais numerosa, o que não necessariamente significava que fossem realmente agricultores. Não se podem descartar duas questões que ajudam explicar esta situação: a primeira que corresponde à idéia de que parte desses imigrantes, em razão das exigências do governo brasileiro de se conduzir para o país indivíduos habilitados ao trabalho agrícola, acabava se declarando agricultor, mesmo não sendo; ou ainda, por que sua expectativa de ocupação futura era o trabalho agrícola, o que acabava facilitando para que se apresentassem como habilitado ao desenvolvimento de atividades relacionadas à agricultura. Por outro lado, um conjunto de denominações profissionais diferentes como fundidor, alfaiate, barbeiro, caixeiro, carpinteiro, carvoeiro, comerciante, cozinheiro, diarista, ferreiro, fundidor, industrial, jardineiro, marceneiro, mecânico e mineiro, nos dá a idéia de que a imigração para Benevides acabava frustrando as perspectivas do governo do Pará, que pretendia encaminhar para os núcleos de colonização apenas trabalhadores habilitados ao trabalho agrícola, os chamado “agricultores de profissão”.

Outro dado a ser considerado é a grande quantidade de imigrantes que não aparecem com informações sobre a sua ocupação; o que pode evidenciar a falta de uma atividade definida ou uma estratégia de omitir o seu ofício, de forma a não contrariar os interesses das autoridades brasileiras. Há ainda os que foram registrados com o ofício de trabalhador; palavra que poderia exprimir diversas atividades. A justificativa para o uso desta palavra na identificação do tipo de ocupação dos imigrantes poderia estar relacionada à ausência de uma ocupação definida ou constituía uma estratégia de não identificar a antiga ocupação, possibilitando exercer qualquer outra atividade; nesse caso a omissão do tipo de ofício em que estava habilitado a executar poderia assegurar maiores oportunidades de trabalho.

Considerando o movimento migratório do século XIX, duas características de imigrantes, segundo Felipe de Alencastro e Luiza Renaux, eram pensados para ocupar as terras do Brasil: os que se destinassem a substituir o trabalho escravo, não havendo grandes exigências quanto às características étnicas e culturais; e os que deveriam ser utilizados como instrumentos de “civilização”.¹³⁴ No caso da Colônia Benevides o caráter civilizatório deveria

¹³⁴ ALENCASTRO, Luiz Felipe & RENAUX, Maria Luiza. “Caras e modos dos migrantes e imigrantes”. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe (org.). *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 293-294. Para um estudo sobre imigração ver: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. São Paulo, 1994. CARNEIRO, J. Fernando. *Imigração e Colonização no Brasil*. Rio de Janeiro: Universidade do Brasil, 1950; DAVATZ, Thomas. *Memória de um colono no Brasil (1850)*. Belo Horizonte, 1980; FRANZINA, Emílio. *La Grande Emigrazione*. Veneza, Marsilio Editori, 1976; LEVY, Maria S. F. “O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872/1972)”. *Revista de Saúde Pública*, nº 08. São Paulo, 1974; MARTINS, José de Souza. *Imigração e a crise do Brasil Agrário*. São Paulo, Pioneira, 1966; NEIVA, A.

ser percebido no desenvolvimento de novas técnicas de plantação; condição que explica as expectativas construídas pelas autoridades provinciais quanto a imigração de colonos europeus, pensados pelo governo como mais aptos a promover o desenvolvimento agrícola.

De acordo com Thereza Petrone estas diferentes características da imigração para o Brasil resultaram na consolidação de dois principais “modelos” de núcleos coloniais: os destinados a atrair braços para as grandes lavouras de café, predominantes na região Sudeste, e as colônias agrícolas construídos com o objetivo de ocupar terras anteriormente “desocupadas e cobertas de florestas”; característica comum dos núcleos coloniais do Sul do país.¹³⁵

No caso da Zona Bragantina, já em 1916 o engenheiro Palma Muniz destacava a implantação de colônias de povoamento, como característica do processo de ocupação dessa área;¹³⁶ compreensão retomada anos mais tarde nos trabalhos de Ernesto Cruz¹³⁷ e Antonio Rocha Penteado¹³⁸. Nesse contexto, Roberto Santos aponta o fato de que a significativa entrada de colonos estrangeiros durante o século XIX ocorre somente a partir da década de 1870, quando o governo assume o controle e financiamento da colonização.¹³⁹ Os registros da administração provincial apontam, no entanto, a preocupação do governo com os tipos de colonos que deveriam ser encaminhados ao Pará; e nesse aspecto a Colônia Benevides estava muito mais caracterizada como núcleo de ocupação produtiva, ou seja, deveria ao mesmo

H. & CARNEIRO, J. F. *O problema imigratório brasileiro*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1945; PETRONE, Maria Thereza Schorer. “Imigração Assalariada”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. T. III, vol. 02. São Paulo, Brasiliense, 1982.

¹³⁵ PETRONE, Maria Thereza Schorer. *O imigrante e a pequena propriedade*. São Paulo: Brasiliense. 1982, p. 25-37. Sobre os modelos de colonização através de núcleos coloniais Luiza Andreazza e Sérgio Nadalin chamaram de colônias de mão-de-obra, para as correspondentes a região Sudeste e de colônia de povoamento para as do Sul do Brasil. ANDREAZZA, M. L. & NADALIN, S. O. “O cenário da colonização no Brasil Meridional e a família imigrante”. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, volume 11, nº 01, 1994, p.64.

¹³⁶ MUNIZ, João de Palma. *Op. cit.* pp. 35-36.

¹³⁷ CRUZ, Ernesto. *A Estrada de Ferro de Bragança: Visão Social, Econômica e Política*, p. 03.

¹³⁸ PENTEADO, Antonio Rocha. *Op. cit.* p. 106.

¹³⁹ Antes da década de 1870, Roberto Santos identifica dois programas de colonização para a Amazônia: o primeiro desenvolvido pela Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas, iniciado em 1854; sendo responsável pela introdução de 1.061 colonos portugueses, 30 chineses, e a implantação de dois núcleos, a Colônia Mauá e a Itacoatiara, o primeiro nas proximidades de Manaus e o segundo no município de Serpa. Outro empreendimento teria sido organizado pelo major americano Lansford Warson Hastings, que encaminhou para a Colônia Bom Gosto, em Santarém, entre 160 e 200 imigrantes, nos anos de 1866 e 1867. SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. *Op. Cit.*, pp. 88-91. Para um estudo sobre a imigração na Amazônia ver também os trabalhos de: ASSIS, Eneida Corrêa de. *Problemática para formação de uma política migratória para a Amazônia*. FIPAM/NAEA; Belém, 1976; CORPES, Raimundo Silva. *Migrantes e imigrantes no Pará da virada do século (1898-1908)*. Belém, UFPA, Monografia de Conclusão de Curso de História, 2002; CRUZ, Ernesto. *Colonização do Pará*; LACERDA, Franciane Gama. “Infância e Imigração no Estado do Pará (final do século XIX, início do século XX)”. In: BEZERRA NETO, José Maia & GUZMAN, Décio de Alencar (Orgs). *Terra natura: historiografia e história social na Amazônia*. Belém: Paka-Tatu, 2002, pp. 395-406; LIMA, Adriana Maria Miranda. *A imigração em Belém no século XIX*. Belém, UFPA, Monografia de Conclusão de Curso de História, 1997; MUNIZ, João de Palma. *Estado do Grão-Pará. Imigração e Colonização. História e Estatística 1616-1916*. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1916.

tempo em que assegurar a ocupação de terras de floresta, também desenvolver a atividade agrícola de forma a atender os mercados locais.¹⁴⁰

Considerando que para administração provincial era interessante que se promovesse uma ocupação produtiva, e nesse caso dava-se preferência aos colonos habilitados ao trabalho agrícola, a Agência de Colonização continuou enviando imigrantes para os núcleos coloniais do Pará, sem estabelecer os critérios mais rigorosos de seleção desses trabalhadores. Segundo dados do Ministério da Agricultura, até agosto de 1876, entraram em Benevides cerca de 360 colonos estrangeiros e nacionais, classificados do seguinte modo:

IMIGRANTES CONDUZIDOS A COLÔNIA BENEVIDES ATÉ AGOSTO DE 1876¹⁴¹

NACIONALIDADE	INDIVÍDUOS
Franceses	214
Italianos	40
Espanhóis	36
Belgas	10
Suíços	11
Argentinos	02
Brasileiros	27
Alemães	12
Inglese	03
Outras Nações	03
TOTAL	360

Fonte: Relatório do Ministério da Agricultura, 1876.

A chegada desses colonos deveria ser acompanhada, segundo o governo, pelo “pronto e vantajoso estabelecimento dos imigrantes”, conforme estabelecia o Decreto 6129 de 23 de fevereiro de 1876.¹⁴² Por pronto e vantajoso estabelecimento correspondia a tarefa de garantir o recebimento dos imigrantes, providenciando alojamento e alimentação, procura de ocupação para os que não se destinassem aos núcleos coloniais, além de se responsabilizar pela fiscalização no fornecimento de produtos para a colônia; tarefas atribuídas a Comissão de Colonização”. Nesse sentido, o primeiro contato que os imigrantes estabeleciam, quando da chegada ao Pará era com os membros da Comissão de Colonização, que conforme orientação do governo provincial deveria com a máxima brevidade encaminhá-los para Benevides.

¹⁴⁰ Nesse aspecto compartilhamos com a análise de Eugênia Égler sobre a colonização na estrada Belém-Bragança. Para a autora a idéia de construir uma estrada de ferro como elemento efetivo de penetração surgiu simultaneamente como o propósito de se substanciar e garantir este avanço da estrada com os recursos produzidos nessas novas áreas de ocupação. EGLÉR, Eugênia Gonçalves. *Op. cit.* p. 530.

¹⁴¹ BRASIL. *Relatório do anno de 1876 apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 2ª sessão da 16ª legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas Thomaz José Coelho de Almeida*. Rio de Janeiro, Typographia Perseverança, 1877, p. 415.

¹⁴² BRASIL. *Decreto 6129 de 23 de fevereiro de 1876*. Coleção de Leis do Império do Brasil de 1876. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1876, p. 217.

Antes de serem encaminhados para os núcleos coloniais, de acordo com ofícios da Secretária da Presidência da Província do Pará, os migrantes aguardavam na Chácara São José, os serviços de demarcação e limpeza dos lotes. Localizada nos arredores de Belém, na direção da estrada de Nazaré, até agosto de 1875, era o único local utilizado para abrigar os imigrantes.¹⁴³ Para atender as necessidades de alojamento o Presidente da Comissão de Colonização Antonio Gonçalves Nunes havia solicitado desde o final do mês de junho de 1875 a construção de um barracão localizado as proximidades da colônia. Sob a responsabilidade do capitão Valentim José Ferreira, os trabalhos para aprontar o novo alojamento só foram terminados no início de julho do mesmo ano; o que não foi suficiente para hospedar todos os imigrantes que estavam chegando ao Pará.¹⁴⁴ O recebimento de um número maior de colonos no início de 1876 obrigara Antonio Gonçalves Nunes a alugar mais uma casa de propriedade da família Cabral, localizada na Rua da Industria;¹⁴⁵ situação que demonstrava o pouco preparo da administração provincial com um melhor estabelecimento desses colonos, obrigando a improvisar espaços que passaram a ser utilizados como hospedarias.

Apesar dos vários problemas, a expectativa que se criava em torno da imigração aumentava, na medida em que os imigrantes chegavam ao Pará. Esperava-se que em pouco tempo de trabalho os colonos pudessem produzir não apenas para o consumo de suas famílias, mas também para atender o comércio provincial. A expectativa era tanta que Guilherme Francisco Cruz, Vice-Presidente da Província em janeiro de 1874 se arriscava a dizer que somente a presença de estrangeiros, a que ele chama de “colonos produtivos”, seria capaz de promover o crescimento da atividade agrícola na região.¹⁴⁶ Nesse mesmo ano, o Presidente da Província Pedro Vicente de Azevedo, quase que repetindo os discursos de Guilherme Francisco Cruz, identificava nos imigrantes europeus as qualidades necessárias para lidar com a terra, o que os tornavam capazes de cultivar os solos do Pará.¹⁴⁷

As palavras desses presidentes se somavam aos muitos outros discursos de evocação aos recursos naturais, a fertilidade do solo no Pará e os imigrantes europeus. Não raro, esses

¹⁴³ APEP. Caixa 340 (1874-1879). Secretaria da Presidência da Província do Pará. *Colonização e Imigração*. Ofício de 03 de agosto de 1875.

¹⁴⁴ APEP. Caixa 340 (1874-1879). Documentação da Secretaria da Presidência da Província do Pará. *Colonização e Imigração*. Ofício de 02 de julho de 1875.

¹⁴⁵ DIÁRIO DE BELÉM. *Comissão de Colonização*. Belém do Pará, 14 de março de 1876, p. 01.

¹⁴⁶ PARÁ. *Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Guilherme Francisco Cruz 3º vice-presidente passou a administração passou a administração da província ao Exmo. Sr. Dr. Pedro Vicente de Azevedo em 17 de janeiro de 1874*. Pará, Typ. do Diário do Gram-Pará, 1874, p. 14.

¹⁴⁷ PARÁ. *Relatório apresentado a Assembléia Legislativa Provincial na primeira sessão da 19ª legislatura pelo Presidente da Província do Pará, Exmo. Sr. Dr. Pedro Vicente de Azevedo, em 15 de fevereiro de 1874*. Pará, Typ. do Diário do Gram-Pará, 1874, p. 61.

discursos eram utilizados com o propósito de defender a ocupação das terras da Província com colonos estrangeiros. Nesse caso, ao mesmo tempo em que se exaltavam às terras do Pará, quase sempre desqualificavam os agricultores locais; o que pode ser entendido como uma estratégia para defender a presença de estrangeiros, no trabalho agrícola, bem como em outras atividades em virtude das idéias de civilização através do uso do trabalhador europeu.¹⁴⁸ Para exemplificar temos o artigo publicado no jornal *O Liberal do Pará* de 16 de março de 1874, que descrevia os trabalhadores que a Província dispunha para atuar na agricultura, como “sem a educação necessária ao trabalho agrícola”. E igualmente, como trabalhadores que adotando costumes e tendências de grupos não civilizados, no caso o indígena, se empregavam apenas na indústria extrativa, “no aproveitamento dos produtos que a natureza lhe oferece sem exigir o seu esforço”.¹⁴⁹

Defender o uso do trabalhador europeu, desqualificando o colono nacional, parece ser uma prática comum nos discursos de alguns presidentes do Pará. Em 1874, por exemplo, o Presidente Pedro Vicente de Azevedo fazia um breve relatório sobre a agricultura, não deixando de apresentar ao parlamento provincial uma série de reclamações, principalmente, quanto “carência de braços úteis” para atuar na atividade agrícola.¹⁵⁰ A presença do termo “braços úteis”, designava um tipo de trabalhador que estivesse dissociado dos trabalhadores nacionais identificados ainda em 1864, preconceituosamente por Ferreira Penna, como “ocupante de palhoças”. Para Ferreira Penna, na época atuando na Secretaria da Presidência do Pará, grande parte dos que se diziam agricultores nas províncias da Amazônia não podiam receber esses títulos, pois o máximo que possuíam era “um pequeno roçado de onde mal conseguia tirar para o seu sustento” e cujos instrumentos de trabalhos se resumiam a “uma canoa, um cão, uma faca, anzóis, primitivos instrumentos de caça e pesca, alguma roupa e paneiro”.¹⁵¹

Essa referência negativa ao modo de vida dos trabalhadores do Pará, que se dedicavam basicamente à atividade de coleta e a pesca, expressava não apenas o pensamento das

¹⁴⁸ Um estudo sobre imigração e mercado de trabalho no Pará do século XIX, ver: FONTES, Edilza. “Prefere-se portuguesa: Mercado de trabalho, racismo e relações de gênero em Belém do Pará (1880-1896)”. *Caderno do CFCH: UFPA*, v. 12, nº 1/2, 1993, pp. 67-84.

¹⁴⁹ O LIBERAL DO PARÁ. *Emigração cearense*. Belém, 16 de março de 1879, p. 01.

¹⁵⁰ PARÁ. *Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Guilherme Francisco Cruz 3º Vice-Presidente passou a administração passou a administração da província ao Exmo. Sr. Dr. Pedro Vicente de Azevedo em 17 de janeiro de 1874*. Typ. do Diário do Gram-Pará, 1874, p. 14.

¹⁵¹ PARÁ. *Relatório dos negócios da Província do Pará seguido de uma viagem ao Tocantins até a cachoeira das Guaribas e às baías do rio Anapú, pelo Secretario da Província, Domingos Soares Ferreira Penna, da exploração e exame do mesmo rio até acima das últimas cachoeiras depois de sua junção com o Araguaia, pelo Capitão-Tenente da Armada, Francisco Parahybuna dos Reis. Dr. Couto de Magalhães, Presidente do Pará*. Pará, Typ. de Frederico Rhossard, 1864, p. 07.

autoridades provinciais sobre essas população, mas possibilita compreender os objetivos das ações do governo frente a esses colonos. Estas ações deveriam, portanto, ter como resultado fixar essa população em uma porção de terra de forma a evitar o seu deslocamento para diferentes áreas da Província; condições que era favorecida pela atividade extrativa, uma vez, que a atividade de coleta exigia uma permanente mobilidade em busca de produtos florestais.

Nesse aspecto, o Presidente Pedro Vicente de Azevedo, defendia um tipo de trabalhador que fosse capaz povoar as terras através do conhecimento de outras técnicas de cultivo, consideradas mais desenvolvidas, diferenciando das que eram praticadas pelos colonos paraenses. Isso significava aproveitar as riquezas da região, através do cultivo do solo e produção de alimentos não apenas para atender o consumo de sua família, mas também para comercialização.¹⁵²

Considerando as palavras de Pedro Vicente de Azevedo pode-se afirmar que a corrente migratória direcionada ao Pará deveria ter um caráter não apenas de aumento do número de trabalhadores para a lavoura, mas uma perspectiva que Fernando Lourenço chamou de “agricultura permanente”, ou seja, fundada na adubação e nos instrumentos aratórios, evitando a constante ocupação de novas parcelas de floresta com a atividade de derrubada e queimada.¹⁵³ Neste aspecto, o modelo de colonização agrícola pretendido pelas autoridades provinciais não deveria se caracterizar pela constante ocupação de novas terras de florestas, mas no uso de técnica de plantio que aumentasse a produção, sem que necessariamente se ocupasse novas áreas.

As palavras de Pedro Vicente de Azevedo se somavam as pretensões do Ministro da Agricultura José Fernandes Pereira Júnior. Em relatório a Assembléia Geral Legislativa de 1874 afirmava que somente a imigração tinha condições de “fornecer ao país suprimento de braços, saídos de seios das populações européias que mais se distinguem por sua atividade, espírito ordeiro, morigeração e amor ao trabalho”, sendo que o Império já teria tomado às providências para que uma grande corrente de imigração se estabelecesse no país.¹⁵⁴

Essas medidas citadas em relatório do Ministério da Agricultura faziam referência às disposições que regulamentavam o transporte do imigrante e o seu conseqüente estabelecimento no país; tratava-se do Decreto nº 2168 de 1º de maio de 1858 que estabelecia,

¹⁵² PARÁ. *Relatório apresentado a Assembléia Legislativa Provincial na primeira sessão da 19ª legislatura pelo presidente da província do Pará, Exmo. Sr. Dr. Pedro Vicente de Azevedo, em 15 de fevereiro de 1874*. Pará, Typ. do Diário do Gram-Pará, 1874, p. 62.

¹⁵³ LOURENÇO, Fernando Antonio. *Op. cit.* p. 123.

¹⁵⁴ BRASIL. *Relatório do anno de 1874 apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 4ª sessão da 15ª legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas José Fernandes da Costa Pereira Júnior*. Rio de Janeiro, Typographia Americana, 1875, p. 248.

além dos regulamentos sobre o transporte, alguns princípios relacionados à garantia dos direitos individuais e na prestação, por parte do Estado brasileiro, de uma “benéfica assistência e auxílio aos imigrantes”.¹⁵⁵ Para o Ministério da Agricultura com a instituição dessas medidas o país estaria habilitado a receber grande quantidade de colonos estrangeiros, bastando para isso que o governo se empenhasse em promover o deslocamento desta população.

As palavras do Ministro ao mesmo tempo em que ilustram as expectativas construídas em torno dos imigrantes, demonstram o empenho do governo imperial na criação de medidas que promovam a imigração estrangeira. No caso do Pará, a Colônia Benevides não apenas pode ser considerada como resultado dessas ações, mas partilha dessas mesmas expectativas que atribui à imigração a capacidade de resolver os problemas da agricultura. Um exemplo é o entusiasmo que tomava conta da Comissão de Colonização com a chegada dos estrangeiros. Em comunicado à presidência do Pará a Comissão, não fazia nenhuma reserva ao dizer que os imigrantes “em pouco tempo de estada nos núcleos”, seriam “capazes de tomar posse de seus lotes e iniciar os plantios, suficiente para sua alimentação e para atender o comércio de Belém”.¹⁵⁶ A vivência dos imigrantes nesse espaço entretanto, demonstraria que na prática, essas idéias esbarravam em uma série de obstáculos e de muitas dificuldades para o colonos.

2. O difícil trabalho das brigadas

Antes de tomarem posse dos seus lotes os colonos aguardavam os trabalhos de medição e demarcação dos terrenos. Para isso eram inicialmente conduzidos ao barracão de imigrantes, localizado na estrada de Bragança, nas proximidades dos terrenos destinados a implantação da colônia.¹⁵⁷ A intenção das autoridades do Pará era que o recebimento dos lotes se desse logo após os pesados trabalhos de derrubada das matas. Segundo os planos de colonização, após os trabalhos de medição e demarcação dos terrenos, dever-se-ia, o quanto antes, concluir as atividades de retirada da mata, iniciar a construção das primeiras casas e o cultivo de alguns produtos que pudesse garantir a alimentação dos colonos.¹⁵⁸

¹⁵⁵ BRASIL. *Decreto nº 2168 de 01 de maio de 1858*. Coleção das decisões do Governo do Império do Brasil de 1858. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1858.

¹⁵⁶ APEP. Caixa 340 (1874-1879). *Ofício da Comissão de Colonização de 07 de julho de 1875*. Documentação Avulsa da Secretaria da Presidência da Província do Pará. Colonização e Imigração, 1875.

¹⁵⁷ APEP. Caixa 340 (1874-1879). *Ofício da Comissão de Colonização de 02 de julho de 1875*. Documentação Avulsa da Secretaria da Presidência da Província do Pará. Colonização e Imigração, 1875.

¹⁵⁸ APEP. Caixa 340 (1874-1879). *Ofício da Comissão de Colonização de 03 de julho de 1875*. Documentação Avulsa da Secretaria da Presidência da Província do Pará. Colonização e Imigração, 1875.

Na verdade, dentre os imigrantes que chegavam a Benevides poucos recebiam os lotes nas condições de plantio. Os primeiros colonos a serem conduzidos ao barracão da colônia tiveram que atuar também nos trabalhos de demarcação e limpezas dos terrenos. A princípio esses trabalhos eram realizados através de “brigadas”, ou seja, grupos de até vinte colonos responsáveis pela derrubada das matas e abertura de estradas.¹⁵⁹

Os trabalhos das “brigadas”, entretanto, eram realizados como muitas dificuldades. Em 1881, por exemplo, os colonos franceses Jean Bertoz, Joseph Blainy, Leger Preere, Antonie Coulay e François Joanet em documento enviado ao Presidente da Província do Pará relembavam as dificuldades enfrentadas quando da chegada a Benevides. Na fala dos colonos o trabalho das “brigadas” exigia um enfrentamento cotidiano da imensa floresta, que recobria as terras do futuro núcleo de colonização; a começar pelas as árvores de tamanhos gigantescos, que exigiam o trabalho de diversos homens para a sua derrubada. Ao lado disso os colonos viviam temerosos com a possibilidade de a qualquer momento esbarrarem em “animais ferozes e traiçoeiros”. Desse modo, os colonos resumiam esse primeiro período de estada nas terras da Colônia Benevides como um momento caracterizado pelos “muitos perigos e endemias que tiveram que enfrentar”.¹⁶⁰

As endemias, citadas pelos franceses, pareciam companheiras diárias desses colonos. Comumente batizadas de “febres de mau caráter”, caso não fossem imediatamente tratadas poderiam levar a óbito. Segundo o Dr. Uchoa, que havia atendido o colono francês Lambim, em 25 de setembro de 1875, as doenças que atingiam esses colonos apresentavam como sintomas a elevação da temperatura corporal, acompanhada de dores e fortes calafrios, ou seja, uma sensação de frio intenso que provocava a contração involuntária dos músculos; atingindo um organismo de baixa resistência a morte era quase certa.¹⁶¹ Segundo dados da imprensa ao colono Lambin foi receitado apenas uma garrafa de limonada Rogé, que segundo o Dr. Uchoa era suficiente para aliviar as dores e posteriormente a diminuição da febre.¹⁶²

Quanto aos problemas de saúde enfrentados pelos imigrantes no núcleo de Benevides, temos o exemplo do colono italiano Felipe Marcelino que não teve a mesma sorte de

¹⁵⁹ DIÁRIO DE BELÉM. *Comissão de Colonização*. Belém, 05 de fevereiro de 1876, p. 02.

¹⁶⁰ APEP. Caixa 06 (1880-1882). *Abaixo-Assinado de 19 de dezembro de 1881*. Documentação Avulsa da Secretaria da Presidência da Província do Pará. Abaixo-Assinado, 1881.

¹⁶¹ DIÁRIO DE BELÉM. *Comissão de Colonização*. Belém, 16 de maio de 1876, p. 01.

¹⁶² Sobre doenças e práticas de cura no século XIX, ver os trabalhos: COSTA, Magda Nazaré Pereira. *Caridade e Saúde Pública em Tempos de Epidemias*. Belém (1850-1890). Dissertação de Mestrado (História), Universidade Federal do Pará, 2006. FIGUEIREDO, Aldrin Moura de “Anfiteatro da cura: pajelança e medicina na Amazônia no limiar do século XX”. In: CHALHOUB, Sidney; MARQUES, Vera Regina Beltrão; SAMPAIO, Gabriela dos Reis & SOBRINHO, Carlos Roberto Galvão (Orgs.) *Artes e ofícios de curar no Brasil: capítulos de história social*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003; VIANNA, Arthur. *As epidemias do Pará*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1975.

Lambin. Embora tivesse sido encaminhado para fazer o tratamento no Hospital de Caridade em Belém, e talvez tivesse tomado mais que uma garrafa de limonada, não resistiu aos ataques de febre, falecendo em outubro de 1876.¹⁶³ No início de novembro mais um colono apareceu nos registros do governo como portador da “febre de mau caráter”, tratava-se do francês Alexandre Morrison. Poucos dias após contrair a doença, recebe a visita do vigário de Benfica para extrema-unção. Nesse caso, nem as rezas e óleos bentos foram capazes de curar o doente. Restou ao vigário acompanhar, sob “cânticos e orações”, o enterro no cemitério de Benevides.¹⁶⁴

Ainda em outubro, em virtude das doenças que atingiam os colonos a Comissão de Colonização encaminhou um ofício à presidência do Pará, dando parecer favorável para que fosse encaminhado em caráter de urgência “um médico à colônia, assim como remédios e dietas para combater as moléstias que estavam contaminando os colonos”.¹⁶⁵ Antonio Gonçalves Nunes, já há tempos alertava as autoridades provinciais sobre a possibilidade de uma epidemia em Benevides; ainda em agosto reclamava da necessidade de se oferecer tratamento aos colonos como forma de evitar possíveis epidemias. Nesse caso, em ofício do mesmo mês solicitava autorização para fornecer 6 camas ambulantes, destinadas ao tratamento dos doentes, assim como uma coleção de medicamentos.¹⁶⁶

No início de outubro a Comissão de Colonização, em ofício a presidência do Pará, confirmava a morte de mais colonos, tratava-se de Gustavo Chevalier e Antonio Hascenteforder; permanecendo doentes Lafond, Lambin, Clorel e Dieus.¹⁶⁷ Apesar desses problemas os colonos Jean Bertoz, Joseph Blainy, Leger Preere, Antonie Coulay e François Joanet, lembravam que essas dificuldades não deveriam interferir no ritmo dos trabalhos de derrubada das matas, que persistiram durante todo o ano de 1875 e 1876.¹⁶⁸

O registro das primeiras “brigadas” data de período anterior à inauguração da colônia. De acordo com os documentos da presidência do Pará, em 03 de junho de 1875, o governo inscreveu 17 imigrantes para formarem uma das “brigadas” que atuariam nas terras da estrada de Bragança.¹⁶⁹ Um dos 17 colonos foi Larron Gabriel, de 22 anos e natural de Piemont na

¹⁶³ DIÁRIO DE BELÉM. *Sem Título*. Belém, 12 de novembro de 1876, p. 01.

¹⁶⁴ *Ibidem*.

¹⁶⁵ DIÁRIO DE BELÉM. *Comissão de Colonização*. Belém, 22 de outubro de 1876, p. 01.

¹⁶⁶ APEP. Caixa 340 (1874-1879). *Ofício da Comissão de Colonização de 20 de agosto de 1875*. Documentação Avulsa da Secretaria da Presidência da Província do Pará. Colonização e Imigração. 1875.

¹⁶⁷ DIÁRIO DE BELÉM. *Comissão de Colonização*. Belém, 22 de outubro de 1876, p. 01

¹⁶⁸ APEP. Caixa 06 (1880-1882). *Abaixo-Assinado de 19 de dezembro de 1881*. Documentação Avulsa da Secretaria da Presidência da Província do Pará. Abaixo-Assinado, 1881.

¹⁶⁹ APEP. Caixa 340 (1874-1879). *Ofício da Comissão de Colonização de 17 de junho de 1875*. Documentação Avulsa da Secretaria da Presidência da Província do Pará. Colonização e Imigração. 1875.

Itália. Hospedado na Chácara São José desde maio de 1875 resolveu procurar a administração provincial no dia 21 do mesmo mês para se inscrever nos trabalhos de desmatamento e preparação dos terrenos para cultivo. A expectativa era de que, tão logo inscrito nas “brigadas”, pudesse ser um dos primeiros colonos a receber os lotes de terra.¹⁷⁰

O difícil trabalho das “brigadas” em que Larron Gabriel se escreveu, consistia, a princípio, da construção de picadas, ou seja, atalho feito no meio da mata que servia para determinar o limite de cada terreno e que posteriormente seriam ocupados pelas famílias dos colonos. Delimitados os lotes o passo seguinte era iniciar os trabalhos de abertura das ruas e travessas que dividiriam os terrenos em quadras. Ao mesmo tempo em que as atividades de abertura de ruas e travessas eram executadas, outras “brigadas” deveriam estar atuando na abertura de estradas que dariam acesso a colônia. Concluídas essas primeiras etapas dava-se início aos serviços de limpeza dos lotes.¹⁷¹

Todas essas atividades exigiam o uso cotidiano de dois instrumentos de trabalhos indispensáveis na execução dessas tarefas: o terçado e o machado. O trabalho de derrubada da mata e o conseqüente corte de árvores, tarefa principal das “brigadas”, exigia o pleno conhecimento da utilização desses instrumentos. Dependendo da habilidade com essas ferramentas, o trabalho poderia se tornar menos ou mais cansativo, exigindo do colono uma experiência no manejo quanto à aplicação dos golpes nas árvores, de forma a obter melhor resultado; caso contrário, uma última conseqüência mais grave, como cortes nas mãos, braços e pernas, poderia ser provocada.¹⁷²

Normalmente se utilizava o terçado, uma espécie de espada com lâmina mais curta, medindo em média 50 centímetros, para abater as plantas menos resistentes, de baixa estatura e trocos mais finos. Nos serviços da construção de picadas, que não exigia a derrubada de árvores de grande porte o terçado era utilizado com maior freqüência.¹⁷³ Quanto à abertura de estradas, ruas e limpeza dos lotes o colono se utilizava primeiramente do terçado executando o trabalho de corte de plantas menores, limpando o entorno das grandes árvores. Após este trabalho passava a se utilizar o machado; uma espécie de instrumento cortante, possuindo uma lâmina afiada que não chegava a medir 15 centímetros, sendo que, quando posto um cabo

¹⁷⁰ APEP. Caixa 340 (1874-1879). *Ofício da Comissão de Colonização de 02 de junho de 1875*. Documentação Avulsa da Secretaria da Presidência da Província do Pará. Colonização e Imigração, 1875.

¹⁷¹ APEP. Caixa 06 (1880-1882). *Abaixo-Assinado de 19 de dezembro de 1881*. Documentação Avulsa da Secretaria da Presidência da Província do Pará. Abaixo-Assinado, 1881.

¹⁷² APEP. APEP. Caixa 06 (1880-1882). *Abaixo-Assinado de 19 de dezembro de 1881*. Documentação Avulsa da Secretaria da Presidência da Província do Pará. Abaixo-Assinado, 1881.

¹⁷³ APEP. Caixa 340 (1874-1879). *Ofício da Comissão de Colonização de 17 de junho de 1875*. Documentação Avulsa da Secretaria da Presidência da Província do Pará. Colonização e Imigração, 1875.

alongado, associado ao peso da ferramenta, pode desferir golpes com grandes êxitos de corte.¹⁷⁴

As notas com o quantitativo de ferramentas e formas de distribuição, encaminhadas aos colonos que executavam o trabalho de derrubada da mata demonstravam o interesse das autoridades provinciais em orientar os colonos no aproveitamento das madeiras.¹⁷⁵ Para o governo do Pará era importante que as árvores abatidas pudessem ser posteriormente selecionadas, tendo a sua utilização no comércio e na construção das primeiras casas. Para isso enviou ferramentas como enxós, plainas e formões que eram utilizadas nas tarefas de construção e nos serviços de aplainar madeiras, conforme demonstra uma das notas de ferramenta e utensílios encaminhada a Benevides em 03 de junho de 1875.¹⁷⁶

Selecionada a madeira que poderia ser comercializada, da madeira para uso na construção, principalmente das casas; o passo seguinte era fazer o transporte até o porto de Benfica; tendo como destino o comércio de Belém. Parte do trabalho de transporte passou a ser realizado pela firma Olivier & CIA. Como proprietária da Serraria Lemos localizada na freguesia de Benfica, a firma acabava também comprando parte da madeira produzida em Benevides.¹⁷⁷

A principal mão-de-obra utilizada na extração era formada pelos próprios colonos do núcleo envolvidos nas “brigadas”. No entanto, ficava a cargo do chefe da “brigada” o reconhecimento dos tipos de árvores que poderiam ser comercializadas, visto que, entre os critérios para assumir o comando de uma “brigada” estava o de conhecer a região e as plantas nela encontradas. Os cuidados com o manuseio das árvores, de forma a evitar que durante a sua derrubada sofressem algum tipo de fissura, era outra exigência. Diante disso, o chefe da “brigada” deveria orientar seus trabalhadores de forma que fosse escolhida a melhor posição para caimento das árvores, evitando qualquer problema que pudesse diminuir o valor do produto no mercado de Belém. Os cuidados com a derrubada eram seguidos dos trabalhos de divisão do tronco em toras menores, formando rolos, que eram arrastados até um terreno, especialmente preparado para receber essas toras, onde ficavam aguardando transporte até a freguesia de Benfica. Esta técnica de dividir o tronco em rolos, de até 3 metros, facilitava o

¹⁷⁴ Edson Carneiro no trabalho “A conquista da Amazônia”, faz referência especialmente no capítulo IV intitulado “O cavalo de Átila” a utilização do machado e das queimadas na devastação de milhares de hectares de floresta. Cf. CARNEIRO, Edson. *A Conquista da Amazônia*. Rio de Janeiro: Ministério da Viação e Obras Públicas, 1956, pp. 53-64.

¹⁷⁵ A nota de ferramentas e utensílios encaminhada a Colônia Benevides em 03 de junho de 1875 foi reproduzida nas páginas 66 deste trabalho.

¹⁷⁶ APEP. Caixa 340 (1874-1879). *Ofício da Comissão de Colonização de 21 de maio de 1875*. Documentação Avulsa da Secretaria da Presidência da Província do Pará. Colonização e Imigração, 1875.

¹⁷⁷ DIÁRIO DE BELÉM. *Comissão de Colonização*. Belém, 22 de janeiro de 1876, p. 01.

arraste da madeira. Nesse caso, os troncos transformados em rolos deslizavam por uma trilha previamente preparada com varetas roliças, sendo movidas por tração humana.¹⁷⁸

A preocupação com o aproveitamento da madeira que poderia ser retirada de Benevides se justifica pela importância desse comércio. Na edição de 18 de abril de 1876 do jornal *A Provincial do Pará*, na coluna referente a secção comercial registrava que tábuas de acapú e pau rosa, além de toras de cedro e de outras madeiras de construção circulavam como alguns dos principais produtos do comércio do Pará, sendo que grande parte desses produtos que passavam pela alfândega, tinha como destino os mercados europeus.¹⁷⁹ O preço da madeira no mercado de Belém era variado; levava-se em consideração, no caso das destinadas para construção a sua resistência e no caso das madeiras para marcenaria a combinação entre a leveza e a durabilidade. O menor preço exigido pela dúzia da tábua correspondia as de acapu, que custavam em média 12\$000; enquanto o valor mais alto, de 18\$000, era cobrado pela dúzia da tábua de pau rosa.

As madeiras extraídas de Benevides poderiam ser utilizadas não apenas no comércio internacional, mas também em obras na própria Província. Em 16 de maio de 1876, por exemplo, João Gualberto da Costa e Cunha, Secretário da Companhia Urbana da Estrada de Ferro Paraense divulgava a compra de 600 dormentes de maçaranduba de 2 metros de comprimento e 14 centímetros de espessura, que haviam sido extraídos das matas da Colônia Benevides.¹⁸⁰ Do mesmo modo, há registros também da possibilidade de uso da madeiras, no calçamento de algumas ruas da capital do Pará, a exemplo da estrada de Nazaré.¹⁸¹

Completado os serviços das derrubadas e o aproveitamento da madeira, que conforme observamos tinha a sua importância no comércio da capital, o passo seguinte era aguardar que sol se encarregasse de secar as plantas abatidas, de forma que facilitasse a sua queima. A necessidade da queima do mato para limpeza dos terrenos acabava limitando muito os trabalhos das brigadas, que boa parte do ano ficava sem poder executar qualquer tarefa, isso por que a estação invernos e a conseqüente presença das chuvas impediam, principalmente, os trabalhos de queimadas.

Para garantir a permanência dos colonos e dos trabalhos em Benevides era necessário assegurar o fornecimento, não apenas de ferramentas, mas de utensílios e alimentação. No

¹⁷⁸ APEP. Caixa 340 (1874-1879). *Ofício da Comissão de Colonização de 21 de agosto de 1875*. Documentação Avulsa da Secretaria da Presidência da Província do Pará. Colonização e Imigração, 1875.

¹⁷⁹ A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Secção Comercial*. Belém, 18 de abril de 1876, p. 01.

¹⁸⁰ A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Companhia Urbana*. Belém, 18 de maio de 1876, p. 05.

¹⁸¹ PARÁ. *Falla com que o Exmo. Sr. conselheiro Tristão de Alencar Araripe, presidente da província do Pará, abriu a 1ª sessão da 25ª legislatura da Assembléa Provincial no dia 25 de março de 1886*. Belém, Typ. do "Diário de Noticias," 1886, p. 12.

caso da alimentação a dependência do auxílio do governo poderia durar vários meses, uma vez que, em função do período chuvoso os trabalhos de derrubadas e o conseqüente plantio ficavam inviabilizados, impossibilitando a produção de alimentos pelos colonos.

Apenas a alimentação era garantida pela administração provincial sem que o colono tivesse que reembolsar o governo com essas despesas. No caso das ferramentas e utensílios, fornecidos quando os colonos ainda estavam abrigados no barracão, estes eram de propriedade da colônia. Quando deixavam o alojamento para ocupar os seus lotes tinham a permissão de levar tais objetos, desde que se responsabilizassem em indenizar os cofres públicos. Nesse caso, ficava a cargo da Comissão de Colonização, quando do recebimento da lista de ferramentas e utensílios, a responsabilidade de avisar os valores das despesas contraídas por cada um dos colonos. Caso fosse adquirida alguma ferramenta ou utensílio era também tarefa da Comissão fazer a cobrança dos débitos contraídos com o governo e de zelar pelo seu ressarcimento. O prazo de pagamento dessas despesas poderia ser estendido até cinco anos.¹⁸²

FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS DA COLÔNIA BENEVIDES EM 03/06/1875¹⁸³

QUANTIDADE	FERRAMENTAS	CUSTO
17	Terçados	46\$540
17	Machados	46\$040
17	Pás	17.000
17	Picaretas	57\$800
09	Martelos	9\$000
09	Torqueses	8\$500
34	Limas	7\$480
09	Plainas	17\$100
09	Formões	4\$500
05	Facas de Aplainar	4\$500
05	Compassos	2\$900
	UTENSÍLIOS	
34	Pratos	16\$300
34	Xícaras	9\$520
17	Talheres (faca, garfo e colher)	21\$250
17	Lamparinas de querosene	11\$560
17	Redes de fio	-
09	Panelas de ferro	30\$600
09	Frigideiras	111\$700
09	Chocolateiras	30\$600
09	Espumadeira	8\$550
09	Canecos	1\$800
09	Copos	1\$440
03	Moinho de café	14\$400

Fonte: Ofício da Comissão de Colonização e Imigração, 03/06/1875.

¹⁸² DIÁRIO DE BELÉM. *Comissão de Colonização*. Belém, 11 de fevereiro de 1876, p. 01.

¹⁸³ APEP. Caixa 340 (1874-1879). *Ofício da Comissão de Colonização de 03 de junho de 1875*. Documentação Avulsa da Secretaria da Presidência da Província do Pará. Colonização e Imigração, 1875.

Os utensílios, como por exemplo, pratos, colheres, panelas, copos, dentre outros objetos eram indispensáveis para facilitar a vida dos colonos no interior da floresta, principalmente no preparo e consumo de alimentos. No caso das espingardas, poderiam servir para garantir parte da alimentação, conseguidas através da caça; sem falar que as armas de fogo eram ainda utilizadas para afugentar animais.

Nas “brigadas”, como demonstra as recomendações da Comissão de Colonização e expressa em uma das listagens de ferramentas e utensílios encaminhadas a Benevides ainda em 1875, os instrumentos de trabalho eram de uso coletivo. No caso dos martelos, torqueses, limas e enxós, estes eram utilizados por até dois colonos. As plainas, formões, faca de aplainar e compasso eram utilizados por até quatro homens, conforme demonstram os dados:

DISTRIBUIÇÃO DE FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS NA COLÔNIA BENEVIDES, 1875¹⁸⁴

Quantidade	Ferramentas	Distribuição
01	Martelo	Uma ferramenta para dois homens
01	Torquês	
02	Limas	
01	Enxó	
02	Plainas	Uma ferramenta para cada quatro homens
02	Formões	
01	Faca de aplainar	
01	Compasso	
	Utensílios	
02	Pratos	Para cada homem
02	Chácaras	
01	Talher (faca, garfo e colher)	
01	Panela	Para cada dois homens
01	Frigideira	
01	Chocolateira	
01	Espumadeira	
01	Caneco	
01	Copo	
01	Moinho de café	Para cada seis homens
04	Armas de fogo	Para todos
01	Rede	Para cada um

Fonte: Ofício da Comissão de Colonização e Imigração, 21/05/1875.

A intenção do governo em determinar o uso coletivo das ferramentas era conter as despesas com a aquisição de materiais, sem que houvesse prejuízos na continuação dos trabalhos. Nesse sentido, os membros da Comissão de Colonização aconselhavam a presidência do Pará a providenciar com certa urgência à compra de mais ferramentas de trabalho, de forma que os colonos pudessem ter a sua disposição os instrumentos necessários para a execução das tarefas. A reclamação quanto ao uso coletivo dos instrumentos de

¹⁸⁴ APEP. Caixa 340 (1874-1879). *Ofício da Comissão de Colonização de 21 de maio de 1875*. Documentação Avulsa da Secretaria da Presidência da Província do Pará. Colonização e Imigração, 1875.

trabalho era que o colono perdia muito tempo esperando que se desocupassem as ferramentas, que normalmente, estava sendo utilizada por outra pessoa; o que para a administração provincial não era necessariamente um problema de falta de ferramentas, mas uma falha dos chefes de “brigadas” que não estavam “dividindo as tarefas de forma inteligente”.¹⁸⁵ Apesar dos argumentos, a Comissão insistia na solicitação de novas ferramentas; o que era necessário para acelerar os trabalhos, de forma a entregar com a máxima brevidade os terrenos, pelo menos, em parte, desmatados.

Alguns dos utensílios, a exemplo das ferramentas, eram também utilizados de forma coletiva, até por que boa parte do tempo, quando não estavam atuando nos trabalhos de desmatamento, os colonos permaneciam juntos. Estamos nos referindo aos intervalos de refeições, principalmente de manhã bem cedo, quando após o desjejum saíam para o trabalho e no intervalo do almoço, ao meio dia. Sem falar que, antes da ocupação dos lotes os colonos permaneciam vários dias no barracão, o que exigia uma convivência em grupos. No caso dos utensílios utilizados na preparação dos alimentos, como panelas e frigideiras eram comuns serem utilizados até por duas famílias. Quanto às armas de fogo, que ficavam sob os cuidados do chefe da “brigadas” poderia ser utilizadas por todos, desde que mediante autorização.

Nesse espaço um atividade importante desenvolvida pelos colonos era a abertura de caminhos de acesso à colônia. Assim, em agosto de 1875, com o trabalho de limpeza de alguns terrenos e de abertura de ruas já bem adiantados, os colonos foram orientados pelos chefes de “brigadas”, a exemplo do Capitão Valentim José Ferreira, a abrir uma picada até o igarapé Tuyassuí.¹⁸⁶ A intenção era construir outra via de acesso a Colônia Benevides. Antes do início dos trabalhos de abertura da nova estrada havia duas vias que possibilitavam chegar à colônia; no caso a estrada que levava ao porto de Benfica, por onde eram conduzidos os carregamentos de madeira, e outra estrada que ligava a Colônia ao porto de Marituba, estrada que foi utilizada pelo Presidente do Pará, quando da inauguração da colônia.

A necessidade de se facilitar acesso ao núcleo criando outros caminhos para se chegar à Benevides era defendido pela Comissão de Colonização, que em ofício encaminhado ao Presidente do Pará se mostrava favorável à construção da estrada até o igarapé Tuyassuí.¹⁸⁷ Com a nova estrada criava-se mais uma via de acesso ao porto de Belém, uma vez que, o

¹⁸⁵ APEP. Caixa 340 (1874-1879). *Ofício da Presidência de Província de 03 de junho de 1875*. Documentação Avulsa da Secretaria da Presidência da Província do Pará. Colonização e Imigração. 1875.

¹⁸⁶ APEP. Caixa 340 (1874-1879). *Ofício da Comissão de Colonização de 27 de agosto de 1875*. Documentação Avulsa da Secretaria da Presidência da Província do Pará. Colonização e Imigração, 1875.

¹⁸⁷ APEP. Caixa 340 (1874-1879). *Ofício da Comissão de Colonização de 21 de agosto de 1875*. Documentação Avulsa da Secretaria da Presidência da Província do Pará. Colonização e Imigração, 1875.

igarapé, que passava as proximidades da colônia, fazia ligação com o rio Guamá, diminuindo o tempo de viagem até a capital.

Em comunicação a presidência do Pará, Antonio Gonçalves Nunes levava ao conhecimento de Francisco Maria de Sá e Benevides o início dos trabalhos de construção da nova estrada, sendo que para o Presidente da Comissão de Colonização o interesse maior estava na facilidade do fornecimento de sementes aos colonos, uma vez que, em Benevides já se avistavam alguns terrenos prontos para o cultivo.¹⁸⁸ Com a nova estrada, as embarcações que traziam as sementes de Irituia, Ourém e São Miguel do Guamá, poderiam seguir direto para o porto do Tuyassuí, não havendo mais a necessidade de vir até Belém, para que subindo o rio Maguari se atingisse o porto de Benfica. A criação da nova estrada, portanto, além de encurtar o tempo de viagem da capital até Benevides, possibilitava a comunicação da colônia com localidades como Irituia, Ourém e São Miguel.¹⁸⁹ Em 09 de setembro de 1875, o capitão Valentim dava conta de que a estrada estava aberta e entregue ao transporte de mercadorias.¹⁹⁰

Além da estrada do Tuyassuí, o Capitão Valentim, empreiteiro de diversos trabalhos em andamento na colônia, dava como concluído os serviços de abertura da via comunicação com o porto de Benfica, assim como de algumas obras de abarracamentos, aberturas de picadas e ruas. Restava a Comissão de Colonização solicitar autorização da presidência de Província para fazer o pagamento das despesas com os serviços empreitados. Somente a estrada até o porto de Benfica custaria aos cofres públicos cerca de oitocentos mil réis; pagamento que foi ainda efetivado em setembro de 1875. Também se dava como pronta às obras do barracão de Benevides, utilizado para abrigar os imigrantes que ainda não haviam ocupados os seus lotes, assim como a abertura de picadas divisórias de nove lotes marginais a estrada de Bragança.

¹⁸⁸ APEP. Caixa 340 (1874-1879). *Ofício da Comissão de Colonização de 27 de agosto de 1875*. Documentação Avulsa da Secretaria da Presidência da Província do Pará. Colonização e Imigração, 1875.

¹⁸⁹ A Comarca de Irituia com 52 casas, uma igreja em ruínas, agência do correio, coletoria provincial, cadeia, duas escolas e 11 estabelecimentos comerciais estava situada na margem esquerda do rio Irituia, afluente da margem esquerda do Guamá, cerca de 44 quilômetros de distância da foz; produzia algodão, mandioca, arroz, feijão e tabaco, que constituía o seu principal ramo de indústria e comércio, e que era exportado para a capital em grande quantidade, bem como arroz, farinha, madeiras, borracha e aves. Ourém estava situada na margem direita do rio Guamá; era composta de 3 ruas, 3 travessas, 2 praças, cemitério, agência de correio, cadeia pública, coletoria geral e provincial cinco escolas e uma igreja e uma igreja; comunicava-se com a cidade de Bragança pela estrada chamada de Ourém e com a Província do Maranhão, por um caminho muito acidentado até Turiassuí, no Maranhão. Ourém exportava muito tabaco, farinha, feijão, milho, arroz e em pequena escala, algodão, borracha e madeira de todas as qualidades. São Miguel, situado a margem direita do rio Guamá, distante mais de 160 quilômetros de Belém era formada por 8 ruas, 50 casas, igreja matriz, 2 cemitérios, paço municipal, coletoria geral e provincial, agência do correio, 2 escolas e 9 casas comerciais. Produzia, mandioca, tabaco, arroz, feijão, café, cacau, borracha e madeiras. In: BAENA, Manoel. *Informações sobre as comarcas da Província do Pará: Organizada em virtude do aviso circular do Ministério da Justiça de 20 de setembro de 1883*. Pará. Typ. F. da Costa Júnior, 1885, pp. 29-31.

¹⁹⁰ APEP. Caixa 340 (1874-1879). *Ofício da Comissão de Colonização de 09 de setembro de 1875*. Documentação Avulsa da Secretaria da Presidência da Província do Pará. Colonização e Imigração, 1875.

Nesse caso, os custos dos trabalhos de abertura das picadas nos nove terrenos somavam 350\$000, sendo que cada lote custava 12\$000 aos cofres públicos.¹⁹¹

Terminado o trabalho de demarcação dos lotes, limpeza e abertura das vias de acesso à colônia e repassado os pagamento aos colonos, as “brigadas” eram desfeitas. Os trabalhos deveriam se concentrar na limpeza dos terrenos para o plantio e na construção das casas. Isso não significava que outras “brigadas” não pudessem ser formadas, principalmente, quando da necessidade de novos trabalhos de conservação das ruas e vias de acesso ao núcleo.

Para a Comissão de Colonização o adiantado trabalho de derrubadas em alguns terrenos, a construção de vias de acesso e algumas obras públicas demonstravam, além do bom andamento dos trabalhos, a necessidade de Francisco de Sá e Benevides nomear um diretor para administrar o núcleo; uma solicitação que já havia sido feita desde o final do mês de julho quando a colônia estava sendo ocupada por pouco mais de cem pessoas.¹⁹² Nesse cenário a Comissão de Colonização entendeu que a presença de um administrador em Benevides era fundamental não apenas para garantir a manutenção da ordem, mas também para exercer maior fiscalização sobre as atividades de plantio executadas pelos colonos. Atendida a solicitação, a criação do cargo de diretor foi acompanhada da nomeação do coronel José do O’ de Almeida.¹⁹³

Desse modo, quase sete meses passados da inauguração da Colônia de Benevides o governo fazia um levantamento dos trabalhos desenvolvidos no núcleo, principalmente os serviços executados pelas brigadas. Assim, em 22 de dezembro de 1875 o engenheiro Guilherme Francisco Cruz, a pedido da presidência do Pará, apresentava um primeiro registro das observações feitas a partir de uma visita à Colônia Benevides. Nesse caso, destacava a situação das demarcações dos lotes, construção de estradas e andamento na limpeza e preparação dos terrenos para o plantio.

Segundo Guilherme Francisco Cruz os trabalhos realizados em 1875, poderiam ser divididos em três etapas: abertura de picadas, construção de vias e demarcação dos lotes. De acordo com o engenheiro achavam-se demarcados cerca de 76 lotes que faziam frente a estrada de Bragança, sendo que a estrada se encontrava cortada por quatro transversais. A

¹⁹¹ *Ibidem*.

¹⁹² APEP. Caixa 340 (1874-1879). *Ofício da Comissão de Colonização de 28 de junho de 1875*. Documentação Avulsa da Secretaria da Presidência da Província do Pará. Colonização e Imigração, 1875.

¹⁹³ Palma Muniz em estudo sobre a imigração e colonização no Grão-Pará apresenta a nomeação do coronel José do O’ de Almeida para assumir o cargo de diretor da Colônia Benevides, talvez em função de sua experiência na administração de colônias agrícolas. Palma Muniz fazia referencia a colônia fundada na Ilha das Onças, no antigo engenho Boa Vista, em frente à capital do Pará e fundada em 1855. Com capital orçado para a sua fundação que girava em torno de 59:228\$100 a colônia se destacou pela produção de cana-de-açúcar. MUNIZ, João de Palma. *Op. cit.* pp. 26-28.

primeira transversal possuía 28 terrenos, a segunda 35 e na quarta transversal foram demarcados cerca de 32 lotes. As três primeiras transversais, também chamadas de estradas coloniais, estavam abertas e em bom estado de conservação, sendo que cada estrada correspondia a aproximadamente uma légua ou seis quilômetros. Dava-se conta, ainda, da situação das estradas do Tuyassuí e Marituba; ambas se encontravam limpas e bem conservadas, prontas para serem utilizadas no transporte de carga até a colônia. O barracão estaria significativamente aumentado, podendo abrigar um grande número de colonos. Quanto à situação das plantações, registrava-se apenas 51 terrenos roçados, dos quais 28 estariam queimados e em condições de receberem as primeiras sementes para o cultivo. Restavam, segundo o engenheiro, acelerarem os trabalhos de construção das casas e plantios.¹⁹⁴

3. Construções mais sólidas

Construir a moradia e dar início as plantações era a principal exigência feita aos colonos que seguiam para Benevides. Nesse caso a orientação do governo era para que administração da colônia exercesse uma permanente vigilância nas atividades desenvolvidas pelos colonos, de forma que seguindo aos trabalhos de derrubadas das matas fossem “alertados” de que já era hora de iniciar a construção de suas casas e preparar os terrenos para o plantio.

A necessidade de se abreviar os trabalhos de construção e cultivo se refletia no próprio contrato assinado entre o colono e a presidência do Pará, e testemunhado pela Comissão de Colonização. De acordo com o contrato o governo se obrigava a entregar uma quantia de 20\$000 aos imigrantes antes de sua partida para a colônia, além da distribuição de ferramentas e alimentação. Nesse caso, somando-se as despesas com aquisição de ferramentas, os colonos se comprometiam em um período máximo de seis meses estarem com as suas casas construídas e os terrenos cultivados.¹⁹⁵ Uma exigência que quase sempre não era cumprida diante das dificuldades com que se deparavam esses colonos, conforme veremos posteriormente.

Segundo a Comissão de Colonização muitos colonos apenas recebiam o adiantamento em dinheiro, declaravam que estavam com as bagagens prontas para a viagem, no entanto,

¹⁹⁴ APEP. Caixa 340 (1874-1879). *Ofício da Comissão de Colonização de 22 de dezembro de 1875*. Documentação Avulsa da Secretaria da Presidência da Província do Pará. Colonização e Imigração, 1875.

¹⁹⁵ APEP. Caixa 340 (1874-1879). *Ofício da Comissão de Colonização de 25 de agosto de 1875*. Documentação Avulsa da Secretaria da Presidência da Província do Pará. Colonização e Imigração, 1875.

não apareciam para o embarque. Quando se buscava informação junto ao diretor, este não dava conta da sua estada na colônia. Para Antonio Gonçalves Nunes, esse não cumprimento do acordo por parte de alguns colonos estava causando prejuízos para o governo. Nesse sentido, propôs em 21 de agosto de 1875 a eliminação desses adiantamentos, visto que a tal adiantamento “estaria se tornado mais prejudicial do que útil aos cofres públicos”.¹⁹⁶ Para resolver o problema os membros da Comissão aconselham o governo a fornecer qualquer auxílio financeiro, apenas quando os colonos dessem prova de estabilidade no núcleo; o que significava fazer a limpeza dos lotes, construírem as casas e preparar o terreno para plantação.

Seguindo os aconselhamentos a administração provincial resolve fazer a entrega dos 20\$000 somente depois dos imigrantes terem dado prova de que estavam dispostos a permanecer na colônia. Essa avaliação ficava a cargo do diretor do núcleo, que através de um parecer enviado ao governo do Pará apresentava a situação dos trabalhos nos lotes, mostrando-se favorável ou não ao recebimento do benefício.¹⁹⁷

A concessão de auxílio aos imigrantes somente após atestar a sua permanência na colônia era a forma encontrada pelo governo para pressionar o colono a ocupar o lote de terra, que em muitas situações não apresentavam qualquer condição de ser ocupado. Zuleika Alvin analisando a situação de algumas colônias agrícolas no Sul do Brasil identificou também a demora na distribuição dos lotes e abertura de estradas, ausência de hospedarias adequadas; sem contar a entrega de alguns lotes sem a mínima estrutura de se desenvolver trabalhos agrícolas, como algum dos diversos problemas que dificultavam a permanência dos colonos nesses espaços.¹⁹⁸ No Núcleo de Benevides, a própria nomeação de um diretor para a colônia, intensificando a fiscalização junto aos imigrantes, teria o propósito de evitar a saída de colonos que buscavam outros espaços que oferecessem melhores condições.

Apesar das dificuldades para a permanência, muitos imigrantes resolveram ficar na Colônia de Benevides. Um exemplo disso é o caso dos colonos italianos Corino Giuseppe, Felice Giusepe, Fujello Baptista e Bandino Antonio; apesar das diversas dificuldades que tiveram de enfrentar. Estes colonos receberam a visita, em janeiro de 1876, do coronel José do Ó de Almeida, para fazer a avaliação dos lotes ocupados. Percorrendo os terrenos separados para o plantio, observando o que havia sido plantado e conhecendo os locais de moradia, o diretor da colônia fazia uma avaliação positiva dos lotes ocupados, identificando um

¹⁹⁶ APEP. Caixa 340 (1874-1879). *Ofício da Comissão de Colonização de 21 de agosto de 1875*. Documentação Avulsa da Secretaria da Presidência da Província do Pará. Colonização e Imigração, 1875.

¹⁹⁷ APEP. Caixa 340 (1874-1879). *Ofício da Comissão de Colonização de 25 de agosto de 1875*. Documentação Avulsa da Secretaria da Presidência da Província do Pará. Colonização e Imigração, 1875.

¹⁹⁸ ALVIM, Zuleika. *Op. cit.* p. 232.

adiantado trabalho de plantio e de construção de casas, sendo com isso, favorável para que fosse concedido o benefício de 20\$000 aos colonos.¹⁹⁹

Segundo orientações das autoridades provinciais os materiais para a construção das casas deveriam ser retirados dos próprios lotes, a exemplo das madeiras para a sustentação das paredes e telhados, ficando a cargo do governo o fornecimento de telhas ou palhas para a cobertura das casas. Pouco mais de um mês após a inauguração do núcleo os franceses Jean Marie Masville e Martin Celestin estavam com suas casas quase prontas, necessitando apenas do material para a coberta.²⁰⁰ Em razão do adiantado trabalho nos seus lotes estes colonos resolvem procurar a Comissão de Colonização para que lhes fossem garantido o fornecimento telha para cobrir as suas casas. A solicitação é, em parte, atendida. Nesse caso, o governo alegava não ter os recursos disponíveis para o fornecimento das telhas, enviando alguns feixes de palhas. Embora afirmasse que o fornecimento dos feixes de palha se daria de forma provisória, não se tem o registro de que o governo cumpriu com o compromisso assumido com os colonos sobre o fornecimento das telhas.

Ao que tudo indica, as casas dos colonos franceses Jean Marie Masville e Martin Celestin permaneceriam ainda por um bom tempo sem a cobertura das telhas prometidas pelo governo. Em pedido da Comissão de Colonização para que, com a máxima brevidade, fosse garantido o fornecimento de cinquenta milheiros de telhas a serem distribuídas aos colonos, à administração provincial respondia que estava impossibilidade de atender a solicitação. Nesse caso, o governo inclusive edita uma resolução de 17 de agosto de 1875, na qual apresenta como justificativa os problemas orçamentários.²⁰¹

A intenção do governo do Pará em promover a construção de casas, de preferência de taipa e coberta de telhas, era construir um núcleo com aspecto que o diferenciase das vilas situadas no interior da Província e citadas por Ferreira Penna como “pobres choupanas, cobertas de palhas, despidas de muros e sem divisões interiores”.²⁰² A necessidade de desassociar as construções em Benevides, do que Ferreira Penna chamava de “pobres choupanas” era utilizado pela Comissão de Colonização como justificativa para solicitar a

¹⁹⁹ DIÁRIO DE BELÉM. *Comissão de Colonização*. Belém, 22 de janeiro de 1876, p. 01.

²⁰⁰ APEP. Caixa 340 (1874-1879). *Ofício da Comissão de Colonização de 21 de agosto de 1875*. Documentação Avulsa da Secretaria da Presidência da Província do Pará. Colonização e Imigração, 1875.

²⁰¹ APEP. Caixa 340 (1874-1879). *Ofício da Presidência de Província de 18 de agosto de 1875*. Documentação Avulsa da Secretaria da Presidência da Província do Pará. Colonização e Imigração, 1875.

²⁰² PARÁ. *Relatório dos negócios da Província do Pará seguido de uma viagem ao Tocantins até a cachoeira das Guaribas e ás baías do rio Anapú, pelo secretario da Província, Domingo Soares Ferreira Penna, da exploração e exame do mesmo rio até acima das ultimas cachoeiras depois de sua junção com o Araguaia, pelo capitão-tenente da armada, Francisco Parahybuna dos Reis. Dr. Couto de Magalhães, presidente do Pará*. Pará, Typ. de Frederico Rhossard, 1864, p. 07.

criação de um orçamento a ser utilizado exclusivamente nas obras de construção, incluindo o empréstimo aos colonos para a construção de suas casas.²⁰³ O que se observa é que o propósito apresentado pelo governo, quando do incentivo a essas novas habitações era extinguir o que considerava como modo de vida atrasado, “disseminado em palhoças que não oferecem nem os mais indispensáveis confortos”.²⁰⁴

Mesmo a cobertura com cavacos ou cascas de madeiras, que teriam um custo reduzido para os colonos, pois o material para a construção poderia ser retirado, quando da derrubada das matas, não era bem aceita pelas autoridades provinciais. Para os membros da Comissão de Colonização, assim como as palhas, os cavacos não davam um bom aspecto às construções do núcleo.²⁰⁵ Situação uma tanto quanto contraditória, uma vez que embora os discursos oficiais defendessem a construção de casas com cobertura de telhas, na prática as autoridades não ofereciam as condições para isso. O caso dos franceses Jean Marie Masville e Martin Celestin, citados anteriormente, ilustra bem esta situação.

Para o Presidente do Pará Francisco Corrêa de Sá e Benevides, parte dos problemas sofridos pelos colonos, quanto à falta de materiais para construção de suas casas, deveria ser resolvido com a implantação de uma fábrica de telhas e tijolos na colônia. A proposta para implantação da fábrica foi feita pelo colono francês Augustin Gregoire,²⁰⁶ sendo que antes da sua aprovação foi tema de algumas discussões da Comissão de Colonização.

Reunida no dia 07 de março de 1876 a Comissão destacou como principal ponto de discussão a proposta de Augustin Gregoire e a viabilidade do seu empreendimento.²⁰⁷ Nesse caso, Francisco Corrêa de Sá e Benevides havia solicitado a Comissão de Colonização para que fosse feito um estudo sobre “os meios de levar a efeito o estabelecimento e que informasse sobre as conveniências e inconveniências em relação aos adiantamentos exigidos”.²⁰⁸ A preocupação do governo era que se verificasse a possibilidade do colono repor aos cofres públicos a verba solicitada; necessária para dar início à construção da fábrica, um significativo adiantamento de 300\$000.²⁰⁹

Após algumas considerações dos membros da Comissão, Gregoire foi chamado à sala de reuniões para que desse alguns esclarecimentos do projeto. A longa conversa se dava em

²⁰³ APEP. Caixa 340 (1874-1879). *Ofício da Comissão de Colonização de 23 de setembro de 1875*. Documentação Avulsa da Secretaria da Presidência da Província do Pará. Colonização e Imigração, 1875.

²⁰⁴ *Ibidem*.

²⁰⁵ DIÁRIO DE BELÉM. *Sem Título*. Belém, 22 de agosto de 1876, p. 01.

²⁰⁶ APEP. Caixa 340 (1874-1879). *Ofício da Comissão de Colonização de 17 de abril de 1875*. Documentação Avulsa da Secretaria da Presidência da Província do Pará. Colonização e Imigração, 1875.

²⁰⁷ DIÁRIO DE BELÉM. *Comissão de Colonização*. Belém, 20 de abril de 1876, p. 01.

²⁰⁸ DIÁRIO DE BELÉM. *Comissão de Colonização*. Belém, 09 de março de 1876, p. 01.

²⁰⁹ DIÁRIO DE BELÉM. *Comissão de Colonização*. Belém, 20 de abril de 1876, p. 01.

tons de defesa de idéias e alguns questionamentos sobre a viabilidade e a importância da fábrica. Gregoire mostrava-se bem preparado para defender a sua proposta. Havia levado algumas anotações entre os vários desenhos, cálculos e planos; elementos que faziam parte de sua estratégia de convencimento.²¹⁰ Isto demonstra que Gregorie enfrentava essas dificuldades apontando soluções junto a direção da colônia e participando ativamente dos destinos dele e de seus conterrâneos, ao mesmo tempo que sem dúvida sua atitude sugere pressão para que as autoridades solucionassem o problema da falta de cobertura das casas.

Atenta, a Comissão ouvia os seus argumentos e os meios que usaria para a execução do projeto. Aparentemente convencidos os membros da Comissão solicitaram um orçamento detalhado dos custos que se faziam necessários para a execução do projeto. As despesas foram devidamente detalhadas em documento posteriormente enviado a Comissão, no qual, além de apresentar as despesas justifica os gastos e o valor pedido; quantia que, embora considerada um tanto alta, não impediu a aprovação do projeto.²¹¹

A importância de 300\$000 foi solicitada em 10 de abril de 1876 ao governo provincial e uma nova tarefa aguardava Gregorie. Tratava-se de encontrar um terreno adequado para construção da fábrica;²¹² uma tarefa que pareceu bem mais difícil do que convencer a administração provincial para que aprovasse o projeto. De fato, ao imigrante Gregorie ficaria a responsabilidade não apenas de encontrar um terreno apropriado; caso estivesse ocupado deveria promover a sua desapropriação. É o que Gregorie faz quando encontra nos lotes dos colonos Brucher Adolpho e Victor Vanar argila adequada à fabricação das telhas e tijolos. No terreno do colono Brucher Adolpho, Gregorie propõe fazer uma troca com um lote de sua propriedade e que não se adequava a instalação da fábrica,²¹³ e no caso do lote do colono Victor Vanar solicita que o governo realize a devida desapropriação, indenizando as benfeitorias do local, nada tão onerosos aos cofres públicos, uma vez que, Victor Vanar havia realizado apenas alguns trabalhos de limpeza, não tendo iniciado qualquer trabalho de construção.²¹⁴

Gregorie consegue, portanto, impor os seus interesses frente às exigências do governo provincial conseguido não apenas que o governo se obrigasse com as despesas de desapropriação dos terrenos para implantação da fábrica, mas conseguia costurar um acordo que previa ainda a construção de um barracão, por conta dos cofres públicos; além das

²¹⁰ DIÁRIO DE BELÉM. *Comissão de Colonização*. Belém, 09 de março de 1876, p. 01.

²¹¹ *Ibidem*.

²¹² DIÁRIO DE BELÉM. *Comissão de Colonização*. Belém, 20 de abril de 1876, p. 01.

²¹³ DIÁRIO DE BELÉM. *Comissão de Colonização*. Belém, 22 de outubro de 1876, p. 03.

²¹⁴ DIÁRIO DE BELÉM. *Sem Título*. Belém, 12 de novembro de 1876, p. 01.

despesas com aquisição do forno, fornecimento das máquinas e as rações para alimentar os trabalhadores. Para isso Gregorie assumia o compromisso de abater as dívidas através do fornecimento de materiais de construção ao governo provincial. Acordo bastante interesse para o colono, uma vez que, antes mesmo da inauguração da sua fábrica já estava com parte da sua produção negociada.

Nesse caso, a negociação deveria ser estabelecida com a diretoria da colônia, que utilizaria o material na construção de obras públicas, sendo que o restante das telhas e tijolos poderia ser vendido aos colonos por uma quantia de 40\$000 por milheiro.²¹⁵ A única exigência do governo era de que, somente depois de atendidas as necessidades da diretoria da colônia e dos colonos, Augustin Gregoire estava autorizado a comercializar os seus produtos em outros locais da Província.²¹⁶

O investimento da presidência do Pará para viabilizar a implantação da fábrica, demonstrava que a preocupação do governo com os tipos de moradia construídas na colônia não se resumia apenas a uma questão das aparências que essas construções poderiam apresentar. Embora fosse de interesse das autoridades provinciais que os colonos construíssem casas que as diferenciassse das habitações do interior do Pará, as casas de enchimento ou as de tijolos e cobertas de telhas demonstravam um modelo de “construção mais sólida”, não apenas do ponto de vista material, mas também porque exigia do colono maior soma de investimento na construção dessas moradias, se comparada às casas com coberta e parede forradas de palhas. Essa situação, de acordo com o pensamento do governo, dificultaria a saída dos colonos, uma vez que estes não estariam dispostos a abrir mão dos recursos gastos com a construção dessas casas; situação que o forçaria a permanecer no seu lote de terra. Em outras palavras, o entendimento do governo era de que seria mais fácil o colono abandonar uma casa construída apenas de palha, que havia lhe custado pouco recurso, do que uma de alvenaria ou enchimento.

²¹⁵ DIÁRIO DE BELÉM. *Comissão de Colonização*. Belém, 18 de março de 1876, p. 01.

²¹⁶ PARÁ. *Relatório com que o Exmo. Sr. Presidente da Província do Pará, dr. Francisco Maria Corrêa de Sá e Benevides, entregou a administração da mesma ao Exmo. Sr. Dr. João Capistrano Bandeira de Mello Filho em 18 de julho de 1876*. Pará, Typ. do Diário do Gram-Pará, 1876, p. 19.

4. A lida com a terra

Outra preocupação das autoridades provinciais, e que se somava a questão da moradia, era o pouco conhecimento dos imigrantes com o solo e as melhores formas de plantio. Uma questão até certo ponto contraditória, pois, grande parte dos documentos das autoridades provinciais atribuíam ao colono estrangeiro, para usarmos aqui uma das expressões de Pedro Vicente de Azevedo, “grande capacidade em lidar com a terra e dela extrair as suas riquezas”.²¹⁷ Segundo o coronel José do Ó de Almeida, que então administrava a colônia, o desconhecimento pelos imigrantes dos tipos de plantas que melhor são cultivadas poderia dificultar o crescimento, principalmente, da produção agrícola. Por outro lado, o não conhecimento da importância de vários produtos que poderiam ser extraídos da floresta, inviabilizaria o seu aproveitamento, visto que, muitos desses produtos poderiam ser utilizados na alimentação dos colonos, assim como outros serviriam para a comercialização, aumentando a renda desses trabalhadores.²¹⁸

Nesse aspecto, as palavras do diretor da colônia não apenas demonstrava algumas das dificuldades a serem enfrentadas pelos colonos, principalmente quanto ao conhecimento da melhor forma de lidar com a terra e a floresta, mas também um equívoco das autoridades provinciais que acreditavam que o desenvolvimento da atividade agrícola estava associada apenas a concessão de terras para plantio e na capacidade dos imigrantes em transportar para a região técnicas de plantio desenvolvidas em seus locais de origem, e que prontamente seriam adaptadas as condições das terras do Pará.²¹⁹

Como medida para tentar contornar as dificuldades enfrentadas pelos imigrantes, o diretor da colônia havia assinado em 1º de dezembro de 1875 um contrato com Manuel Zeferino da Silva, morador da freguesia de Benfica, “para ensinar todo e qualquer serviço prático da cultura, trabalhando com os colonos, mostrando e designando todo e qualquer trabalho”.²²⁰ Segundo o acordo estabelecido com a diretoria da colônia, Manuel Zeferino da Silva como conhecedor dos tipos de produtos que poderiam ser extraídos das matas, das

²¹⁷ PARÁ. *Relatório apresentado a Assembléia Legislativa Provincial na primeira sessão da 19ª legislatura pelo Presidente da Província do Pará, Exmo. Sr. Dr. Pedro Vicente de Azevedo, em 15 de fevereiro de 1874*. Pará, Typ. do Diário do Gram-Pará, 1874, p. 62.

²¹⁸ APEP. Caixa 340 (1874-1879). *Ofício da Diretoria da Colônia Benevides de 01 de dezembro de 1875*. Documentação Avulsa da Secretaria da Presidência da Província do Pará. Colonização e Imigração, 1875.

²¹⁹ Essa expectativa de que a imigração européia devia transformar diversos setores produtivos, incluindo a agricultura, foi para Fernando Devoto uma construção dos discursos das elites da América do Sul, e que tinham nas ações do governo, não apenas a satisfação de parte de seus interesses, mas também a incorporação desses discursos. DEVOTO, Fernando J. “Imigração européia e identidade nacional nas imagens das elites argentinas (1850-1914)”. In: FAUSTO, Boris. *Fazer a América*. São Paulo: Editora da USP, 2000, pp. 33-60.

²²⁰ APEP. Caixa 340 (1874-1879). *Ofício da Diretoria da Colônia Benevides de 01 de dezembro de 1875*. Documentação Avulsa da Secretaria da Presidência da Província do Pará. Colonização e Imigração, 1875.

plantas que poderiam ser cultivadas, dos métodos de cultivo e limpeza dos terrenos desenvolvidos na região, estava então encarregado de passar esses conhecimentos aos imigrantes.

A expectativa do governo, a partir da contratação de Manuel Zeferino da Silva, era que os colonos conhecendo as técnicas de cultivo local, as condições das terras e as sementes cultiváveis na região, pudessem, a partir da experiência com a atividade agrícola nos seus locais de origem, adequar novas técnicas de plantio. Nesse aspecto, a posição do governo se mostrava bastante contraditória, pois, se por um lado demonstrava uma visão negativa quanto às formas de cultivo na região, por outro, recorria justamente à experiência dos agricultores locais para dar início aos trabalhos de plantio na colônia.

Recomendava o governo que fosse logo executado o plantio de milho, feijão, e arroz. A intenção era que os colonos pudessem, com os primeiros plantios, garantir a sua alimentação e conseqüentemente tornar-se independente do fornecimento de farinha de trigo e carne assegurado pelo governo. Para isso até o dia 15 de fevereiro de 1876 pretendia a administração provincial aumentar o envio de sementes. Esse aumento se devia a compra de mais dez mãos de milho, o equivalente a 250 espigas, e um alqueire de arroz, para completar a quantidade de sementes para as primeiras plantações.²²¹

Na reunião da Comissão de Colonização de 18 de fevereiro de 1876 o Presidente da Província Francisco Maria de Sá e Benevides dava como efetivado a compra de mais sementes de arroz e milho; se comprometendo a enviar, ainda no mesmo mês, os primeiros carregamentos. No caso da aquisição de sementes de feijão o governo não conseguiu atender a solicitação de alguns colonos; e nesse caso só poderia dar uma resposta satisfatória no início de junho, quando esperava chegar algumas sacas de feijão do interior da Província.²²²

Quanto à distribuição das sementes, não havia critérios mais rigorosos dos administradores. Apenas era estabelecido a mesma quantidade de semente para todos os colonos, não se levando em consideração que as áreas destinadas ao cultivo poderiam variar de lote para lote, nem tão pouco, que se poderia privilegiar um tipo de cultivo em detrimento de outro, dependendo do interesse de cada colono. Essa ausência de maiores critérios na distribuição de sementes evidenciava a falta de controle das autoridades provinciais sobre os trabalhos desenvolvidos pelos colonos nos seus terrenos, inclusive desconhecendo as áreas destinadas para o cultivo em cada um dos lotes.

²²¹ DIÁRIO DE BELÉM. *Comissão de Colonização*. Belém, 11 de fevereiro de 1876, p. 01.

²²² *Ibidem*.

Em virtude da falta de conhecimento dessas áreas era muito mais fácil para a administração provincial distribuir uma mesma quantidade de sementes, não levando em consideração o tamanho da área de plantio em cada lote. No caso do arroz e milho doavam-se em média dez litros a cada imigrante.²²³ Esta situação poderia também gerar posteriormente uma série de problemas para a diretoria do núcleo, uma vez que, não apenas impossibilitava o controle sobre a produção em função do desconhecimento sobre as áreas de plantio, mas também, as autoridades provinciais ficavam impossibilitadas em comparar a quantidade de sementes cultivadas em cada lote e os resultados obtidos com os plantios. Para o colono este descontrole na distribuição de semente poderia também ser vantajoso, uma vez que, as sementes de milho, feijão e arroz não utilizadas no plantio poderiam servir de alimentação.

As recomendações do Ministério da Agricultura quanto ao controle na distribuição de sementes eram para que se fizesse um acompanhamento direto dos plantios nos núcleos coloniais, de forma a se conhecer as plantas e sementes que se achavam aclimatada, o solo a que melhor se adaptariam, as extensões da área agricultável e o proveito colhido pelos agricultores.²²⁴ Dados que conforme observamos dificilmente seria informado pela direção da Colônia Benevides.

Em 1881, o Ministro Manoel Alves de Araújo expressava as razões que haviam levado o Ministério a recomendar, durante a década de 1870, um acompanhamento dos plantios nos núcleos coloniais. Conforme afirmaria o Ministro esse acompanhamento “poderia contribuir para guiar a administração na escolha dos vegetais que convenham propagar, segundo interesses das diversas zonas agrícolas”.²²⁵ Acreditava-se que os dados seriam mais bem informados quando solicitados dos núcleos coloniais em função de que possuíam um sistema de coleta mais eficaz dessas informações. Para o governo imperial os espaços constituídos pelos núcleos agrícolas assumiriam um posicionamento estratégico, uma vez que, além de espaços de experimentação do cultivo de novas plantas, esses locais em função do maior controle das autoridades, poderia garantir um melhor acompanhamento dessas experimentações.

A recomendação do Ministro da Agricultura Manuel Alves de Araújo aos presidentes de província era que constantemente o Ministério fosse informado sobre o andamento dos plantios. Nesse caso, o governo de posse desses dados faria com que essas informações

²²³ DIÁRIO DE BELÉM. *Comissão de Colonização*. Belém, 20 de abril de 1876, p. 01.

²²⁴ BRASIL. *Relatório do anno de 1881 apresentado a Assembléa Geral na 2ª Sessão da 18ª Legislatura pelo Ministro e Secretário dos Negócios da Agricultura Comércio e Obras Públicas Manoel Alves de Araújo*. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1882, p. 91

²²⁵ *Ibidem*.

circulassem entre os colonos dos diversos núcleos agrícolas do país, de forma que houvesse o conhecimento das plantas mais adaptadas e os tipos de solo mais adequados ao seu plantio. No Pará, em função da falta de critério na distribuição de sementes, assim como, de uma maior fiscalização nas áreas de plantio, essa parece ter sido uma tarefa difícil de ser cumprida; tanto que em 1875, em resposta a um ofício encaminhado pelo governo imperial que cobrava informações sobre a situação da agricultura na Província, o então Presidente Francisco Maria de Sá e Benevides lamentava não poder repassar essas informações, devido os escassos dados que possuía.²²⁶

Associado as dificuldades de fiscalização estava a de garantir o fornecimento de sementes. Nesse aspecto, o governo dependia dos carregamentos do interior da Província para atender a solicitação dos colonos. Nos registros do governo consegue-se identificar, durante os primeiros meses de 1876, somente um carregamento de sementes que teria sido enviado para Benevides; consequência de uma recomendação da Comissão de Colonização enviada ainda em dezembro de 1875, e que teria solicitado a compra de duas sacas de sementes de algodão, uma de urucu, uma de carrapato e duas mil frutas de cacau.²²⁷

Com a chegada do carregamento, novamente o governo não se atenta para estabelecer critérios mais rigorosos de distribuição, nem de verificar se as sementes estão sendo de fato plantadas. As orientações das autoridades provinciais se resumem apenas ao limite do período em que os colonos receberiam as sementes. Para o governo esse deveria ser o último carregamento, uma vez que havia completado seis meses de fornecimento; prazo limite, segundo o acordo assinado com entre o governo e os colonos. A partir de então, conforme os planos da administração provincial, os colonos deveriam ter desenvolvido as primeiras colheitas e conseqüentemente garantido sementes para outros plantios.

Completando pouco mais de um ano de permanência em Benevides, em 9 de outubro de 1876, um grupo de colonos resolve procurar a Comissão de Colonização para solicitar que fossem fornecidas sementes de milho, arroz, carrapato, algodão, urucu e cana; frustrando as expectativas da administração provincial e provocando lamentações nos membros da Comissão.²²⁸ De acordo com o governo o prazo que os colonos tinham de permanência no núcleo era suficiente para se manterem sem o auxílio do poder público. No entanto, o que se observa era que os prazos estabelecidos pelo governo não levava em consideração a pouca experiência dos imigrantes com os cultivos de alguns produtos como mandioca, arroz, milho e

²²⁶ APEP. Códice 1450 (1871-1879). *Ofícios da Presidência de Província de 15 de agosto de 1875*. Secretaria da Presidência da Província do Pará. *Minutas de Ofício do Ministério da Agricultura*, 1875.

²²⁷ DIÁRIO DE BELÉM. *Comissão de Colonização*. Belém, 13 de junho de 1876, p. 01.

²²⁸ DIÁRIO DE BELÉM. *Comissão de Colonização*. Belém, 22 de outubro de 1876, p. 01.

feijão, que deveriam garantir a alimentação desses colonos;²²⁹ sem contar que o governo não conseguia assegurar o pronto fornecimento de sementes para plantio, fazendo com que os colonos aguardassem por semanas, e até meses, a chegada de novos carregamentos. Um exemplo do atraso no envio de sementes é o que ocorreu com as sacas de feijão que estavam previstas para chegar em fevereiro, mas que foram entregues ao colonos somente em junho de 1876.²³⁰

Para os emigrantes que estavam chegando à Benevides, a exemplo do espanhol Carlos Luiz Bergonan,²³¹ vindo de uma colônia peruana em janeiro de 1876, a preocupação do governo era garantir com a maior brevidade o fornecimento de sementes; o que quase sempre não acontecia. Um exemplo da dificuldade em garantir o envio de sementes é o que ocorre como o colono americano John Wilson, que admitido em 03 de janeiro de 1876, aguardava há quase um mês por sementes de algodão e milho para dar início aos plantios em seu lote.²³² Situação que comprovava que o atraso nos plantios não era responsabilidade apenas dos colonos, que constantemente eram acusados pela administração provincial de terem se habituado a receber suprimentos do governo, não se preocupando com os trabalhos de cultivo.

Para resolver os problemas da falta de sementes, o governo do Pará cria, em fevereiro de 1876, uma diligência para se obter sementes de tabaco nas proximidades da freguesia de Irituia e de urucu em Igarapé Mirim.²³³ Em sessão realizada pela Comissão de Colonização datada de 1º de fevereiro de 1876, Antonio Gonçalves Nunes, Presidente da Comissão, informava sobre o envio da diligência formada por importantes firmas comerciais de Belém.²³⁴ Em abril do mesmo ano, a firma João Baptista Machado Janah encarregada do envio das sementes de urucu e a firma Manoel Baptista de Miranda & Filho das de tabaco, davam conta da remessas dos primeiros carregamentos para Benevides.²³⁵

Embora o envio desses carregamentos exigisse do governo maior atenção quando aos cultivos dessas sementes, ficando a cargo da diretoria da colônia a verificação se, de fato, as sementes estavam sendo cultivadas, mas também as formas de preparo dos terrenos para cultivo; o que se observou era que o preparo da área para os plantios não seguiram as

²²⁹ Zuleika Alvim em estudo sobre a imigração italiana para o Brasil observa que a dificuldade de cultivo de alguns produtos teria obrigado alguns colonos italianos a solicitar o fornecimento de mudas e sementes com que estavam habituados com o plantio. ALVIM, Zuleika. "O Brasil Italiano". In: Fausto, Boris. *Fazer a América*. São Paulo: Editora da USP, 2000, pp. 383-415.

²³⁰ DIÁRIO DE BELÉM. *Comissão de Colonização*. Belém, 22 de outubro de 1876, p. 01.

²³¹ DIÁRIO DE BELÉM. *Comissão de Colonização*. Belém, 05 de fevereiro de 1876, p. 01.

²³² DIÁRIO DE BELÉM. *Comissão de Colonização*. Belém, 22 de janeiro de 1876, p. 01.

²³³ DIÁRIO DE BELÉM. *Comissão de Colonização*. Belém, 05 de fevereiro de 1876, p. 01.

²³⁴ DIÁRIO DE BELÉM. *Comissão de Colonização*. Belém, 11 de fevereiro de 1876, p. 01.

²³⁵ DIÁRIO DE BELÉM. *Comissão de Colonização*. Belém, 14 de abril de 1876, p. 01.

recomendações do Ministério da Agricultura para que outras técnicas de lavrar a terra fossem utilizadas. Nesse aspecto, o Ministro José Fernando da Costa Pereira Júnior lembrava que:

“não se conhece o que seja restauração das forças da terra, exauridas após alguns anos de cultura: assim, não é raro ver extensas zonas de terrenos abandonados por estéreis e imprestáveis, quando poucos anos antes ali florescia a lavoura. A cultura, entretanto, longe de reduzir-se tem se largado consideravelmente, mas estendendo-se a novas terras, cujas florestas o machado e o fogo vão abatendo e devastando”.²³⁶

De fato, na colônia Benevides o que predominou foi o uso tradicional do fogo para fazer a limpeza dos terrenos. Embora fosse condenado pelo Ministério da Agricultura, pois poderia provocar o rápido esgotamento do solo; no caso do Pará, em função da idéia que se construiu em torno da fertilidade do solo da região, capaz de produzir uma densa vegetação e exuberantes árvores, as queimadas fizeram parte do cotidiano de trabalho dos colonos em Benevides que não sofreram qualquer tipo de repreensão por parte dos administradores.

Mesmo conhecendo as recomendações do Ministério da Agricultura as autoridades provinciais apresentavam as vantagens do uso do fogo ao fato de abreviar o tempo de limpeza dos terrenos; e no caso do esgotamento do solo, chegava-se inclusive a afirmar, conforme já destacamos anteriormente, que a fertilidade das terras da Amazônia era tanta que as percas de fertilização, provocadas pelas queimadas, eram insignificantes se comparadas à capacidade de recuperação do solo.²³⁷

Um dos discursos mais enfáticos de evocação a fertilidade da terra foi o de Francisco Corrêa de Sá e Benevides, em 1876. Em pronunciamento ao parlamento provincial destacava

²³⁶ BRASIL. *Relatório do anno de 1874 apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 4ª sessão da 15ª legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas José Fernandes da Costa Pereira Júnior*. Rio de Janeiro, Typographia Americana, 1875, P. 21-22.

²³⁷ O uso da queimada na limpeza dos terrenos para atividade agrícola é apresentado nos escritos de José Augusto Pádua como parte do que chama de “reflexão profunda e consistente sobre o problema da destruição do ambiente natural”. Nesse aspecto as queimadas aparecem como elemento integrante dos discursos ambientais que envolveram pensadores que atuaram no país entre 1786 e 1888. PÁDUA, José Augusto. *Um Sopro de Destruição: Pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002, p. 10; Warren Dean identifica nas queimadas a causa única dos desflorestamentos no século XIX. Situação que para o autor não apenas provocava a perda da cobertura vegetal, mas o desequilíbrio ambiental, a exemplo dos constantes enxames de gafanhotos que atingiam as áreas de plantio; consequência da depredação de mamíferos e pássaros vítimas dessas queimadas. DEAN, Warren. *A ferro e fogo: A História e a devastação da Mata Atlântica Brasileira*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996, p. 208. Fernando Lourenço destaca o fato de que as críticas em relação a agricultura baseada na derrubada da mata e na combustão dos campos se faz presente em função dos programas de reformas da agricultura desenvolvidas no Brasil no século XIX. Nesse aspecto a condenação à prática da queimada por políticos, altos funcionários e alguns fazendeiros é resultado dos debates em torno da modernização das práticas de cultivo. LOURENÇO, Fernando Antonio. *Op. cit.* p. 13. No caso do Pará, uma referência importante sobre as queimadas e a preparação de terrenos para agricultura é o estudo de Antonio Baena. Escrevendo nas primeiras décadas do século XIX, identifica o uso de queimadas como resultado da adoção do que chamava “bruto costume, que tinham os silvícolas na sua acanhada agricultura”. Para o autor, o fato do método não exigir grandes esforços, nem o estudos das plantas ou dos terrenos para cultivo, facilitava a sua adoção pelos lavradores. BAENA, Antonio Ladislau Monteiro. *Op. cit.* pp. 70-71.

que o agricultor no Pará não teria a preocupação com a capacidade produtiva do solo, uma vez que, “cultivar a terra” não era “desenvolver e aumentar a força produtiva do solo”; pelo contrário, era “lutar com toda energia contra a superabundância da vegetação, que invadia por todos os lados as plantações”.²³⁸

O corte e a queima da floresta que, conforme observamos, chegava a ser recomendado pelo governo provincial, eram acompanhados pelos trabalhos de destocamento do terreno, ou seja, a retirada de galhos e troncos de árvores que não haviam sido consumidos pelo fogo. Somente após o destocamento o terreno estava pronto para ser cultivado. Em março de 1876, por exemplo, o colono Permapebord dava como pronto os trabalhos de limpeza do seu lote localizado na 1ª transversal. Nesse caso, comunicava a Comissão de Colonização que os trabalhos de queimadas e destocamento já haviam sido executados, estando o terreno pronto para receber as sementes.²³⁹

A orientação das autoridades provinciais era para que os colonos desenvolvessem diferentes cultivos em um mesmo lote; o que poderia está associado às recomendações do governo imperial para que as administrações provinciais utilizassem o espaço dos núcleos agrícolas para experimentarem o cultivo de diferentes sementes, identificando as que melhor se aclimataram.²⁴⁰ No entanto, a utilização das sementes enviadas pelo governo ficava a critério de cada colono que escolhia do tipo de planta a ser cultivada. José Puertes e o francês Chalamelle estavam dispostos a cultivar milho e arroz, no entanto, necessitava que o governo garantisse o envio das sementes, de preferência antes do aumento das chuvas na região.²⁴¹

Assim, ao longo do ano de 1876 os registros da administração provincial apontavam que alguns colonos haviam iniciado os trabalhos agrícolas em seus lotes. Conforme dados da Comissão de Colonização, cultivos de feijão, milho, mandioca, arroz, tabaco, urucu e cacau, estavam espalhados nos lotes dos colonos John Wilson, Martin Bertol, Charles Borel, John Williams, Robert Jackson, Manuel Martines, Permapebord, Morrison, Rethier Charles, Vandervei Jacques, Louis Corintins, Freguim François, Luiz Mulut, Leveque, Charles Lowiz,

²³⁸ PARÁ. *Relatório apresentado pelo Exmo. Sr. Dr. Francisco Maria Corrêa de Sá e Benevides, Presidente da Província do Pará, à Assembléia Legislativa Provincial na sua sessão solene de instalação da 20ª legislatura, no dia 15 de fevereiro de 1876*. Pará, 1876, p. XII.

²³⁹ DIÁRIO DE BELÉM. *Comissão de Colonização*. Belém, 14 de março de 1876, p. 01.

²⁴⁰ BRASIL. *Relatório do anno de 1881 apresentado a Assembléia Geral na 2ª Sessão da 18ª Legislatura pelo Ministro e Secretário dos Negócios da Agricultura Comércio e Obras Públicas Manoel Alves de Araújo*. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1882, p. 91.

²⁴¹ DIÁRIO DE BELÉM. *Comissão de Colonização*. Belém, 11 de fevereiro de 1876, p. 01.

Roche Marcelle, José Puertes, Larron Gabriel, Leonilde Flunteau, Francisco Ferdiani, Jean Maria Masville e Martin Celestin, entre outros.²⁴²

5. Difícil permanência

Eram muitas as dificuldades enfrentadas pelos colonos. O que para alguns se apresentavam como obstáculos impossibilitando a permanência na colônia, para outros como os franceses Jean Bertoz, Joseph Blainy, Leger Preere, Antonie Coulay e François Joanet serviam de desafios, que precisavam ser superados.²⁴³ Se para estes colonos o trabalho das brigadas era o primeiro obstáculos outros mais os aguardavam; muitos deles provocados pela incapacidade do governo em promover as condições mínimas de permanência.

De início os colonos se deparavam com problemas no fornecimento da alimentação, realizado pela administração provincial através de algumas firmas sediadas em Belém. As firmas Manuel Domingos dos Santos & CIA, Henriques Fernandes Pinto & CIA, Francisco Augusto de Barros & CIA e Antonio Henriques Correia & CIA estavam encarregadas de abastecer a colônia com farinha de trigo e carne; principal alimento dos colonos nos primeiros meses de permanência. A princípio, a distribuição de alimentos, no caso da farinha de trigo era feita na proporção de 700 gramas por dia para cada grupo de 60 colonos, sendo que deveria durar em média um mês, quando um novo carregamento abasteceria a colônia. Quanto aos víveres, ou seja, a carne de gado e aves, esta era feita semanalmente.²⁴⁴

Para manter um controle na distribuição de alimentos a Comissão de Colonização encaminhava uma listagem às firmas fornecedoras, no caso dos viveres as firmas Francisco Augusto de Barros & CIA e Manuel Domingos dos Santos & CIA, identificando os nomes dos colonos que estavam autorizados a receber a alimentação. Não encontramos registros da porcentagem de viveres para cada colono, no entanto, observamos uma preocupação do governo em informar às companhias que atendessem apenas “os colonos devidamente listados nos registros do governo”.²⁴⁵ Essa advertência se devia ao fato de que muitos imigrantes burlavam a fiscalização e acabavam recebendo mais do que estavam sendo autorizados; o que sugere que os produtos recebidos eram insuficientes para o consumo das famílias. Nesse caso

²⁴² Informações extraídas das atas da Comissão de Colonização publicadas no Diário de Belém de: 22/01/1876, 19/02/1876, 09/03/1876, 10/03/1876, 12/03/1876, 18/03/1876, 01/04/1876, 14/04/1876, 26/04/1876, 12/05/1876 e 12/11/1876.

²⁴³ APEP. Caixa 06 (1880-1882). *Abaixo-Assinado de 19 de dezembro de 1881*. Documentação Avulsa da Secretaria da Presidência da Província do Pará. Abaixo-Assinado, 1881.

²⁴⁴ DIÁRIO DE BELÉM. *Comissão de Colonização*. Belém, 13 de setembro de 1876, p. 01.

²⁴⁵ DIÁRIO DE BELÉM. *Comissão de Colonização*. Belém, 22 de outubro de 1876, p. 01.

era recomendado que se verificasse quem havia recebido alimentação no ultimo carregamento; ficando constatado o recebimento, à orientação era que fosse assegurada a alimentação somente na semana seguinte, o que se supõe que o atendimento a um mesmo colono deveria ser feito de quinze em quinze dias.

A limitação na quantidade de alimentos a ser recebido por cada colono era motivo de constantes reclamações. A insatisfação recaía sobre as firmas responsáveis pelo abastecimento do núcleo; muitos entendiam que parte dos alimentos a serem distribuídos era desviada por essas companhias. Outra reclamação era quanto à qualidade dos produtos, principalmente dos viveres, que segundo os imigrantes chegavam à colônia completamente estragados, “sem qualquer condição de consumo e em quantidade insuficiente para atender a todos”.²⁴⁶

Sobre estas questões é solicitada pelos colonos, em fevereiro de 1876, que a Comissão de Colonização tome às devidas providências de forma a melhorar as condições dos víveres e aumentar a quantidade de alimentos.²⁴⁷ Incomodado com as constantes reclamações o Presidente do Pará encaminha aviso a Comissão de Colonização para que entre em contato com a firma Manuel Domingos dos Santos & CIA e comunique os problemas que a firma vem causando, “principalmente quanto o envio de víveres estragados e que são oferecidos aos colonos”.²⁴⁸ A ordem do governo era para que fosse imediatamente substituída à carne de má qualidade, assim como a firma deveria se responsabilizar por todas as despesas que se fizessem necessárias para garantir a substituição; custos que chegavam à quantia de 109\$650, somando as despesas de transporte até a colônia. Além dessas recomendações solicitava uma maior fiscalização do diretor da colônia durante a distribuição de alimentos, verificando se a quantidade distribuída correspondia a que foi orçada pela companhia e custeada pelo governo.²⁴⁹

Outras reclamações dos colonos viriam ainda incomodar o governo provincial. Em ofício de janeiro de 1876, encaminhado à administração provincial, registrava-se a queixa de mais de 30 colonos insatisfeitos com a diminuição da qualidade de farinha de trigo distribuída entre os moradores do núcleo. De fato, o governo havia reduzido de 700 para 500 quilos a quantidade de trigo. A justificativa dada pelo senhor Cullere, Secretário da Comissão de Colonização, era que o número de imigrantes não permanecia o mesmo, muitos haviam deixado a colônia, não justificando a manutenção da mesma quantia de alimentos.²⁵⁰ Embora

²⁴⁶ DIÁRIO DE BELÉM. *Comissão de Colonização*. Belém, 25 de fevereiro de 1876, p. 01.

²⁴⁷ DIÁRIO DE BELÉM. *Comissão de Colonização*. Belém, 19 de fevereiro de 1876, p. 01.

²⁴⁸ DIÁRIO DE BELÉM. *Comissão de Colonização*. Belém, 25 de fevereiro de 1876, p. 01.

²⁴⁹ DIÁRIO DE BELÉM. *Comissão de Colonização*. Belém, 19 de fevereiro de 1876, p. 01.

²⁵⁰ DIÁRIO DE BELÉM. *Comissão de Colonização*. Belém, 09 de maio de 1876, p. 01

essa exigência não tenham sido atendida, as constantes reclamações dos colonos obrigava o governo a reconhecer que a quantidade de alimentos encaminhada aos colonos era insuficiente. Foi o que ocorreu em fevereiro de 1876 quando a presidência do Pará atendeu uma solicitação do diretor da colônia para que enviasse mais carregamentos com alimentação, visto que muitos colonos alegavam não ter recebido alimentos. Diante da solicitação dizia o Presidente do Pará: “o governo se encarregou de enviar suprimento sobressalente de víveres, visto que a ultima quantidade de alimentos foi insuficiente para atender os colonos”.²⁵¹

Ao governo restava controlar as despesas com a colônia sem aumentar o descontentamento dos colonos; uma situação que aparentemente era difícil de ser equilibrada. O que se observa é que os gastos com o fornecimento de viveres, que giravam em torno de 27\$984, e a possibilidade de aumento dessas despesas eram preocupações constantes das autoridades provinciais.²⁵² Nesse aspecto, a documentação pesquisada aponta para o fato de que os problemas no fornecimento de alimentos geravam constantes reclamações dos colonos; uma situação que em muito incomodava o governo que via nessas insatisfações a possibilidade de surgir alguma revolta. Esta situação acabava deixando o governo acuado, pois, se por um lado, estava diante dos poucos recursos disponíveis no orçamento provincial para custear as despesas com o fornecimento de alimentação, por outro, poderia ter que enfrentar uma possível revolta dos colonos.

A partir de setembro de 1876 o governo acreditava que esses problemas pudessem ser amenizados. É que partes das despesas com alimentação dos colonos passaram a ser feitas através do crédito “verbas de terras públicas e colonização”, dinheiro que seria encaminhado pelo Ministério da Agricultura.²⁵³ Antes, todas essas despesas eram custeadas exclusivamente pelos cofres públicos da Província; o que para administração provincial era insuficiente para atender todas as demandas exigidas pelos colonos. Com o valor adicional do Ministério da Agricultura o Presidente do Pará Bandeira de Mello orientava a Comissão de Colonização através de ofício de 11 de setembro de 1876 para que aumentasse o valor da verba destinada ao fornecimento de víveres; o que de certa forma amenizava as reclamações quanto à quantidade de alimentos, aliviando as tensões entre os colonos e as autoridades provinciais.²⁵⁴

Outra medida adotada pelo governo que em muito incomodava os colonos foi estabelecimento de limites de prazos para suspender o fornecimento de alimentação. Segundo

²⁵¹ DIÁRIO DE BELÉM. *Comissão de Colonização*. Belém, 05 de fevereiro de 1876, p. 01.

²⁵² DIÁRIO DE BELÉM. *Comissão de Colonização*. Belém, 07 de setembro de 1876, p. 01.

²⁵³ DIÁRIO DE BELÉM. *Comissão de Colonização*. Belém, 22 de outubro de 1876, p. 01.

²⁵⁴ APEP. Caixa 340 (1874-1879). *Ofício da Presidência de Província de 11 de setembro de 1876*. Documentação Avulsa da Secretaria da Presidência da Província do Pará. Colonização e Imigração, 1876.

o plano de colonização organizado pelo governo do Pará os imigrantes deveriam ser atendidos por apenas seis meses após a data de chegada a colônia, quando a partir de então já poderia fazer as primeiras colheitas, garantindo a sua alimentação sem depender dos auxílios do governo. As discordâncias com os colonos estavam relacionadas principalmente ao período, considerado insuficiente para se desenvolver a preparação dos terrenos, plantio, colheita e comercialização desses produtos. Nesse sentido, muitos colonos solicitavam a prorrogação dessas datas, alegando que passado os seis meses suas plantações ainda não podiam fornecer o suficiente para o seu sustento e da família.

Em sessão de 18 de agosto de 1876 os membros da Comissão de Colonização, devidos as constantes reclamações, se viram obrigados a colocar em pauta as insatisfações dos colonos quanto a limite de prazo para o fornecimento de alimentação.²⁵⁵ A medida tomada pela “Comissão” era de que qualquer prorrogação só poderia ser feita mediante justificativa do imigrante, que posteriormente deveria ser confirmada pela direção da colônia. A intenção do governo com o corte no fornecimento de produtos aos imigrantes era, ao mesmo tempo em que diminuir os custos, obrigar o colono a intensificar os trabalhos nos seus lotes de forma a produzir o suficiente para atender as suas necessidades, sem não mais depender do auxílio do governo.

Apresentar justificativa para adiar o recebimento de alimentação não era problema para os colonos. Nesse caso o francês Lambain Germain dizendo ter estado doente no Hospital da Santa Casa de Misericórdia solicitava continuar recebendo alimentação, uma vez que não pôde executar os trabalhos em seu lote; no entanto, como estava em melhor estado de saúde se comprometia a iniciar os primeiros plantios tão logo retornasse a colônia.²⁵⁶

Os canadenses instalados no mês de março de 1876, presenciando as dificuldades que passavam alguns colonos quando expirava o prazo de fornecimento de alimentação, resolveram procurar a Comissão de Colonização em setembro de 1875 para solicitar a presidência de província que lhes prorrogasse o fornecimento de viveres. A justificativa era que o prazo de seis meses, que estava por terminar, não fora suficiente para permitir uma primeira colheita.²⁵⁷ Nesse caso, alegaram que não tinham condições de garantir a alimentação das famílias somente com o que era produzido em seus lotes; o que se devia ao fato de terem chegados ao Pará no final de março e início de abril na força da estação invernal. Transportados até Benfica não puderam logo seguir para a colônia em razão das

²⁵⁵ DIÁRIO DE BELÉM. *Comissão de Colonização*. Belém, 28 de agosto de 1876, p. 01.

²⁵⁶ DIÁRIO DE BELÉM. *Comissão de Colonização*. Belém, 22 de agosto de 1876, p. 01.

²⁵⁷ *Ibidem*.

péssimas condições das estradas. Somava-se ainda a impossibilidade de iniciar os trabalhos de derrubada e queima das matas devido às grandes pancadas de chuvas, que se repetia dia a dia durante todo o período de inverno.²⁵⁸

Estas justificativas de que a estação invernososa teria contribuído para o retardo nos trabalhos de plantio e que foram apresentadas nas discussões da Comissão de Colonização em 28 de agosto de 1876, deram fundamentos ao parecer favorável ao pedido dos colonos canadenses. A Comissão deliberou que se opinasse pela dita prorrogação, no entanto, fazia algumas ressalvas. Somente deveriam ser atendidos os colonos reclamantes que tivessem dado prova de espírito de trabalho e tivessem, efetivamente, iniciado o cultivo em seus lotes, uma vez que, a Comissão entendia que pelo período de estada no núcleo já era tempo suficiente para executar alguns trabalhos que demonstrasse a intenção dos colonos em desenvolver a atividade agrícola.²⁵⁹ Observando o parecer da Comissão, o Presidente da Província decide pela prorrogação por mais três meses o fornecimento de víveres; no entanto deixava claro que seriam atendidos aqueles que tivessem iniciado os trabalhos correspondentes ao tempo de estada na colônia; conforme ressalva orientada pela Comissão.²⁶⁰

As condições das estradas até a Colônia Benevides era outro problema enfrentado pelos colonos. Com o início da estação mais chuvosa, entre os meses de novembro até março do ano seguinte, todo o trabalho de conservação das vias era destruído pelas chuvas, que abria buracos nas partes altas da estrada, e no caso das regiões mais baixas, estas sofriam com o alagamento. Para solucionar parte desses problemas o governo iniciou o trabalho de construção de pontes e a implantação de uma linha de ferro na estrada de rodagem de Benfica. A princípio o governo deveria tirar do orçamento provincial 58\$000. Essas obras consistiam do aterramento em algumas partes da estrada, além da construção da ponte de madeira sobre a gruta funda, um dos trechos da via que sofria com os alagamentos.²⁶¹

Com a recuperação da estrada restava ao governo assegurar o transporte de mercadorias entre a colônia e o porto de Benfica. Para isso, o diretor do núcleo já havia se encarregado de estabelecer um contrato em 1º de dezembro de 1875 com os portugueses Francisco José Pires Viana e José Domingues Baptista; que a partir de então, “passariam a assumir a função de

²⁵⁸ *Ibidem.*

²⁵⁹ *Ibidem.*

²⁶⁰ DIÁRIO DE BELÉM. *Comissão de Colonização*. Belém, 07 de setembro de 1876, p. 01.

²⁶¹ DIÁRIO DE BELÉM. *Comissão de Colonização*. Belém, 05 de fevereiro de 1876, p. 01.

carreiros da colônia, para toda e qualquer condução”.²⁶² Ganhariam o equivalente a 35\$000, desde que utilizassem duas carroças; sendo que, para garantir a permanência dos carroceiros em Benevides, ambos passariam a ter direito, além do salário, de alimentação e estadia custeadas pelo governo.

Ao que tudo indica os problemas enfrentados pelos colonos, quanto à questão do transporte, permaneceram por longo tempo; o que exigiu do governo a assinatura de outro contrato com a firma João Barbosa Vianna & CIA, no início de 1876.²⁶³ Para tentar resolver o problema, o governo adquiriu mais dois carros puxados a bois; um carro de grande porte e um outro menor.²⁶⁴ Mesmo com aquisição de novos carros, os problemas com o transporte ainda não haviam sido superados; frustrando as intenções do governo, e igualmente dos colonos.

Nesse contexto, um outro problema é observado entre os moradores de Benevides, a administração provincial esqueceu o que era o óbvio; os carros precisariam de animais para puxá-los. Não adiantava a aquisição dos carros sem os animais de tração, reclamava os membros da Comissão de Colonização. Em 1º de fevereiro de 1876, Domingos Gonçalves Nunes lamentava o fato dos carros estarem a um bom tempo parado, por falta dos animais de carga.²⁶⁵ Nesse caso, seria necessário a aquisição de quatro juntas de bois para o carro grande e mais um animal para revezar com os três que já existia na colônia. Dando conta do equívoco cometido a administração provincial resolve atender as solicitações da Comissão, efetivando a compra de quatro bois mansos, por um custo de 70\$000 cada um. Recomendava Antonio Gonçalves Nunes que ainda em fevereiro fossem os animais encaminhados para a colônia.²⁶⁶

Para a diretoria de Benevides a chegada das juntas de bois em 07 de março de 1876 não conseguiu solucionar os problemas com transporte, fazendo com que os carregamentos com alimentação chegassem com atraso.²⁶⁷ Esta situação havia piorado em meados de março, quando da chegada de um novo grupo de colonos ao porto de Benfica. Conduzidos a bordo do vapor *Carnapijó*, os colonos tiveram que seguir a pé até a colônia, sendo que suas bagagens foram guardadas em Benfica, por um bom tempo, em função da falta de transporte.²⁶⁸

A cansativa viagem até a colônia, enfrentada pelos imigrantes, demonstrava a incapacidade do governo em resolver os problemas de transporte para Benevides. Nesse caso, a direção do núcleo atribuía novamente o problema a insuficiente quantidade de animais; e

²⁶² APEP. Caixa 340 (1874-1879). *Ofício da Comissão de Colonização de 01 de dezembro de 1876*. Documentação Avulsa da Secretaria da Presidência da Província do Pará. Colonização e Imigração, 1876.

²⁶³ DIÁRIO DE BELÉM. *Comissão de Colonização*. Belém, 05 de fevereiro de 1876, p. 01.

²⁶⁴ DIÁRIO DE BELÉM. *Comissão de Colonização*. Belém, 11 de fevereiro de 1876, p. 01.

²⁶⁵ *Ibidem*.

²⁶⁶ *Ibidem*.

²⁶⁷ DIÁRIO DE BELÉM. *Comissão de Colonização*. Belém, 09 de março de 1876, p. 01.

²⁶⁸ DIÁRIO DE BELÉM. *Comissão de Colonização*. Belém, 11 de fevereiro de 1876, p. 01.

para piorar a situação, dois animais se encontravam com ferimentos no pescoço; o que inviabilizava a sua utilização, seja no transporte de cargas, seja no de pessoas.²⁶⁹

Para o colono francês Pierre Bechat, a dificuldade em transportar mercadorias para a colônia se devia ao fato de ser realizado por carroças, o que exigia uma constante manutenção das estradas, como a abertura de valas nos lados da via e aterramento de buracos, conseqüências das constantes chuvas na região.²⁷⁰ De fato, informações da diretoria de Benevides davam conta de que, durante a estação invernos, costumava se demorar até seis dias para se chegar ao porto de Benfica e retornar para Benevides; o que era conseqüência dos constantes atoleiros na estrada.²⁷¹

A proposta apresentada por Bechat a Comissão de Colonização era de se fazer o carregamento de mercadorias não mais em carroças, mas nas costas dos animais por meio de “aparelhos especialmente construídos para este transporte”.²⁷² O projeto era substituir os carros movidos a bois ou cavalos. Em vez das carroças, as cargas deveriam ser transportadas nos lombos dos animais e amarradas com correias chamadas de “seirões”. Uma “experiência de transporte que era desenvolvida nas províncias do sul e centrais do Império”, destacava o Presidente da Comissão de Colonização Antonio Gonçalves Nunes.²⁷³

Para o colono Bechat este modelo de transporte de cargas, embora não pudesse transportar grandes volumes de mercadorias, sem depender de uma significativa quantidade de animais, tinha a vantagem de ser compartilhado tanto em pequenas como em longas distâncias com uma brevidade maior de tempo se comparado às carroças.²⁷⁴ Uma posição que também era compartilhada pelo senhor Cullere. Para Cullere, Secretário da Comissão de Colonização, a importância em se adotar os meios de transportes utilizados nas províncias do Sul e Sudeste do Império, no caso os “seirões”, além das vantagens com a diminuição do tempo de viagem, estes seriam “muito mais econômico e profícuo do que as carroças, com a quais se estaria gastando muito, por ser muito oneroso a conservação de uma boa estrada de rodagem”.²⁷⁵

Considerando as listagens de imigrantes encaminhados pela Agencia de Navegação ao Pará, Pierre Bechat declarava-se com 34 anos, solteiro e industrial.²⁷⁶ A condição de industrial

²⁶⁹ DIÁRIO DE BELÉM. *Comissão de Colonização*. Belém, 18 de março de 1876, p. 01.

²⁷⁰ DIÁRIO DE BELÉM. *Comissão de Colonização*. Belém, 12 de abril de 1876, p. 01.

²⁷¹ DIÁRIO DE BELÉM. *Comissão de Colonização*. Belém, 20 de abril de 1876, p. 01.

²⁷² APEP. Caixa 340 (1874-1879). *Ofício da Comissão de Colonização de 17 de janeiro de 1876*. Documentação Avulsa da Secretaria da Presidência da Província do Pará. Colonização e Imigração, 1876.

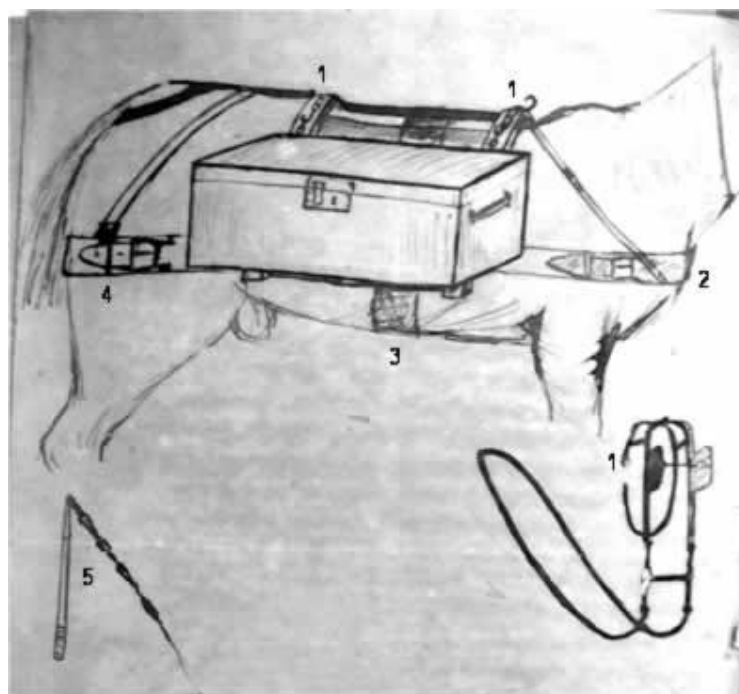
²⁷³ *Ibidem*.

²⁷⁴ DIÁRIO DE BELÉM. *Comissão de Colonização*. Belém, 12 de abril de 1876, p. 01.

²⁷⁵ DIÁRIO DE BELÉM. *Comissão de Colonização*. Belém, 24 de abril de 1876, p. 01.

²⁷⁶ A lista de colonos que foram encaminhados para Benevides está no anexo 01 deste trabalho.

por ele declarada, pode ter favorecido uma maior aproximação com a administração provincial. Como estratégia de convencer a Comissão de Colonização Bechat elaborou um desenho que acreditamos tinha o propósito não apenas ilustrativo, mas de demonstrar a viabilidade do projeto; o que justifica a preocupação do colono em não apenas mostrar os instrumentos utilizados nos transportes de seirões, mas também demonstrar como poderia ser utilizado. O desenho nos permite ainda observar que Bechat tem, não apenas o conhecimento de como é executado esse tipo de transporte, mas também dos aparelhos então utilizados, e que são destacados em seus detalhes; o que se supõe, ainda, que o colono teria experiência na fabricação desses instrumentos; o que confirmaria as informações que havia prestadas a Comissão de Colonização.²⁷⁷



Transportes em Seirões, 1876.

Elaborado por Pierre Bechat.

(1. Seirões, 2. Correame dianteiro, 3. Central, 4. Traseiro, 5. Chicote.).

Em comunicação estabelecida com a presidência do Pará, Antonio Gonçalves Nunes “julga conveniente explorar mais largamente o sistema, que pode resolver, em boa parte, as dificuldades de transportes com que luta a mesma colônia”.²⁷⁸ Embora as palavras do Presidente da Comissão de Colonização seja importante para aprovação do projeto do uso de

²⁷⁷ DIÁRIO DE BELÉM. *Comissão de Colonização*. Belém, 12 de abril de 1876, p. 01.

²⁷⁸ APEP. Caixa 340 (1874-1879). *Ofício da Comissão de Colonização de 17 de janeiro de 1876*. Documentação Avulsa da Secretaria da Presidência da Província do Pará. Colonização e Imigração, 1876.

seirões, a atuação de Pierre Bechat das outras vezes que estivera de passagem por Benevides gerava desconfianças das autoridades provinciais; afinal, da última vez que procurou a Comissão de Colonização para que fosse estabelecido na colônia, tão logo recebeu auxílio em dinheiro, víveres, roupas e ferramentas deixou o núcleo alegando não ser agricultor, mas industrial.²⁷⁹

Apesar das desconfianças, a presidência do Pará achou interessante a iniciativa, visto que, os investimentos na fabricação de seirões era bem menos oneroso do que a conservação das estradas entre o porto Benfica e Benevides. Com isso, o governo autoriza a fabricação dos seirões na oficina dos Educandos Artífices em Belém, recomendando a utilização de outras oficinas públicas em que a Comissão achasse mais conveniente.²⁸⁰ A autorização era para a fabricação de apenas alguns pares de seirões com os seus respectivos correame de atracação, ficando dependente do resultado de tal experiência a contratação de novos serviços. Caso tivesse êxito, a direção da colônia tinha a intenção de fornecer aos colonos os ditos seirões.²⁸¹ Em meados de março de 1876 Pierre Bechat dava por concluído o seu trabalho e para comprovar a eficiência do novo transporte foi realizada uma viagem inaugural, quando na oportunidade foi enviado para Benevides um carregamento de utensílio e ferramentas.²⁸²

As dificuldades com o transporte eram acompanhadas de reclamações quanto a organização dos lotes. Para os colonos franceses Louis Flanteau e Charles Wasman o núcleo precisaria ser mais bem organizado, os lotes adequadamente numerados e divididos em quadras, de até no máximo quatro lotes. Isto por que, segundo os colonos, muitos terrenos se encontravam em difícil comunicação com a estrada principal, sem contar que eram comuns discussões sobre os limites dos lotes. Para os colonos franceses parte desses problemas poderia ser resolvida se o acesso aos terrenos pudesse ser facilitado, de forma que as transversais dessem passagem para a estrada de Bragança, que deveria cortar ao meio a colônia.²⁸³

Em mapa enviado a presidência do Pará, Flanteau e Wasman propõem a reorganização dos lotes, de forma que as novas demarcações se dessem paralelas à estrada de Bragança e que as transversais tivessem no máximo três quadras ou seis terrenos; evitando com isso, que

²⁷⁹ DIÁRIO DE BELÉM. *Comissão de Colonização*. Belém, 12 de abril de 1876, p. 01.

²⁸⁰ APEP. Caixa 340 (1874-1879). *Ofício da Comissão de Colonização de 17 de janeiro de 1876*. Documentação Avulsa da Secretaria da Presidência da Província do Pará. Colonização e Imigração, 1876.

²⁸¹ *Ibidem*.

²⁸² DIÁRIO DE BELÉM. *Comissão de Colonização*. Belém, 16 de maio de 1876, p. 01.

²⁸³ APEP. Caixa 340 (1874-1879). *Ofício da Comissão de Colonização de 17 de janeiro de 1876*. Documentação Avulsa da Secretaria da Presidência da Província do Pará. Colonização e Imigração, 1876.

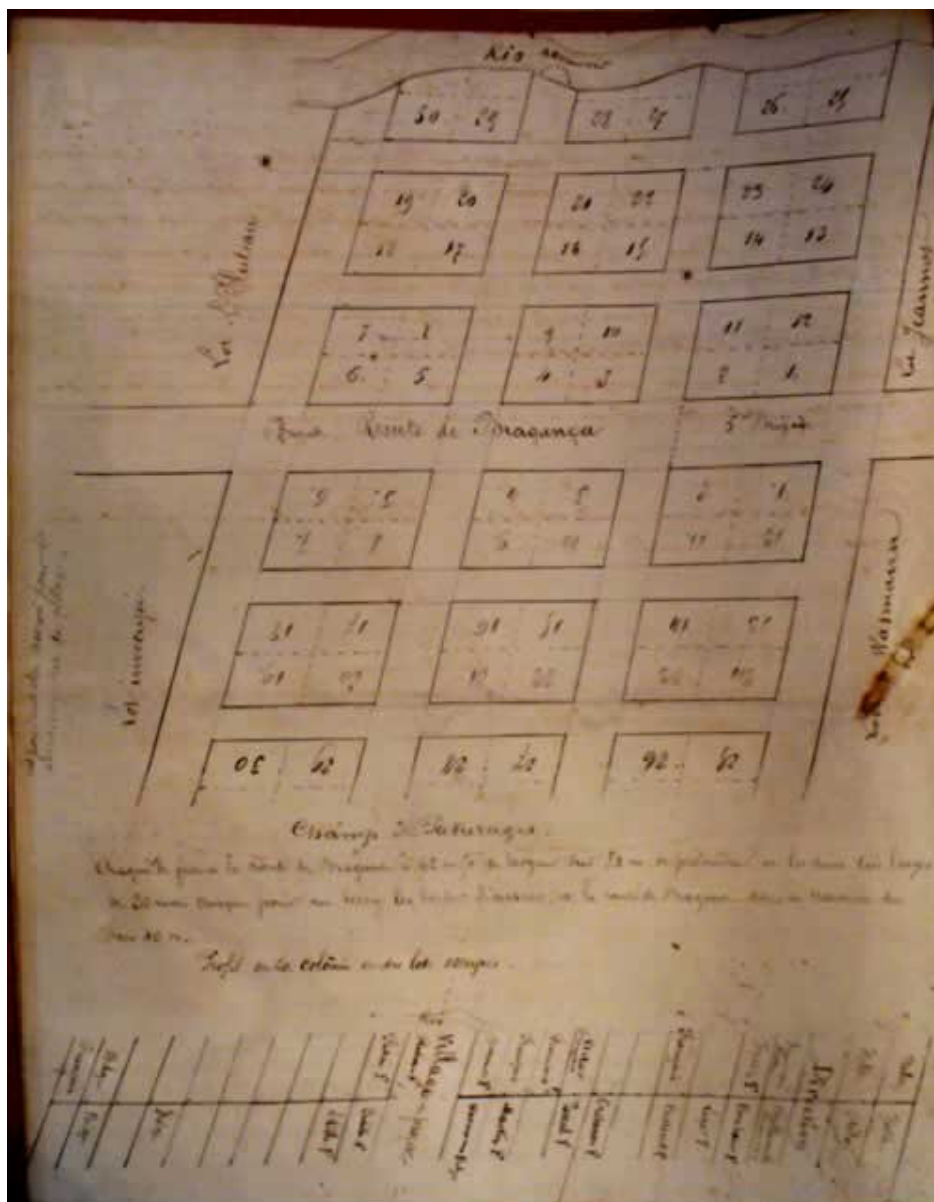
os lotes se distanciassem da estrada principal.²⁸⁴ Nesse aspecto, as experiências dos colonos no processo de ocupação dos lotes lhes permitiram identificar os equívocos cometidos pela administração provincial nos trabalhos de demarcação dos terrenos, demonstrando que o governo havia se preocupado em promover a delimitação dos lotes sem oferecer condições de acesso a esses terrenos. Observa-se ainda que a proposição destes colonos acaba intervindo no plano inicial de distribuição dos lotes, visto que o modelo de organização dos terrenos, segundo Flanteau e Wasman, deveria privilegiar não apenas a área destinada para a implantação da colônia, mas a estrada de Bragança, que deveria ser o marco inicial das demarcações.

A proposta inicial do governo era que a demarcação dos lotes se desse em seis léguas quadradas, o que corresponderia a três léguas para cada lado da estrada de Bragança, só podendo avançar na demarcação de novos lotes quando essas três léguas de um lado e outro da via principal estivessem devidamente demarcadas.²⁸⁵ Conforme o mapa enviado a Comissão de Colonização os colonos propunham que se avançasse à demarcação dos lotes a margem da estrada de Bragança levando em consideração não mais a distância de três léguas para um lado e outro da via principal, mas o número de terrenos que não poderiam exceder a seis. Considerando que cada lote media, em média, 150 braças de frente por 300 de fundo, no plano inicial do governo cada lado da estrada deveria ficar com 30 terrenos; dados que demonstram que a proposição dos colonos mudaria por completo o modelo de distribuição dos lotes pensados inicialmente para Benevides.

Outra questão levantada pelos colonos e que não se percebe como preocupação das autoridades provinciais, corresponde à distribuição dos lotes em quadras de até quatro terrenos. Nesse caso, o que se propõe é a construção de travessas que possibilite não apenas a divisão dos terrenos em quadras, mas também permitindo a ligação entre as transversais. Como se observa no mapa, as travessas ficariam paralelas à via principal, sendo que as transversais atravessariam a estrada de Bragança. Para os colonos esse modelo de organização dos lotes ampliaria as formas de acesso aos lotes, não ficando o acesso restrito apenas as transversais.

²⁸⁴ *Ibidem.*

²⁸⁵ PARÁ. *Lei nº 670 de 22 de setembro de 1871*. Coleção das Leis do Governo da Província do Pará de 1871. Pará, Typographia do Diário de Belém, 1871.



Mapa da Colônia Benevides, 1876.
Elaborado por Louis Flanteau e Charles Wasman

O plano de reorganização da colônia, segundo os franceses Flanteau e Wasman, deveria prever ainda que os colonos fossem divididos de acordo com a sua nacionalidade, de forma que os lotes de uma mesma quadra fossem ocupados por imigrantes de um mesmo país ou que falassem a mesma língua.²⁸⁶ Para uma colônia ocupada por imigrantes de diferentes nacionalidades, as dificuldades de convivência que poderiam surgir entre eles, ou parece ter sido uma questão que não foi observada pela administração provincial, ou se tratava de uma

²⁸⁶ PARÁ. Lei nº 670 de 22 de setembro de 1871. Coleção das Leis do Governo da Província do Pará de 1871. Pará, Typographia do Diário de Belém, 1871.

atuação estratégica das autoridades para evitar o que Zuleika Alvim chamou de “enquistamentos”.²⁸⁷ Para a autora o desejo de aglutinação dos imigrantes, não apenas de uma mesma nacionalidade, mas de uma mesma aldeia, dentro do Brasil era uma das causas da mobilidade dos colonos, inclusive no interior dos núcleos coloniais; o que não era visto com bons olhos pelas autoridades, temerosas de que esse ajuntamento facilitasse a mobilização desses colonos para futura reivindicações.

No caso da Colônia Benevides a distribuição dos lotes pela administração provincial parece ter atentado para evitar a aglutinação de imigrantes; e nesse caso havia planejado a distribuição dos lotes, de forma que colonos de diferentes nacionalidades ocupassem terrenos que fizessem limites uns aos outros. Esta situação fica evidente no caso do colono norte-americano John Wilson, que reclamava das dificuldades de convivência com seus vizinhos. Para John Wilson, estas dificuldades se deviam à falta de atenção da Comissão de Colonização na hora de selecionar os colonos e reservar os lotes que cada um deveria ocupar. A reclamação do colono norte-americano era porque o seu lote de número 23 da estrada principal estava encravado entre os terrenos de colonos franceses.²⁸⁸

Para resolver o problema John Wilson, quando da sua ida a Belém para receber o título provisório de proprietário, procurou a administração provincial e apresentou por escrito a reclamação na qual pedia a imediata troca do seu lote por outro terreno que fizesse limite com colonos ingleses. No documento apresentado as autoridades, chegava a apontar a dificuldade não apenas de se comunicar com franceses, mas também se queixava de não poder contar com a ajuda desses colonos quando precisava executar um serviço que exigia o apoio de seus vizinhos; dificuldades que alegava não passar, caso estivesse próximo aos colonos norte-americanos ou ingleses.²⁸⁹ As informações prestadas por John Wilson testemunha que as estratégias de distribuir lotes intercalados por colonos de diferentes nacionalidades tinha os seus efeitos; provocando o isolamento desses imigrantes quanto aos seus compatriotas. Nesse caso, a saída encontrada por alguns colonos era, portanto, a troca dos seus lotes.

Esses variados problemas enfrentados pelos colonos são responsáveis pela mobilidade dos imigrantes que eram conduzidos para Benevides. Os dados do governo do Pará registraram somente no ano de 1875 uma constante entrada e saída de colonos. Só para termos uma idéia, dos 20 colonos estrangeiros que deram entrada quando da inauguração da colônia, em pouco menos de um ano restavam apenas 12. Os 16 colonos que foram encaminhados em

²⁸⁷ ALVIM, Zuleika. *Op. cit.* p. 235-236.

²⁸⁸ DIÁRIO DE BELÉM. *Comissão de Colonização*. Belém, 18 de agosto de 1876, p. 03.

²⁸⁹ *Ibidem*.

10 de julho, somente 10 colonos permaneciam. Para as autoridades provinciais os dados eram ainda mais alarmantes quando analisados a quantidade de colonos que foram conduzidos durante o mês de agosto e setembro. Dos 58 colonos encaminhados em agosto, restavam apenas dois e dos 20 enviados em setembro restavam apenas seis.²⁹⁰

Conforme informações do governo do Pará, dos 179 imigrantes que se dirigiram para a Colônia Benevides até dezembro de 1875, restavam apenas 43 em 1º de janeiro de 1876, conforme as informações:

IMIGRANTES NA COLÔNIA BENEVIDES EM 1º DE JANEIRO DE 1875²⁹¹

NACIONALIDADE	INDIVÍDUO
Franceses	24
Italianos	02
Espanhóis	08
Belgas	04
Argentinos	02
Prussianos	01
Brasileiros	02
TOTAL	43

Fonte: Relatório da Presidência do Pará, 1876.

Com a confirmação dos dados que demonstrava o pouco número de colonos que permaneciam em Benevides, o governo procurava de imediato dar a sua explicação para os motivos que haviam levado os imigrantes a não permanecerem na colônia. A justificativa mais utilizada pela presidência do Pará era os pesados trabalhos que a atividade de agricultor exigia, principalmente das derrubadas das matas e preparação de terrenos para o cultivo, exigindo um esforço diário desses colonos. Para Francisco de Sá e Benevides, Presidente da Província, não apenas os difíceis trabalhos teriam provocados à saída de muitos colonos, outros fatores como a falta de experiência no trabalho agrícola, visto que muitos imigrantes pouco ou nada sabiam da lida com a terra, teria contribuído para a sua não permanência.²⁹² João Capistrano Bandeira de Mello compartilhava dessas explicações. Nesse caso, o Presidente do Pará em 1877, destacava: “os colonos ali estabelecidos, em sua maioria, não são lavradores, nem revestem amor ao trabalho e à propriedade territorial”.²⁹³

²⁹⁰ PARÁ. Relatório apresentado pelo Exmo. Sr. Dr. Francisco Maria Corrêa de Sá e Benevides, Presidente da Província do Pará, à Assembléia Legislativa Provincial na sua sessão solene de instalação da 20ª legislatura, no dia 15 de fevereiro de 1876. Pará, 1876, p. 49.

²⁹¹ *Ibidem*.

²⁹² *Ibidem*.

²⁹³ PARÁ. Fala com que o Exmo. Sr. Dr. João Capistrano Bandeira de Mello Filho abriu a 2ª sessão da 20ª legislatura da Assembléia Legislativa da Província do Pará em 15 de fevereiro de 1877. Pará, Typ. do Livro do Commercio, 1877, p. 159.

A constante saída de colonos de Benevides fez parte de um debate em *O Liberal do Pará* de 12 de junho de 1877. De acordo com o jornal os imigrantes, diante dos obstáculos apresentados pela natureza selvagem que recobria os solos do Pará, se tornaram incapazes de arrotear as terras da colônia e delas tirarem vantagens, das quais poderiam garantir a sua sobrevivência. Isso, segundo o jornal, se devia ao fato de que “a maior parte dos que foram encaminhados para a colônia eram afeitos à vida das cidades; o que os deixava inteiramente alheios à agricultura e as habilidades que esta atividade exigia”.²⁹⁴ Nesse caso, os imigrantes eram classificados como totais desconhecedores das melhores terras para o cultivo, das sementes, das técnicas de plantio mais eficazes e das melhores épocas para o cultivo.²⁹⁵

Outra justificativa apontada na imprensa para a constante saída dos imigrantes era o desconhecimento das riquezas disponibilizadas pela floresta e do quanto de lucro se poderia obter com a comercialização desses produtos. Para *O Liberal do Pará* as qualidades de homem laborioso, ou seja, “afeitos aos nossos usos e práticos em nossas coisas”, portador de habilidades para o trabalho agrícola, assim como conhecedor das riquezas que poderiam ser produzidas na região, não eram, portanto, encontradas no imigrante.²⁹⁶ Nesse caso fazia-se referência à utilidade de vários produtos que poderiam ser extraídos da floresta como os paus para caibros, que podiam ser utilizados na construção de casas; os frutos silvestres, a serem aproveitados na alimentação; as varas para a construção de jiraus, cercas e estrados; os cipós para atracação; as folhas de palmeira para cobrir casas, fazer esteiras e cestos, “em fim, quase tudo quanto à natureza põe diante de seus olhos e que pode lhe proporcionar trabalho lucrativo”, sem contar “os produtos que poderiam se comercializados no mercado da capital, como urucu, azeite de mamona, dendê, e castanha”, alertava o jornal.²⁹⁷

Se os imigrantes em Benevides teriam meios de ganhar a vida, sem onerar a Província, desde que pudesse aproveitar os recursos disponibilizados pela floresta; no caso, das autoridades provinciais, estas deveriam criar condições para que os colonos pudessem manter um permanente contato com Belém. O isolamento da colônia é apontado, pelo *O Liberal do Pará*, como um dos graves problemas enfrentados pelos colonos. Não se tratava da distância entre a capital e a colônia, mas as condições das estradas que durante quase todo o inverno eram inundadas, inviabilizando qualquer tipo de transporte. Para o jornal as consequências do isolamento dos núcleos de colonização eram desastrosas, não apenas porque os colonos não

²⁹⁴ O LIBERAL DO PARÁ. *Comissão de Colonização*. Belém, 12 de junho de 1877, p. 01.

²⁹⁵ Para estudos dos trabalhos que relacionam a saída de imigrantes da Colônia Benevides como consequência da pouca experiência com os trabalhos agrícolas, destacamos: SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. *Op. cit.*; CRUZ, Ernesto. *Colonização do Pará*; MUNIZ, Palma. *Op. cit.*

²⁹⁶ O LIBERAL DO PARÁ. *Comissão de Colonização*. Belém, 12 de junho de 1877, p. 01.

²⁹⁷ *Ibidem*.

teriam como transportar seus produtos, mais principalmente porque, ou abandonariam a colônia, ou acabariam se habituando aos costumes dos índios, tornando-se “indolente, vegetando como selvagem, que tudo espera da natureza”.²⁹⁸

Esse isolamento das colônias agrícolas é identificado por Felipe de Alencastro e Luiza Renaux como responsável pela dificuldade não apenas para o transporte de alimentos para as colônias do Sul do Brasil, mas também provocava uma vivência melancólica desses colonos, provocada pelo ambiente hostil e desconhecido.²⁹⁹ No caso da Colônia Benevides, a preocupação do jornal *O Liberal do Pará* era de que esse isolamento provocasse uma maior aproximação desses colonos com os índios.

O jornal responsabilizava a incapacidade do governo pelo que entendia como desastrosa política de colonização. De fato, o governo se mostrava incapaz de resolver os problemas de transportes na colônia, visto que, a manutenção das vias de acesso ao núcleo não foram mantidas em condições de tráfego, conforme previa o plano de colonização.

Quanto a outras medidas previstas pelo governo, como alojamentos para os colonos em casas provisórias, enquanto aguardavam a construção de suas moradias definitivas; a entrega de um lote de terra a cada família imigrante, a ser escolhido por seu responsável, já demarcado, desmatado e pronto para o cultivo; repasse do título provisório de posse, quando do início dos trabalhos de plantio; doação de um pedaço de terra para a plantação de gênero de subsistência, além do fornecimento de sementes, instrumento de trabalho e mantimentos, durante os primeiros meses de permanência do núcleo; muito pouco disso foi realizado pelo governo provincial.

Os alojamentos, no caso a Chácara São José nos arredores de Belém e uma casa na Rua da Indústria não passavam de hospedarias improvisadas; sem falar do barracão nas proximidades do núcleo, que em função da quantidade de colonos, não deixava de ser um grande depósito onde os imigrantes viviam amontoados. A demora na demarcação dos lotes e na abertura das estradas era outro problema a ser enfrentado, obrigando os colonos como espanhóis Dario Valadon, Henrique Valadon e os franceses Charles Francly, Collarino Louis e Herbert Feliz, a tomarem satisfação junto as autoridades províncias do por que do atraso na entrega dos lotes.³⁰⁰ Situação que demonstrava o grau elevado de insatisfação dos colonos a forma como o governo vinha administrando a distribuição dos lotes.

²⁹⁸ *Ibidem*.

²⁹⁹ ALENCASTRO, Luiz Felipe de & RENAUX, Maria Luiza. *Op. cit.* p. 323-325

³⁰⁰ APEP. Caixa 340 (1874-1879). *Ofício da Comissão de Colonização de 28 de agosto de 1875*. Documentação Avulsa da Secretaria da Presidência da Província do Pará. Colonização e Imigração, 1875.

Quando da chegada na colônia pouco havia sido feito nos lotes. O muito que se encontrava era uma pequena clareira que mal dava construir uma casa, exigindo do ocupante todo o trabalho de limpeza dos terrenos. Os colonos franceses Jean Maria Masville e Martin Celestin quando da ocupação de seus lotes tiveram de desenvolver os trabalhos de derrubadas das matas, separação da área para o cultivo e ainda construíram suas casas; quando deveriam, segundo a orientação do governo, já receberem seus lotes pronto para iniciar o plantio.³⁰¹

José Puertes que cobrava o envio de um terçado e utensílios de cozinha e mesa;³⁰² John William que pedia roupa, calçados, redes, utensílios e ferramentas;³⁰³ François Collé que solicitava utensílios e instrumentos de trabalho;³⁰⁴ Manoel Martines que reclamava o envio de machados e utensílios;³⁰⁵ Victor Dan Aorte que solicitava telhas e animais doméstico;³⁰⁶ e Francisco Martins que exigia o fornecimento de viveres, mantimentos e ferramentas³⁰⁷ são algumas de muitas reclamações dos colonos e que, em muitos casos, não eram atendidas pela “Comissão de Colonização”. Esta situação ao mesmo tempo em que demonstrava a dificuldade de permanência dos colonos em seus lotes, revela ainda um constante enfrentamento com as autoridades; sem contar que evidencia a incapacidade do governo em garantir as condições mínimas para que os colonos pudessem assegurar o seu sustento, através do trabalho agrícola desenvolvido nos seus terrenos.

Apesar das muitas dificuldades, o quadro a seguir demonstra que ao longo do ano 1876 diversas etapas de trabalho nos lotes como as derrubadas das matas, limpeza dos terrenos, construções das casas e plantio, foram sendo superadas; mostrando que vários colonos, a exemplo dos franceses Louis Flanteau e Charles Wasman, que construíram um plano de reorganização da colônia; Pierre Bechat, com a construção dos seirões; Augustin Gregorie e a sua fábrica de telhas e tijolos; John Wilson com o cultivo de feijão e milho e muitos outros, resolveram enfrentar os obstáculos, não apenas em lidar com a terra, mais também com os problemas provocados pela própria administração provincial.

³⁰¹ APEP. Caixa 340 (1874-1879). *Ofício da Comissão de Colonização de 21 de agosto de 1875*. Documentação Avulsa da Secretaria da Presidência da Província do Pará. Colonização e Imigração, 1875.

³⁰² DIÁRIO DE BELÉM. *Comissão de Colonização*. Belém, 11 de fevereiro de 1876, p. 01.

³⁰³ DIÁRIO DE BELÉM. *Comissão de Colonização*. Belém, 15 de fevereiro de 1876, p. 01.

³⁰⁴ DIÁRIO DE BELÉM. *Comissão de Colonização*. Belém, 22 de agosto de 1876, p. 01.

³⁰⁵ DIÁRIO DE BELÉM. *Comissão de Colonização*. Belém, 01 de abril de 1876, p. 01.

³⁰⁶ *Ibidem*.

³⁰⁷ DIÁRIO DE BELÉM. *Comissão de Colonização*. Belém, 12 de fevereiro de 1876, p. 01.

TRABALHOS EXECUTADOS NOS LOTES EM 1876³⁰⁸

COLONO	MÊS	DERUBADAS	LIMPEZA	CONSTRUÇÃO	PLANTIO
Amalle Mateus	Junho	X	X	X	-
Bandino Antonio	Janeiro	X	X	X	-
Barras Paul	Abril	X	X	X	-
Brucher Adolpho	Outubro	X	X	-	-
Carlo Brangus	Dezembro	X	-	-	-
Chalamelle	Dezembro	X	X	X	-
Charles Borel	Abril	X	X	X	X
Charles Lowiz	Maio	X	X	X	X
Corinto Giuseppe	Janeiro	X	X	X	-
Edouard Pierre	Maio	X	X	-	-
Emille Lem	Fevereiro	X	X	-	-
Felipe Giusesep	Janeiro	X	X	-	-
Francisco Ferdiani	Setembro	X	X	X	X
Francisco Martinez	Fevereiro	X	X	-	-
François Coidanens	Outubro	X	X	-	-
François Collé	Agosto	X	X	X	-
Freguim François	Outubro	X	X	-	-
Fujello Baptista	Janeiro	X	X	-	-
Jean Maria Masville	Janieor	X	X	X	X
João Baptista Sesay	Maio	X	X	-	-
John Williams	Abril	X	X	X	
John Wilson	Março	X	X	X	X
José Gorris	Fevereiro	X	X	-	-
José Maceda	Fevereiro	X	-	-	-
José Puertes	Maio	X	X	X	X
Lambain Germain	Agosto	X	X	X	-
Larron Gabriel	Janeiro	X	X	X	X
Leonilde Flunteau	Janeiro	X	X	X	X
Louis Coritins	Abril	X	X	X	X
Luiz Mulut	Abril	X	-	-	-
Manuel Martinez	Março	X	X	X	X
Martin Celestin	Maio	X	X	X	X
Martin M. Bertol	Março	X	X	X	
Morrison	Abril	X	X	X	
Permapebord	Março	X	X	-	-

³⁰⁸ Dados obtidos das atas da “Comissão de Colonização” publicadas no jornal *Diário de Belém* em: 22/01/1876, 27/01/1876, 28/01/1876, 05/02/1876, 11/02/1876, 19/02/1876, 26/02/1876, 05/03/0876, 09/03/0876, 10/03/0876, 12/03/0876, 14/03/0876, 18/03/0876, 19/03/0876, 01/04/1876, 12/04/1876, 20/04/1876, 26/04/1876, 09/05/1876, 12/05/1876, 16/05/1876, 13/06/1876, 13/07/1876, 27/07/1876, 22/08/1876, 31/08/1876, 01/09/1876, 07/09/1876, 22/10/1876, 12/11/1876 e 06/12/1876.

Porrier Edouard	Abril	X	X	X	
Rethier Charles	Abril	X	X	-	-
Robert Jackson	Abril	X	-	-	-
Roche Marcelle	Maio	X	X	X	X
Vander Weld	Maio	X	-	-	-
Vandervei Jacques	Abril	X	X	-	-
Vaumar Victor	Fevereiro	X	X	-	-
Victor Van Oart	Fevereiro	X	X	X	-

Fonte: Comissão de Colonização, 1876.

Em fevereiro de 1877, o Presidente do Pará Bandeira de Mello, embora demonstre preocupação com Benevides por ainda não apresentar as condições esperadas pela administração provincial, cita os bons resultados obtidos por alguns colonos que se aplicaram ao cultivo do café, tabaco, mandioca, milho, arroz e feijão. No entanto ressalta que a produção era ainda em pequena escala, de forma a não atender as completas necessidades dos colonos.³⁰⁹ Numa defesa da presença de colonos nacionais, destacava a necessidade de atrair para Benevides parte da população paraense que estaria espalhada no interior da Província, “vivendo apenas do que a mata lhe fornece”. Nesse sentido, havia tomado à decisão de formar dentro das seis léguas destinadas para implantação da Colônia Benevides, a medição e demarcação de terrenos para serem ocupados por colonos nacionais.

A idéia do governo provincial era manter uma relação entre os colonos nacionais e estrangeiros, de forma que os nacionais servissem “de animação, estímulo e mútuo auxílio ao trabalho”. Para Bandeira de Mello, os nacionais como conhecedores da região, em muito poderia auxiliar os estrangeiros; além do que, o propósito do governo era “concentrar a população, ora esparsa, sem domicílio fixo ou quase nômade, a fim de atraí-la à vida agrícola”.³¹⁰ O demonstrativo do movimento de pessoal da colônia desde a sua instalação até fevereiro de 1877, para Bandeira de Melo, era a prova de que estava na hora de ocupar os terrenos de Benevides com colonos nacionais.

³⁰⁹ PARÁ. *Falla com que o Exmo. Sr. Dr. João Capistrano Bandeira de Mello Filho abriu a 2ª sessão da 20ª legislatura da Assembléa Legislativa da Província do Pará em 15 de fevereiro de 1877*. Pará, Typ. do Livro do Commercio, 1877, p. 160.

³¹⁰ *Ibidem*.

DEMONSTRATIVO DO MOVIMENTO DE PESSOAL NA COLÔNIA BENEVIDES ATÉ 02/1877

NACIONALIDADES	ENTRARAM			SAHIRAM			EXISTEM		
	Homens	Mulheres	Crianças	Homens	Mulheres	Crianças	Homens	Mulheres	Crianças
Franceses	183	14	17	127	8	8	56	6	9
Italianos	38	1	1	30			8	1	1
Belgas	10			7			3		
Argentinos		1	1		1	1			
Prussianos	2			2					
Hespanhóes	29	2	5	27	2	5	2		
Inglezes	3			3					
Norte-Americanos	1			1					
Suissos	7	3	1	5	2		2	1	1
Allemaes	7	1	2	7	1	2			
Brazileiros	12	8	14	5	1	2	6	7	13
Portuguezes	1						1		
Sommas parciais	303	30	41	214	15	18	78	15	24
Somma total	364			247			117		
							364		

³¹¹FONTE: Falla da presidência do Pará, 15/02/1877.

Para as autoridades provinciais, o conhecimento da região era fundamental para facilitar a permanência dos colonos nos núcleos agrícolas; o que para o governo, explicaria a regularidade da permanência dos colonos nacionais em Benevides, demonstrada pelos dados que apontavam à saída de apenas 12 dos 43 colonos que foram encaminhados para o núcleo. Nesse sentido, Bandeira de Melo, falando aos deputados do Pará em 15 de fevereiro de 1877, solicitava o pleno apoio do parlamento provincial para a criação de medidas que deveriam estar voltadas para facilitar a relação entre os colonos nacionais e estrangeiros, de forma que “a disciplina, organização e disposição para o trabalho dos colonos estrangeiros, estivessem ao alcance dos nacionais, conhecedores das terras do Pará”.³¹²

³¹¹ *Ibidem.*

³¹² *Ibidem.*

CAPÍTULO III

Por um importante centro da lavoura

1. O aproveitamento dos colonos nacionais

Não apenas o Presidente Bandeira de Mello se dava por satisfeito com a presença de colonos nacionais em Benevides, ou assumia a posição de árduo defensor da ocupação dos lotes agrícolas por colonos nacionais. Em 11 de junho 1877, Manoel José de Siqueira Mendes, redator e proprietário do jornal *A Constituição*, destaca a presença de cearenses que haviam sido conduzidos para a Colônia Benevides, atribuindo a esses colonos os bons trabalhos de cultivo que se poderiam avistar em alguns lotes agrícolas da colônia.³¹³ Siqueira Mendes não apenas fazia referência às atividades desenvolvidas pelos colonos cearenses, mas atribuía o êxito dos trabalhos a iniciativa da presidência do Pará, destacando a atuação de Bandeira de Mello e a sua “sensibilidade em reconhecer as qualidades do trabalhador nacional cearense”.³¹⁴ Ao que tudo indica o longo debate na Assembléia Provincial em 15 de fevereiro de 1877 se dava em torno da proposta do Presidente da Província, Bandeira de Mello, de transformar Benevides em um núcleo de colonização nacional e estrangeira, no qual os lotes dos colonos estrangeiros seriam intercalados por lotes ocupados por colonos nacionais. Esse pensamento como se pode perceber no jornal *A Constituição* ultrapassava as paredes do parlamento e ganhava o espaço das ruas através da imprensa paraense.

A edição do jornal *A Constituição* deixava clara a posição da presidência provincial de se aproveitar na atividade agrícola os cearenses que se deslocavam para a Província do Pará; sendo necessária a criação de medidas que orientasse essa população para ocupar os lotes da colônia.³¹⁵ Por outro lado, o governo defendia, também, o aproveitamento do trabalhador

³¹³ A CONSTITUIÇÃO. *Os imigrantes cearenses no Pará*. Belém, 11 de junho de 1877, p. 01.

³¹⁴ *Ibidem*.

³¹⁵ Sobre a migração cearense para Amazônia citamos: CORPES, Raimundo Silva. *Op. cit*; GUILLEN, Isabel Cristina Martins. *Errantes da Selva: histórias da migração nordestina para a Amazônia*. Campinas, UNICAMP, Tese de Doutorado em História, 1999; LACERDA, Franciane Gama. *Migrantes Cearenses no Pará. Faces da sobrevivência (1889-1916)*. São Paulo, USP, Tese de Doutorado em História, 2006; MELLO, Alcino Teixeira

paraense; e nesse caso, a administração provincial deveria se ocupar em promover a transferência da população do Pará, sem ocupação e domicílio, para o espaço dos núcleos coloniais, “atraindo essa população para atividade agrícola”.³¹⁶

Um dos exemplos utilizados por Siqueira Mendes para demonstrar os êxitos da colonização com colonos nacionais nos núcleos agrícolas foi o do migrante Manoel Tavares Negreiro Dubas. Esse cearense vendo-se obrigado a abandonar São Francisco de Uruburetama no Ceará, sua terra de origem, Dubas migrou para a Amazônia trazendo consigo uma família composta de 12 pessoas, entre filhos, cunhados e irmãos. As informações davam conta da sua chegada no primeiro semestre de 1877; o que teria sido motivada por uma “tremenda calamidade que os flagelavam em sua província natal”.³¹⁷ Manoel Dubas pretendia seguir para a região de seringais e dedicar-se a extração da borracha, como fizeram alguns de seus companheiros de viagem. De acordo com Siqueira Mendes, Manoel Dubas foi aconselhado pelas autoridades do Pará a abandonar o projeto de seguir para os seringais, dirigindo-se para a Colônia de Benevides. Chegando a colônia encontrou um de seus conterrâneos, Benedito Correia de Lima, que há poucos meses lá se fixara com sua família, também numerosa e composta de 10 pessoas. Manuel Dubas obtendo as mesmas vantagens, que então eram feitas pelo governo aos colonos estrangeiros que já ocupavam alguns lotes, recebera de início um terreno, adiantamento de víveres nos primeiros seis meses, ferramentas e outros instrumentos aplicáveis à cultura da terra, além de um auxílio de 25\$000 em dinheiro.

As informações que chegavam da Colônia de Benevides e que se divulgava na imprensa de Belém apresentavam as boas condições de vida do senhor Dubas. Já cultivava um dos lotes que havia sido abandonado pelos colonos franceses, contendo ainda algumas plantações e uma pequena casa, onde poderia abrigar sua família. Passado alguns meses já possuía boas plantações de mandioca, milho, cana, batatas e legumes; além da casa que havia sido ampliada, possibilitando abrigar toda sua família.³¹⁸

O caso do cearense Manoel Dubas e que ganha destaque no editorial do jornal *A Constituição*, era explorado visando demonstrar os bons êxitos, não apenas do uso dos colonos cearense, mas também do que poderia ocorrer caso a população, ora esparsa nas

de. *Nordestinos na Amazônia*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Imigração e Colonização/Departamento de Estudos e Planejamento, 1956.

³¹⁶ Nesse período, segundo Jonas Marçal de Queiroz, os debates parlamentares e na imprensa envolvia diferentes setores da sociedade na discussão em torno de uma fonte estável de suprimento de mão-de-obra. Nesse aspecto, eram muitas as alternativas que se colocavam, como por exemplo os índios, brasileiros, europeus e asiáticos. QUEIROZ, Jonas Marçal. *Artífices do Próspero Mundo Novo: Colonos, migrantes e imigrantes em São Paulo e no Pará (1868-1889)*. São Paulo, USP, Tese de Doutorado em História, 2005, p. 81.

³¹⁷ A CONTITUIÇÃO. *Os imigrantes cearenses no Pará*. Belém, 11 de junho de 1877, p. 01.

³¹⁸ A CONTITUIÇÃO. *A seca e os emigrantes do Ceará*. Belém, 04 de junho de 1877, p. 01.

terras do Pará, fossem estimuladas a ocupar os lotes agrícolas da Colônia Benevides. Casos como dos cearenses Luiz Francisco de Andrade, João Ferreira Chaves, Pedro Corrêa de Lima, Anastácio Teixeira Bastos, Antonio Tavares Guedes, João Corrêa Lima, Raymundo das Chagas Negreiro, Thomas de Souza Brasil, Francisco Braga de Farias, Vicente Ferreira de Araújo, José Tavares Guedes, Joaquim José de Andrade, Antonio Leandro da Costa, José Ferreira Gomes Tendalha, Francisco Barros dos Santos e José Velloso, são também utilizados como exemplos de êxito da colonização desenvolvida pelo governo provincial, uma vez que esses colonos, nos dizeres de Siqueira Mendes, apresentavam um adiantado trabalho agrícola nos seus lotes.³¹⁹

O jornal *O Liberal do Pará*, em sua edição de 12 de junho de 1877 parece não estar de acordo com os propósitos defendidos por Siqueira Mendes, nem tão pouco com as idéias apresentadas por Bandeira de Mello; o que até certo ponto parece comum a um jornal que se apresenta como oposição ao governo. Nesse caso, o jornal procurava demonstrar que o problema da colonização no Pará não era o uso do colono nacional, seja ele cearense ou do Pará, mas as condições em que estavam sendo estabelecidos esses colonos.³²⁰ As críticas que se fazia a administração provincial era de que as colônias agrícolas não ofereciam as mínimas condições para abrigar novos colonos; muito pelo contrário, as péssimas condições de moradia teriam expulsado parte dos imigrantes que ocupavam os lotes agrícolas; situação que fatalmente se repetiria com os cearenses que fossem encaminhados para Benevides, advertia o jornal.

“Não haveria próximo mesmo da capital um lugar nas condições de oferecer alguma comodidade aos imigrantes, trabalho regular e facilidade de comunicação?” questionava *O Liberal do Pará*.³²¹ Essa pergunta, muito mais que uma preocupação em ter uma resposta, servia para apresentar uma série de problemas enfrentados pelos colonos que foram encaminhados para Benevides. Dos problemas, o mais grave seria a dificuldade de comunicação com a capital do Pará em função das péssimas condições de tráfego das estradas; o que, segundo o jornal, inviabilizava a chegada a Belém de qualquer gênero agrícola produzido na colônia. Outra crítica que se fazia ao governo era de tentar manter os colonos a custa do tesouro provincial, concedendo auxílio de 25\$000 reis a cada família que ocupassem os lotes agrícolas; o que para o jornal demonstrava falta de habilidade na

³¹⁹ A CONTITUIÇÃO. *Os imigrantes cearenses no Pará*. Belém, 11 de junho de 1877, p. 01.

³²⁰ O LIBERAL DO PARÁ. *Immigrantes*. Belém, 12 de junho de 1877, p. 01.

³²¹ *Ibidem*.

administração pública, que tentava compensar a sua incompetência administrativa, fornecendo auxílio em dinheiro aos colonos.³²²

Quanto aos cearenses, defendia o uso desses trabalhadores na atividade agrícola, indo além do que afirmava Siqueira Mendes. Para *O Liberal do Pará* estes seriam capazes de desenvolver a agricultura muito mais do que os estrangeiros, uma vez que eram conhecedores da natureza da região Amazônica; o que significava reconhecer as árvores que poderiam ser comercializadas e os produtos da floresta utilizados tanto na alimentação, como na construção de casas.³²³

Conhecer a natureza da região, segundo o jornal, era apenas uma das situações que demonstravam que o uso do colono cearense em Benevides poderia trazer grandes êxitos à Província. Isto porque se evitaria cometer os mesmos erros dos colonos estrangeiros, que pelo desconhecimento da importância comercial de algumas árvores não se preocupavam, quando dos trabalhos de limpeza dos terrenos para agricultura, em separar essas madeiras, evitando que fossem consumidas pelo fogo das queimadas. Ainda de acordo com *O Liberal do Pará* outros problemas, a exemplo do desconhecimento do trabalho agrícola por boa parte dos imigrantes que se deslocavam para Benevides, poderiam também ser evitados com a presença dos cearenses. Desse modo, enfatizava o periódico:

“esses homens (os cearenses), filhos de uma província laboriosa, falando a língua do país, habituados ao trabalho da lavoura, com os mesmos costumes dos filhos da província, são na verdade mais capazes de arrotear as terras da Colônia Benevides e delas tirarem vantagens, dos que esses estrangeiros, a maior parte afeitos a vida nas cidades, inteiramente alheios a agricultura e menos ainda a natureza selvagem das terras que tinham que lavar”.³²⁴

A comparação entre a atuação do colono cearense e do estrangeiro é utilizada estrategicamente pelo jornal *O Liberal do Pará* para demonstrar os poucos êxitos da política de colonização desenvolvida no Pará, principalmente da criação da Colônia Benevides; com isso o jornal buscava atingir não apenas a administração provincial, mas, as ações de imigração organizada pelo Gabinete Conservador, a quem o jornal fazia oposição.³²⁵ Como

³²² *Ibidem.*

³²³ *Ibidem.*

³²⁴ *Ibidem.*

³²⁵ De acordo com Valmireh Chacon em estudo sobre os discursos e atuação dos partidos políticos no Brasil, as mudanças de Gabinete Ministerial significavam não apenas a derrubada de um partido e a subida de outro, mas também a substituição em massa de funcionários públicos e políticos que ocupavam cargos de confiança. Nas províncias a substituição do Presidente era acompanhada pela mudança de posição frente às atuações da administração. A imprensa atrelada a uma bandeira política, normalmente acompanhava essas mudanças. Entre 1840 e 1889 ocorreram diversas mudanças no Gabinete Ministerial. No caso dos liberais, estes assumiram o Gabinete Ministerial de 24 de junho de 1840 a 23 de março de 1841; de 02 de fevereiro de 1844 a 22 de setembro de 1848; de 24 a 30 de maio de 1862; de 15 de janeiro de 1864 a 12 de maio de 1865; de 03 de agosto

observamos, a implantação da Colônia Benevides recebeu apoio decisivo da administração imperial, não apenas na aprovação do projeto apresentado pelo Deputado Manoel Roque em 1871, mas também, com o envio de verbas responsável pela sustentação de algumas despesas efetuadas quando da implantação da colônia. Conforme afirmava o Ministro da Agricultura em 1875 o apoio do governo imperial foi decisivo na criação do Núcleo Benevides, “consignando para a indenização das despesas, o envio de determinadas quantias, relativamente importante”.³²⁶

Parece claro que a crítica que se fazia era a incapacidade do governo em gerenciar uma colonização que atendesse aos interesses do Pará; interesses que estavam relacionados ao aumento da produção agrícola, de forma que os produtos dessas áreas de colonização pudessem ser comercializados no mercado de Belém. Essa incapacidade de resolver os problemas da agricultura, atribuída ao desconhecimento da atividade agrícola na região, teria provocado o envio de imigrantes sem nenhuma condição de atuar nas terras do Pará. Nesse caso, o jornal acaba responsabilizando a Agência Nacional de Colonização por esse desconhecimento e conseqüentemente por não ter estabelecido qualquer critério de seleção quando do envio dos colonos.³²⁷

A crítica a atuação do governo provincial poderia, portanto, ser resumida na incapacidade dos administradores em atentar para os valores que poderiam se encontrados nos colonos nacionais. Nesse caso, o governo havia dirigido todas as forças da administração para a colonização estrangeira; o que para *O Liberal do Pará* era conseqüência de uma interpretação equivocada da administração pública, quanto à idéia de “trabalhador laborioso”, relacionada apenas aos imigrantes europeus. Para o jornal o termo deveria designar também

de 1866 a 16 de julho de 1868; de 05 de janeiro de 1878 a 20 de agosto de 1885; de 07 de junho de 1889 a 15 de novembro do mesmo ano. Os conservadores assumiram o Gabinete de 23 de março de 1841 a 02 de fevereiro de 1844; de 22 de setembro de 1848 a 06 de setembro de 1853; de 04 de maio de 1857 a 24 de maio de 1862; de 30 de maio de 1862 a 15 de agosto de 1864; de 12 de maio de 1865 a 03 de agosto de 1866; de 16 de julho de 1868 a 05 de janeiro de 1878; de 20 de agosto de 1885 a 07 de junho de 1889. CHACON, Vamireh. *História dos partidos brasileiros: discursos e práxis dos seus programas*. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1985, p. 29. Sobre estas questões ver ainda: HOLANDA, Sérgio Buarque de. “Do império à República”. In HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). *História da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, Tomo II, vol. 05, 1983; MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 2004; VIANA, Oliveira. *O ocaso do Império*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004. No caso dos partidos políticos no Pará e os debates envolvendo liberais e conservadores nos últimos anos do Império e princípio da República ver: FARIAS, William Gaia. *A Construção da República no Pará (1886-1897)*. Niterói, UFF, Tese de Doutorado em História, 2005.

³²⁶ As despesas a que se referia o Ministério resumia aos custos com o transporte dos colonos, que somente em 1875 chegou a enviar para Benevides cerca de 356 colonos, e as despesas com os trabalhos de medição e demarcação de lotes. BRASIL. *Relatório do anno de 1874 apresentado à Assembléa Geral Legislativa na 4ª sessão da 15ª legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas José Fernandes da Costa Pereira Júnior*. Rio de Janeiro, Typographia Americana, 1875, p. 415.

³²⁷ O LIBERAL DO PARÁ. *Immigrantes*. Belém, 12 de junho de 1877, p. 01.

os colonos nacionais que tivessem conhecimento do melhor uso do que a natureza poderia lhe oferecer; o que parecia não ser o caso dos colonos estrangeiros enviados ao Pará, totalmente alheios à natureza amazônica, afirmava o jornal.³²⁸

Nesse contexto em 21 de junho de 1877, *O Liberal do Pará* fazia referência à forma como se utilizavam as verbas públicas.³²⁹ A reclamação dizia respeito às orientações da administração provincial para o uso das verbas encaminhadas pelo Ministério da Agricultura e que deveriam ser utilizadas para colonização. Nesse caso, a ordem do governo provincial era para que o Tesouraria da Fazenda utilizasse parte dos 25:000\$000 reis, no caso 5:000\$000, concedidos pelo Ministério através do aviso de 18 de janeiro de 1877, para pagamento das despesas da Comissão de Colonização com o serviço de repatriação dos colonos que quisessem voltar ao seu país de origem; sendo o restante utilizado para auxiliar os migrantes cearenses que se destinassem aos trabalhos agrícolas na Colônia Benevides.³³⁰ Nesse caso, se criticava às novas despesas com os estrangeiros, agora para repatriá-los; dinheiro, que segundo o jornal, poderia ser utilizado na promoção da vinda de colonos nacionais que tivessem interesse de ocupar as terras do Pará.

A recomendação do Presidente Bandeira de Mello para Tesouraria da Fazenda teria despertado um sentimento de insatisfação com os desperdícios das verbas públicas; isto porque parte do dinheiro encaminhado pelo governo imperial teria custeado as passagens aos estrangeiros que, segundo *O Liberal do Pará*, pouco deixaram de contribuições à agricultura da Província. Para o jornal restaria então investir na migração de colonos nacionais, pois era “uma idéia que, posta em pratica, seguramente dará benéficos resultados tanto para esta Província, como para os próprios emigrantes do Ceará”.³³¹ Esta proposta de utilização dos colonos nacionais ganha força a partir das informações que chegavam das províncias da região identificada hoje como Nordeste, e que davam conta de que inúmeras famílias desejavam vir para o Pará, no entanto, não tinham meios pecuniários para efetuarem o pagamento de suas passagens. Se ao jornal *O Liberal do Pará* cabia a defesa da presença de cearenses no Pará foi este também o defensor de que o governo facilitasse os meios de transportes para o seu deslocamento.³³²

Algumas outras situações eram apontadas pela imprensa como favoráveis à promoção da emigração de cearenses. A primeira fazia referência aos muitos engenhos que estavam

³²⁸ *Ibidem.*

³²⁹ O LIBERAL DO PARÁ. *Imigração de cearenses para o Pará*. Belém, 21 de junho de 1877, p. 01.

³³⁰ APEP. Códice 1621 (1877). *Ofício do Ministério da Agricultura de 18 de janeiro de 1877*. Secretaria da Presidência da Província do Pará. Aviso do Ministério da Agricultura, 1877.

³³¹ O LIBERAL DO PARÁ. *Imigração de cearenses para o Pará*. Belém, 21 de junho de 1877, p. 01.

³³² *Ibidem.*

dispostos nas terras do Pará e que tomariam esses migrantes como trabalhadores, dando-lhes serviço, comedorias e alojamento, mediante salários; a segunda situação diz respeito às vastas terras que dispunha a Província, nas quais poderiam trabalhar por sua conta, sob condições estipuladas entre eles e os proprietários; e uma terceira situação seria promovida pelos administradores provinciais, que criariam condições para estabelecer esses colonos nos núcleos agrícolas administrados pelo governo, no qual passariam a ocupar os lotes de terras, vivendo do cultivo e da extração de produtos florestais.³³³

Para *O Liberal do Pará* os problemas provocados pela seca que atingia as províncias do Norte do Brasil, e que em meados de 1877 se agravavam, poderiam ser resolvidos com uma intervenção mais objetiva do governo imperial. Por intervenção objetiva se entendia não apenas o envio de alguns socorros, principalmente alimentação, para as áreas atingidas pela seca, conforme propunha o Ministério da Agricultura.³³⁴ Para o jornal esses socorros seriam apenas “remédios temporários que podem suavizar a miséria por alguns dias ou quem sabe algumas semanas, no entanto a população pobre ficaria sempre faminta, carecendo cada vez mais de caridade pública”.³³⁵ Visto como incapaz de resolver os problemas provocados pela seca, esses auxílios propostos pela administração imperial fariam com que os atendidos se tornassem cada vez mais dependentes da intervenção e os favores do governo. “O dinheiro da farinha, do pão, o socorro em fim dado hoje, amanhã ou noutro dia se acabará, e o faminto, sem meio e sem trabalho estenderá de novo a mão a esmolar; e aí do governo que não o socorra!” alertava o jornal.³³⁶

Ora, pensar o flagelado pela seca apenas como alguém que quer viver às custas do Estado, como procurava demonstrar o jornal, é não considerar vários elementos que estavam presentes no ato de se deixar o lugar de origem como: os laços de afetividade, a luta por sobrevivência a construção da própria identidade do grupo que marcam a decisão de sair do meio norte, que não raro se deu sem o auxílio do governo provincial. Franciane Lacerda

³³³ O trabalho de José Maia Bezerra Neto apresenta uma importante economia escravista na Província do Pará, representada através de diversos engenhos espalhados na província, além das práticas de cultivo e coleta. Nesse caso, acreditamos que essas atividades tenham absorvido parte da mão-de-obra de migrantes cearenses que se deslocaram para a Amazônia nas décadas de 70 e 80 do século XIX. BEZERRA NETO, José Maria. *Escravidão negra no Grão-Pará (Sécs. XVII-XIX)*. Belém: Paka-Tatu, 2001.

³³⁴ Os gastos com o envio de alimentos pelo governo imperial entre os anos de 1877 e 1878 foram divulgados pelo Ministério da Agricultura em relatório a Assembléia Geral Legislativa na 2ª Sessão da 17ª Legislatura. Pelos cálculos do Ministro Carlos Leôncio de Carvalho as despesas chegava a uma soma de 2.280:332\$445 reis. A totalidade dessa verba havia sido encaminhada a casa comercial de Francisco de Figueiredo & CIA, encarregada da compra e remessa de gêneros alimentícios necessários aos socorros públicos. BRASIL. *Relatório do anno de 1877 apresentado a Assembléia Geral Legislativa na 2ª Sessão da 17ª Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império Carlos Leôncio de Carvalho*. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1878, p. 42.

³³⁵ O LIBERAL DO PARÁ. *Imigração de cearenses para o Pará*. Belém, 21 de junho de 1877, p. 01.

³³⁶ *Ibidem*.

abordando essa questão a partir de justificativas de viagem feitas por mulheres cearenses que solicitavam passagem para Belém em 1889, destaca o fato de que para muitas famílias de flagelados pela seca, a migração apresentava-se como a única saída para que estes deixassem de depender dos favores do Estado.³³⁷

A defesa da migração para Amazônia era ainda justificada na imprensa de Belém como necessária para prevenir o que se chamava de “tristes conseqüências da seca do Ceará”,³³⁸ o que estava relacionada à fome e as epidemias que atingiam a população, e que teriam provocado o aumento da criminalidade nas províncias que sofriam com a escassez de chuva. Nesse caso, *O Liberal do Pará* recomendava a autoridade paraense que promovessem o transporte dos cearenses, pois, conforme advertia o jornal, “permanecendo no Ceará e vivendo a custa da caridade pública”, os cearenses “além de se tornarem ociosos e pesados à sociedade, perderão por fim os hábitos de trabalho e formarão um grupo sempre prejudicial à ordem pública”.³³⁹ Nesse caso, a migração para Amazônia, passa a ser vista, não apenas como saída para resolver os problemas enfrentados pelas autoridades no Ceará, mas também como alternativa para superar as dificuldades da agricultura paraense, visto que, a migração arregimentaria um significativo número de trabalhadores para atividade agrícola.

De acordo com Ernesto Cruz, as dificuldades encontradas pela agricultura do Pará era conseqüência do fracasso da imigração estrangeira desenvolvida pela administração provincial durante os primeiros anos da década de 1870.³⁴⁰ Nesse aspecto, a migração nordestina era compreendida pelo autor como necessária a superação da falta de braços para o trabalho agrícola. Em parte, esse posicionamento era também compartilhado por Roberto Santos, que destacava ainda o deslocamento dos lavradores paraenses para as áreas de extração com responsável pelo agravamento da carência de trabalhadores agrícolas.³⁴¹

A lembrança de que o Pará necessitava de mais trabalhadores para atuarem na agricultura, acompanhada da idéia de que esses migrantes cearenses quando da sua chegada à

³³⁷ Ver: LACERDA, Franciane Gama. “‘Requerendo passagem para si e sua família’: mulheres migrantes no Pará da virada do século XIX”. In: *Projeto História*, São Paulo, nº 27, dez 2003, pp. 305-320.

³³⁸ A atuação de populares durante os períodos de seca no Ceará e que resultava no que o jornal chamava de “tristes conseqüências” foi analisado por Frederico de Castro Neves como ações políticas coletivas que preocupavam as autoridades do Império. Nesse caso destaca: “Ao lado das doenças, a criminalidade aumentou consideravelmente durante os anos de 1877, 1878 e 1879, apavorando autoridades, observadores e retirantes. Todos, de uma forma ou de outra, sofriam os efeitos do caos em que se tornou a vida urbana e rural no Ceará. No interior, os grupos de salteadores ocupavam o espaço vazio deixado pela população retirante e ameaçavam livremente as cidades quase desabitadas”. NEVES, Frederico de Castro. *A multidão e a história: saques e outras ações de massas no Ceará*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza, CE: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000, p. 35.

³³⁹ O LIBERAL DO PARÁ. *Imigração de cearenses para o Pará*. Belém, 21 de junho de 1877, p. 01.

³⁴⁰ CRUZ, Ernesto. *Colonização do Pará*, p. 49.

³⁴¹ SANTOS, Roberto Araújo de oliveira. *Op. cit.* p. 108.

Província poderiam adquirir meios de vida com facilidade eram, para *O Liberal do Pará*, motivos suficientes para que as autoridades providenciassem a transferência de parte dessa população que se aglomerava nos centros urbanos do Ceará, principalmente Fortaleza. De acordo com Palma Muniz, este interesse em transferir parte da população retirante que ocupavam as cidades do Ceará, e o aproveitamento dos migrantes cearenses na atividade agrícola, se deu através da implantação dos núcleos coloniais; que segundo o autor teriam absorvido parte significativa dessa mão-de-obra.³⁴²

Considerando ainda o editorial de *O Liberal do Pará* de 21 de junho de 1877, observa-se que, associado aos interesses da administração provincial em promover um corrente de migração para a Amazônia, havia também uma perspectiva das autoridades cearenses em promover o deslocamento dos retirantes que se aglomeravam nos centros urbanos. Para Frederico de Castro Neves a eminência de rebeliões por parte dessa população de retirantes permite compreender a política de migração para o Norte como “uma estratégia governamental para desafogar os equipamentos urbanos da enorme pressão exercida pelos milhares de retirantes sem teto, sem alimento, sem saúde”.³⁴³ De fato, uma das críticas que se fazia a atuação da presidência do Pará em relação aos problemas provocados pela escassez de chuva no Nordeste se referia as várias campanhas de doações de dinheiro promovidas pelo governo provincial.³⁴⁴ Embora se destacassem os princípios humanitários dessas campanhas, chamava-se atenção dos êxitos que esse tipo de auxílio poderia gerar. Para os críticos do governo era preferível que esse dinheiro fosse utilizado no transportes dos retirantes, pois possibilitava “arrancar da situação de miséria muitos cearenses”.³⁴⁵

A possibilidade da presença de colonos cearenses no Pará e a consolidação dessa migração como necessidade de braços para a lavoura, como se observou, passa a ser utilizada pelos críticos do governo como demonstrativo do fracasso da política de imigração estrangeira desenvolvida pela administração imperial. Como resposta a essas críticas o

³⁴² MUNIZ, João de Palma. *Op. cit.* p. 45.

³⁴³ NEVES, Frederico de Castro. “A seca e a caridade: a formação da pobreza urbana em Fortaleza (1880-1900)”. In: SOUZA, Simone de & NEVES, Frederico de Castro (Orgs.). *Seca*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002, p. 79.

³⁴⁴ Uma das campanhas de arrecadação de dinheiro promovida pela Presidência do Pará envolveu os membros da junta comercial de Belém. Nessa campanha se conseguiu arrecadar uma soma de 24:040\$270; dinheiro que deveria ser utilizado para socorrer as vítimas da seca no Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba. A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Bazar em favor das vítimas da seca*. Belém, 15 de junho de 1877, p. 02.

³⁴⁵ Como aspecto comum dos editoriais de *O Liberal do Pará* em defesa da migração de colonos nacionais para Amazônia uma exaltação ao trabalhador cearense, em detrimento dos poucos êxitos de colonização com o colono estrangeiro. Nesse aspecto destaca o jornal sobre a migração cearense: “dotará a Província de homens trabalhadores de braços vigorosos que por certo virão concorrer para a prosperidade do Pará, mil vezes melhor do que os tocadores de harpa e de foles, do Canadá ou das ruas de Londres; mil vezes ainda melhor do que os pelemos e outros nédios frades que a Itália nos vomita nas erupções de seus vulcões”. O LIBERAL DO PARÁ. *Imigração de cearenses para o Pará*. Belém, 21 de junho de 1877, p. 01.

Presidente Bandeira de Melo procurou executar o plano de ocupação dos lotes agrícolas de Benevides com os colonos cearenses. A atuação do governo do Pará, em 1877, conforme se pode prever, atendia as recomendações do governo imperial, que solicitava as autoridades paraenses que abrigassem esses retirantes de forma a aproveitá-los nos núcleos de colonização.³⁴⁶

Para o governo do Pará a possibilidade de uma grande corrente de migração de colonos cearenses, não demonstrava o fracasso da política de imigração estrangeira, mas era resultado da capacidade que a Província teria de atrair colonos, principalmente em função da fertilidade e riqueza de suas terras. Nesse aspecto o governo considerava a migração cearense importante não apenas para aumentar a quantidade de colonos, assegurando o aumento da produção de alimentos, mas também, a partir da chegada dos cearenses haveria um maior aproveitamento do solo e das riquezas da região, uma vez que esses colonos eram conhecedores do que poderia ser comercializado e aproveitado na lida diária com o plantio. Acreditava-se, portanto, que o conhecimento do que poderia ser cultivado, associado às novas técnicas de produção trazidas pelos estrangeiros, resultaria em novas formas de plantio e aproveitamento da terra postas à disposição do cultivo do café, arroz, milho, tabaco, mandioca e feijão.³⁴⁷

Observa-se, portanto, que parte dos discursos apresentados em *O Liberal do Pará* passa a ser utilizado pelo governo, principalmente quanto ao aproveitamento do colono nacional.³⁴⁸ Nesse aspecto, a administração provincial embora procure destacar os valores apresentados pelos cearenses, não abre mão da presença de colono estrangeiro na ocupação das terras da Colônia Benevides. É com esse propósito que Bandeira de Mello defende novos investimentos nos núcleos de colonização, afirmando ser necessário não apenas garantir os transportes dos cearenses, mas também criar condições para permanência dos estrangeiros e para assentamento de colonos nacionais; o que requer um plano de ocupação de novos lotes e

³⁴⁶ Em relatório do Ministério do Império de 1877 é solicitada à presidência do Pará que encaminhe os 12.438 retirantes que foram conduzidos a Província para ocupar as terras da Colônia Benevides, da Colônia do Caeté e de Santarém. Além dessas colônias o governo imperial solicitava o envio de retirantes para as colônias de Santa Isabel e Maracajú no Amazonas; Limoeiro na Província do Maranhão; Sinimbu no Rio Grande do Norte; Do Socorro em Pernambuco; São Francisco nas Alagoas e Jequiçá na Bahia. BRASIL. *Relatório do anno de 1877 apresentado a Assembléia Geral Legislativa na 1ª Sessão da 17ª Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império Carlos Leôncio de Carvalho*. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1878, p. 119.

³⁴⁷ A CONTITUIÇÃO. *Os immigrantes cearenses no Pará*. Belém, 11 de junho de 1877, p. 01

³⁴⁸ Para uma leitura da relação entre os discursos e atuação dos governos do Pará no século XIX, no caso da agricultura, ver: NUNES, Francivaldo Alves. "Modernidade, Agricultura e Migração Nordestina: Os discursos e a atuação governamental no Pará do século XIX". *Revista Virtual Cadernos de História. UFOP*, Ano II, nº 01, março de 2007, pp. 01-10.

da escolha de colonos; que de acordo com a administração provincial deveria está baseada na aptidão para o trabalho agrícola.³⁴⁹

A partir de 1878 a política de colonização no Pará se voltaria na promoção de condições para recebimento da migração cearense. Segundo Marco Antonio Villa, estudioso das secas que atingiram o Nordeste nos séculos XIX e XX, o próprio governo imperial acabou estimulando a migração para outras províncias ao diminuir a alimentação que era fornecida aos retirantes; o que se por um lado piorava ainda mais as condições de sobrevivência nas cidades da região que sofria com a escassez de chuva, por outro acabava obrigando esses retirantes a migrar para a Amazônia.³⁵⁰ O interesse em se conduzir parte dessa população de retirantes nordestinos para as províncias do Pará e Amazonas e outras partes do Brasil fica evidente nas orientações do Ministério dos Negócios do Império aos presidentes das províncias do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, entre os anos de 1878 e 1879.³⁵¹ Nestas recomendações, ao mesmo tempo em que o Ministério solicitava que “se fizesse cessar as despesas de socorros públicos” anunciava a criação de novas verbas com o transporte de retirantes para outras províncias do país.³⁵²

No caso do Pará, a mudança do Gabinete Ministerial em 05 de janeiro de 1878, agora sob o comando dos liberais, é acompanhada da construção de um plano de reorganização da Colônia Benevides no intuito de garantir o rápido estabelecimento dos colonos cearenses. O objetivo, conforme apontamos, era possibilitar o estabelecimento de um maior número de retirantes, de forma que se diminuíssem as tensões nas províncias do atual Nordeste. Conforme orientações do Ministério da Agricultura o governo deveria aproveitar os estabelecimentos coloniais anteriormente construídos para atender a imigração estrangeira.³⁵³

³⁴⁹ PARÁ. *Falla com que o exm. sr. dr. João Capistrano Bandeira de Mello Filho abrio a 2.a sessão da 20.a legislatura da Assembléia Legislativa da Província do Pará em 15 de fevereiro de 1877*. Pará, Typ. do Livro do Commercio, 1877, p. 158.

³⁵⁰ VILLA, Marco Antonio. *A vida e morte no Sertão. História das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX*. São Paulo: Editora Ática, 2001, p. 63.

³⁵¹ Para um estudo sobre a migração nordestina para as províncias do sudeste, em especial São Paulo, ver: BASSANEZI, Maria Silvia C. Beozzo. “Migrantes no Brasil na segunda metade do século XIX”. *Anais do XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP*. Caxambu: ABEP, 200, vol. 01, pp. 1-24.

³⁵² As recomendações para diminuição dos gastos com socorros públicos, ou seja, fornecimento de alimentação e vestuário foi acompanhado do anúncio da criação de alguns créditos para pagamento das despesas com transporte dos retirantes para outras províncias do país. Essa nova verba ficaria assim distribuída: Companhia Brasileira de Navegação a Vapor – 70:568\$900; Companhia Nacional de Navegação – 27\$900; Companhia de navegação Paulista – 48\$000; Companhia do Pacífico – 20\$000; Flotilha do Amazonas – 1:449\$400; Ministério da Marinha – 41:413\$404. BRASIL. *Relatório do anno de 1879 apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 3ª sessão da 17ª legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império conselheiro Barão Homem de Mello*. Rio de Janeiro, Typographia Industrial, 1880, p. 85.

³⁵³ BRASIL. *Relatório do anno de 1877 apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 1ª sessão da 17ª legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu*. Rio de Janeiro, Typographia Industrial, 1878, p. 51.

Assim, em abril de 1878 o governo do Pará atendendo as recomendações do governo imperial anunciava um plano de recebimento e acomodação na Colônia Benevides de parte da população cearense que migrava para Amazônia.³⁵⁴

2. Recebimento e acomodação

De acordo com o jornal *A Província do Pará* em sua edição de 22 de setembro de 1877 o governo do Pará teria orientado a Comissão de Colonização para que garantisse o recebimento e acomodação dos migrantes cearenses que desembarcassem em Belém. Para isso havia solicitado ao tenente-coronel Antonio Clemente dos Santos que reservasse um local no Forte do Castelo, que na época funcionava como Arsenal de Guerra, para alojar os retirantes.³⁵⁵

Os trabalhos de recebimento e acomodação dos migrantes cearenses passaram a ser desenvolvidos pela Comissão de Colonização, anteriormente encarregada de atender os colonos estrangeiros. Presidida pelo Dr. Antonio Gonçalves Nunes a Comissão tinha a responsabilidade de assegurar a distribuição dos socorros e da compra de instrumentos para lavoura. Ao tenente-coronel Clemente dos Santos, na época diretor do Arsenal de Guerra, ficava a responsabilidade em garantir o alojamento, de forma a evitar que os retirantes tivessem que vagar pelas ruas de Belém em busca de alimento e hospedagem. Ao capitão Valentim Ferreira ficara a responsabilidade de acompanhar os cearenses até a Colônia Benevides e ali garantir a distribuição dos lotes de terra e o fornecimento de palha para cobertura das casas. Essas medidas adotadas pela presidência do Pará eram destacadas por parte da imprensa local com capazes de garantir o bom acolhimento dos colonos cearenses. Nesse caso, além dos lotes de terra para o cultivo e moradia eram assegurados o fornecimento de alimentação e instrumentos de trabalho, um subsídio em dinheiro equivalente a 25\$000 reis aos que se declarassem casado e a quantia de 12\$000 reis aos solteiros maiores de 14 anos.³⁵⁶

A preocupação com o rápido estabelecimento dos migrantes nas colônias agrícolas se justificava, não pelo interesse em prestar um bom acolhimento, conforme destacava a imprensa. De acordo com as autoridades a presença de migrantes nordestinos em Belém teria como consequência a alteração da “ordem pública”, principalmente quanto ao aumento da

³⁵⁴ PARÁ. *Falla com que o exm. senr. dr. José Joaquim do Carmo abrio a 1.a sessão da 21.a legislatura da Assembléia Legislativa da província do Pará em 22 de abril de 1878*. Pará, Typ. da "Província do Pará," 1878, p. 06.

³⁵⁵ A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Os cearenses no Pará*. Belém, 22 de setembro de 1877, p. 03.

³⁵⁶ *Ibidem*.

criminalidade; situação que segundo o governo exigia a criação de medidas de forma a reduzir o número de retirantes nordestinos em Belém.³⁵⁷

Outra iniciativa tomada pela administração provincial, e que era destacada pela imprensa, correspondia às visitas constantes realizadas pelo Presidente Bandeira de Mello a Colônia Benevides. Essas visitas eram registradas pelos jornais de apoio ao governo como garantia, não apenas de que o governo se preocupava em melhor acolher esses retirantes, mas também que as ordens emitidas pelas autoridades estavam sendo fiscalizadas pelo próprio chefe da administração provincial. Nesse caso, o jornal fazia referência às orientações para que a Comissão de Colonização garantisse o envio e distribuição de dinheiro, roupa, e ainda o aumento na quantidade de alimentação aos colonos mais necessitados;³⁵⁸ medidas que acreditamos ter o propósito de dificultar o deslocamento desses colonos para os centros urbanos, principalmente Belém, além de criar uma imagem, junto as províncias do Nordeste, de que o governo do Pará teria um eficiente sistema de recebimento e acomodação dos migrantes nordestinos.

Quanto as despesas com a manutenção dos colonos em Benevides, estas eram pagas com dinheiro das verbas públicas e de algumas campanhas de doação promovidas pelo governo provincial, a exemplo da que envolveu os membros da junta comercial de Belém e a campanha da Sociedade de Artistas Paraense.³⁵⁹

Sobre as ações de governo e a sua divulgação na imprensa, estas eram também anunciadas com o propósito de justificar o aumento das verbas públicas destinadas à colonização. Nesse caso, o editorial do jornal *A Província do Pará* era encerrado com o anúncio de que, a partir de 18 de setembro de 1877, o governo havia aberto um novo crédito

³⁵⁷ Embora se referindo a um outro espaço, o trabalho de Bresciani sobre a presença de grupos de pobres nas cidades de Londres e Paris aponta pistas para refletirmos sobre essa questão em Belém. Cf. BRESCIANI, Maria Stella. *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 1982. Ver também as reflexões de Chalhoub sobre o Rio de Janeiro: Cf. CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores pobres no Rio de Janeiro na belle-époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986. CHALHOUB, Sidney "Classes Perigosas". *Trabalhadores*, n° 6 (1990), pp. 2-22. CHALHOUB, Sidney *A cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. Associada a questão da criminalidade, ou seja, roubos, furtos e brigas, a presença de imigrantes cearenses em Belém seria apontada ainda como responsável pela crise de moradia, crise de alimentos e ao aumento das epidemias. NUNES, Francivaldo Alves. *A trajetória do imigrante nordestino na cidade de Belém (1877-1889)*. Belém, UFPA, Monografia de Conclusão de Curso de História, 1999, p. 29.

³⁵⁸ A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Os cearenses no Pará*. Belém, 22 de setembro de 1877, p.03.

³⁵⁹ Uma das campanhas promovidas pela Sociedade de Artistas Paraenses foi o leilão promovido dia 17 de junho de 1877 na casa de José Antonio de Lemos, localizada na Rua da Alfândega n° 40. A CONSTITUIÇÃO. *Bazar em favor das vítimas da seca no Ceará*. Belém, 09 de junho de 1877, p. 02. No caso das ações de filantropia estas são interpretadas por Franciane Lacerda não apenas como "sentimento caritativo que se impunha à população diante da desgraça do outro", mas, revelavam "o grau de importância que esses filantropos tinham na sociedade paraense"; importância que poderia ser medida "diante do atendimento ou não de sua solicitação". LACERDA, Franciane Gama. *Migrantes Cearenses no Pará: Faces da sobrevivência (1889-1916)*, p. 180.

de seis contos de réis para verba socorros públicos com o propósito de manter as despesas com a Colônia Benevides.³⁶⁰

De acordo com a administração provincial as novas verbas seriam utilizadas para manter o atendimento aos colonos cearenses, agora não apenas fornecendo alimentação e vestuário, mas pagando as diárias de trabalho desenvolvido por alguns retirantes que se ocuparam na limpeza das estradas que davam acesso a colônia, principalmente a estrada de Benfica.³⁶¹ Para isso foram organizadas duas turmas de trabalhadores chefiadas pelo capitão Valentim José Ferreira, que já tinha experiência no trabalho de comandar brigada desde os tempos em que organizava as turmas de operários formadas por colonos estrangeiros.

O serviço de recebimento e acomodação dos retirantes nas colônias agrícolas, através da Comissão de Colonização parecia incomodar a administração provincial, isto por que, no início de 1878, o governo reconhecia ter perdido o controle sobre os colonos que haviam se estabelecidos em Benevides; não conseguindo identificar o número de retirantes que estavam na colônia, os lotes que ocupavam, nem tão pouco do que muitos colonos estavam vivendo. Nesse caso, o Presidente Gama Malcher propõe em 1878 uma reorganização do serviço de recebimento e acomodação, de forma que a Comissão de Colonização se encarregue de identificar os colonos que estavam em Benevides, além de criar medidas que assegurassem a permanência desses retirantes; situação que pode evidenciar que muitos colonos haviam deixado o núcleo, procurando outros locais da Província. Conforme as novas orientações, a Comissão de Colonização se encarregaria da distribuição dos lotes de terras, instrumentos agrícolas e alguns auxílios em dinheiro e sementes, sem contar o acompanhamento, “de perto”, das ações dos colonos. Essas iniciativas, de acordo com o posicionamento do governo, contribuiriam para que em pouco tempo a Colônia Benevides se “tornasse uma importante área produção de alimentos”.³⁶²

Para o Ministério da Agricultura não apenas o serviço de recebimento e acomodação dos cearenses deveria ser mais eficiente, tornava-se também importante associar este serviço ao da migração, de forma “que as províncias da Amazônia fossem dotadas de braços para o trabalho agrícola”.³⁶³ Nesse caso, o Ministério fazia referência a necessidade de se estabelecer

³⁶⁰ A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Os cearenses no Pará*. Belém, 22 de setembro de 1877, p.03.

³⁶¹ *Ibidem*.

³⁶² PARÁ. *Relatório com que ao Exm. Sr. Dr. José da Gama Malcher, 1º Vice-Presidente, passou a administração da Província do Pará o Exm. Sr. Dr. João Capistrano Bandeira de Mello Filho em 9 de março de 1878*. Pará, Typ. Guttemberg, 1878, p. 89.

³⁶³ BRASIL. *Relatório do anno de 1877 apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 1ª sessão da 17ª legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas João Lins Vieira Cansansão de Sinimbú*. Rio de Janeiro, Typographia Industrial, 1878, p. 51.

uma seleção dos colonos que seriam encaminhados aos núcleos coloniais, de forma que se dessem preferência aos que se diziam agricultores.

José Joaquim do Carmo, Presidente da Província do Pará em abril de 1878, resume bem os interesses que estavam sendo posto: “Se o imigrante cearense procura terras que lhe retribuem o trabalho, o Pará precisa de braços que lhe fecundem as terras”.³⁶⁴ Nesse caso, as intenções do governo provincial não deveriam se resumir apenas a interesses humanitários, ou seja, de garantir o socorro aos retirantes até o fim do período de escassez de chuva, mas aliar os princípios humanitários à necessidade de se arregimentar grupos de trabalhadores para atuarem na atividade agrícola.

Como forma de associar o serviço de recebimento e acomodação a uma política de migração Joaquim do Carmo apresenta ao parlamento provincial, em 22 de abril de 1878, um conjunto de instruções. A essas medidas o governo resolveu chamar de “instruções provisórias aos retirantes que procuram o Pará”.³⁶⁵ Além de organizar os serviços de recebimento, alimentação e acomodação dos retirantes, era também intenção do governo que os cearenses fossem estabelecidos nos núcleos coloniais em diferentes pontos da Província. Nesse caso, a presidência do Pará fazia referência aos núcleos de Benevides, São José de Tentugal, Caeté e Bom Gosto; colônias que segundo o governo apresentavam significativo número de colonos sem qualquer organização.³⁶⁶

Em dados do governo imperial registrava-se na Província do Pará a entrada, desde 18 de março de 1877 a abril de 1878, de uma significativa corrente de migração cearense, chegando a atingir 16.748 retirantes com destinos aos núcleos agrícolas, dos quais 3.199 passaram para a Província do Amazonas.³⁶⁷ Dos que ficaram no Pará, cerca de 111 faleceram, permanecendo 12.438 espalhados pelas colônias de Benevides, São José, Caeté e Bom Gosto. No caso da Colônia Benevides a população de cearenses até final de 1878, pelos cálculos do governo, teria atingido aproximadamente 8.000 retirantes.

A falta de organização, segundo o governo, teria gerado uma disparidade entre a população de Benevides e o número de lotes demarcados. Nesse caso, os dados apresentados

³⁶⁴ PARÁ. *Falla com que o Exm. Senr. Dr. José Joaquim do Carmo abriu a 1ª sessão da 21ª legislatura da Assembléia Legislativa da Província do Pará em 22 de abril de 1878*. Pará, Typ. da "Província do Pará," 1878, p. 06.

³⁶⁵ PARÁ. *Falla com que o Exm. Senr. Dr. José Joaquim do Carmo abriu a 1ª sessão da 21ª legislatura da Assembléia Legislativa da Província do Pará em 22 de abril de 1878*. Pará, Typ. da "Província do Pará," 1878, Anexo, p. 01.

³⁶⁶ BRASIL. *Relatório do anno de 1877 apresentado a Assembléia Geral Legislativa na 1ª Sessão da 17ª Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império Carlos Leôncio de Carvalho*. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1878, p. 41.

³⁶⁷ *Ibidem*.

pela administração provincial apontava que para um total de 8.000 colonos, apenas teria sido distribuído 500 lotes de terras.³⁶⁸ Estas informações evidenciam que a ocupação em muitos terrenos de Benevides estava sendo realizada sem qualquer participação do governo; justificando, portanto, as preocupações do Presente Gama Malcher, em princípio de 1878, de que a administração provincial havia perdido o controle sobre os retirantes que estavam Benevides.³⁶⁹

Para o governo do Pará esse significativo número de retirantes espalhados pela Província sem qualquer controle do governo exigia uma atitude das autoridades provinciais. A esse respeito Martinho Domiense Pinto Braga, engenheiro a serviço da administração provincial, apresentou um parecer em que determinava a forma de acolhimento dos cearenses nos núcleos de colonização, principalmente quanto a ocupação dos lotes, trabalhos de limpeza dos terrenos, abertura de estradas, construções e os auxílios que cada colono iria receber em alimentação e em dinheiro.³⁷⁰

De acordo com Martinho Domiense Pinto Braga a execução da medida exigiria um aumento nas finanças públicas destinadas à colonização. Para isso foi criada a verba socorros públicos, inicialmente retirada do orçamento geral da Província; um credito de 40:000\$000 reis. Foi ainda solicitado ao Ministério da Agricultura, encarregado do transporte de retirantes, providências para que o número de migrantes que fossem encaminhados ao Pará não excedesse as condições de recebimento. Outra recomendação, agora para a presidência da Província do Ceará, de onde partiam a maioria dos retirantes, era de que se fizesse acompanhar uma relação circunstanciada da situação de cada colono, em que se declarasse a idade, sexo, estado conjugal, profissão e quantidade de pessoas da família.³⁷¹

Ao mesmo tempo em que havia uma tentativa do governo em controlar a migração de cearenses, outras providências eram tomadas de forma a controlar a presença desses retirantes no Pará. A princípio é providenciado o aumento da capacidade de recebimento dos colonos em Belém, através da criação do Barracão do Castelo; uma espécie de hospedaria destinada a

³⁶⁸ Quanto ao núcleo de São José, que se estendia em uma área de 33 quilômetros, este tinha uma população de 2.205 retirantes e contava com 213 lotes demarcados e já distribuídos. Pelos núcleos de Caeté e Bom Gosto se espalhavam o restante dos retirantes cearenses que completavam a soma de 14.186, incluindo os prováveis 8.000 colonos de Benevides. BRASIL. *Relatório do anno de 1877 apresentado a Assembléia Geral Legislativa na 1ª Sessão da 17ª Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império Carlos Leôncio de Carvalho*. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1878, p. 41.

³⁶⁹ PARÁ. *Relatório com que ao Exm. Sr. Dr. José da Gama Malcher, 1º Vice-Presidente, passou a administração da Província do Pará o Exm. Sr. Dr. João Capistrano Bandeira de Mello Filho em 9 de março de 1878*. Pará, Typ. Guttemberg, 1878, p. 89.

³⁷⁰ PARÁ. *Falla com que o Exm. Senr. Dr. José Joaquim do Carmo abriu a 1ª sessão da 21ª legislatura da Assembléia Legislativa da Província do Pará em 22 de abril de 1878*. Pará, Typ. da "Província do Pará," 1878, p. 06.

³⁷¹ *Ibidem*.

alojar os retirantes até que fossem encaminhados para o interior da Província. Além do barracão, o governo nomeara em diferentes pontos do Pará, Comissões encarregadas, dentre outras atribuições, de socorrer e encaminhar os retirantes para os núcleos coloniais.³⁷²

Os socorros pecuniários aos retirantes e o salário remunerador dos trabalhos em obras públicas foram regulados levando em consideração à quantidade de pessoas em cada família, sendo o auxílio proporcional ao número de filhos maior e menor de 12 anos. Para os que estavam em condição de solteiros ou se declararam viúvos e sem família o auxílio do governo chegava até 400 réis. Havia ainda a situação de colonos que eram considerados proletários sem família, ou seja, os que se declaravam ter uma profissão e estavam na condição de solteiro; nesse caso o governo acrescentaria 100 reis ao valor do auxílio; sendo que esses trabalhadores poderiam ser contratados para construção de obras públicas conforme pagamento de diárias. Em outras palavras, o pagamento de salários e auxílios pecuniários seria concedido mediante critérios que levassem em consideração a situação da família e a profissão.³⁷³

³⁷² As comissões a que se refere o presidente foram escolhidas pessoalmente por José Joaquim do Carmo e encaminhadas para aprovação do parlamento provincial em 22 de abril de 1878. Para Bragança: Tenente-Coronel José Caetano Ribeiro, Dr. Gentil Augusto de Moraes Bitencourt e o Tenente-Coronel José Caetano Ribeiro; Para Vigia: Capitão Joaquim Manoel de Carvalho, Antonio Joaquim de Miranda Gama e Francisco Quintino de Araújo Nunes; Para o Capim: Dr. Pedro Chermont de Miranda, Dr. Vicente Chermont de Miranda e Coronel José Calisto Furtado; Para São Domingos: Theodoro Caetano Corre, José Raymundo Monteiro Júnior, Manoel Antonio Corrêa; Para Cametá: Tenente-Coronel Antonio de Castro Valente, Carlos Euzébio de Moraes e o Capitão Antonio de Moraes Bitencourt; Para Igarapé Miry: Tenente Coronel Antonio Lopes Machado, Comendador Domingos Borges Machado Acatauassú e o Capitão José Garcia da Silva; Para São Caetano: Jacob Baptista Dalmacio e Francisco Antonio da Rocha; Para Santarém: Dr. Adriano Xavier de Oliveira Pimentel, Antonio Joaquim Rodrigues dos Santos e João Severino de Miranda; Para Soure: Capitão Luiz Calandrini da Silva Pacheco, tenente Francisco Bezerra de Moraes Rocha e o Tenente Vicente Baptista da Silva; Para Muaná: Dr. José Francisco de Araújo Lima, Tenente-Coronel Pedro da Gama Lobo da Silveira e Leandro Cardoso Amanajás Tocantins; para Óbidos: Firmino Antonio Figueira, Francisco José Machado Angico e José Joaquim Meirelles. Para Abaité: Abraham Fortunato Júnior, José Pereira de Barros e Torquato Pereira de Barros. Para Breves: José Joaquim Torquato de Freitas, Bento Dias Pereira e Antonio Joaquim de Barros e Silva. Para Anajá: Hygino Nery da Costa, João Antonio Cardoso e Carlos Moreno de Magalhães. Para Cachoeira: Manoel Joaquim Gama da Silveira, Tenente Coronel Marcos Pereira Lima e Visconde de Arary. Para Chaves: Manoel do Carmo Foro, Leonel David d'Oliveira e Dr. Manoel Francisco Honorato Júnior. Dados sobre as comissões podem se observados: PARÁ. *Falla com que o Exm. Senr. Dr. José Joaquim do Carmo abriu a 1ª sessão da 21ª legislatura da Assembléia Legislativa da Província do Pará em 22 de abril de 1878*. Pará, Typ. da "Provincia do Pará," 1878, pp. 07-08.

³⁷³ De acordo com as instruções era definido um valor para o pagamento dos socorros públicos e dos salários, levando em consideração alguns critérios. No caso dos socorros públicos eram distribuídos os seguintes valores: Ao chefe de família responsável por si e sua família, 640 réis; para cada um filho maior de 12 anos, 200 réis; para cada filho menor de 12 anos, 160 reis; os solteiros ou viúvos sem família, 400 réis; os proletários sem família, 500 reis. Quanto aos salários, estes estavam assim estipulados: De um dia ou 9 horas de serviço de um carpinteiro, 14500 réis; de um dia ou 9 horas de serviço de um pedreiro, 1\$200 réis; de um dia ou 9 horas de serviço de um servente braçal, 800 réis; de um dia 9 horas de um serviço braçal a um servente de 10 a 14 anos, 400 réis. PARÁ. *Falla com que o Exm. Senr. Dr. José Joaquim do Carmo abriu a 1ª sessão da 21ª legislatura da Assembléia Legislativa da província do Pará em 22 de abril de 1878*. Pará, Typ. da "Provincia do Pará," 1878, p. 06.

Com a distribuição desse benefício o governo acreditava que o encaminhamento dos retirantes aos núcleos coloniais fosse facilitado. A idéia era que a concessão do benefício estimulasse outros cearenses a seguir para as colônias agrícolas. Situação que demonstrava que havia uma autonomia dos retirantes em decidir a que rumo dar para sua vida e que a atuação do governo, guardada as devidas proporções, era exercida levando em consideração essa autonomia.

3. Condições de permanência

Nos três primeiros meses de 1878 os dados da administração provincial registravam o envio constante de retirantes para a Colônia Benevides. A cada atracação de vapor era sinal de que estava na hora de enviar uma nova caravana. Somente nesses primeiros meses, segundo registro do governo, foram acomodados mais de 860 cearenses.³⁷⁴ Não bastava apenas enviar os colonos era também necessário que fosse garantido os lotes de terras, instrumentos agrícolas e alguns auxílios em dinheiro e sementes. De acordo com o engenheiro Pinto Braga a administração da colônia deveria concentrar as suas ações no sentido de criar condições para que os colonos pudessem, em breve espaço tempo, executar os trabalhos de cultivo em seus lotes; de forma “que a atividade agrícola se constituísse como alimento de todos”.³⁷⁵ Ou seja, se por um lado a agricultura deveria garantir o sustento dos colonos, por outro, isto seria possível a partir do momento em que os colonos tivessem plenas condições de executar as atividades de plantio. A tarefa da administração da colônia nesse primeiro momento seria, portanto, assegurar as condições de permanência, relacionada à possibilidade de pleno desenvolvimento da agricultura; uma perspectiva construída em torno da Colônia Benevides tal qual acontecera anteriormente com os imigrantes estrangeiros.

A criação das instruções de recebimento e acomodação dos cearenses construída pelo engenheiro Pinto Braga a pedido do Presidente Joaquim do Carmo tinha a intenção de dar maior organização não apenas no envio de colonos a Benevides, mas também na distribuição dos lotes, auxílio em dinheiro e sementes. O que se observa na leitura das instruções é a preocupação em se garantir condições mínimas de permanência dos colonos atuando com o

³⁷⁴ Esses dados correspondiam apenas a números oficiais. O próprio governo admitia a dificuldade de se controlar a entrada de colonos em Benevides. Nesse caso, estima-se que a quantidade de retirantes foi bem superior a que a administração provincial apresentava. PARÁ. PARÁ. *Relatório com que ao Exm. Sr. Dr. José da Gama Malcher, 1º Vice-Presidente, passou a administração da Província do Pará o Exm. Sr. Dr. João Capistrano Bandeira de Mello Filho em 9 de março de 1878*. Pará, Typ. Guttemberg, 1878, p. 89.

³⁷⁵ O LIBERAL DO PARÁ. *Núcleo N. S. do Carmo de Benevides (VII)*. Belém, 30 de julho de 1879, p. 02.

trabalho agrícola. Nesse caso, muito das ações propostas esbarram em questões do orçamento provincial, principalmente os gastos com derrubadas das matas e preparação dos terrenos para cultivo. Esse problema, segundo Zuleika Alvim, teria sido responsável pelo fracasso de muitos núcleos agrícolas, uma vez que o governo não tinha verbas suficientes para arcar com as despesas de assentamento dos colonos.³⁷⁶

A escolha da Colônia Benevides como principal espaço de recebimento de retirantes cearenses é consequência desse esforço em se evitar grandes despesas do tesouro provincial. O adiantado trabalho de demarcação e limpeza dos lotes associado a diversas construções do tempo da imigração estrangeira foram fatores decisivos para que Gama Malcher, Roso Danin, Domingos Raiol, Paula Pessôa, Antonio Gonçalves Nunes, Meira de Vasconcelos, Pinto Braga e o então Presidente Joaquim do Carmo decidissem pela reorganização da Colônia Benevides como principal local para acomodação dos retirantes cearenses.³⁷⁷

A construção destas instruções acabou credenciando o engenheiro Pinto Braga a assumir a direção da colônia e coordenar pessoalmente os trabalhos de atendimento aos colonos que procuravam o núcleo. Com base nos planos defendidos por Pinto Braga a administração pública deveria se encarregar dos serviços de medição e demarcação dos lotes; o que corresponderia a uma área de terra não inferior a 174.240.000 metros quadrados, divididos em lotes rurais e urbanos. A cada colono ou família seria concedido um lote agrícola e um urbano, o primeiro para plantio e o segundo para fixar residência. Estes lotes deveriam ser pagos dentro de um prazo de cinco anos, tendo o valor entre 2 e 8 réis a braça quadrada de terras agrícolas e de 10 a 80 réis a braça quadrada de terras urbanas. Cada colono receberia um título provisório no ato da localização; título que seria substituído por outro definitivo, quando fosse ultimado o pagamento dos terrenos. Aos colonos seria garantido o fornecimento de alimentação, além de 20\$000 reis por pessoa maior de dez anos. Esse valor seria dado no momento em que ocupasse o lote, e o seu pagamento deveria ser abatido do salário que o colono passaria a receber; salário pago durante seis meses em que prestasse serviço nos trabalhos públicos organizados pela diretoria da colônia. Sobre os colonos dedicados aos trabalhos da lavoura, a estes seriam feitos adiantamento de instrumentos para

³⁷⁶ ALVIM, Zuleika. “Imigrantes: A vida privada dos pobres do campo”, p. 232.

³⁷⁷ A decisão de reorganizar a Colônia Benevides foi acordada em reunião convocada pela presidência de província, em que estavam presentes Joaquim do Carmo, Gama Malcher, Roso Danin, Domingos Raiol, Paula Pessôa, Antonio Gonçalves Nunes, Meira de Vasconcelos, Pinto Braga, entre outros. Nesta reunião tratou-se de resolver sobre a melhor maneira de situar os migrantes cearenses e distribuir-lhes socorros públicos, sendo aceita a idéia dos núcleos coloniais, aproveitando para isso os terrenos desocupados da Colônia Benevides, e outros já situados na Província. Ficou definido, portanto, que a colônia não apenas seria reorganizada, mais que deveria se constituir como principal espaço de acomodação dos migrantes cearenses na província. O LIBERAL DO PARÁ. *Núcleo N. S. do Carmo de Benevides (XI)*. Belém, 12 de agosto de 1879, p. 02.

trabalho agrícola, ficando a administração pública obrigada a dar gratuitamente sementes e mudas durante os seis primeiros meses ou até a primeira colheita.³⁷⁸

De acordo com os planos do governo, à medida que fossem realizadas as derrubadas e logo que tivesse a extensão de 10 lotes ou 1.500 braças, estes seriam demarcados e distribuídos de modo que os retirantes pudessem logo cuidar na construção de suas casas e dos meios de prover as suas necessidades. Assim eram fornecidas ferramentas para a lavoura, que consistia de enxadas, terçados, facões e machados; além de utensílios de cozinha, entre os quais estavam os pratos, colheres e panelas.³⁷⁹

O constante aumento do número de colonos exigia, segundo Pinto Braga, uma reorganização administrativa da colônia.³⁸⁰ Nesse sentido, resolve criar alguns cargos para auxiliar na administração; tratava-se de um inspetor geral que deveria atuar na fiscalização dos trabalhos desenvolvidos pela diretoria da colônia, assim como verificar o andamento dos trabalhos nos lotes. A presença de um caixa era ainda considerada importante, afinal estaria encarregado do controle das despesas; ficando ainda sobre a sua função organizar o pagamento dos funcionários e dos trabalhadores que prestavam serviço para diretoria do núcleo. A administração da colônia passaria a contar também com um agrimensor, dois escriturários e um secretário; no caso do primeiro, este era encarregado da medição e demarcação dos terrenos; os escriturários de fazer o controle na distribuição dos lotes, listando no livro de registro de posse o nome do colono e o terreno a ser ocupado; quanto ao secretário, este atuava diretamente com o diretor da colônia fazendo principalmente o registro da atuação da diretoria.³⁸¹

De acordo com o engenheiro Pinto Braga o número de pessoas que atuavam na administração era ainda pequeno considerando que a colônia crescia quase que diariamente. Nesse caso, lamentava que muitos trabalhos, principalmente de escrituração não estavam sendo feitos; isto por que a constante chegada de colonos impedia qualquer controle no registro e distribuição dos lotes. O número reduzido de funcionários era ainda responsável por algumas situações que fugiam do controle da direção do núcleo, como o caso de muitos colonos terem se instalado sem qualquer conhecimento da administração; situação que preocupava a diretoria da colônia, uma vez que, não se tinha conhecimento se, de fato, estes

³⁷⁸ MUNIZ, João de Palma. *Op. cit.* p. 37.

³⁷⁹ PARÁ. *Falla com que o Exm. Senr. Dr. José Joaquim do Carmo abriu a 1ª sessão da 21ª legislatura da Assembléia Legislativa da província do Pará em 22 de abril de 1878.* Pará, Typ. da "Província do Pará," 1878, p. 06.

³⁸⁰ O LIBERAL DO PARÁ. *Núcleo N. S. do Carmo de Benevides (VI).* Belém, 28 de julho de 1879, p. 02.

³⁸¹ *Ibidem.*

colonos estavam atuando na atividade agrícola.³⁸² Mesmo considerando as condições mais adversas de ter que se adaptar e viver em um local em que não estavam habituados, esta situação revela, portanto, o fato de que, para além da legislação e das medidas de controle, os migrantes davam rumo próprio a sua vida, decidindo se permaneceriam nas colônia ou procurariam outros locais da Província; o que coloca em evidência o aspecto das decisões individuais desse processo de colonização.³⁸³

Conforme orientações da diretoria do núcleo o serviço de fiscalização deveria ser acompanhado dos trabalhos de demarcação e limpeza dos lotes. Nesse caso, a administração da colônia resolveu dividir os trabalhos em tarefas: havia a tarefas de demarcação e limpeza dos terrenos, a tarefa de limpezas de ruas e estradas, e a do transporte de palhas e gêneros do porto de Benfica. Para garantir à execução dos trabalhos foram nomeados os fiscais de secção; eram ao todo quatorze pessoas e que estavam divididas em fiscais de ordem, fiscais de limpeza, fiscais de depósito e fiscais de caminho. Os fiscais de ordem como o próprio nome diz eram responsáveis pela manutenção da ordem; nesse sentido deveriam evitar principalmente os conflitos quanto aos limites dos terrenos. Os fiscais de limpeza deveriam acompanhar os trabalhos de derrubadas e limpeza dos lotes, assim como os de cultivos; uma forma encontrada pela administração da colônia para exercer maior controle sobre os colonos, de forma que se iniciassem as atividades de plantio, tão logo os lotes fossem ocupados. A fiscalização na execução dos trabalhos de limpeza dos lotes e estradas era feita também pelo fiscal de depósito de ferro, responsável pela guarda das ferramentas e utensílios utilizados no trabalho desenvolvido pelos colonos. Diariamente deveria fazer anotações da quantidade de ferramentas que saíam do depósito, identificando também para que e para quem se destinavam. Havia ainda os fiscais de caminho, e estava sob a sua responsabilidade acompanhar os trabalhos de conservação das ruas e estradas.³⁸⁴

A condução dos trabalhos ficava a cargo dos chefes de turmas, ao todo 28 pessoas, que tinham em outras atribuições dar trabalho aos colonos. Em outras palavras, orientar os colonos no tipo de trabalho que deveriam executar. Cada turma recebia uma tarefa que, conforme observado, estava relacionada à derrubada, limpeza dos lotes, aberturas de ruas e estradas, entre outras atividades. Sobre os chefes de turmas, estes eram encarregados de

³⁸² O LIBERAL DO PARÁ. *Núcleo N. S. do Carmo de Benevides (VII)*. Belém, 30 de julho de 1879, p. 02.

³⁸³ Para uma reflexão sobre a migração e imigração como também um processo de escolha de cada indivíduo, ver: LACERDA, Franciane Gama. *Migrantes Cearenses no Pará. Faces da sobrevivência (1889-1916)*, pp. 132-133. MOURA, Esmeralda Blanco Bolsanoro de. "Imigrantes italianos em São Paulo na passagem para o século XX". In: DEL PRIORE, Mary (org.). *Revisão do paraíso: os brasileiros e o estado em 500 anos de história*. Rio de Janeiro: Campus, 2000, p. 238.

³⁸⁴ O LIBERAL DO PARÁ. *Núcleo N. S. do Carmo de Benevides (VII)*. Belém, 30 de julho de 1879, p. 02.

conduzir os trabalhos de 500 operários, 230 meninos e meninas e de até 200 mulheres. No caso das mulheres e crianças, estas se ocupavam dos trabalhos de transportes de palhas e gêneros do porto de Benfica até Benevides. Todo esse pessoal, segundo Pinto Braga, trabalhava das seis da manhã até tarde da noite, contando os períodos de domingo e dias santificados.³⁸⁵

O trabalho de derrubadas parece ter sido a principal atividade nestes primeiros momentos da ocupação da colônia pelos cearenses. O próprio diretor reconhecia a necessidade de acelerar o processo de derrubadas de forma a acompanhar o número de colonos que chegavam ao núcleo, afinal, a ocupação do lote deveria ocorrer imediatamente após a entrada de novos retirantes. Situação que dificilmente acontecia. Isto porque, segundo Pinto Braga, havia um descontrole no envio de cearenses para Benevides, sem contar o perigoso trabalho de derrubadas que devia ser efetuado com muita cautela, pois eram comuns os acidentes envolvendo os colonos.³⁸⁶ Conforme informações da direção da colônia a atividade de derrubada poderia a todo o momento causar vários acidentes, e para evitar novas vítimas recomendava que fosse utilizado nesse trabalho apenas um número necessário de colonos; o que correspondia a trinta operários por equipe, sendo que esses operários seriam fiscalizados por chefes de turmas, que dentre as atribuições, estariam a de dividir tarefas de forma a diminuir o número de acidentes.³⁸⁷ Não resta dúvida de que essa situação revelava os difíceis e arriscados trabalhos a que se deparavam os colonos.

O término dos trabalhos de derrubada e o recebimento do lote exigia dos colonos o início das atividades de construção das casas. A orientação do governo era para que aproveitassem alguns produtos fornecidos pela floresta, como exemplo a madeira, a ser aproveitada como esteios e caibros, ou ainda os cipós para atracação. Ficava a cargo da administração da colônia o fornecimento da palha utilizada na cobertura das casas; um produto que não era comum nas proximidades da colônia, necessitando a sua compra em outras freguesias. Na época a diretoria alegava ter gasto com aquisição de palha cerca de 16:515\$170 réis, destes 8:000\$000 reis foram usados para cobrir alguns edifícios públicos, sendo que o restante do valor, 8:515\$170, utilizado na cobertura das casas dos colonos.³⁸⁸

Acompanhado aos trabalhos de construção das moradias dos colonos, a diretoria do núcleo executava algumas obras públicas como a instalação de uma residência para abrigar o diretor da colônia e a sua família, moradia para o médico, capelão e uma escola que deveria

³⁸⁵ *Ibidem.*

³⁸⁶ O LIBERAL DO PARÁ. *Núcleo N. S. do Carmo de Benevides (VI)*. Belém, 28 de julho de 1879, p. 02.

³⁸⁷ *Ibidem.*

³⁸⁸ O LIBERAL DO PARÁ. *Núcleo N. S. do Carmo de Benevides (I)*. Belém, 16 de julho de 1879, p. 02.

funcionar nos horários da manhã e tarde para atender os filhos dos colonos e a noite para os adultos que desejassem dar início às primeiras letras. Dois grandes galpões que serviriam de mercado público tiveram as suas construções também iniciadas. Contava-se ainda a construção de quatorze barracões que deveriam servir para abrigar os retirantes que ainda não haviam recebido os seus lotes.³⁸⁹ Essas construções, portanto, ao mesmo tempo em que demonstram a necessidade de criar condições para abrigar novos colonos, evidencia a formação de uma estrutura burocrática que teria a tarefa de gerenciar a atuação pública em Benevides.

Em meados de 1878 o governo provincial fazia um balanço dos trabalhos desenvolvidos na colônia destacando atuação do diretor e engenheiro Pinto Braga.³⁹⁰ Da área desmatada, que chegava representar 16.142 léguas de comprimentos de terrenos desmatados sobre uma extensão de 36 léguas de largura, em grande parte os colonos já haviam tomado posse e dado início aos primeiros cultivos. Nos lotes dos colonos que haviam chegado há mais tempo o governo registrava a presença de algumas plantações em fase de início de colheita.

Na avaliação do Presidente Gama e Abreu, que administrava a Província em junho de 1879, o diretor Pinto Braga havia conseguido assegurar as condições para que os migrantes cearenses permanecessem em Benevides; sendo que lamentava apenas o quanto tinha sido oneroso para os cofres públicos esse período de instalação da colônia; tratava-se de uma significativa quantia de 173:803\$046, administrada por Pinto Braga no período de 05 de abril a 10 de novembro de 1878.³⁹¹ Nesse caso, o governo fazia referência aos trabalhos de demarcação e limpeza dos terrenos, não levando em consideração que o desmatamento das mais de 16.000 léguas foi possível por que coincidiu com o período de escassez de chuva, meses de março, abril e maio; o que facilitou a queimada da floresta. Por outro lado deixava de considerar que muitos colonos, conforme veremos posteriormente, permaneciam sem receber os lotes, ou acabavam ocupando os terrenos sem os trabalhos iniciais que deveriam ser executados pela administração da colônia.

³⁸⁹ O LIBERAL DO PARÁ. *Núcleo N. S. do Carmo de Benevides (VI)*. Belém, 28 de julho de 1879, p. 02.

³⁹⁰ PARÁ. *Falla com que Excelentíssimo Senhor Doutor José Coelho da Gama e Abreu, Presidente da Província, abriu a 2ª sessão da 21ª legislatura da Assembléia Legislativa da Província do Gram-Pará, em 16 de junho de 1879*. Pará, 1879, p. 20.

³⁹¹ PARÁ. *Relatório apresentado á Assembléia Legislativa Provincial na 2ª sessão da 22ª legislatura em 15 de fevereiro de 1881 pelo Exmo. Sr. Dr. José Coelho da Gama e Abreu*. Pará, Typ. do Diário de Noticias de Costa & Campbell, 1881, Anexo p. XXXIX.

4. A disposição dos interesses do governo

Ao final de 1878, 10 de novembro, Pinto Braga é substituído pelo engenheiro Henrique Costard no cargo de administrador da colônia. Ao que tudo indica o constante aumento das despesas com a manutenção da colônia tenha contribuído para sua demissão do cargo de diretor. Diferente do que ocorreu na direção do engenheiro Pinto Braga, conforme afirmava o Presidente Gama e Abreu, muito pouco se fez na administração de Henrique Costard;³⁹² constando apenas os trabalhos de construção de uma ponte, tiragem de madeira para esteio de duas construções e o começo dos trabalhos nas estradas que deviam conduzir a Benfica e Vigia. Quanto às despesas, estas teriam duplicado sem que houvesse novas obras ou aumento no número de retirantes que justificasse o acréscimo dos custos de manutenção da colônia. Nesse caso, o entendimento da administração provincial era de que as medidas adotadas pela diretoria da colônia não estavam levando em consideração os interesses do governo; o que exigia imediata reorganização do núcleo de forma que os serviços de atendimento aos cearenses pudessem ser executados sem danos a administração provincial.

As conclusões do Presidente Gama e Abreu estavam baseadas no relatório apresentado em 1º de março de 1879 pelo diretor Henrique Costard e que foi publicado no jornal *O Liberal do Pará* em 06 de abril do mesmo ano.³⁹³ Este relatório atendia uma solicitação da presidência do Pará feita em ofício de 11 de novembro de 1878 que cobrava uma parecer sobre as condições em que se apresentava a colônia após a chegada de grande quantidade de retirantes cearenses.

De acordo com Henrique Costard, uma das dificuldades da diretoria para fazer levantamento da situação do núcleo começava pela falta de registro, principalmente de listagens de matrículas com a quantidade de pessoas que haviam se instalado em Benevides. Estas listas eram importantes, pois continham dados sobre o retirante e o lote por ele ocupado; era na verdade um primeiro registro, quando da chegada do colono. Segundo informações, das poucas listagens de matrículas encontradas pelo engenheiro Costard, a maioria estavam incompletas; além do que, grande parte das famílias foi se instalando na colônia, sem qualquer conhecimento da diretoria do núcleo; o que inviabilizava qualquer controle sobre o número de retirantes. Entretanto, estimava-se que a colônia possuía um valor aproximado de 8.000 pessoas, sendo que 6.309 encontravam-se matriculadas, as demais passaram a ocupar

³⁹² PARÁ. *Falla com que Excelentíssimo Senhor Doutor José Coelho da Gama e Abreu, Presidente da Província, abriu a 2ª sessão da 21ª legislatura da Assembléia Legislativa da Província do Gram-Pará, em 16 de junho de 1879.* Pará, 1879, p. 20.

³⁹³ O LIBERAL DO PARÁ. *Núcleo de retirantes cearenses de N. S. do Carmo de Benevides.* Belém, 06 de abril de 1879, p. 01.

alguns terrenos sem conhecimento da administração.³⁹⁴ Esta situação permite perceber, conforme dissemos anteriormente, que o processo de colonização em Benevides se dava, quanto a ocupação dos lotes, a revelia dos interesses e controle do governo; o que demonstra uma independência dos migrantes frente as medidas adotadas pelas autoridades provinciais durante o processo de construção desse espaço.

Conforme dados da diretoria o mês de abril de 1878, marcaria o começo de recebimento de grandes caravanas de migrantes cearenses. Somente em abril a colônia receberia 1.249 colonos, sendo 799 maiores e 450 menores. Entre os dados coletados através das listagens de matriculados entre o período de 5 de abril de 1878 e fevereiro de 1879, Benevides recebeu 6.309 migrantes, sendo que o mês de maio de 1878 representou o mês em que a colônia registrou o maior número, totalizando 2.335 colonos.

MIGRANTES MATRICULADOS NA COLONIA BENEVIDES ENTRE 04/1878 A 02/1879³⁹⁵

		1878						1879					Total
Nº	Designação	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Janeiro	Fevereiro	
01	Maiores	799	1,522	607	180	201	146	217	41	123	236	136	4,208
02	Menores	450	813	312	115	77	63	102	18	52	45	54	2,101

Fonte: *O Liberal do Pará*, 06 de abril de 1879.

Maio de 1878, em função do grande número de colonos que o núcleo iria receber, 2.335 pessoas, será portanto, um mês difícil em Benevides; o que era proporcionado pelas péssimas condições de estadia nos núcleos. Conforme edição de 14 de outubro de 1877 do jornal *A Província do Pará* os “cearenses na Colônia Benevides estão passando misérias, falta-lhes agasalho, falta-lhes alimentação, falta-lhes medicamento”.³⁹⁶ Nesse caso, o jornal destacava que grande parte desses colonos acabava sendo amontoado em galpões sem quaisquer condições de moradia; quando muito, era possível conseguir um armador de rede, tendo que disputar não apenas o local de dormida, mas também a comida, quase sempre insuficiente para satisfazer a todos. Diante das muitas dificuldades enfrentadas pelos colonos, o jornal

³⁹⁴ O LIBERAL DO PARÁ. *Núcleo de retirantes cearenses de N. S. do Carmo de Benevides*. Belém, 06 de abril de 1879, p. 01.

³⁹⁵ *Ibidem*.

³⁹⁶ A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Os retirantes do Ceará*. Belém, 14 de outubro de 1877, p. 02.

apresentava o caso de um grupo de cearenses que desembarcou em Belém no início de outubro de 1877, e que em “estado molesto” foram para Benevides. Ao desembarcar no igarapé do Tuyassuí, as proximidades da colônia, devido a falta de condição de recebimentos, os retirantes ficaram expostos ao tempo, “sob uma grande pancada de d’água que caía no loca”, agravando ainda mais os problemas de saúde desses retirantes.³⁹⁷

Em circular de 31 de maio de 1878 o Ministério da Agricultura respondia em caráter de urgência as solicitações da presidência do Pará enviando instrumentos de agrimensuras para agilizar a medição dos terrenos, uma vez que, o Ministério havia sido informado que uma grande quantidade de colonos estava vivendo de forma precária nos barracões a proximidade da colônia.³⁹⁸ Para complicar a situação a partir de junho de 1878 o núcleo foi atingido por uma epidemia de sarampo que teria atacado violentamente as crianças. Somente em junho do mesmo ano 70 crianças haviam morrido, sendo 31 meninos e 39 meninas; consideradas as principais vítimas dessas doenças.³⁹⁹ A mortalidade persistiu nos meses de julho e agosto, tendo uma diminuição somente nos meses seguintes de setembro, outubro novembro, dezembro e janeiro de 1879; sendo que em fevereiro a epidemia voltou a atacar elevando a média de óbito nos últimos meses do ano, de 10 para 29 crianças, conforme o mapa a seguir.

³⁹⁷ *Ibidem*.

³⁹⁸ APEP. Códice 1621 (1877). *Circular da Diretoria de Agricultura ao Presidente do Pará em 31 de maio de 1878*. Secretaria da Presidência da Província do Pará. Aviso do Ministério da Agricultura, 1878.

³⁹⁹ De acordo com André Viana Custódio e Josiane Rose Petry Veronese até meados do século XIX eram quase inexistentes as políticas públicas eficientes quanto ao atendimento das crianças no Brasil; consideradas as maiores vítimas em caso de epidemias. Em meados do século XIX a questão da mortalidade infantil já era considerada como o problema maior de saúde pública e a ação escolhida para combatê-la foi, inicialmente, atuar sobre o meio físico. Isso se traduziu na adoção de medidas de higiene pública ligadas ao abastecimento de água, à rede de esgotos, às condições das moradias e à melhoria das instalações de colégios e asilos, como também na realização de programas em favor de uma alimentação melhor na primeira infância; ações em que as crianças que ocupavam os núcleos coloniais do país estavam desprovidas; o que contribuía para que esses locais apresentassem um índice elevado de mortalidade na infância. CUSTÓDIO, André Viana & VERONESE, Josiane Rose Petry. *Trabalho Infantil: a negação do ser criança e adolescente no Brasil*. Florianópolis: OAB/SC Editora, 2007. Sobre o tema ver ainda: DEL PRIORE, Mary.(org.) *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1999; FREITAS, Marcos Cezar de. *História Social da Infância no Brasil*. São Paulo: Cortez Editora, 1999; VERONESE, Josiane Rose Petry; SOUZA, Marli Palma & MIOTO, Regina Célia Tamaso. *Infância e adolescência, o conflito com a lei: algumas discussões*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2001.

ÓBITOS NA COLÔNIA BENEVIDES ENTRE 18/06/1879 A 28/05/1879⁴⁰⁰

		1878						1879			
Nº	Designação	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Janeiro	Fevereiro	Total
01	Mulheres	12	14	6	9	6	2	3	2	3	57
02	Homens	17	16	10	7	7	1	4	3	2	67
Crianças	Sexo masculino	31	32	10	14	5	3	5	6	14	119
	Sexo feminino	39	36	15	11	5	4	3	5	15	134
	Soma	99	98	41	41	23	10	15	16	34	377

OBSERVAÇÃO

Tendo este núcleo colonial começado a receber emigrante no dia 05 de abril de 1878, só se pôde estabelecer o registro mortuário em 1º de junho do mesmo ano, por falta de empregados n'aquela tempo, razão porque os falecidos em abril e maio não figuram no presente mappa.

Fonte: *O Liberal do Pará* de 06 de abril de 1879.

Registrava-se ainda o aparecimento de alguns casos de varíola, o que preocupava as autoridades provinciais; afinal a doença poderia se alastrar para os centros urbanos, a exemplo da capital da Província.⁴⁰¹ Nesse sentido, é providenciado o envio de medicamentos e a transferência de alguns doentes para o Hospital de Caridade de Belém. Outros casos, considerados mais graves, o governo fez seguir para o Hospital de Lazarentos. Apesar das medidas adotadas a doença fez algumas vítimas no período de 1º de junho de 1878 e 28 de fevereiro de 1879, principalmente nos meses de junho e julho de 1878, sendo responsável pelo óbito de 197 pessoas.⁴⁰²

Diante desses problemas a implantação do Hospital de Caridade em Benevides deveria atender a estes pacientes, no entanto, embora funcionando em prédio especialmente construído para este fim, ainda não se achava concluído, faltando terminar a construção das

⁴⁰⁰ O LIBERAL DO PARÁ. *Núcleo de retirantes cearenses de N. S. do Carmo de Benevides*. Belém, 06 de abril de 1879, p. 01.

⁴⁰¹ A preocupação das autoridades, que tem também um caráter higienista, poderia ser justificada pelas lembranças dos tempos em que Belém foi atingida pela epidemia de cólera; no caso em meados do século XIX. Para uma leitura sobre o período de epidemias em Belém e atuação da administração no sentido de manter o controle sobre as doenças, ver: BELTRÃO, Jane Felipe. "Belém de Outrora, em tempo de cólera, sob olhares impertinentes e disciplinadores". *Anais do Arquivo Público do Pará*. Belém: Secretaria de Estado da Cultura, 1997, pp. 215-241.

⁴⁰² O LIBERAL DO PARÁ. *Núcleo de retirantes cearenses de N. S. do Carmo de Benevides*. Belém, 06 de abril de 1879, p. 01.

janelas, portas principais e cozinha, além da substituição da cobertura de palha pela de taboinha ou cavaco. Era intenção da diretoria da colônia, iniciar a construção das latrinas e dos jardins, considerados indispensáveis para o recreio dos covalentes. Ali podiam ser recolhidos no máximo 200 doentes. Na verdade, o hospital não era dotado de todo o material indispensável a um pronto atendimento, reconhecia o próprio diretor da colônia; o que obrigava o médico a restringir as suas atenções ao paciente, uma vez que muitos instrumentos cirúrgicos não estavam disponíveis no hospital, reduzindo o atendimento a procedimentos menos complicados.⁴⁰³ Esta situação acabava aumentando a possibilidade morte dos colonos acometidos de doenças, uma vez que, a impossibilidade de atendimento no hospital da colônia obrigava esses covalentes a longas viagens até Belém; dificultada ainda pelas péssimas condições das estradas. Quanto à parte clínica, apesar das limitações, o hospital conseguiu reduzir a saída por morte nos meses de outubro, novembro e dezembro de 1878, tendo uma pequena elevação em janeiro e fevereiro de 1879. O quadro abaixo, a título de exemplo, apresenta o movimento do hospital da colônia entre 1878 e 1879:

MOVIMENTO DO HOSPITAL CARMELITANO, DE 01/09/1878 A 28/02/1879⁴⁰⁴

Meses	Existência	Baixa	Saída por alta	Saída por morte	Diferença para menores
1878					
Setembro		142	68	19	55
Outubro	55	75	48	12	70
Novembro	70	101	71	4	96
Dezembro	96	70	67	7	92
1879					
Janeiro	92	139	110	4	117
Fevereiro	117	193	184	11	115
		720	548	57	115

Fonte: *O Liberal do Pará* de 06 de abril de 1879.

Além do hospital, observando as construções da colônia, identificava-se ainda uma pequena igreja construída de madeira e coberta de telhas de zinco, da qual era capelão o padre

⁴⁰³ *Ibidem.*

⁴⁰⁴ *Ibidem.*

Lyra Pessoa de Maria. Para o governo provincial a manutenção dos trabalhos desenvolvidos pelo padre Lyra era importante não apenas pela catequese e ensinamentos dos princípios cristãos, mas também, porque estava encarregado de fazer os registros de nascimentos e óbitos; dados que posteriormente seriam enviados ao juiz de paz e que também serviam como base de cálculos para as despesas do governo no núcleo.

Apesar da importância que o governo dava ao trabalho do padre Lyra, este não estava muito satisfeito da maneira como vinha sendo tratado pela presidência do Pará. Capelão em Benevides desde a chegada dos primeiros retirantes, em princípios de 1878, pouco havia recebido de vencimento do governo. Estava sobrevivendo há vários meses apenas das poucas esmóltulas pelos batizados e casamentos que realizava; o que era insuficiente, segundo o padre, para manter a sua família, composta de mãe e irmã. Somente em 1880 em razão de um ofício da direção da colônia a presidência do Pará, em que solicitava um ordenado de 50:000 mensal como uma forma de manter os trabalhos religiosos na colônia, que o governo resolve garantir o pagamento.⁴⁰⁵

Não se pode deixar de registrar que a manutenção de um sacerdote em Benevides, também poderia significar a garantia da presença de um guia espiritual, exercendo ação paternalista e mantenedora da ordem moral e religiosa, como também de movimentos e atividades coletivas. Isto fica evidente quando da saída do padre Lyra em meados de 1879, quando um grupo de 37 colonos resolve procurar a presidência da Província, através de um “abaixo-assinado”, solicitando a presença de um pároco na colônia. Alegavam que sem a presença do religioso, além de ficarem “sem os serviços de batizados, casamentos e extrema-unção”, estavam “sem o alimento espiritual que recebiam aos domingos e dias santos”.⁴⁰⁶

A igreja que para o governo poderia ter a função de disciplinar os seus paroquianos, aparece na fala dos colonos com espaço de sociabilidade vivenciada a partir das práticas religiosas, marcadas pelas festas do calendário católico. A reflexão de Zuleika Alvim sobre a presença de religiosos nos núcleos coloniais, nos permite perceber que, além de cumprirem com seus preceitos religiosos, a igreja poderia se constituir em espaço de sociabilidade a respeito do seu dia-dia num processo de que unia os moradores da colônia e fortalecia os seus laços de vizinhança, como também afirmava a identidade do grupo, na medida em que o

⁴⁰⁵ APEP. Caixa 367 (1880-1886). *Ofício da Diretoria da Colônia Benevides de 02 de agosto de 1880*. Documentação Avulsa da Secretaria da Presidência do Pará. Colônia Benevides, 1880.

⁴⁰⁶ APEP. Caixa 05A (1876-1879). *Abaixo-assinado de 30 de julho 1879*. Documentação Avulsa da Secretaria da Presidência do Pará. Abaixo-Assinado, 1879.

colono encontrava no outro as características e anseios semelhantes.⁴⁰⁷ A própria mobilização para assinatura e envio do documento encaminhado a administração provincial evidenciava a formação de um grupo que se identificava através da necessidade de se desenvolver as práticas religiosas.

A presença de escolas na colônia parece ter sido também uma preocupação do governo provincial; afinal, conforme destaca Mary Del Priore, eram nas escolas do século XIX que as autoridades creditavam a formação de indivíduos responsáveis, obediente a lei e a fé cristã.⁴⁰⁸ Nesse aspecto o diretor da Colônia Benevides, nos primeiros meses de 1879, apontava o funcionamento de uma escola para crianças do sexo feminino, duas do sexo masculino e uma noturna, que “atendiam alguns colonos que tivessem interesse em aprender as primeiras letras”.⁴⁰⁹ A primeira escola achava-se, sob a direção da professora Filomena Rodrigues da Silva que cuidava da educação das meninas; as duas do sexo masculino sob os cuidados do padre Lyra e do professor José Valhão de Vasconcelos. A escola que funcionava a noite estava sob a guarda do professor Antonio Duarte Balby.

O ensino da leitura e escrita, associado aos valores religiosos constituía a base de ensinamento nessas escolas;⁴¹⁰ situação que pode ser evidenciada pela apresentação do nível de conhecimento dos alunos feita pelo padre Lyra e da própria presença do pároco como um dos professores. De acordo com o próprio Padre Lyra, dos 161 alunos matriculados de 1º de agosto a 06 de setembro de 1878, e que estavam sob os cuidados do padre Lyra, este fazia questão de destacar que: “143 começavam a ler o a-b-c, 13 balbuciavam as primeiras sílabas, 03 já soletravam nomes, e outros 03 possuíam princípios de leitura”.⁴¹¹

Os dados contendo a frequência demonstravam que muitos alunos deixavam de ir à escola, o que era atribuído pelos professores à falta de interesses dos pais que deixam de enviar seus filhos, preferindo levá-los para o trabalho na lavoura. O que para os professores poderia ser uma opção dos pais, no caso da cearense Maria Francisca do Espírito Santo de 44 anos tratava-se da necessidade de mais braços para o trabalho no roçado. Afinal os seus três filhos ajudavam nas atividades de capina e plantio; auxílio necessário, pois era preciso

⁴⁰⁷ ALVIM, Zuleika. “Imigrantes: a vida privada dos pobres do campo”, pp. 326-327. Sobre esta questão ver ainda: BATALHA, Altiva Piletti. “Religião e imigração no Brasil Meridional”. In: WESTPHAEN, Cecília Maria (org.). *Um Mazzolino de Fiori*. Curitiba: Imprensa Oficial, 2003.

⁴⁰⁸ DEL PRIORI, Mary. “O cotidiano da criança livre no Brasil entre a Colônia e o Império”. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das Crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2000, pp. 100-101.

⁴⁰⁹ O LIBERAL DO PARÁ. *Núcleo de retirantes cearenses de N. S. do Carmo de Benevides*. Belém, 06 de abril de 1879, p. 01.

⁴¹⁰ Sobre educação em núcleos coloniais da Zona Bragantina ver: COSTA, Mayco Bruno Cruz. *Educação e Colonização no Pará (1889-1909): o estabelecimento do Prata*. Belém, UFPA, Monografia de Conclusão de Curso de História, 2007.

⁴¹¹ *Ibidem*.

abreviar o quanto antes o trabalho de cultivo, uma vez que o auxílio do governo se estenderia apenas por seis meses.⁴¹²

Considerando o período de limpeza dos terrenos (final de agosto, setembro e outubro), plantio (início de novembro e dezembro) e primeira capina (final de janeiro e início de fevereiro), observa-se que são os meses de novembro, dezembro e fevereiro em que se atinge a menor frequência na escola. No caso da turma do professor Antonio Balbi, para um número de 119 alunos matriculados, menos da metade, 53 freqüentavam a escola no período de trabalhos de cultivo nos lotes; o que comprova a situação de que muitos colonos, a exemplo da cearense Maria Francisca do Espírito Santo, aproveitam o trabalho dos filhos para adiantar os serviços de plantio.

A realização de atividades agrícolas pelo conjunto do grupo familiar, inclusive crianças, é apontada por Ana Dourado, Cristiane Dabat e Teresa Corrêa de Araújo como uso costumeiro dos trabalhadores rurais do Nordeste durante o século XIX.⁴¹³ Além de aumento da renda da família, a estas crianças era dada a responsabilidade de aprender as técnicas agrícolas para as culturas diversas de raízes, legumes e frutas; garantindo o sustento futuro da família. Esta prática pode, portanto, está sendo reproduzida pelos colonos cearenses em Benevides.

No caso das atividades de cultivo a administração provincial registrava o escasso tempo para preparação dos terrenos, isto por que os trabalhos de derrubadas e limpeza dos lotes eram interrompidos tão logo iniciasse a estação invernal; situação que não permitia as muitas famílias receberem os terrenos. Nesse caso, impossibilitados de continuar as derrubadas e divisão dos lotes em função do período de chuvas, a direção de Henrique Costard teria sido responsável apenas pela preparação de 374 terrenos; uma quantidade considerada insuficiente, comparando a necessidade dos colonos em se estabelecer nos lotes e o número de famílias que aguardavam os terrenos para darem início aos plantios.⁴¹⁴

Dos lotes totais do núcleo, 852 achavam-se ocupados por proprietários possuidores de guias provisórios emitida pela presidência do Pará que permitia ao colono cultivar um lote de terra; era uma espécie de título provisório que ficava sob o poder do colono até que efetivasse a compra do terreno, quando então receberia a documentação definitiva. Deste número, 813

⁴¹² APEP. *Auto de Inquérito procedido do ex-offício, sobre um cadáver que foi encontrado à margem da Estrada de Bragança, além da primeira ponte em 13 de junho de 1879*. Segurança Pública. Autos da Chefatura de Polícia, 1879.

⁴¹³ ARAÚJO, Teresa Corrêa de; DABAT, Cristiane & DOURADO, Ana. "Crianças e adolescentes nos canaviais de Pernambuco". In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das Crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2000.

⁴¹⁴ PARÁ. *Falla com que Excelentíssimo Senhor Doutor José Coelho da Gama e Abreu, Presidente da Província, abriu a 2ª sessão da 21ª legislatura da Assembléia Legislativa da Província do Gram-Pará, em 16 de junho de 1879*. Pará, 1879, p. 20.

continham além da família a qual foi emitida as guias ou títulos provisórios, igual número de agregados, ou seja, famílias que viviam morando juntas em um mesmo lote, isto porque aguardavam o recebimento de seus terrenos. Esta situação era consequência dos trabalhos de demarcação e limpeza dos lotes não acompanharem a quantidade de famílias retirantes que chegavam a Benevides; o que obrigava os recém chegados a ocupar os barracões construídos para o serviço de estalagem ou, como eram comum, se hospedarem na casa de amigos e parentes.⁴¹⁵

Um exemplo disso é o caso do cearense Manoel Dubas que se hospedara na casa de Benedito Correia de Lima, também cearense e que mantinha relações de amizade desde o tempo em moravam em São Francisco de Uruburetama no Ceará.⁴¹⁶ A permanência na casa de amigos e parentes, em alguns casos se estendia para além do período dos trabalhos de demarcação e limpeza dos lotes. Era comum com o início dos trabalhos de preparação dos terrenos separar uma parte para plantio; só depois de iniciado o cultivo, se começava as construção das casas, quando então a família passava a morar no próprio terreno.

Segundo dados do governo de 06 de abril de 1879, 8.828 pessoas estavam passando por situação semelhante à vivida por Manoel Dubas e Benedito Correia de Lima, tendo que dividir um mesmo terreno com uma, duas ou até mais famílias.⁴¹⁷ Esta situação obrigava muitas famílias a ocupar os lotes antes mesmo de terminado os trabalhos de derrubada da mata. Conforme registro do engenheiro Henrique Costard “todos os lotes, embora demarcados e não completamente limpos estavam ocupados; possuindo na grande maioria uma casa, quase todas com paredes de enchimento e cobertas de palha, tendo algumas com cobertura de taboinha”.⁴¹⁸ Nesse caso, fica evidente que os planos para organizar a migração de cearenses para os núcleos coloniais, controlando inclusive o envio desses colonos, de fato, não se efetivava; obrigando muitos colono a improvisar junto a familiares e amigos o abrigo quando da chegada a colônia, e em outros casos garantir, sem auxílio do governo, a limpeza dos terrenos e preparação das áreas para cultivo e construção de suas casas.

De acordo com dados publicados na imprensa, uma extensão total de 65 quilômetro e 934 metros de terrenos havia sido desmatada até abril de 1879.⁴¹⁹ Mapeando a área de

⁴¹⁵ O LIBERAL DO PARÁ. *Núcleo de retirantes cearenses de N. S. do Carmo de Benevides*. Belém, 06 de abril de 1879, p. 01.

⁴¹⁶ A CONSTITUIÇÃO. *Os imigrantes cearenses no Pará*. Belém, 11 de junho de 1877, p. 01.

⁴¹⁷ O LIBERAL DO PARÁ. *Núcleo de retirantes cearenses de N. S. do Carmo de Benevides*. Belém, 06 de abril de 1879, p. 01.

⁴¹⁸ *Ibidem*.

⁴¹⁹ Para um demonstrativo da área desmatada que atingia a um total de 65.934 quilômetros, esta podia ser assim dividida: Linha Fortaleza (ou estrada de Bragança), 17.316 metros; 1ª transversal, 6.680 metros; 2ª transversal, 7.659 metros; 3ª transversal, 5.651 metros; 4ª transversal, 5.984 metros; 5ª transversal, 5.651 metros; 6ª

derrubadas, observa-se que o plano de distribuição dos lotes seguia, em parte, as recomendações dos colonos franceses de 1876, iniciando a contagem dos lotes a partir da estrada, sendo estes intercalados por transversais e divididos em quadras, separadas por travessas, que também serviam para ligar as transversais.

Assim, no que se refere à organização dos lotes tinha-se a chamada Linha Fortaleza, principal via da colônia que dividia o núcleo ao meio, em parte Norte e Sul. Esta via era formada por 97 lotes, todos fazendo frente à estrada de Bragança. De acordo com os dados da diretoria da colônia 82 terrenos estavam sendo ocupados por cearenses e 15 por colonos estrangeiros. Uma característica peculiar da Linha Fortaleza é que nenhum desses lotes deixou de estar ocupado, mesmo no período em que muitos estrangeiros deixaram o núcleo; isto se deve a boa localização dos terrenos à margem da principal estrada do núcleo.⁴²⁰

Conforme dados que discriminavam a localização dos lotes, além da via principal, o núcleo estava também composto das transversais, chamadas assim porque atravessavam a Linha Fortaleza. Nesse caso, correspondiam a 8 ruas: Ibiapaba, Araripe, Meruoca, Uruburetama, Baturité, Aratanha, Maranguape e Mucuriipe. Quase todas lembravam sempre os nomes de alguma localidade do Ceará; apontando a construção da identidade do colono nesse novo espaço, que se construía sem que esse migrante perdesse os vínculos afetivos com o seu lugar de origem.⁴²¹

No quadro a seguir há um demonstrativo dos lotes então preparados e entregues aos colonos cearenses e dos anteriormente ocupados por estrangeiros.

transversal, 5994 metros; 7ª transversal, 5.994 metros; e 8ª transversal, 4.994 metros. Dados publicados em: O LIBERAL DO PARÁ. *Núcleo de retirantes cearenses de N. S. do Carmo de Benevides*. Belém, 06 de abril de 1879, p. 01.

⁴²⁰ A CONSTITUIÇÃO. *Os imigrantes cearenses no Pará*. Belém, 11 de junho de 1877, p. 01.

⁴²¹ Arthur Cezar Ferreira Reis identifica prática semelhante entre os migrantes que se estabeleceram em seringais, evidenciando o fato de que estes não se “despersonalizaram pelo esquecimento da terra onde nasceram. Nos seringais que fundaram, na generalidade, os nomes pelos quais os batizaram foram nomes que buscaram à geografia ou que lhes lembravam permanentemente o mundo distante de onde emigraram (...).” Cf. REIS, Arthur Cezar Ferreira. *O seringal e o seringueiro*. 2ª edição revista, Manaus: Editora da Universidade do Amazonas/Governo do Estado do Amazonas, 1997, p. 236.

LOTES DE TERRAS PARA CULTIVO NA COLÔNIA BENEVIDES EM 1878⁴²²

Demonstrativo das Linhas	Nº. de lotes ocupados por cearenses	Nº. de lotes ocupados por estrangeiros	Totalidade dos lotes ocupados	Totalidade dos lotes desocupados	Totalidade dos lotes
Linha Fortaleza	82	15	97		97
1ª Transversal Ibiapaba	37	03	40		40
2ª Transversal Araripe	45	01	46		46
3ª Transversal Meruoca	33	01	34		34
4ª Transversal Uruburetama	36		36		36
5ª Transversal Baturité	34		34		34
6ª Transversal Aratanha	35		35	01	36
7ª Transversal Maranguape	20		20	16	36
8ª Transversal Mucuripe	10		10	05	15
Total	332	20	352	22	374

Fonte: *O Liberal do Pará* de 06 de abril de 1879.

A concentração maior dos colonos estrangeiros, conforme atesta os dados, estava na Linha Fortaleza, correspondendo a 15 lotes ocupados. Isto porque desde o início da implantação da colônia, os lotes foram demarcados as margens da estrada que deveria ligar o núcleo a cidade de Belém, depois chamada pelos cearenses de Linha Fortaleza. Com o abandono dos lotes, alguns colonos que resolveram permanecer no núcleo deixaram seus antigos terrenos, localizados nas transversais para ocupar os lotes da via principal, considerados de melhor localização. Conforme se observa na distribuição dos lotes, o antigo plano de se ocupar os terrenos intercalando os lotes dos colonos estrangeiros com os nacionais parece não ter sido seguido; mesmo considerando que a demanda de nacionais era muito maior se comparada aos colonos estrangeiros, à distribuição dos lotes não seguia uma organização que atendesse a este plano.

Nos primeiros meses de 1879 a colônia já atingia um número significativo de pessoas, os lotes demarcados haviam se multiplicado, assim como as quadras e transversais; o que não era suficiente para resolver os problemas enfrentados pelos colonos. O crescimento em população e extensão estava sendo responsável pela formação de dois povoados, o de Nossa Senhora do Carmo, considerado o primeiro núcleo de povoação, distante cerca de cinco

⁴²² O LIBERAL DO PARÁ. *Núcleo de retirantes cearenses de N. S. do Carmo de Benevides*. Belém, 06 de abril de 1879, p. 01.

léguas e meia de Belém, e o povoado de Santa Isabel localizado mais ou menos, entre a sexta e sétima transversais.⁴²³

Para a administração provincial a tendência de crescimento da Colônia Benevides deveria ocorrer para as bandas do povoado de Santa Isabel, uma vez que, os terrenos as proximidades do povoado de Nossa Senhora do Carmo estava todos tomados por particulares; o que impedia o uso das terras para a colonização, a não ser que fosse feito a desapropriação pelo governo; situação que a administração provincial estava impossibilitada de assegurar, visto que as desapropriações onerariam em muito os cofres públicos. Restava nesse aspecto orientar os colonos a ocupar os lotes as proximidades do povoado de Santa Isabel, pois, consistiam em terras públicas.

Na área correspondente ao povoado de Nossa Senhora do Carmo encontrava-se um adiantado trabalho de construções públicas. Destacava-se a casa da diretoria, a qual continha a respectiva repartição, aposento do diretor e sala de aula; três casas que serviam de morada ao capelão, médico e a professora; a capela de Nossa Senhora do Carmo; dois prédios servindo de feira e matadouro público; um grande barracão de zinco, ainda em construção; fonte pública para abastecimento de água de parte da colônia; a cadeia pública em construção e o asilo, também em construção. Em algumas obras faltavam apenas serviços ligeiros, como por exemplo a substituição da cobertura de palha pela de taboinha em algumas repartições públicas.⁴²⁴ Não apenas as obras públicas eram possíveis serem observadas no povoado; no quadro abaixo identificamos algumas construções particulares que chegavam a 309 casas, distribuídas em seis ruas e duas praças, sendo:

CONSTRUÇÕES PARTICULARES NO POVOADO NOSSA SENHORA DO CARMO, 1879.⁴²⁵

ESPECIFICAÇÃO	CASAS
Comerciais	48
Barbeiro	01
Sapateiro	03
Tamanqueiro	04
Alfaiate	01
Tendas de ferreiro	02
Padarias	03
Açougue	03
Moradias habituais	244
TOTAL	309

Fonte: *O Liberal do Pará* de 06 de abril de 1879.

⁴²³ *Ibidem.*

⁴²⁴ *Ibidem.*

⁴²⁵ *Ibidem.*

Os diferentes tipos de construções, sejam publicas ou particulares, demonstrava uma diversificação das atividades de trabalho desenvolvido em Benevides; o que evidenciava uma característica mais urbana do espaço. Sem contar que alguns serviços que antes dependiam da freguesia de Benfica ou da cidade de Belém passavam a ser oferecidos na própria colônia. No caso do crescimento de Benevides, que passava inclusive a formar outros povoados, exigia do governo que reorganizasse a estrutura administrativa da colônia. Nesse aspecto a administração do núcleo passa a ser dividida em três secções: a primeira correspondente à diretoria, a segunda relacionada ao Hospital Carmelitano e a terceira sobre a administração dos trabalhos considerados obras públicas. No caso da diretoria, esta deveria se ocupar das atribuições administrativas sob a coordenação do diretor do núcleo. A segunda secção funcionava sob a direção do farmacêutico Francisco Leão Arnand, estando encarregada de prestar um primeiro atendimento de saúde aos colonos. A terceira secção é especialmente encarregada da distribuição e execução dos trabalhos gerais do núcleo; dirigida pelo administrador Francisco Alves Barreira, ocupava-se semanalmente com cinquenta turmas de mais ou menos 15 homens, perfazendo uma média de 750 trabalhadores dirigidos por 25 fiscais e 50 chefes.⁴²⁶ Conforme dados da diretoria da colônia, a administração do núcleo ficaria assim distribuída:

ADMINISTRAÇÃO DA COLÔNIA BENEVIDES EM 02/1879⁴²⁷

ADMINISTRAÇÃO	CARGO	OCUPANTE
Diretoria	Diretor Ajudante Secretário	Engenheiro João Henrique Costard Francisco Alves da Costa Antonio Balbi
Contadoria	Guarda Livro Escriturário Praticante	Manoel Francisco de Azevedo Inácio Porfírio Abel Alves Simão Lopes de Andrade
Pagadoria	Pagador Auxiliar	Francisco A de C. Moreno Francisco Alves Barreira Filho
Administração Geral	Administrador Adjunto Auxiliar Fiscal Geral	Francisco Alves Barreira Francisco Alves Soares Antonio Nunes Sarmento José do Valle Bandeira
Hospital Carmelitano	Farmacêutico e Diretor Ajudante de farmácia Agente Amanuense Enfermeiro Ajudante	Francisco Leão Arnaud José Eduardo Pereira Arcelino Porfírio Soares Miguel de Lyra Pessoa Balbino José Pereira Francisca Ramira dos Santos Raymundo Nonato de Oliveira Francisca Cristina Saldanha

⁴²⁶ *Ibidem.*

⁴²⁷ *Ibidem.*

	Servente	Avelino Vidal de Negreiro Antonia Maria de Jesus Antonio Francisco Cordeiro Francisca Jacintha de Jesus Francisco das Chagas Bastos Luiz Antonio de França Maria Francisca Pereira
	Despenseiro Cozinheiro Lavadeira	

Fonte: *O Liberal do Pará* de 06 de abril de 1879.

Apesar das tentativas de reorganizar a administração, redistribuindo tarefas, criando novas funções e, conseqüentemente tornando mais complexa a estrutura administrativa da colônia conforme pôde ser observado; o próprio governo provincial admitia falta de controle na distribuição dos lotes, na fiscalização dos trabalhos executados pelos colonos e na distribuição de auxílios aos retirantes; o que, segundo dados da administração, poderia estar onerando os cofres públicos.

A portaria de 18 de abril de 1879 parece ter se preocupado, como a própria administração provincial dizia, “em dar maior organização nos núcleos coloniais, de forma que as atividades desenvolvidas nesses espaços estejam à disposição dos interesses do governo”.⁴²⁸ Aquilo que o governo entendia como “maior organização”, entendemos como demonstração de que, no processo de colonização em Benevides, os colonos assegurava os seus interesses frente aos valores defendidos pela administração provincial, ou seja, para um lugar inicialmente pensado pelas autoridades como local de controle do Estado, que dizia quem deveria morar nesse espaço e como deveria ser ocupado, o núcleo cresceu a ponto dos próprios moradores gerirem a distribuição de terrenos e pequenos negócios, sem a dependência do Estado.

Publicada em *O Liberal do Pará* de 24 de abril de 1879, as medidas previstas pelo governo como “necessárias à reorganização dos núcleos coloniais”, como se referia o Presidente Gama e Abreu, fazia parte também de um plano de reformas na administração das colônias agrícolas espalhadas pelo país e proposto pelo Ministro da Agricultura Cansansão de Sinimbú.⁴²⁹ Nesse aspecto, o Ministro defendia a criação de uma série de medidas para resolver os problemas enfrentados pelos núcleos agrícolas, como exemplo as enormes distancias com os mercados, a falta de trabalhos preparatórios para o recebimento e colocação dos colonos, a irregular distribuição de salários e de subsídios, além da falta de uma fiscalização sobre as atividades desenvolvidas no interior dessas colônias. Diante dos problemas apresentados ficaria a cargo das administrações províncias a criação de medidas

⁴²⁸ O LIBERAL DO PARÁ. *Portaria n.º 274*. Belém, 22 de abril de 1879, p. 02.

⁴²⁹ O LIBERAL DO PARÁ. *Expediente de Governo: Portaria n.º 274 de 18 de abril de 1879*. Belém, 29 de abril de 1879, p. 01.

que regulassem as colônias agrícolas, de forma a resolver esses problemas. Os governos locais deveriam atentar ainda para o melhor aproveitamento, nesses espaços, do trabalhador nacional, advertia o Ministro.⁴³⁰

No Pará, o Presidente Gama e Abreu se encarregava de atender a solicitação do Ministério da Agricultura, conciliando com os interesses da administração provincial em exercer maior controle sobre os cearenses que aportavam no Pará. Nesse aspecto, estas novas medidas, segundo o governo, deveriam não apenas garantir maior organização na colônia, como também exercer maior vigilância sobre os colonos; situação que permite entender que os acontecimentos no interior dos núcleos coloniais aconteciam a revelia dos interesses do governo.

Embora a portaria nº. 274 tivesse o propósito de exercer maior controle sobre os retirantes cearenses, esta vai criar maior morosidade na execução de algumas medidas. Um exemplo está relacionado às solicitações dos colonos a diretoria do núcleo. O resultado do pedido só sairia depois de remetido à Comissão de Colonização, que por sua vez encaminhava a Tesouraria da Fazenda, que posteriormente solicitava autorização da presidência de província. Para o governo todo esse percurso até despacho final era indispensável para se garantir uma economia nas contas públicas, além do que exigiria uma melhor justificativa para que a solicitação fosse atendida. Essa morosidade tinha também outro efeito; quase sempre era responsável pelo atraso no fornecimento de materiais aos colonos, como o envio de semente, alimentação e ferramentas. Tanto que em 25 de agosto de 1879 o próprio governo em aviso a Comissão de Colonização reconhecia a demora no fornecimento de 300 enxadas, 300 foices e 300 terçados para capina. Em virtude do atraso, o governo recomendava que a Comissão providenciasse o envio do material o mais rápido possível, não necessitando de autorização da Tesouraria da Fazenda.⁴³¹

As novas medidas da administração provincial tinham também o propósito de garantir que as verbas públicas fossem aplicadas na manutenção da colônia. Nesse caso, o governo havia solicitado a prestação de conta de toda e qualquer despesa realizada, principalmente no pagamento de diárias e férias dos operários encarregado da execução de serviços. Para isso a diretoria era aconselhada a fazer o registro dessas despesas, que posteriormente seriam

⁴³⁰ BRASIL. *Relatório do anno de 1877 apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 1ª sessão da 17ª legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu*. Rio de Janeiro, Typographia Industrial, 1878, p. 51.

⁴³¹ APEP. Códice 1675 (1879). *Ofício ao presidente da Comissão de Colonização em 25 de agosto de 1879*. Secretaria da Presidência da Província. Minuta de Ofício dos Comandos de Colonização, 1879.

encaminhadas a presidência de província.⁴³² Além disso, o documento com a assinatura do colono atestando o recebimento da quantia era também indispensável. No caso do recebimento de ferramentas e utensílios, a administração provincial havia criado modelos de recibo dos materiais, que posteriormente seriam utilizados na prestação de conta. A utilização dos diversos modelos de escrituração dos lotes e do pagamento de salário aos operários, até mesmo dos recibos de fornecimento de ferramentas e utensílios tinha um propósito principal de demonstrar seriedade na prestação de conta, além de evitar os constantes desvios das finanças públicas.

Outra determinação era para os agrimensores melhor organizassem a distribuição dos lotes, isto por que vários terrenos continuavam sendo ocupados “sem qualquer consentimento ou autorização”.⁴³³ A intenção do governo era estabelecer como prioridades os colonos acompanhados com a família ou ainda evitar que uma mesma família ocupasse dois ou mais lotes. Ao lado disso, a avaliação do comportamento do colono no núcleo deveria ser decisiva para a sua permanência e para o recebimento de auxílio do governo. De acordo com as orientações da administração provincial ficaria a cargo da diretoria retirada de colonos que “pelo seu caráter rixoso e insubordinado”, não cedessem “às admoestações” das autoridades do núcleo.⁴³⁴

A expectativa do governo com a implantação dessas novas medidas era, portanto, exercer maior controle sobre a atuação dos colonos; nesse aspecto o governo retomava o discurso do período em que a Colônia Benevides foi implantada, que seria o tornar este espaço favorável aos interesses do governo. Essas medidas sugerem que o processo de construção da colônia havia se dado, em vários momentos, à margem das determinações governamentais; o que consequentemente possibilitou maior autonomia aos colonos, seja na escolha dos lotes, construção de limites aos terrenos, o trabalho a que deveria se dedicar, ou ainda o tipo de planta que deveriam cultivar nos lotes.

⁴³² O LIBERAL DO PARÁ. *Expediente de Governo: Portaria nº 274 de 18 de abril de 1879*. Belém, 29 de abril de 1879, p. 01.

⁴³³ O LIBERAL DO PARÁ. *Portaria nº. 274*. Belém, 22 de abril de 1879, p. 02.

⁴³⁴ O LIBERAL DO PARÁ. *Expediente de Governo: Portaria nº 274 de 18 de abril de 1879*. Belém, 29 de abril de 1879, p. 01.

5. Cultivo

A área derrubada e queimada em 1879 chegava a 5.683.085 metros quadrados, e se desta fossem acrescidos os 22 lotes ainda não ocupados, à superfície destinada ao cultivo chegaria a 5.807.815. Estes números apresentados em abril de 1879 pelo diretor Henrique Costard demonstrava que um significativo número de lotes estavam sendo cultivados em Benevides.⁴³⁵ De acordo com o próprio diretor, nos terrenos em que se tinha dado início ao cultivo, a lavoura estava composta, em geral, do plantio de mandioca, cana-de-açúcar, arroz, milho e feijão, notando-se que a terra era bastante fértil para os três primeiros cultivos, e de natureza fraca para o milho e feijão. No entanto se supunha que em muitos terrenos, após os trabalhos de queimada, estas áreas apresentariam as qualidades requeridas para o cultivo de diferentes produtos.

Apesar da direção da colônia apontar o terreno como próprio para o cultivo de diversos produtos, observa-se que na grande maioria dos lotes, estes estavam destinadas ao plantio de mandioca. Como importante produto cultivado na colônia, era da mandioca que se produzia a farinha, principal alimento dos colonos; situação que era favorecida pela facilidade de plantio e ainda por ser um produto cultivado em quase todo o período do ano.⁴³⁶ Fora os meses de muita chuva pela dificuldade de se queimar os roçados, a mandioca poderia ser plantada em qualquer época. Somava-se ainda, a predominância dos terrenos enxutos em Benevides; considerados os mais apropriados para o plantio.⁴³⁷

Em abril de 1879 os lotes ocupados pelos colonos Vicente Teixeira Bastos, Manoel da Silva do Nascimento e Manoel Lourenço de Souza eram alguns dos muitos terrenos em que as áreas de plantio estavam completamente tomadas pelo cultivo da mandioca.⁴³⁸ Nesses lotes já havia se iniciado as primeiras etapas do plantio, que consistia em cavar no solo pequenos buracos que coubessem dois pedaços da haste da mandioca, também chamado de maniva. Nesse caso os colonos aguardavam apenas o início da primeira colheita, uma vez que os trabalhos de capina também haviam sido executados.

⁴³⁵ O LIBERAL DO PARÁ. *Núcleo de retirantes cearenses de N. S. do Carmo de Benevides*. Belém, 06 de abril de 1879, p. 01.

⁴³⁶ A facilidade de plantio da mandioca teria feito da farinha a base alimentar das populações da Amazônia; o que podia ser medida, segundo Bárbara Weinstein, nos períodos de escassez de alimentos, exigindo das autoridades provinciais a sua imediata aquisição de outras provinciais, principalmente do Nordeste. WEINSTEIN, Bárbara. *Op. cit.* p. 138.

⁴³⁷ PARÁ. *Dados estatísticos e informações para os imigrantes. Publicados por ordem do Exm. Sr. Conselheiro Tristão de Alencar Araripe Presidente da Província*. Pará: Typ do Diário de Notícias, 1886, p. 61.

⁴³⁸ APEP. Códice 1675 (1879). *Ofício da Diretoria da Colônia Benevides de 03 de abril de 1879*. Secretaria da Presidência da Província. Minuta de Ofício dos Comandos de Colonização, 1879.

Um exemplo disso é a situação vivida por Manoel Vicente Ferreira que há pouco mais de seis meses após início do plantio já teria realizado a primeira colheita. Este colono lamentava, no entanto, que a colheita não tivesse sido mais bem aproveitada, por não dispor de um local apropriado para fabricação de farinha. Tivera todo o trabalho de arrancar as raízes da mandioca, separar as hastes que lhe serviriam para nova plantação, além de preparar um local para deixar as raízes de molho. Apesar de todo o trabalho não tinha a sua disposição uma casa de forno com os instrumentos próprios para o preparo da mandioca, principalmente o forno, que previamente aquecido servia para cozinhar a massa e preparar a farinha.⁴³⁹

Um outro colono, Manoel Lourenço de Souza e outros moradores da linha Fortaleza que resolveram se dedicar ao cultivo da mandioca mostravam-se satisfeitos com os resultados de seus plantios; uma vez que os terrenos produziram várias colheitas e nas proximidades dos seus lotes havia alguns braços do igarapé do Tuyassuí onde aproveitavam para pôr as raízes de molho, uma das etapas necessárias para a preparação da farinha.⁴⁴⁰ Como Manoel Vicente Ferreira, Manoel Lourenço reclamava também da ausência de uma casa de forno; antiga promessa do diretor do núcleo. Somente em 21 de maio de 1879 o governo anunciava a compra de oito fornos de cobre e a construção de algumas casas de fabricação de farinha para uso dos colonos.

Em 1878, quando ainda administrava a colônia, o engenheiro Pinto Braga reservou os lotes de nº. 1, 2, 3 e 4 da 1ª transversal, lado Norte, para implantar um canavial. A intenção, segundo a direção da colônia era que, ainda em 1878, os cultivos da cana-de-açúcar nesses lotes pudessem garantir o fornecimento de “sementes” aos cearenses que desejassem fazer o cultivo do produto em seus terrenos.⁴⁴¹ Conforme informações, o cultivo da cana-de-açúcar demandava pouco trabalho, bastava apenas a limpeza do terreno para que fossem dado início o plantio; sendo feito apenas uma capina, pois em poucas semanas as folhas já faziam sombra no terreno, impedindo o crescimento do mato. As plantações eram, em geral, aproveitadas em quatro colheitas, sendo que havia terrenos em que se aproveitavam até mais. A época mais favorável para plantio era nos meses de novembro e dezembro quando terminava o verão e começava a estação chuvosa bem acentuada no mês de janeiro; o que protegeria o

⁴³⁹ APEP. Caixa 577 (1878). *Requerimento de 28 de março de 1878*. Documentação Avulsa da Secretaria da Presidência da Província do Pará. *Requerimento*, 1878.

⁴⁴⁰ APEP. Códice 1675 (1879). *Ofício da Diretoria da Colônia Benevides de 03 de abril de 1879*. Secretaria da Presidência da Província. Minuta de Ofício dos Comandos de Colonização, 1879.

⁴⁴¹ APEP. Caixa 340 (1874-1879). *Ofício da Comissão de Colonização de 20 de agosto de 1879*. Documentação Avulsa da Secretaria da Presidência da Província do Pará. Colonização e Imigração, 1879.

desenvolvimento das plantas.⁴⁴² Estas condições acabaram contribuindo para que muitos colonos como José Soares Martins, Vicente de Almeida, Sebastião Martins Pereira e Francisco de Assis Sabóia separassem um parte dos seus terrenos para o plantio de cana.⁴⁴³

Um dos primeiros problemas gerados com o aumento no plantio de cana-de-açúcar é que este não é acompanhado da criação de engenhos. Situação que acabou provocando uma série de reclamações por parte de alguns colonos que lamentavam não terem engenhos suficientes para moer a cana produzida em seus lotes. Diante disso o colono italiano Miguel Monte-Fusco confirma a aquisição de um engenho a vapor para fabricação de açúcar e aguardente, e que pretendia ser implantado entre os meses de maio e junho de 1881;⁴⁴⁴ situação que evidenciava que, devido a omissão do governo, as soluções para muitos problemas vinham dos próprios colonos. Para implantação do novo engenho Monte-Fusco havia adquirido por compra o lote nº. 01 da Linha Fortaleza entre a 1ª e 2ª transversal, no qual já havia sido feita completa derrubada e tinha iniciado uma grande plantação de cana; sendo que parte do terreno estava reservada para construção da casa onde seria implantada a moenda e as outras máquinas necessárias para o preparo do açúcar e aguardente.⁴⁴⁵

O engenheiro Pinto Braga era um dos que se mostrava entusiasmado com a implantação de novos engenhos em Benevides. Em comunicação a presidência do Pará e relatada pelo Presidente Gama e Abreu, prometia que até março de 1881 mais um engenho seria implantado, convidando assim os colonos a aumentar as suas áreas de plantação de cana-de-açúcar.⁴⁴⁶

Outros investimentos particulares já haviam sido iniciados para desenvolver a produção de açúcar e aguardente, como no caso do colono francês Narcise Viens, o primeiro a implantar um engenho em Benevides; iniciativa que foi repetida por João Francisco da Silva Leão em seu lote à 3ª transversal, onde montou um engenho de ferro trabalhado por animais. Em fevereiro de 1881, Rufino José de Barros e Ignácio Alves Façanha estavam com adiantado trabalho de implantação de mais um engenho de madeira, necessitando apenas da aquisição de alguns equipamentos para dar início aos trabalhos de produção de aguardente.⁴⁴⁷ Durante a

⁴⁴² PARÁ. PARÁ. *Dados estatísticos e informações para os imigrantes. Publicados por ordem do Exm. Sr. Conselheiro Tristão de Alencar Araripe Presidente da Província*. Pará: Typ do Diário de Notícias, 1886, p. 43.

⁴⁴³ APEP. Caixa 05A (1876-1879). *Abaixo-Assinado de 03 de janeiro de 1879*. Documentação Avulsa da Secretaria da Presidência da Província do Pará. Abaixo-Assinado, 1879.

⁴⁴⁴ PARÁ. *Relatório apresentado á Assembléia Legislativa Provincial na 2ª sessão da 22ª legislatura em 15 de fevereiro de 1881 pelo Exmo. Sr. Dr. José Coelho da Gama e Abreu*. Pará, Typ. do Diário de Noticias de Costa & Campbell, 1881. Anexo, p. XLVI.

⁴⁴⁵ *Ibidem*.

⁴⁴⁶ *Ibidem*.

⁴⁴⁷ *Ibidem*.

década de 1880, em função desses investimentos particulares, a cana parece ter se afirmado com um dos principais produtos cultivados na colônia, tanto que em 1884 já era responsável pelo abastecimento de doze engenhos, sendo três movidos a água, um a vapor e oito por animais.⁴⁴⁸

Enquanto a cana de açúcar se destacava como principal produto cultivado para comercialização, o arroz tinha o seu plantio mais relacionado ao consumo dos próprios colonos. Como base da alimentação, tão logo terminava os trabalhos de destocamento do terreno eram iniciados os plantios. O cearense Benedito Correia de Lima, por exemplo, preocupado em garantir a alimentação da mulher e dos seus oito filhos, procedeu aos plantios do arroz tão logo passou ocupar o seu lote.⁴⁴⁹ O trabalho de cultivo havia iniciado em março de 1877 em parte do terreno não aproveitada para o plantio da mandioca, isto porque Benedito Correia de Lima havia destinado as áreas mais úmidas do lote para o cultivo do arroz.

Diferentemente de outros produtos, que poderiam ser plantados em toda a área destinada ao cultivo, o arroz exigia do lavrador a preocupação de não plantar todo o roçado sob pena de arriscar a perder uma grande parte do seu trabalho, quando do tempo da colheita; isto porque, se a plantação fosse feita sem intervalos de cultivo, o arroz poderia amadurecer quase ao mesmo tempo. Para evitar a perda de grãos, uma vez que o amadurecimento do arroz exige sua imediata colheita, era aconselhável que o plantio se desse aos poucos, de acordo a quantidade de pessoas que fosse empregado na colheita.⁴⁵⁰ No caso de Benedito Correia de Lima, este poderia aproveitar os trabalhos da mulher e dos filhos com mais idade, e como era comum, podia contar ainda com o auxílio de alguns companheiros, a exemplo do seu conterrâneo Manuel Dubas.

Para as plantações maiores, ou seja, roçados de 4, 5 e 6 alqueires de semente, a recomendação era que o lavrador tendo em vista o pessoal que iria dispor na colheita, plantasse um, dois ou mais alqueires; sendo que suspenderia a plantação por 20 a 30 dias, depois dos quais plantaria uma outra quantidade de semente; faria nova pausa com o mesmo número de dias e assim por diante, até plantar todo o roçado.⁴⁵¹ Esta situação não era comum em Benevides, uma vez que, a maioria dos lotes não ultrapassava 150 braças de frente por 300 de fundos. Mesmo considerando que dois ou mais lotes fossem ocupados por um mesmo

⁴⁴⁸ PARÁ. *Falla com que o Exmo. Sr. conselheiro Dr. João Silveira de Souza, Presidente da Província do Pará, abriu a 2ª sessão da 24ª legislatura da Assembléa Provincial em 18 de abril de 1885*. Pará, Typ. da Gazeta de Notícias, 1885. Anexo, p. 28.

⁴⁴⁹ A CONSTITUIÇÃO. *Os imigrantes cearenses no Pará*. Belém, 11 de junho de 1877.

⁴⁵⁰ PARÁ. *Dados estatísticos e informações para os imigrantes. Publicados por ordem do Exm. Sr. Conselheiro Tristão de Alencar Araripe Presidente da Província*. Pará: Typ do Diário de Notícias, 1886, p. 65.

⁴⁵¹ *Ibidem*.

colono, como é o caso de Manuel Lourenço da Silva que ocupava os lotes 26 e 28, Manoel Rodrigues de Oliveira que ocupava os de nº. 27 e 29, ou ainda, José Sobrinho ocupante dos terrenos 31 e 32, todos da 4ª transversal Norte, estes não chegavam a consumir mais do que 2 alqueires ou o equivalente a pouco mais de 70 litros de sementes.

Aos colonos que se dedicassem ao plantio de arroz era comum o início do cultivo no mês de janeiro, sendo que em maio o arroz já começava a amadurecer e assim estava em estado de ser colhido; momento em que dar início ao que os colonos chamavam de “corte do arroz”. Benedito Correia de Lima, de fato aproveitou bem o período para plantio, sendo que em meado de 1877 havia colhido a sua primeira safra.⁴⁵²

O feijão e milho, assim como o arroz, eram cultivados mais para consumo dos colonos do que propriamente para a comercialização. Era comum reservar uma pequena área do lote onde o feijão era plantado em consórcio com o milho, ou seja, em uma mesma área se fazia o cultivo das duas sementes. Nesse caso, plantavam-se as sementes em fileiras, sendo que as fileiras reservadas para o plantio do milho eram intercaladas pelas de feijão. De acordo com relatório da diretoria da colônia na grande maioria dos lotes se avistavam o predomínio do cultivo da mandioca, cana e arroz, enquanto que o milho e feijão, nos poucos lotes em que se aventuravam o plantio, estes ocupavam uma pequena parte da área cultivada.⁴⁵³ Questionado sobre esta situação, muitos colonos afirmavam que se devia a fraca fertilidade dos terrenos para o cultivo destas plantas, e acreditavam que somente depois de queimado os terrenos, fosse possível que a terra apresentasse melhor qualidade para o plantio.

O café e cacau parecem ter sido os produtos que o governo do Pará mais estimulou os colonos a cultivarem. O bom preço dos produtos no mercado poderia ter, em parte, contribuído para essa preferência.⁴⁵⁴ Havia registros de que algumas mudas de café da Libéria, adquiridas em 1878 pelo governo provincial, teriam sido aproveitadas em alguns lotes da colônia. Isto segundo o governo se devia as condições dos terrenos, em sua grande maioria, não úmidos ou alagadiços, e ainda ao fato de que nessa região a terra não se aquecia demasiadamente pela ação dos raios solares; o que fazia com que os pés de café conservassem

⁴⁵² A CONSTITUIÇÃO. *Os imigrantes cearenses no Pará*. Belém, 11 de junho de 1877.

⁴⁵³ O LIBERAL DO PARÁ. *Núcleo de retirantes cearenses de N. S. do Carmo de Benevides*. Belém, 06 de abril de 1879, p. 01.

⁴⁵⁴ Conforme dados apresentados pela administração provincial, o café e o cacau, assim como a cana de açúcar sofreram ao longo das décadas de 1850 e 1860 uma constante valorização. No caso do cacau a arroba passou de 4\$828 reis em 1863-64 para 6\$035 em 1868-69. O açúcar apresentou um aumento de 1\$217 reis na arroba, que passou de 1\$900 em 1863-64 para 3\$117 em 1867-68. O café foi o produto com maior valorização passando a arroba de 5\$434 reis em 1853-54 para 37\$767 em 1867-1868. PARÁ. *Relatório do Presidente da Província do Pará Dr. João Alfredo Correa de Oliveira passando a administração da mesma ao 4º Vice-Presidente Dr. Abel Graça*. Pará, Typographia do Diário do Gram-Pará, 1870, p. 33.

sempre a unidade necessária para a fecundação dos frutos. Outra vantagem apontada para desenvolvimento do cultivo de café em Benevides era a não necessidade, como em outras regiões, de se plantar bosques artificiais para moderar a ação direta do sol; bastava o colono, quando da derrubada da mata, conservar algumas árvores que não fossem as mais frondosas, a fim de produzir sombra; sem, todavia, interceptarem os raios solares, pois sem essa precaução os frutos secariam antes da colheita.⁴⁵⁵

O engenheiro João Henrique Costard aconselhava maiores cuidados com o plantio do café. Isto porque o mês de abril não era adequado para o seu plantio devido ser um mês bastante chuvoso. Aconselhava-se que as sementes fossem cultivadas em períodos em que as chuvas não fossem tão intensas, sendo que o colono deveria procurar os locais mais bem queimados do roçado, pois nessas áreas a terra estaria mais solta e adubada pelas cinzas.⁴⁵⁶

De acordo com o governo os colonos deveriam plantar o café em fileiras regulares; recomendações que, na maioria das vezes, não eram atendidas pelos colonos. Segundo Henrique Costard algumas plantações achavam-se, em geral, completamente abrigadas sob frondosas arvores e irregularmente plantadas, formando moitas esparsas. Esse inconveniente resultaria na dificuldade de colheita e na produção de um café de má qualidade, advertia o diretor da colônia em 1879.⁴⁵⁷

Desde a chegada dos primeiros imigrantes estrangeiros, no principio de 1875, o governo provincial tentava convencer os colonos a se dedicarem não apenas ao cultivo do café, mas também do cacau. Apesar das recomendações eram poucos os que se aventuravam no cultivo deste produto, isto por que as plantas só começavam de fato a germinar ao fim de dois anos, sendo a primeira colheita no terceiro ano. Os poucos pés de cacau eram encontrados em terrenos dos colonos estrangeiros que receberam as sementes ainda em 1875. Nos lotes dos colonos nacionais como de João Silveira de Souza, que ocupava o terreno de nº. 05 na 2ª transversal Sul, as poucas mudas de cacau eram herança dos antigos ocupantes do lote.⁴⁵⁸

Em 02 de março de 1879 o bom andamento dos plantios em Benevides servia como justificativas para que *O Liberal do Pará* defendesse a criação de medidas que facilitassem o transporte de alguns produtos cultivados na colônia até o mercado de Belém. Por bom

⁴⁵⁵ PARÁ. PARÁ. *Dados estatísticos e informações para os imigrantes. Publicados por ordem do Exm. Sr. Conselheiro Tristão de Alencar Araripe Presidente da Província.* Pará: Typ do Diário de Notícias, 1886, p. 43.

⁴⁵⁶ O LIBERAL DO PARÁ. *Núcleo de retirantes cearenses de N. S. do Carmo de Benevides.* Belém, 06 de abril de 1879, p. 01.

⁴⁵⁷ *Ibidem.*

⁴⁵⁸ APEP. Caixa 05A (1876-1879). *Abaixo Assinado de 02 de fevereiro de 1879.* Documentação Avulsa da Secretaria da Presidência do Pará. Abaixo Assinado, 1879.

andamento dos trabalhos de plantio se entendia o grande número de lotes cultivados; o que para o jornal se devia as condições da região, uma “área de terrenos férteis, suficientemente favorecidas pelas chuvas e com uma população que em pouco tempo chegaria a quase 10.000 pessoas”. Somava-se ainda ao fato de que a maioria dos colonos teria conhecimento da lida com a terra; e nesse aspecto destacava:

“A lavoura que há dez meses era quase desconhecida, ocupa hoje uma superfície quadrada superior a dois milhões de braças quadradas, traduzindo na força de seu desabrochar a mais sólida garantia de uma regular colheita, que suavizará as modestas necessidades de seu cultivador, proporcionando-lhe uma economia já animadora e com a qual ele suprirá aquela parte da população ainda não localizada”.⁴⁵⁹

Embora o jornal tenha apresentado certo crescimento da produção agrícola, a estação invernal aliada às muitas dificuldades e entraves apontados anteriormente, contribuíam muito para o atraso na preparação dos lotes. Somente em 1º de maio de 1879, quando as chuvas resolveram dar uma trégua, é que se iniciaram os trabalhos de preparação dos lotes.⁴⁶⁰ Em fins de setembro do mesmo ano, com a entrada do inverno, os trabalhos de derrubada e encoivamento foram novamente interrompidos, dando início aos serviços de plantio.

Segundo dados da administração provincial, cerca de 6.000 pessoas até o início do período de chuvas estavam localizadas nos lotes já preparados para plantio. A interrupção dos trabalhos de limpeza dos terrenos, com a chegada do inverno, ao mesmo tempo em que dificultava que novos lotes fossem ocupados, também não permitia o aumento das áreas cultivadas no núcleo. A população que ainda não havia sido localizada, ou seja, recebido os seus lotes era prevista entre 3.500 a 4.000 pessoas, sendo que boa parte da alimentação consumida por esses retirantes era produzida no próprio núcleo. Conforme informações do governo a maior parte da safra de 1879 seria utilizada para atender as necessidades de consumo não apenas dos colonos que aguardavam a preparação dos seus lotes, mas de um número cada vez maior de retirantes que chegavam a Benevides.⁴⁶¹

Comparando os trabalhos executados de maio a setembro, o governo calculava que a lavoura do ano seguinte, 1880, poderia ser a maior desde a fundação do núcleo; o que se devia ao número de colonos dedicados aos trabalhos agrícolas que era significativamente maior ao de anos anteriores e conseqüentemente a área de plantio superior a até então cultivada. Nesse

⁴⁵⁹ O LIBERAL DO PARÁ. *Via de comunicação entre a capital do Pará e o Núcleo de N. S. do Carmo (IV)*. Belém, 05 de março de 1879, p. 02.

⁴⁶⁰ *Ibidem*.

⁴⁶¹ *Ibidem*.

sentido, se calculava que a safra de 1880 excederia ao consumo do núcleo, possibilitando que parte desses produtos fosse comercializada no mercado de Belém.

Não apenas de aspectos positivos vivia a lavoura em Benevides. Neste sentido o governo lamentava que a pequena produção agrícola que poderia ser comercializada em Belém estivesse ainda relacionada a pouca qualidade dos gêneros produzidos na colônia. Isto porque muitos produtos não teriam como ser beneficiados pelos colonos, como exemplo o arroz que era vendido em casca por não ter na colônia uma máquina de beneficiamento, ou ainda, os engenhos que não produziam açúcar de qualidade. Esses problemas eram associados, segundo o governo, a falta de conhecimentos práticos locais; o que fazia com que o lavrador executasse o plantio em tempos menos convenientes. Destacava-se ainda o total desconhecimento do mercado de Belém por parte dos lavradores; exigindo um maior tempo de prática principalmente para conhecimento das casas comerciais que melhor oferecessem preços a seus produtos. Para administração provincial a superação dessas dificuldades se daria somente quando o núcleo completasse idade superior a cinco anos; período em que o lavrador já teria organizado os trabalhos da lavoura, a colônia teria melhor se estruturado e os colonos adquiridos maior traquejo com comércio.⁴⁶²

Mesmo considerando o adiantado trabalho de cultivo acreditava-se que muitos migrantes cearenses continuariam ainda, por alguns meses, a serem tutelados pelo governo; um problema que só seria resolvido quando as lavouras desse os primeiros frutos, e que estes fossem suficientes para o sustento de toda a família. Sobre esta questão, novamente o governo evoca os problemas provocados pelas chuvas, como responsáveis pelo pouco tempo de cultivo.⁴⁶³ De fato, somente no mês de maio quando comumente as chuvas diminuem no Pará, é que iniciavam-se a demarcação dos lotes; atividade que era acompanhada dos trabalhos de derrubada das matas. Considerando que os trabalhos de derrubada se encerravam por volta do mês de julho, restavam apenas pouco menos de dois meses para que os serviços de demarcação e limpeza dos lotes fossem executados; período muito curto, considerando-se a demanda de famílias que aguardavam o recebimento dos lotes.

Como se observa a estação chuvosa ditava os ritmos dos trabalhos agrícolas em Benevides. No período posterior as chuvas, ou seja, parte de maio, junho e julho, se aproveitava para os trabalhos de demarcação, derrubada e limpeza. Após estes trabalhos necessitava-se de um intervalo de pelo menos 30 dias para que as plantas abatidas e não

⁴⁶² O LIBERAL DO PARÁ. *Núcleo de retirantes cearenses de N. S. do Carmo de Benevides*. Belém, 06 de abril de 1879, p. 01.

⁴⁶³ *Ibidem*.

utilizadas nas construções estivessem prontas para serem queimadas. A queima era uma das etapas principais do cultivo; além de agilizar a limpeza dos terrenos, acreditava-se que era importante para a fertilização da terra, pois, com a queima haveria a eliminação dos germes que prejudicariam o desenvolvimento das plantas. Era comum que o trabalho de queimada fosse executado entre os meses de setembro e outubro, pois a partir de novembro iniciava-se quase sempre um período mais chuvoso.

Raimundo Dario Perreira, cearense de 23 anos somava-se a outros colonos que bem souberam aproveitar o período de menos intensidade de chuva para fazer a limpeza do terreno que já ocupava desde 1878.⁴⁶⁴ Em junho de 1879 aguardava apenas para fazer o destocamento da área; nesse caso juntavam-se todos os galhos e raízes de plantas não consumidas pelo fogo, de forma a fazer uma nova queimada até que o terreno estivesse completamente limpo. Mesmo depois dos trabalhos de destocamento, Raimundo Dario Pereira ainda não poderia dar início ao plantio, pois deveria aguardar alguns dias; tempo em que a terra voltaria a sua temperatura normal, estando pronta para receber as primeiras sementes.

Considerando as atividades de plantio na Colônia Benevides e a orientação do governo provincial, observa-se que novembro e princípio de dezembro eram os meses em que se iniciavam os trabalhos de plantio; coincidindo com o início das primeiras chuvas. Nesse aspecto pode se estabelecer um calendário agrícola em que as atividades poderiam ser assim distribuídas:

CALENDÁRIO AGRÍCOLA⁴⁶⁵

ATIVIDADES NO LOTE	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL
DEMARCAÇÃO	X	X	X									
DERRUBADA	X	X	X									
QUEIMA			X	X	X							
DESTOCAMENTO					X	X						
PLANTIO							X	X				
CAPINA									X	X		
COLHEIRA	X											X

⁴⁶⁴ APEP. *Auto de Inquérito procedido do ex-offício, sobre um cadáver que foi encontrado à margem da Estrada de Bragança, além da primeira ponte em 13 de junho de 1879*. Segurança Pública. Autos da Chefatura de Polícia, 1879.

⁴⁶⁵ O calendário agrícola foi construído levando em consideração o registro de plantio em alguns lotes e as orientações da administração da colônia; o que não significa dizer que possa ser generalizado para todos os terrenos, nem tão pouco possa se afirmar que os colonos seguiam fielmente este calendário.

Embora o calendário agrícola demonstrasse o pouco tempo para os trabalhos de demarcação e limpeza dos lotes, limitando a distribuição dos terrenos e seu conseqüente cultivo, outros aspectos devem ainda ser considerados quando nos referimos à pequena produção agrícola para comercialização. Uma dessas questões está relacionada ao tamanho dos lotes considerado pelo engenheiro Henrique Costard como insuficiente para um plantio em grande escala, visto que, numa área de 14.520 metros quadrados, tamanho correspondente a maioria dos lotes, isto é, menos de um e meio hectare, o colono poderia apenas produzir para o sustento da sua família.⁴⁶⁶ Para Henrique Costard este fato explicaria a pouca produção para o comércio de Belém.

Mais otimista, *O Liberal do Pará* de 08 de março de 1879 acreditava que essas limitações no tamanho das áreas para cultivo não impediriam que os anos vindouros dessem boas colheitas. No entanto advertia que o cultivo da mandioca, do milho, arroz e feijão, cujo plantio poderia ser identificado em quase todos os lotes, não era o que deveria garantir maior compensação aos trabalhos dos colonos, pois em pouco tempo não seriam estes os gêneros de maior comercialização com o mercado de Belém. Isto porque o plantio desses produtos estaria muito mais associado ao consumo dos colonos; para a comercialização os lavradores prefeririam o cultivo da cana e café, cuja plantação em muitos lotes já era superior até mesmo ao cultivo da mandioca.⁴⁶⁷

Apesar do ufanismo e otimismo que constantemente aparecia na imprensa e nos discursos das autoridades, o cotidiano dos colonos em Benevides que tinham no trabalho agrícola sua principal atividade, conforme já evidenciamos, foi marcado por muitos problemas que, se de um lado mostravam a fragilidade do projeto de colonização oficial, de outro lado expressava as muitas ações desses colonos. Os difíceis trabalho de limpeza dos terrenos, quase sempre realizado sem auxílio do governo, as dificuldades na aquisição de sementes, tamanho inadequado dos lotes e ausência de locais apropriados para beneficiamento dos produtos, são algumas, entre outras situações, que expressam os problemas a serem enfrentados pelos colonos para assegurar, através da atividade agrícola, o seu sustento e da sua família.

⁴⁶⁶ O LIBERAL DO PARÁ. *Núcleo de retirantes cearenses de N. S. do Carmo de Benevides*. Belém, 06 de abril de 1879, p. 01.

⁴⁶⁷ O LIBERAL DO PARÁ. *Via de comunicação entre a capital do Pará e o Núcleo de N. S. do Carmo*. (IV). Belém, 05 de março de 1879, p. 02.

6. Conflitos

A redução de despesas parece ter sido a principal ordenação do governo provincial quando deu posse ao novo diretor da colônia em 24 de abril de 1879. Tratava-se da nomeação de Antonio Bernardino Jorge Sobrinho, escriturário da Tesouraria da Fazenda Provincial, muito acostumado com conta e gastos públicos. Essa experiência era tida por Gama e Abreu, responsável pela nomeação, como requisito principal para a escolha de Jorge Sobrinho. Nesse aspecto, o governo havia solicitado ao novo diretor que fosse diminuída as despesas com as diárias concedidas aos colonos que trabalhavam na construção de estradas; não satisfeito, exigiu que Jorge Sobrinho tomasse a frente nos trabalho regularização de toda a contabilidade do núcleo, de forma a exercer maior economia nos gastos públicos com a manutenção da colônia.⁴⁶⁸

Em 16 de junho de 1879, o presidente Gama e Abreu fazia uma avaliação positiva do novo diretor. De acordo com administração provincial Jorge Sobrinho teria correspondido fielmente às ordenações do governo, uma vez que, havia posto em dia os pagamentos atrasados, que já chegavam a cerca de 20:000\$000 réis, além de ter conseguido a diminuição das despesas em quase cinco contos de réis por semana.⁴⁶⁹ O corte no fornecimento de vestuário, gêneros de alimentação e medicamentos era o fator responsável pela diminuição das despesas.

Mesmo considerando a possibilidade de que as insatisfações de alguns colonos pudessem tomar dimensões mais graves, Jorge Sobrinho estava disposto a continuar cortando as despesas com os colonos, principalmente diminuindo os socorros públicos. Para complicar a situação resolveu reduzir o número de trabalhadores que prestavam serviço para a direção do núcleo, principalmente nos trabalhos de limpeza e demarcação dos lotes, permanecendo apenas os que executavam os trabalhos de derrubadas, abertura de valas e aterramentos de estradas. No caso dos que permaneceram trabalhando, estes tiveram seus salários reduzidos. De acordo com a contabilidade da administração provincial, as despesas da colônia que giravam em torno de 14 contos por semana ou 56 por mês ficaram reduzidas a 20 contos mensais.⁴⁷⁰

⁴⁶⁸ O LIBERAL DO PARÁ. *Núcleos Coloniais*. Belém, 02 de outubro de 1879, p. 01.

⁴⁶⁹ PARÁ. *Falla com que Excelentíssimo Senhor Doutor José Coelho da Gama e Abreu, Presidente da Província, abriu a 2ª sessão da 21ª legislatura da Assembléia Legislativa da Província do Gram-Pará, em 16 de junho de 1879*. Pará, 1879, p. 20.

⁴⁷⁰ PARÁ. *Relatório apresentado pelo Exmo. Sr. Dr. José Coelho da Gama e Abreu, Presidente da Província, á Assembléia Legislativa Provincial do Pará, na sua 1ª sessão da 22ª legislatura, em 15 de fevereiro de 1880*. Pará, 1880, p. 26.

As medidas tomadas pela diretoria da colônia eram acompanhadas por uma série de ameaças contra o diretor Jorge Sobrinho. Em maio de 1879, quando da demissão de alguns colonos que prestavam serviço à diretoria do núcleo, o cearense Alvino Vieira Santos, como resposta a decisão de dispensar os seus serviços resolveu agredir um dos empregados da sede da diretoria, e quando chamado à repartição para prestar esclarecimentos, não apenas justificava a agressão como resultado de sua dispensa, mas também ameaçava o diretor da colônia com um revólver prometendo dar cabo de sua vida caso o seu trabalho não fosse restabelecido. Alvino Vieira Santos foi contido por alguns empregados da diretoria, sendo encaminhado a sub-delegacia de polícia da colônia; o que para direção do núcleo de nada adiantou, visto que no dia seguinte a prisão, o Alvino Santos “já estava solto e promovendo distúrbios de toda qualidade, assim como ameaçando os trabalhos da diretoria do núcleo”.⁴⁷¹

A preocupação do diretor Jorge Sobrinho com o retorno do colono Alvino Vieira Santos era que pudessem estimular a revolta de outros colonos. Situação bem provável de acontecer, afinal era muito os colonos insatisfeitos com as decisões tomadas por Jorge Sobrinho que, além de reduzir salários, era responsável pela dispensa de vários operários; o que fazia com que os colonos que prestavam serviço para a diretoria do núcleo ficassem sem a principal verba necessária para a sua manutenção e da família.

As ameaças à atuação do diretor da colônia não se restringiram ao período de administração de Jorge Sobrinho. Em 03 de dezembro de 1878 o diretor da colônia Henrique Costard comunicava ao Presidente Joaquim do Carmo que havia expulsado os colonos Antonio Pedro de Almeida e Luciano Columbier, autores de provocações e ameaças, isto porque tinham deixado de receber os auxílios do governo.⁴⁷² Nesse caso, Henrique Costard advertia as autoridades policiais para manterem os colonos distantes do núcleo, uma vez que poderiam realizar novas desordens.

Diante das ameaças muito pouco podia fazer a administração da colônia, isto por que contava com o apoio de quatro praças e um subdelegado e escrivão que deveriam atender uma população de mais de 8.000 colonos. Nesse aspecto, lamentava a diretoria do núcleo que “para piorar a situação, do pouco número de praças disponíveis para manter a ordem, estes ainda se envolviam em rixas com os moradores do povoado”; como a que ocorreu em 08 de dezembro de 1878 às 10 horas da noite, quando a briga, resultado de embriaguez, foi

⁴⁷¹ APEP. Caixa 340 (1874-1879). *Ofício da Diretoria da Colônia Benevides de 14 de maio de 1879*. Documentação Avulsa da Secretaria da Presidência da Província do Pará. Colonização e Imigração, 1879.

⁴⁷² APEP. Caixa 340 (1874-1879). *Ofício da Diretoria da Colônia Benevides de 03 de dezembro de 1878*. Documentação Avulsa da Secretaria da Presidência da Província do Pará. Colonização e Imigração, 1878.

responsável pelo espancamento e ferimentos de praças e colonos.⁴⁷³ Esses problemas sugerem um espaço de constantes conflitos entre os colonos e as autoridades da colônia.

Diante das ameaças ao diretor Jorge Sobrinho o governo passou a acusar os colonos de “turbulentos e díscolos”, atribuindo essas atitudes “a meia dúzia de cearenses”.⁴⁷⁴ Um discurso um tanto quanto contraditório, pois, ao mesmo tempo em que afirmava que não haveria qualquer possibilidade de um levante, admitia que as ameaças tornavam-se cada vez mais constantes. Nesse caso, o comportamento do governo, ou refletia a atitude de quem tentava minimizar os problemas, ou demonstrava total desconhecimento das conseqüências provocadas com a redução dos auxílios aos colonos.

Assim, na manhã de 20 de julho de 1879 alguns colonos, insatisfeitos com as últimas decisões tomadas pelo governo provincial, principalmente a diminuição dos socorros encaminhados aos cearenses, resolveram ocupar a sede diretoria da colônia. Conforme depoimento do capitão Alfredo Leopoldo Moura Ribeiro, que havia participado do movimento, um número grande de pessoas se juntaram desde as primeiras horas da manhã em diversos locais da colônia. Muitos se diziam prejudicados com o fim do auxílio concedido pela administração provincial e acreditavam que precisariam exigir do governo “o retorno imediato do pagamento”.⁴⁷⁵

Ao final da manhã já era grande o número de colonos que se encontravam em frente à diretoria do núcleo e mais colonos se dirigiam em marcha para falar com Jorge Sobrinho. Conforme publicou *O Liberal do Pará* em agosto de 1879, “armados de cassetes, terçados e facas” os colonos “irromperam a sala pública da casa da diretoria” e “os aposentos particulares do diretor”.⁴⁷⁶ Segundo o capitão Moura Ribeiro em poucos minutos a casa estava tomada, tendo colonos não apenas do lado de dentro, mas a quantidade de pessoas era tanta que a diretoria estava completamente cercada. Jorge Sobrinho entre gritos e pancadas de terçados e cassetes nas paredes da sede da diretoria era logo feito prisioneiro.⁴⁷⁷

Contido o ímpeto de alguns colonos que responsabilizavam o então diretor pela suspensão no pagamento dos socorros públicos, ficou acertado que precisariam enviar suas reivindicações para a presidência do Pará, e nesse caso, pelo menos de acordo com *O Liberal*

⁴⁷³ APEP. Caixa 340 (1874-1879). *Ofício da Diretoria da Colônia Benevides de 03 de dezembro de 1878*. Documentação Avulsa da Secretaria da Presidência da Província do Pará. Colonização e Imigração, 1878.

⁴⁷⁴ PARÁ. *Falla com que Excelentíssimo Senhor Doutor José Coelho da Gama e Abreu, Presidente da Província, abriu a 2ª sessão da 21ª legislatura da Assembléia Legislativa da Província do Gram-Pará, em 16 de junho de 1879*. Pará, 1879, p. 20.

⁴⁷⁵ O LIBERAL DO PARÁ. *Negócios de Benevides. Sentença do dr. chefe de polícia*. Belém, 20 de agosto de 1879, p. 02.

⁴⁷⁶ *Ibidem*.

⁴⁷⁷ *Ibidem*.

do Pará, decidiram utilizar o próprio Jorge Sobrinho como portador. O colono Manuel Francisco do Nascimento se encarregou de arranjar um cavalo que deveria levar o diretor da colônia até Belém, a orientação dos colonos era para que comunicasse ao Presidente Gama e Abreu o que havia ocorrido e que as exigências para que a situação se normalizasse seria o retorno imediato do envio de socorros públicos; caso não atendesse a solicitação, afirmavam que estavam dispostos a fazer uma marcha até a capital e cobrar pessoalmente aquilo que o governo havia lhe retirado. Ainda segundo *O Liberal do Pará*, no início da tarde, Jorge Sobrinho partia de Benevides em direção a Belém.⁴⁷⁸

Assim que tomou conhecimento do levante à administração provincial resolveu pedir auxílio ao governo imperial solicitando o envio de tropas para combater uma possível invasão a capital. De acordo com o senador Leitão da Cunha foi enviado do Maranhão por ordem do Imperador a canhoneira Lamego levando 30 praças que deveriam restabelecer a ordem na colônia. Número considerando insuficiente pelo senador; o que impossibilitava que o governo exercesse qualquer tipo de reação.⁴⁷⁹ Dispondo apenas de um batalhão Gama e Abreu se via obrigado ou a atender as solicitações dos colonos, ou aguardar reforço militar da Província do Maranhão; que conforme advertia Leitão da Cunha não seria suficiente para combater os revoltosos.

O temor de que os colonos marchassem até Belém preocupava não apenas as autoridades provinciais.⁴⁸⁰ Nesse sentido, o governo imperial aconselhava parte do batalhão

⁴⁷⁸ *Ibidem*.

⁴⁷⁹ Para o governo imperial o número de 30 praças estava dentro das possibilidades dos recursos militares, afinal há poucos meses por decisão do Parlamento Nacional o número de praças do exército foi reduzido de 15.000 para 13.000; quantidade que deveria atender demanda de todo o país. Para o Senador Leitão da Cunha se já era difícil garantir um efetivo de praças na longínqua província do Pará, com a redução a província ficaria mais desguarnecida. No caso de levantes como em Benevides, advertia o senador, a província não dispunha de efetivo, tendo que solicitar praças da província do Maranhão. BRASIL. *2ª sessão da 17ª legislatura de 1879*. Annaes do Senado do Império do Brasil. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1879, p. 84.

⁴⁸⁰ Ao longo da segunda metade do século XIX o temor de uma nova revolta exigia um controle do Estado nas áreas rurais do Pará. A Cabanagem de 1835 ainda atemorizava os grandes proprietários e autoridades provinciais. Neste aspecto, as ações dos colonos em Benevides e as ameaças de ocupação da capital poderiam estar sendo associadas à memória que se construiu da Cabanagem; o que poderia explicar o temor das autoridades frente a possíveis ações de tomada da capital pelos colonos de Benevides. Para uma leitura sobre a Cabanagem a partir das perspectivas da história social ver os trabalhos de: RICCI, Magda. "De la independencia a la revolución cabana: la Amazonia y el nacimiento del Brasil (1808-1840)". In: PEREZ, Jose Manuel Santos & PETIT, Pere. *La Amazonia Brasileña em perspectiva histórica*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2006; e da mesma autora *História Amotinada: memórias da cabanagem*. Cadernos do CFCH, v. 12, nº. 1-2. Belém: 1993, pp. 13-28. Ver também sobre a Cabanagem embora com outra perspectiva bem diferente da de Ricci os trabalhos de: CHIAVENATO, José Júlio. *Cabanagem: o povo no poder*. São Paulo, Brasiliense, 1984; DI PAOLO, Pasquale. *Cabanagem: a revolução popular na Amazônia*. Belém, Conselho de Cultura, 1985; RAIOL, Domingos Antonio. *Motins políticos ou história dos principais acontecimentos políticos da Província do Pará desde 1821 até 1835*. 2ª edição, Belém, Universidade Federal do Pará, 1970, vol. 2; ROCQUE, Carlos. *Cabanagem: epopéia de um povo*. Belém, Imprensa Oficial, 1984, v. 2. SILVEIRA, Ítala Bezerra da. *Cabanagem: uma luta perdida*. Belém: Secretaria do Estado da Cultura, 1994.

da 11ª infantaria que seguia para o Amazonas a permanecer em Belém até que fosse restabelecida a tranquilidade pública. Outra recomendação era para que o governo provincial estabelecesse um acordo de forma a atender parte das reivindicações, evitando que situações mais graves pudessem ocorrer.⁴⁸¹ Diante das recomendações o Presidente de Província resolve fazer o envio de força militar acompanhado da informação de que os socorros públicos seriam mantidos e que as despesas de alguns colonos que prestavam serviço para a diretoria do núcleo seriam revistas; o que evidenciava que o governo havia cedido as pressões dos colonos.

Segundo o jornal *O Liberal do Pará*, o comunicado do retorno do pagamento dos benefícios aos colonos foi suficiente para acalmar os ânimos, não se registrando, pela administração provincial, conflitos com os praças que foram enviados para manter a ordem. Apesar de não se ter o registro de grandes resistências oferecidas pelos colonos, a documentação pesquisada sugere que a administração precisava tomar algumas medidas de forma a não ficar desmoralizada frente aos revoltosos; visto que o movimento havia obtido êxito, principalmente quanto ao restabelecimento dos socorros públicos. Diante disso o Presidente Gama e Abreu solicitou ao chefe de polícia da capital Antonio Muniz Sodré de Aragão para que fizesse um trabalho de investigação de forma a “apurar os fatos, identificar os motivos para o movimento e apontar os líderes da insurreição”.⁴⁸²

Gama e Abreu, assim como o diretor da colônia Jorge Sobrinho, acreditavam que a revolta teria um caráter muito mais de desmoralizar as suas administrações, do que uma real necessidade dos socorros públicos.⁴⁸³ Nesse caso, a principal acusação recaía sobre o ex-diretor Pinto Braga, que o próprio Jorge Sobrinho admitia ter grande prestígio sobre a maioria dos colonos. Suspeitava-se ainda dos que estavam sendo prejudicados com o fim do envio dos socorros públicos, no caso, não os colonos a quem os socorros deveriam atender, mas os que se aproveitavam da verba pública para aumentar os seus patrimônios particulares.

Há de se considerar que era interessante para o governo desviar a atenção sobre alguns problemas enfrentados pelos colonos e que de certa forma demonstravam as fragilidades de suas administrações. Estamos nos referindo à criação de situações que dificultavam a permanência dos colonos em Benevides, principalmente provocadas pela falta de sementes

⁴⁸⁰ APEP. Códice 1667 (1879). Secretaria da Presidência da Província do Pará. *Aviso do Ministério da Agricultura*. Ofício de 03 de agosto de 1879.

⁴⁸¹ APEP. Códice 1667 (1879). *Ofício do Ministério da Agricultura de 03 de agosto de 1879*. Secretaria da Presidência da Província do Pará. *Aviso do Ministério da Agricultura*, 1879.

⁴⁸² O LIBERAL DO PARÁ. *Processo Benevides*. Belém, 21 de agosto de 1879, p. 02.

⁴⁸³ PARÁ. *Falla com que Excelentíssimo Senhor Doutor José Coelho da Gama e Abreu, Presidente da Província, abriu a 2ª sessão da 21ª legislatura da Assembléia Legislativa da Província do Gram-Pará, em 16 de junho de 1879*. Pará, 1879, pp. 20-21.

para plantio, o limitado tamanho dos lotes que não permitia que a produção de alimentos atendesse o consumo da família e a comercialização, a não entrega de terrenos nos períodos apropriados para plantio, entre outras situações que condicionavam os colonos a dependência do auxílio do governo.

Em cumprimento as determinações do Presidente Gama e Abreu, Antonio Muniz Sodré de Aragão, ainda em 07 de agosto de 1879, dava por encerrado o processo de investigação do conflito ocorrido em Benevides. As conclusões apontavam para alguns colonos citados como “cabeças” do movimento. O inquérito publicado em *O Liberal do Pará* de 20 de agosto de 1879 limitava-se a descrever os principais acontecimentos do dia em que se deu à revolta, apontava os principais envolvidos e identificava as lideranças.⁴⁸⁴ De acordo com a conclusão dos autos foram indiciados como participantes diretos da revolta Antonio Pedro de Almeida, Manoel Vicente Ferreira Pinto, capitão Alfredo Leopoldo de Moura Ribeiro, Henrique José Pereira, Manoel Francisco do Nascimento, Pedro de Matos Arraes conhecido como Pedrão, Francell Gaspar de Barros, João Alves da Silveira, João Ferreira Braga, Antonio da Silva Salgado, Antonio Tavares Dubas, João Maurício Cabral, João Ferreira Filho, Raymundo Nogueira, Sesostres Pereira de Andrade, Balthazar Ferreira do Valle, Antonio Rufo, Francklim Marinho e Manuel Roiz Machado, conhecido como Manoel Roiz Peixe.

Para o chefe de polícia os colonos haviam cometido crime de sedição, ou seja, ajuntamento de pessoas armadas com intuito de promover a desordem publica; e neste aspecto indiciava os colonos Antonio Pedro de Almeida, Manoel Vicente Ferreira Pinto, capitão Alfredo Leopoldo de Moura Ribeiro, Henrique José Pereira, Manoel Francisco do Nascimento, Pedro de Matos Arraes e Francell Gaspar de Barros como lideranças do movimento e os restantes como cúmplices. Antes do final do mês de agosto a imprensa dava conta da revogação do mandado de prisão contra os indiciados como participantes dos conflitos.⁴⁸⁵ O alvará de soltura emitido pelo juízo da capital não só era em favor dos que se achavam presos, como ainda daqueles a respeito dos quais ainda não tinham executadas as prisões.

O Senador Leitão da Cunha era de parecer que os colonos não teriam responsabilidades na revolta, pois esta teria sido provocada pela insensatez do Ministério da Fazenda. A insensatez a que se referia o Senador dizia respeito a um aviso encaminhado as províncias do Pará e Amazonas comunicando para que fossem suspensos os recursos aos retirantes

⁴⁸⁴ O LIBERAL DO PARÁ. *Negócios de Benevides. Sentença do Dr. Chefe de Polícia*. Belém, 20 de agosto de 1879, p. 02.

⁴⁸⁵ O LIBERAL DO PARÁ. *Processo Benevides*. Belém, 21 de agosto de 1879, p. 02.

cearenses.⁴⁸⁶ A execução do aviso deixaria, segundo avaliação, mais de 10.000 colonos, somente em Benevides, sem os auxílios dos socorros públicos.

O caso mais grave para Leitão da Cunha foi o de não se avaliar os efeitos desse tipo de medida, subestimando qualquer possibilidade de reação dos colonos. Por outro lado a administração provincial não se posicionou diante das ordens do governo imperial, o que se por um lado demonstrava a não preocupação com os problemas da Província, por outro pode refletir um desconhecimento das reais situações em que viviam os colonos. Para Leitão da Cunha, ao Presidente da Província não caberia apenas o papel de fiel cumpridor das ordens do Império; sua fidelidade para com a Coroa seria assegurada na apresentação da real situação de cada província; papel que de acordo com o Senador não teria sido cumprido, uma vez que o Presidente do Pará não apresentou com fidelidade a situação da Província, nem se posicionou frente ao governo imperial de que estava impossibilitado de cumprir as ordenações para corte de despesas com manutenção dos colonos.⁴⁸⁷

De acordo com os dados apresentados por Leitão da Cunha às ordens para diminuição das despesas com os colonos cearenses não atingiam apenas os de Benevides. Os locais de atendimento dos migrantes que chegavam ao Pará encontravam-se em condições precárias, como por exemplo, o Asilo de Cearenses que estaria com a sua capacidade de atendimento reduzida à metade e o fechamento da Enfermaria do Braz, criada para atender os cearenses que apresentassem algum problema de saúde. Destacava-se ainda o caso de que muitas comissões de socorros no interior tiveram de encerrar as suas atividades por falta de recursos. As palavras do Senador Leitão da Cunha permite, portanto, entender que o levante que havia ocorrido em Benevides era consequência de toda uma situação que refletia o descaso do governo provincial com a migração de cearenses, não se restringindo apenas a suspensão dos auxílios concedidos aos retirantes.⁴⁸⁸

As acusações do Senador Leitão da Cunha suscitaram uma série de debates no Senado. Nesse aspecto, o Senador Jaguaribe, representante da Província do Ceará, indagou se não havia outros interesses, além dos que naturalmente motivariam os colonos. Leitão da Cunha não descartava a possibilidade de que a rebelião recebesse apoio, inclusive de funcionários do próprio governo. De acordo com a carta que recebera de um de seus informantes na Província,

⁴⁸⁶ BRASIL. *2ª sessão da 17ª legislatura de 1879*. Annaes do Senado do Império do Brasil. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1879, pp. 84-86.

⁴⁸⁷ *Ibidem*, pp. 85.

⁴⁸⁸ Aqui utilizamos as reflexões de Edward Thompson sobre revoltas e insatisfações relacionadas a crises políticas e legais. Nesse caso, as rebeliões são consequências da incapacidade das autoridades em promover condições mínimas de sobrevivência. Essa fragilidade das instituições (Estado) não permite que o governo perceba as reivindicações; e quando percebe, são incapazes de atendê-las. THOMPSON, E. P. *Op.cit.* p. 94

esta dava a entender que tinha muita gente enriquecendo com os socorros públicos e que não eram os colonos. Segundo o informante de todo o dinheiro que o governo tinha gasto e continuava gastando, a títulos de socorros, apenas uma terça parte, quando muito, teria tido a devida aplicação.⁴⁸⁹

Esta situação no mínimo causaria estranhamento para o Senado. Isto por que as documentações apresentadas pelo Presidente Joaquim do Carmo na Assembléia Provincial em 22 de abril de 1878⁴⁹⁰ e relatório do Presidente Gama e Abreu de 16 de junho de 1879,⁴⁹¹ apontavam várias distorções nos seus dados sobre os gastos com a Colônia Benevides. Enquanto que o primeiro procurava demonstrar que a colônia não apresentava qualquer problema do ponto de vista do excesso de despesas com manutenção dos colonos, o segundo mostra-se surpreso com o volume de gastos que se fazia a título de socorros aos cearenses. Nesse aspecto, o entendimento do Senado era de que, se havia possibilidade de uma economia de 3\$500, feita na administração de Gama e Abreu em cada semana, isto demonstrava que parte dos recursos não estaria sendo aplicada em favor dos cearenses.⁴⁹²

De acordo com o Senador Leitão da Cunha a omissão de informações quanto à situação da colônia poderia está associada a uma série de irregularidades cometidas quanto ao uso dos socorros públicos; situação que para o Senador precisaria ser mais bem investigada. Sobre as omissões, tratava-se do requerimento de 31 de março de 1879 em que o Senado havia solicitado informações quanto às despesas que haviam sido feitas na Província do Pará pela verba socorro público. Dados que até 8 de maio do mesmo ano não haviam sido apresentados. Em razão de não ter nenhuma posição da administração do Pará, o Senado resolveu aprovar uma nova solicitação, agora para o governo imperial. Nesse caso, o Ministro do Império na época, Leôncio de Carvalho, respondeu dizendo que havia solicitado informações da presidência provincial. Posterior a isso, nenhuma comunicação foi emitida ao Senado. O descaso tanto do governo imperial quanto da província testemunhava a omissão ou a

⁴⁸⁹ BRASIL. *2ª sessão da 17ª legislatura de 1879*. Annaes do Senado do Império do Brasil. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1879, p. 84-86.

⁴⁹⁰ PARÁ. *Falla com que Excelentíssimo Senhor Doutor José Coelho da Gama e Abreu, Presidente da Província, abriu a 2ª sessão da 21ª legislatura da Assembléia Legislativa da Província do Gram-Pará, em 16 de junho de 1879*. Pará, 1879, p. 20.

⁴⁹¹ PARÁ. *Falla com que o Exm. Senr. Dr. José Joaquim do Carmo abriu a 1ª sessão da 21ª legislatura da Assembléia Legislativa da Província do Pará em 22 de abril de 1878*. Pará, Typ. da "Província do Pará," 1878, p. 06.

⁴⁹² BRASIL. *2ª sessão da 17ª legislatura de 1879*. Annaes do Senado do Império do Brasil. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1879, p. 86.

cumplicidade com os equívocos cometidos pela administração pública em Benevides, concluía o Senador.⁴⁹³

Uma primeira irregularidade estava no Ministério da Agricultura em considerar o núcleo como não incluído no regime de colônias do império, ou seja, sustentado com as verbas do Ministério. No caso de Benevides, esta seria sustentada, estrategicamente, pela verba socorro público, pois assim seria possível ao Presidente de Província ir abrindo crédito extraordinário quantas vezes quisesse; situação que não oferecia qualquer limite nos custos com a manutenção da colônia. De acordo com Leitão da Cunha eram diversos os interesses que estariam por trás de tudo isso. A falta de controle dos gastos na colônia estaria favorecendo, desde os fornecedores até funcionários públicos; e nesse aspecto, concluía o Senador de que não se poderia deixar de suspeitar que essas pessoas tivessem apoiado a rebelião dos colonos, quando os socorros públicos foram cortados.⁴⁹⁴

Convocado para prestar esclarecimento aos senadores, o Ministro Cansansão de Sinumbú afirmou que toda atuação da presidência do Pará seguiu recomendação do governo imperial. De fato, em circular do Ministério da Agricultura de 15 de janeiro de 1879 o Ministro José Luis Vieira Carneiro solicita a administração provincial uma completa redução das despesas com a Colônia Benevides de forma que os custos fossem suprimidos “aos mais estreitos limites que a organização dos serviços comporte”.⁴⁹⁵ Cansação de Sinimbú não acreditava no envolvimento de outros interesses seja dos partidários ou críticos a administração de Gama e Abreu. Descartava também qualquer possibilidade de envolvimento de comerciantes e funcionários públicos na revolta. Para o Ministro todas as providências foram tomadas para resolver o problema; afinal, assim que recebeu informações do que ocorria no Pará, a administração geral mandou suspender a ordem de interrupção no fornecimento de auxílio aos colonos, no entanto, recomendou que o governo verificasse a situação de cada um, de forma que se mantivessem os socorros públicos para os cearenses recém-chegados e para os que ainda não tivessem tempo de desenvolver algum cultivo.⁴⁹⁶

A participação do Ministério da agricultura em uma análise mais superficial poderia evidenciar uma resposta imediata da administração imperial, motivada pelos possíveis problemas que poderiam atingir as autoridades do Pará, caso se efetivasse a marcha dos colonos sobre Belém. Não se pode, no entanto, descartar que a atuação do Império em atender

⁴⁹³ *Ibidem*, p. 86.

⁴⁹⁴ *Ibidem*, p. 87.

⁴⁹⁵ APEP. Códice 1667 (1879). *Ofício do Ministério da Agricultura de 15 de janeiro de 1879*. Secretaria da Presidência da Província do Pará. Aviso do Ministério da Agricultura, 1879.

⁴⁹⁶ BRASIL. *2ª sessão da 17ª legislatura de 1879*. Annaes do Senado do Império do Brasil. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1879, p. 88.

as exigências dos colonos, pode está relacionado ao período que Ricardo Salles chamou de “crise de hegemonia”, ou seja, momento em que a ação da Coroa “passou a refletir uma atitude de defensivismo” frente a ações populares. Esta situação, segundo Ricardo Salles, era consequência do fortalecimento do movimento abolicionista, republicano e falta de estabilidade nas províncias; o que fazia com que as ações do governo durante o final da década de 1870 e os anos de 1880, guardadas as devidas proporcionais, estivessem relacionadas às respostas a pressões sociais, evitando maiores embates e consequentemente novos desgaste do governo.⁴⁹⁷

Ainda sobre os esclarecimentos do Ministro Cansansão de Sinimbu aos senadores e a reclamação de que o Ministério da Agricultura não havia assumido as despesas com a manutenção da colônia, deixando todos os gastos por conta dos cofres provinciais, este afirmava que não se tratava de uma jogada política para não exercer qualquer controle sobre as despesas com a colônia, como acusava o Senador Leitão da Cunha, mas era a única alternativa encontrada pela administração imperial para garantir auxílio aos retirantes; afinal um dos meios de sustentar a população desvalida era dar-lhe alimento, asilo e assegurar o seu estabelecimento em terras no interior da Província. Nesse caso, essas despesas não podiam correr por conta da verba do Ministério da Agricultura para manutenção dos núcleos coloniais, mas através da verba socorros públicos. Isto porque o Ministério teria a seu cargo apenas o serviço de colonização estrangeira, ou seja, não estava estabelecido no orçamento as despesas com a manutenção de colônias ocupadas por trabalhadores nacionais, nem tão pouco havia um programa ou uma legislação que atribuísse ao governo imperial o estabelecimento desse tipo de colonização.⁴⁹⁸

Diante dos senadores, Cansansão de Sinimbu se comprometia a criar medidas que evitasse novos conflitos em Benevides. Nesse caso iria entrar em contato com o Presidente da Província e recomendar que fossem garantidos os auxílios públicos aos colonos que se encontravam no núcleo, e que se evitasse que novos retirantes fossem encaminhados para Benevides até que a ordem e tranquilidade fossem restabelecidas. Além disso, autorizava o envio de um contingente de soldados à colônia, pois de acordo com as informações era significativo o número de colonos insatisfeitos, e nesse caso, a presença das autoridades policiais deveria ser assegurada de forma a evitar qualquer tipo de levante.⁴⁹⁹

⁴⁹⁷ SALLES, Ricardo. *Nostalgia Imperial: A formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Império*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996, pp. 170-171.

⁴⁹⁸ BRASIL. Annaes do Senado do Império do Brasil. *2ª sessão da 17ª legislatura de 1879*. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1879, p. 88.

⁴⁹⁹ *Ibidem*, p. 88.

Não se tem os dados da quantidade de soldados enviados a Benevides. No entanto, sabe-se que o governo tinha para sua disposição, além da canhoneira Lamega com os praças da Província do Maranhão, os soldados do 1º batalhão com sede em Belém e parte da infantaria que seguia para o Amazonas. A presença da força policial na colônia facilitou a execução de algumas medidas de retaliações aos colonos que participaram da revolta. Em 15 de fevereiro de 1880 o governo dava por conta a saída de 1500 colonos, qualificados como “rixosos e turbulentos e que só serviam para alterar a ordem”.⁵⁰⁰ Esses colonos, segundo o Presidente Gama e Abreu não queriam lotes para o trabalho agrícola, estando apenas habituado ao trabalho garantido pelo governo, no qual recebiam diárias, sendo constantes as suas faltas em grande número de dias, todavia mantinham-se incluídos nas folhas de pagamento. Para Gama e Abreu a moralização dessas práticas de receber e não trabalhar teria levantado a ira dos colonos contra o governo e a ameaça de ocupar Belém.

Esta versão dos acontecimentos e os diversos adjetivos atribuídos aos colonos tinham o propósito de omitir, conforme observamos anteriormente, a fragilidade do projeto de colonização oficial, que não conseguia garantir as condições básicas de sobrevivência nesses espaços. Diante dos acontecimentos o governo não estava satisfeito apenas com a saída de colonos, nem apenas desqualificar a revolta; a intenção era prender e condenar alguns revoltosos. Neste aspecto, o auto do processo de investigação conduzido por Antonio Muniz Sodré de Aragão atendia as expectativas do governo provincial, pois, recomendava a prisão imediata de alguns envolvidos que se encontravam em liberdade e solicitava a manutenção da prisão dos que foram detidos durante o processo de investigação do levante.⁵⁰¹

A posição do chefe de polícia, elogiada pelo Presidente do Pará, foi desaprovada pelo Superior Tribunal de Relação, que reformou o despacho, inocentando os réus e mandando executar alvará de soltura não só em favor dos que se achavam presos, como ainda daqueles a respeito dos quais não tinham sido executadas as prisões. Diante da posição do Tribunal de Relação, responsável em emitir parecer às solicitações constantes nos autos de investigação da chefatura de polícia, o jornal *O Liberal do Pará* insinua uma possibilidade de manobra dos que tinham interesses com o conflito em Benevides; no caso fazia referência aos que

⁵⁰⁰ PARÁ. Relatório apresentado pelo Exmo. Sr. Dr. José Coelho da Gama e Abreu, Presidente da Província, á Assembléia Legislativa Provincial do Pará, na sua 1ª sessão da 22ª legislatura, em 15 de fevereiro de 1880. Pará, 1880, p. 26.

⁵⁰¹ O LIBERAL DO PARÁ. *Negócios de Benevides. Sentença do Dr. Chefe de Polícia*. Belém, 20 de agosto de 1879, p. 02.

poderiam estar se beneficiando com o constante envio de verbas públicas para o socorro aos colonos.⁵⁰²

O parecer do tribunal era criticado pelo jornal *O Liberal do Pará* por ter diminuído a gravidade do que ocorreu em Benevides, uma vez que, não qualificava o levante como crime de sedição.⁵⁰³ A justificativa da decisão de inocentar os acusados era que não se poderia atribuir ao caráter de sedição a uma reunião de pessoas não armadas. O tribunal alegava ainda que o ocorrido em Benevides não poderia ser identificado como ajuntamento ilícito, uma vez que os elementos que motivaram os colonos a se reunir na sede administrativa do núcleo era apenas obter informações dos motivos que levaram a administração a suspender os auxílios aos colonos, não havendo qualquer plano anterior de tomada da diretoria da colônia ou de ameaça de ocupação de Belém; situações que “se deram apenas no calor do movimento”.⁵⁰⁴

O conselheiro Vicente Alves de Paula Pessoa, responsável pelo parecer do tribunal, concluía suas observações destacando que o chefe de polícia não tinha competência para proferir sentenças, sendo que a sua atuação se limitaria apenas aos aspectos investigativos; e nesse caso não era a sua atribuição concluir os autos do processo com parecer favorável à prisão dos revoltosos ou manutenção na cadeia dos que haviam sido presos, devendo manter as suas observações apenas na descrição dos fatos.

A edição de 21 de agosto de 1879 de *O Liberal do Pará* lamentava a decisão do tribunal que não havia levado em consideração que muitas pessoas estavam de posse de cassetes e facas, conforme descreveram as testemunhas. Para o jornal, a sentença apresentava dois erros principais: o primeiro, por não atentar que vários colonos estavam armados de cassetes, e nesse caso desconsiderava os cassetes como armas; e o segundo era que o tribunal se deixava levar pelas conversas de que era hábito dos colonos cearenses usarem facas embainhadas na cintura, o que para demonstrava que a presença de alguns colonos

⁵⁰² O LIBERAL DO PARÁ. *Processo Benevides*. Belém, 21 de agosto de 1879, p. 02.

⁵⁰³ Vários escritos foram editados comentando o posicionamento do Superior Tribunal de Relação sobre o conflito em Benevides. Nesses escritos ficava evidente a posição de crítica do jornal quanto à decisão de inocentar os envolvidos no conflito; e nesse aspecto o jornal compartilhava com a posição defendida pela administração provincial. Não seria absurdo dizer que o jornal estava sendo utilizado por setores da sociedade paraenses, ligados aos interesses da administração provincial, para exercer uma pressão junto ao tribunal para que fosse revisto seu posicionamento. Sobre esses debates ver: O LIBERAL DO PARÁ. *Negócios de Benevides*. Belém, 27 de agosto de 1879, p. 02; O LIBERAL DO PARÁ. *Negócios de Benevides (I)*. Belém, 29 de agosto de 1879, p. 02; O LIBERAL DO PARÁ. *Questão Benevides (I): Competência do juiz processante*. Belém, 27 de agosto de 1879, p. 02; O LIBERAL DO PARÁ. *Questão Benevides (II)*. Belém, 30 de agosto de 1879, p. 02; O LIBERAL DO PARÁ. *Questão Benevides (III)*. Belém, 30 de agosto de 1879, p. 02; O LIBERAL DO PARÁ. *Questão Benevides (IV)*. Belém, 03 de setembro de 1879, p. 02; O LIBERAL DO PARÁ. *Questão Benevides (V)*. Belém, 10 de setembro de 1879, p. 02.

⁵⁰⁴ O LIBERAL DO PARÁ. *Questão Benevides*. Belém, 21 de agosto de 1879, p. 02.

portando facas não se devia ao levante, mais a um costume dos cearenses em andarem armados.⁵⁰⁵

O Liberal do Pará, como representantes dos interesses da Presidência da Província, resumia a decisão do tribunal como ato que estimulava a desordem e o desrespeito às instituições em troca de favores a amigos e correligionários. A sentença do conselheiro Paula Pessoa, segundo o jornal, em vez de garantir “que os sediciosos de Benevides estivessem na cadeia, lá estão na colônia soltando foguetes em louvor ao ilustre presidente do Tribunal da Relação e a quem apóia”.⁵⁰⁶

Como é possível perceber, o caso da revolta de Benevides ganha na imprensa e na fala dos poderes público feições de intrigas e disputas políticas, e quando necessário nesses mesmos discursos, os conflitos e reivindicações são representados como um levante de proporções tão grandes a ponto de se temer a invasão da capital do Pará por colonos empobrecidos, e de se colocar à disposição das autoridades uma canhoneira com praças do Maranhão a fim de intimidar os possíveis revoltosos. Ao lado disso, parece-nos que para os colonos o evento se revestia de um caráter reivindicatório em que ameaça é vista como elemento que possibilitaria uma resposta imediata do governo para resolver problemas cotidianos que exigia solução também imediata; afinal tratava-se do pagamento de auxílios, dos quais dependiam a alimentação de muitos colonos.

7. Entre acusações e defesas

O favorecimento pessoal através do uso de verbas públicas parecia ser uma prática comum na Colônia Benevides. Talvez isso explique o fato do jornal *O Liberal do Pará*, assim como do senador Leitão da Cunha, apresentar o levante ocorrido em Benevides como tendo sido motivado por outros interesses que iam além das necessidades dos colonos. O engenheiro Pinto Braga que havia administrado a colônia por sete meses, em período em que o núcleo recebeu uma maior quantidade de cearenses, 1878, era um dos acusados de, não apenas utilizar as verbas públicas destinadas a atender as necessidades da colônia para favorecimento pessoal, como também de se aproveitar da posição de diretor da colônia para beneficiar família e agregados.

⁵⁰⁵ *Ibidem.*

⁵⁰⁶ *Ibidem.*

Em 1879 Pinto Braga era acusado de ter se apropriado indevidamente de algumas somas de valores que deveriam ser usadas na administração da colônia. As acusações faziam parte de um levantamento nas despesas realizada pelo então diretor Jorge Sobrinho a pedido da administração provincial.⁵⁰⁷ De acordo com Jorge Sobrinho uma das formas do ex-diretor se apropriar indevidamente de parte do orçamento da colônia era através do pagamento de diárias, pois muitos nomes de trabalhadores listados na ficha de pagamento se quer trabalharam para a direção do núcleo, nem ao menos haviam recebido qualquer quantia. Jorge Sobrinho estava convencido de que este caso era apenas um dos diversos abusos cometidos por Pinto Braga e que resultaram em prejuízos da fazenda pública; a exemplo da compra de matérias e apresentação de notas com valores muito maiores do que os ofertados pelo mercado de Belém, além do pagamento de férias a trabalhadores que há menos de dois meses iniciavam os trabalhos. Nesse aspecto, o então diretor alegava que antes de tomar conta da administração o pagamento dos trabalhadores que atuavam nas brigadas era feito aos chefes de turmas e fiscais de secção, considerados como “homens sem qualquer escrúpulo”, pois, ao invés de fazer o pagamento em dinheiro aos operários, acabavam fornecendo alimentos que eram adquiridos em algumas tavernas a preços exorbitantes; situação anteriormente combinada com o comerciante que dividiam “os lucros do assalto aos operários”.⁵⁰⁸

No intuito de resolver o problema, que para Jorge Sobrinho era de pleno conhecimento do ex-diretor, havia ordenado que os pagamentos fossem realizados dentro da própria casa da diretoria, diretamente aos operários por empregados designados especificamente para este fim, tendo como testemunhas os chefes de turmas e fiscais da secção. Antes do pagamento os funcionários da diretoria deveriam ser orientados a fiscalizar as listas de frequências dos operários assinadas e rubricadas pelos fiscais de secção. “Somente agindo com rigorosa fiscalização”, afirmava Jorge Sobrinho, seria possível evitar as diversas tentativas de fraudes; uma prática como comum de boa parte dos chefes de quadras e fiscais.⁵⁰⁹

Os desvios de alimentos do armazém da diretoria era outra acusação que se fazia ao engenheiro Pinto Braga. Durante o período em que administrara a colônia, Pinto Braga havia sido encarregado pelo governo provincial de fundar um armazém para fornecer alimentos aos colonos. Nesse caso, a direção da colônia, com parte da verba destinada para manutenção do núcleo, adquiria alimentos que posteriormente eram repassados por um custo menor, evitando que alguns comerciantes supervalorizassem o preço dos produtos. De acordo com o relato de

⁵⁰⁷ APEP. Caixa 340 (1874-1879). *Offício da Diretoria da Colônia Benevides de 12 de setembro de 1879*. Documentação Avulsa da Secretaria da Presidência da Província do Pará. Colonização e Imigração. 1879.

⁵⁰⁸ *Ibidem*.

⁵⁰⁹ *Ibidem*.

Jorge Sobrinho nenhuma escrituração sobre a quantidade de gêneros enviados para o armazém existia na colônia;⁵¹⁰ o que se por um lado demonstraria a falta de responsabilidade dos antigos administradores com a coisa pública, por outro, ocultava o desvio de produtos do armazém; evitando qualquer possibilidade de prestação de conta.

De acordo com as acusações, o engenheiro Pinto Braga também se utilizava das verbas públicas para beneficiar familiares. Nesse caso, por conta da direção da colônia havia mandado vir do estrangeiro uma maquina a vapor de serrar madeira para o irmão João Jorge da Veiga Braga; situação que segundo Jorge Sobrinho deveria ser mais bem apurada, uma vez que, Veiga Braga quando chegara à colônia demonstrava ter poucos recursos; dinheiro que mal dava para as despesas de derrubada e limpeza de um lote. Para Jorge Sobrinho o verdadeiro dono da serraria era Pinto Braga que havia adquirido o bem com dinheiro público, colocando como proprietário o irmão; uma forma de evitar suspeita sobre a sua pessoa.⁵¹¹

Foi observado ainda que os melhores lotes agrícolas da colônia estavam sendo ocupados por familiares de Pinto Braga; o que para o Jorge Sobrinho demonstrava uma política de favorecimentos aos parentes do ex-diretor. Os lotes citados por Jorge Sobrinho correspondiam aos localizados na estrada principal, de nº. 28 de propriedade do próprio Pinto Braga, que alegava ter comprado de um francês e o lote 98 de Domingos Olympio Braga Cavalcante, sobrinho do ex-diretor; na 1ª transversal, lado Norte, o lote 01 de Maria Antonia Ferreira Braga, mãe de Pinto Braga, lote 02 de Rita Braga Cavalcante, irmã e os lotes 03 e 04 de Francisco Pereira Pimentel e Vital da Costa Pinheiro. Estes dois últimos eram cunhados e constavam de nunca terem visitado a colônia, nem ao menos chegaram a sair do Ceará. Na mesma transversal, no caso a primeira, agora do lado Sul, Pinto Braga era proprietário de mais dois lotes o de nº. 01 e 03. Para encobrir o comportamento ilícito, acusava Jorge Sobrinho, a diretoria da colônia havia se encarregado de destruir os livros de registros contendo o número de lotes ocupados e a quem pertencia os terrenos. Os livros de registros disponíveis na colônia remontavam apenas o período de administração do engenheiro Henrique Costard que havia tomado posse em 11 de novembro de 1879.⁵¹²

A família do engenheiro Pinto Braga era ainda acusada de ter recebido benefícios estendidos apenas aos retirantes cearenses vítimas da seca, como os auxílios em alimentação. De acordo com Jorge Sobrinho esta família era bem estabilizada no Ceará, e não teria qualquer necessidade do governo fazer doações de terrenos, nem tão pouco auxiliasse com

⁵¹⁰ *Ibidem.*

⁵¹¹ *Ibidem.*

⁵¹² *Ibidem.*

socorros públicos. Conforme informações do então diretor, até os trabalhos de encoivamento e plantio dos lotes foram custeados pelas verbas da colônia; isto por que Pinto Braga determinava aos fiscais de brigadas que priorizasse a limpeza dos lotes dos membros de sua família sem qualquer pagamento das despesas feitas pelo governo. Segundo cálculos, as despesas somadas chegavam a um valor de 72\$000 reis.⁵¹³

Pelas informações de Jorge Sobrinho os lotes 01, 02, 03 e 04 na 1ª transversal, de posse da família Pinto Braga, estavam completamente ocupados pelo plantio de cana; o que não seria resultado apenas do esforço dos donos dos lotes, mas da direção da colônia, visto que os canaviais existentes seria todos custeados pelos cofres públicos.⁵¹⁴ A justificativa apresentadas pelo ex-diretor era de que o plantio de cana serviria para o fornecimento de semente para serem distribuídas a outros colonos, e não para benefício dos donos dos lotes. Explicações que não convencia Jorge Sobrinho, que mantinha a acusação de que Pinto Braga não apenas beneficiou os seus familiares, distribuindo os melhores lotes e garantindo benefícios aos seus terrenos, como também acabou se apropriado de um dos melhores terrenos da colônia, correspondente a quase um quarteirão, ou seja, quatro lotes de 150 de frente por 300 de fundo, localizado em frente à casa da diretoria. Jorge Sobrinho resumia a atuação do ex-diretor, afirmando que “em Benevides a família privilegiada é a do engenheiro Pinto Braga, que no futuro em terras terá ali um grande patrimônio”.⁵¹⁵

Além disso, existia contra Pinto Braga até a acusação de um envolvimento dele com defloramento de uma jovem da colônia. Em ofício de 29 de dezembro de 1878 o, na época diretor, Henrique Costard chegava a comunicar a presidência do Pará sobre alguns boatos que corriam no núcleo de que Pinto Braga havia se envolvido no defloramento de uma órfã que alguns dias antes procurou a sede da diretoria da colônia, solicitando auxílio. Henrique Costard não chegou a identificar quem era a órfã, limitou-se apenas a dizer que se referia a uma retirante cearense que havia perdido a família quando do período de epidemias e secas que atingiram o Ceará. O defloramento de jovens parecia, nas palavras de Costard, uma prática comum, visto que muitas adolescentes e mulheres adultas envolviam-se com homens da colônia em troca de uma porção de comida. Nesse caso, para evitar comentários Pinto Braga teria ofertado donativos de um conto de réis a certo indivíduo para que aceitasse o casamento com a jovem vítima do defloramento.⁵¹⁶ Esta situação, ao mesmo tempo em que

⁵¹³ *Ibidem.*

⁵¹⁴ *Ibidem.*

⁵¹⁵ *Ibidem.*

⁵¹⁶ APEP. Caixa 340 (1874-1879). *Ofício da Diretoria da Colônia Benevides de 29 de dezembro de 1879.* Documentação Avulsa da Secretaria da Presidência da Província do Pará. Colonização e Imigração, 1879.

coloca em evidência a péssima situação de vida dessa população, revela também a defesa de padrões de moralidade; o que obrigava o diretor da colônia a encontrar uma saída para o problema, através do casamento.⁵¹⁷

Acusação semelhante também não deixou de ser ligada ao nome de outro diretor da colônia Henrique Costard. Contava-se que este em 1878 havia se aproveitado da situação de debilidade física de uma das pacientes internadas na enfermaria do Hospital Carmelitano para seduzir a enferma, mesmo com a recusa da mulher. Diante das acusações, Henrique Costard se viu pressionado a ponto de ter de retirar da colônia a sua família e mudar a sua residência para a capital, embora alegasse outros motivos para sua partida. No mesmo ofício em que expunha situação pedia ao presidente Joaquim do Carmo seu afastamento da função de diretor da colônia.⁵¹⁸ Estas acusações as esses homens que tinham um cargo na administração da colônia revelam, portanto, que as relações que se estabeleciam nesses espaços de colonização eram marcadas pelo abuso de poder.

Nesse cenário há que se considerar também o fato de que as acusações que estavam sendo feitas ao engenheiro Pinto Braga também faziam parte de estratégias de seus adversários políticos, principalmente de Jorge Sobrinho, para desgastar o seu prestígio junto à administração provincial; prestígio construído desde os tempos da chegada a Benevides dos primeiros colonos. Como também pertencente a uma família cearense, Pinto Braga havia construído uma sólida relação com os migrantes nordestinos; afinal utilizara o cargo de diretor da colônia para ganhar o respeito e consideração dos colonos. Como diretor era o responsável em distribuir a alimentação e doar os lotes que posteriormente seriam ocupados pelas famílias cearenses; situação que condiciona o colono a ter uma espécie de gratidão à pessoa de Pinto Braga pelo auxílio recebido.

De acordo com Henrique Costard e do próprio Jorge Sobrinho esse prestígio prejudicava os novos diretores do núcleo, uma vez que os colonos, sempre que ocorria a saída de um diretor, esperavam o retorno do engenheiro Pinto Braga. Esse prestígio, conforme afirmava Jorge Sobrinho, permitiria a Pinto Braga incitar os colonos não apenas a fazer reclamações junto à administração do núcleo, mas também a fazer algumas revoltas como a

⁵¹⁷ Cristina Donza Cancela pesquisando crimes de defloração em Belém, entre o final do século XIX e início do século XX, aponta pistas importantes para o entendimento dessa questão. CANCELA, Cristina Donza. *Adoráveis e Dissimuladas: As relações amorosas das mulheres das camadas populares na Belém do final do século XIX e início do século XX*. Campinas, UNICAMP, Dissertação de Mestrado em Antropologia, 1997, pp. 42-43. Sobre a questão ver ainda: ESTEVES, Martha Abreu. "Meninas perdidas". In: DEL PRIORI. Mary. *História das Crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2000, pp. 289-316.

⁵¹⁸ APEP. Caixa 340 (1874-1879). *Ofício da Diretoria da Colônia Benevides de 29 de dezembro de 1879*. Documentação Avulsa da Secretaria da Presidência da Província do Pará. Colonização e Imigração. 1879.

que foi responsável pela tomada da sede da diretoria, expulsão do diretor e ameaça de ocupação da cidade de Belém.⁵¹⁹

Jorge Sobrinho se dizia convencido da participação do engenheiro Pinto Braga no levante ocorrido em meados de 1879, isto por que, além de gozar de prestígio junto aos colonos, costumeiramente estava em Benevides “incitando os moradores contra a diretoria do núcleo”.⁵²⁰ Um das reuniões citadas por Jorge Sobrinho ocorreu em casa do padre Lyra, dia 13 de junho. Na ocasião muitos cearenses ouviram os discursos que para o diretor da colônia incitava os colonos contra as autoridades.

“Meus bons e caros patriotas, vocês não são ladrões, nem assassinos, como se vos quer fazer passar nesta colônia, cujo engrandecimento somente deve-se aos meus esforços e ao vosso trabalho. Vocês nada devem ao governo; o que este vos faz não é uma esmola é um dever recompensando o vosso trabalho; deveis exigir e não pedir”.⁵²¹

A fala de Pinto Braga bastante aplaudida, não era nenhuma novidade para Jorge Sobrinho que considerava os presentes a reunião “como humildes servos do ex-diretor”.⁵²² O discurso seria ainda endossado com a idéia de que se não fosse à consideração aos seus conterrâneos, teriam todos os cearenses perecidos no Ceará; e nesse caso Pinto Braga reivindicava para si o mérito de terem os colonos assegurados casas, terrenos para cultivo e auxílio do governo. Para Jorge Sobrinho a declaração do ex-diretor era a demonstração de que queria inculcar-se como protetor dos cearenses; uma posição que permitia incitar e provocar novas revoltas contra a administração provincial.

Os discursos do engenheiro Pinto Braga e a interpretação do diretor Jorge Sobrinho desses pronunciamentos, além dos longos debates caracterizados basicamente por acusações, conforme apresentamos anteriormente, demonstram como as ações dos colonos eram concebidas pelos poderes públicos; o que revela, na concepção dessas autoridades, que esses colonos não gozavam de autonomia, não tinha interesses ou vontades próprias; agindo somente por influências. Embora se considere que se tratava de um embate político, onde as acusações com um tom muito mais de condenação do que de denúncia levassem a interpretações que favorecessem interesses pessoais ou políticos, não se pode desconsiderar que essas imagens construídas pelas autoridades em relação ao colono omitiam o caráter principal das manifestações ocorridas em Benevides. Para além de protestos e reclamações

⁵¹⁹ APEP. Caixa 340 (1874-1879). *Ofício da Diretoria da Colônia Benevides de 12 de setembro de 1879*. Documentação Avulsa da Secretaria da Presidência da Província do Pará. Colonização e Imigração. 1879.

⁵²⁰ *Ibidem*.

⁵²¹ *Ibidem*.

⁵²² *Ibidem*.

contra o corte no fornecimento de alimentação, o episódio da revolta dos colonos de Benevides poderia refletir também uma reação aos tratamentos recebidos por este grupo por parte dos poderes públicos e igualmente uma forma de resistência, mostrando além de uma autonomia em relação às decisões tomadas pela administração provincial, capacidade de enfrentamento por parte desses grupos.

Muitas das acusações feitas a Pinto Braga foram respondidas numa série de correspondências publicadas a pedido do engenheiro no jornal *O Liberal do Pará*; sendo que a maior parte dos seus escritos eram utilizados para responder as acusações de havia incitado os colonos a revolta de 20 de julho de 1879 em Benevides.⁵²³ Nesse caso, embora não negue que tenha interesses com o núcleo, ou seja, que desejava retomar a direção da colônia, procurava fazer a sua defesa negando que tivesse ocorrido qualquer revolta. De acordo com Pinto Braga a população de Benevides, “considerada digna da maior benevolência e respeito, seria incapaz de uma atitude hostil às ordens do governo”.⁵²⁴ Ao receberem a notificação da redução das despesas pela suspensão das obras, eliminação de empregos e socorros aos retirantes, estes “naturalmente entristeceram; a pequena indústria quase desapareceu, o comércio abalou e todos se lastimaram”; no entanto, “como filhos da resignação, acostumados às contrariedades e privações, tiveram de enfrentar a situação”.⁵²⁵ Mesmo diante de todo o problema, afirmava Pinto Braga, nunca passou pela imaginação dos cearenses qualquer atitude de hostilidade, nem se ergueu qualquer manifestação, nem mesmo íntima, contra o governo e suas ordens. Para justificar suas palavras utilizava como exemplo a visita ao núcleo

⁵²³ Na primeira carta publicada em 16 de julho de 1879 respondia as acusações de ter adquirido palhas para a cobertura de algumas casa da colônia por um valor maior que o normal, uma soma de 16:515\$170 réis. Com esse dinheiro, alegava Pinto Braga, fora possível assegurar a cobertura de alguns edifícios públicos e 550 casas de cearenses. Tratava-se da casa da diretoria, casas para o médico, capelão, escola, hospital alpendre da capela, duas casas para mercado público, uma casa que servia de armazém e quatorze barracões para abrigo dos retirantes recém chegados a colônia. Conforme dados apresentados por Pinto Braga a cobertura desses edifícios media uma superfície de aproximadamente duzentos mil palmos quadrados; numero considerado pelo ex-diretor como suficientes para justificar os gastos da diretoria da colônia, uma vez que, teria sido gasto com a cobertura cada casa 15\$482 reis; um valor considerado por Pinto Braga muito menor do que se poderia conseguir, isto por que cada feixe de palha teria saído por mil reis, quando o valor normalmente oferecido chegava a mil e trezentos. A ausência de livros de escrituração é justificada pela falta de funcionários que auxiliassem a administração e não por que se teria interesse de omitir qualquer desvio das contas públicas. Sobre as cartas publicadas a pedido do engenheiro Pinto Braga, ver: O LIBERAL DO PARÁ. *Núcleo de N. S. do Carmo de Benevides (I)*. Belém, 16 de julho de 1879, p. 02; O LIBERAL DO PARÁ. *Núcleo de N. S. do Carmo de Benevides (II)*. Belém, 17 de julho de 1879, p. 02; O LIBERAL DO PARÁ. *Núcleo de N. S. do Carmo de Benevides (III)*. Belém, 18 de julho de 1879, p. 02; O LIBERAL DO PARÁ. *Núcleo de N. S. do Carmo de Benevides (VI)*. Belém, 28 de julho de 1879, p. 02; O LIBERAL DO PARÁ. *Núcleo de N. S. do Carmo de Benevides (VII)*. Belém, 30 de julho de 1879, p. 02; O LIBERAL DO PARÁ. *Núcleo de N. S. do Carmo de Benevides (VIII)*. Belém, 31 de julho de 1879, p. 02; O LIBERAL DO PARÁ. *Núcleo de N. S. do Carmo de Benevides (IX)*. Belém, 01 de agosto de 1879, p. 02; O LIBERAL DO PARÁ. *Núcleo de N. S. do Carmo de Benevides (X)*. Belém, 05 de agosto de 1879, p. 02; O LIBERAL DO PARÁ. *Núcleo de N. S. do Carmo de Benevides (XI)*. Belém, 12 de agosto de 1879, p. 02.

⁵²⁴ O LIBERAL DO PARÁ. *Núcleo de N. S. do Carmo de Benevides (X)*. Belém, 05 de agosto de 1879, p. 02.

⁵²⁵ O LIBERAL DO PARÁ. *Núcleo de N. S. do Carmo de Benevides (II)*. Belém, 17 de julho de 1879, p. 02.

no dia 28 de junho de 1879 do delegado da tesouraria provincial, do contador da tesouraria e do conselheiro Tito Franco, “que percorreram grande parte do núcleo não observando qualquer tipo de insatisfação dos colonos”.⁵²⁶

Negar a existência de um movimento de insatisfação dos colonos era, portanto, a forma encontrada por Pinto Braga para se livrar das acusações de que estaria incitando os colonos contra as medidas adotadas pelo governo. Uma posição que não será tão difícil de ser defendida; afinal era também de interesse do governo que o movimento ocorrido em Benevides fosse considerado como simples insatisfação de um pequeno número de colonos. Para a administração provincial era importante que se diminuíssem as proporções a que teria tomado o movimento, uma vez que evitaria maiores desgastes do governo. Não é sem justificativa que Jorge Sobrinho em carta publicada em *O Liberal do Pará* de 17 de julho de 1879 tenta desqualificar o movimento, referindo-se ao levante como “ato provocado por alguns partidários de Pinto Braga”.⁵²⁷

Se para a administração provincial a negação de um levante em Benevides era importante para evitar maiores desgastes ao governo, para Pinto Braga era uma oportunidade não apenas de fazer a sua defesa, mas também assegurar um ganho político junto aos colonos; afinal a negação do levante era respaldada na apresentação de que os cearenses se caracterizavam como povo ordeiro e trabalhador, deixando aos que acusavam os colonos pela revolta, o desgaste de considerar os cearenses como população violenta.

Ao que tudo indica sobrava para administração provincial o maior desgaste. Nas eleições de 1880, segundo registro do jornal *O Liberal do Pará*, era evidente apoio dos colonos de Benevides aos candidatos de oposição à administração provincial. Em tom de denúncia o jornal citava a presença de muitos colonos cearenses armados pelas ruas de Belém “intimidando os eleitores”. O jornal identificava esses colonos como “o malvados Abel Bertholdo, João da Lenha e Chico Beißola”.⁵²⁸

O conflito do ano anterior às eleições, de fato, parece ter contribuído para um desgaste da administração provincial junto aos colonos; o que poderia ter facilitado uma aproximação maior dos candidatos ligados ao Partido Conservado, que fazia oposição ao governo. No caso dos colonos Abel Bertholdo, João da Lenha e Chico Beißola, entre outros colonos que são citados pelo jornal, estes atuavam a serviço do Padre José Lourenço da Costa Aguiar, candidato a Deputado Provincial pelo Partido Conservador, e que havia se posicionado

⁵²⁶ O LIBERAL DO PARÁ. *Núcleo de N. S. do Carmo de Benevides (IX)*. Belém, 01 de agosto de 1879, p. 02.

⁵²⁷ O LIBERAL DO PARÁ. *Colônia Benevides*. Belém, 17 de julho de 1879, p. 02.

⁵²⁸ O LIBERAL DO PARÁ. *Os cearenses no Pará (III)*. Belém, 27 de novembro de 1885, p. 01.

favorável ao movimento de revolta em Benevides e a retomada do pagamento dos socorros públicos; o que provavelmente deva ter contribuído para receber o apoio dos colonos.⁵²⁹ Esta situação demonstrava, portanto, que a Colônia Benevides também se constituía como espaço de disputa entre os grupos políticos da Província.

Estas disputas políticas e o conseqüente prestígio junto aos colonos podem ter contribuído para indicação de Pinto Braga como oficial de gabinete do Presidente Tristão de Araripe; afinal Pinto Braga era visto pela administração provincial com pessoa influente na Colônia Benevides. Uma situação lamentável, dizia o jornal *O Liberal do Pará* de 1º de dezembro de 1885, uma vez que, além das diversas acusações em que era vítima, há pouco mais de um ano, em 03 de julho de 1884, o governo tomava conhecimento de que Pinto Braga era um dos principais responsáveis pelo desrespeito a ordem pública na Província.⁵³⁰ Nesse caso, o jornal fazia referência ao envolvimento na incitação a fuga dos escravos em Belém e na promessa de apoio aos que se refugiassem em Benevides.⁵³¹ Mesmo diante das acusações, em 01 de dezembro de 1885 era noticiado à nomeação de Pinto Braga; o que permitia acumular o cargo de engenheiro da Província e oficial de gabinete.

8. Outras ações, mesmas possibilidades.

O desgaste da administração de Gama e Abreu não correspondia apenas aos colonos. Em 15 de fevereiro de 1881 o governo precisaria dar satisfação a Assembléia Provincial sobre a diminuição, nos últimos meses, do número de migrantes cearenses que ocupavam terrenos em Benevides.⁵³² Preocupado não apenas com a saída dos cearenses, mas com as acusações de que a redução do número de colonos estaria relacionada à permanente diminuição dos socorros públicos, Gama e Abreu resolve solicitar apoio aos deputados para aprovação do

⁵²⁹ O caso dos colonos Abel Bertholdo, João da Lenha e Chico Beiçola faz referência ao que José Murilo de Carvalho, em trabalho sobre a construção da cidadania no Brasil, chamou de “capanga eleitoral”. Segundo o autor, eram figuras importantes que cuidavam da parte mais truculenta do processo eleitoral. Cabia a eles “a proteção dos partidários e, sobretudo, ameaçar e amedrontar os adversários, se possível evitando que não comparecessem à eleição. CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 34.

⁵³⁰ O LIBERAL DO PARÁ. *Os cearenses no Pará (IV)*. Belém, 01 de dezembro de 1885, p. 01.

⁵³¹ APEP. Segurança Pública. *Ofício de Delegacia e Sub-Delegacia de Polícia*. Ofício da Sub-Delegacia de Benevides em 03 de julho de 1884. Para uma leitura sobre a formação da Colônia Benevides e a relação da colônia com os ideais abolicionistas e de resistência escrava, ver: SILVA, José Henrique Costa da. *Abolicionismo em Benevides (1875-1888)*. Belém, UFPA, Monografia de Conclusão de Curso de História, 2001.

⁵³² PARÁ. *Relatório apresentado á Assembléia Legislativa Provincial na 2ª sessão da 22ª legislatura em 15 de fevereiro de 1881 pelo Exmo. Sr. Dr. José Coelho da Gama e Abreu*. Pará, Typ. do Diário de Noticias de Costa & Campbell, 1881, p. 43.

aumento das verbas utilizadas na colônia.⁵³³ A perspectiva era de que se assegurasse a continuação das obras, o pagamento dos operários e a distribuição de auxílios.

Até que fosse aprovado um novo orçamento o governo aconselhava Jorge Sobrinho a fazer remanejamento de recursos de outros setores da administração da colônia para o setor de obras e auxílios aos retirantes. Como exemplo temos os custos como a manutenção do pessoal administrativo, que foi reduzido de 6:018\$333 réis para 1:510\$000. Nesse caso a diretoria passou a ter os seguintes empregados: Diretor, ajudante, agrimensor, escriturário e o encarregado de farmácia. Para reduzir ainda mais os custos foi suprimido o cargo de ajudante, com a exoneração do capitão Constantino José Nunes.⁵³⁴

Apesar da saída de alguns cearenses o governo apresentava a situação do núcleo em 1881 como gozando de um bom aspecto. Muitos já estavam com as suas construções concluídas e com os terrenos cultivados; o que para administração provincial era sinal de que o colono e sua família deveriam permanecer ocupando os seus lotes. De acordo com os cálculos da diretoria da colônia, nos limites do povoado do Carmo, nos lotes desde a 1ª transversal até a subdivisão entre a 4ª e 5ª havia cerca de 769 casas que estavam construídas e habitadas. Nos limites do povoado de Santa Isabel, nos lotes desde a 5ª até a 8ª transversal e suas 3 subdivisões já poderiam ser encontradas 216 edificações. Destas casas observadas, seja no povoado do Carmo, seja em Santa Isabel boa parte já tinham a sua cobertura de palha de ubim substituídas por telhas de taboinha. No caso dos lotes, incluindo os que estavam localizados na estrada que vai para o rio Apeú, 672 terrenos encontram-se em condições de cultivo.⁵³⁵ Considerando esses dados pode-se identificar os lotes cultivados e em processo de cultivo, assim distribuídos:

⁵³³ PARÁ. *Relatório apresentado á Assembléia Legislativa Provincial na 2ª sessão da 22ª legislatura em 15 de fevereiro de 1881 pelo Exmo. Sr. Dr. José Coelho da Gama e Abreu*. Pará, Typ. do Diário de Noticias de Costa & Campbell, 1881, p. 44.

⁵³⁴ *Ibidem*.

⁵³⁵ O LIBERAL DO PARÁ. *Núcleo de retirantes cearenses de N. S. do Carmo de Benevides*. Belém, 06 de abril de 1879, p. 01.

LOTES CULTIVADOS OU EM CONDIÇÕES DE CULTIVO, 1881⁵³⁶

Na linha Fortaleza, ou estrada de Bragança	104
Na 1ª transversal	40
Na subdivisão entre a 1ª e 2ª transversal	42
Na 2ª transversal	46
Na 3ª dita.	44
Na 4ª dita.	39
Na subdivisão entre a 4ª e 5ª transversal	18
Na 5ª transversal	34
Na subdivisão entre a 5ª e 6ª transversal	36
Na 6ª transversal	42
Na subdivisão entre a 6ª e 7ª transversal	38
Na 7ª transversal	37
Na subdivisão entre a 7ª e 8ª transversal	34
Na 8ª transversal	18
	572
No Apeú, à estrada de Bragança, distante da 8ª trans- versal cerca de 7 kilometros, e do povoado de Santa Isabel 12 ditos.	100
	672

Fonte: Relatório da diretoria da Colônia Benevides de 29 de janeiro de 1881.

A constante necessidade de ocupação de novos lotes levava a administração da colônia a desconfiar de que alguns colonos estavam recebendo os terrenos apenas para especulação. De acordo com o diretor Jorge Sobrinho era comum alguns receberem o lote para negociar, “passando-os e repassando-os por qualquer insignificante quantia”;⁵³⁷ situação que teria sido aproveitada por outros colonos para se apropriar de dois ou mais terrenos, a exemplo de Joaquim Xavier de Melo morador da transversal Uruburetama e ocupante dos lotes 03, 04, 05, 06 e 07 e Manoel Lourenço da Silva ocupante dos lotes 26, 28, 34 e 35 da mesma transversal.

A confirmação de que diversos lotes estavam sendo ocupados apenas para especulação vai levar a diretoria da colônia a diminuir os trabalhos de derrubada e demarcação, concentrando as atenções no trabalho no encoivramento dos terrenos já ocupados. Durante o ano de 1880 apenas em dois lotes se executou os trabalhos de derrubadas nas áreas de expansão do núcleo, no caso o Apeú, região posterior ao povoado de Santa Isabel, à margem da estrada de Bragança. Os recursos foram concentrados no encoivramento de 136 terrenos e

⁵³⁶ PARÁ. Relatório apresentado á Assembléia Legislativa Provincial na 2ª sessão da 22ª legislatura em 15 de fevereiro de 1881 pelo Exmo. Sr. Dr. José Coelho da Gama e Abreu. Pará, Typ. do Diário de Noticias de Costa & Campbell, 1881, p. XLVI.

⁵³⁷ *Ibidem*, p. 43.

na conservação de estradas, como a construção de um pontilhão entre o povoado de Santa Isabel e os terrenos do Apeú.⁵³⁸

Outros trabalhos como a limpeza na estrada entre a 5ª transversal e o povoado de Santa Isabel, a limpeza e alargamento das ruas, a construção das paredes do açude que abastecia o povoado do Carmo, reboco e assoalho na casa que serve de prisão e cadeia, substituição na cobertura dos estabelecimentos do governo de palha de ubim por telhas de taboinha e reparo dos canaviais do governo foram algumas obras que mereceu atenção da diretoria da colônia.⁵³⁹ Estes novos investimentos demonstram que outras ações, não mais baseadas no recebimento de novos colonos, estavam sendo pensadas pelo poder público em relação a colônia; direcionando as novas obras para criar uma estrutura que possibilitasse o aproveitamento do que era produzido em Benevides. Nesse caso tratava-se da construção de estradas que facilitasse o transporte de mercadorias e a implantação de engenhos e casas de farinha, importante no beneficiamento da produção de cana e mandioca, respectivamente.

Essa preocupação com investimentos em obras na colônia fica evidente na fala de diretor Jorge Sobrinho em 1881. No caso da estrada até o rio Apeú, esta daria, de acordo com a administração da colônia, vantagens futuras a Província, isto porque os lotes apresentavam grandes plantios de mandioca e cana; lamentando apenas a “barateza em que se encontrava o preço da farinha” e a “falta de engenhos suficientes para moer a cana”.⁵⁴⁰

Benevides, no entanto, não vivia apenas de bons resultados para o governo. Nesse aspecto as autoridades lamentavam que muitos lotes foram abandonados ainda na etapa de encoivramento, isto por que alguns colonos, não em pequeno número, deixaram a colônia em direção ao interior da Província, especialmente para Anajás, onde passaram a atuar na extração da borracha. De acordo com Jorge Sobrinho esse deslocamento comum às áreas de extração “não trazia grandes lucros aos colonos”. Muitos não conseguiam ganhos nem para o regresso a Benevides. A maioria teria voltado mais pobre do que foram e outros “prejudicados com a saúde e bem arrependidos de não terem preferidos o trabalho em seus lotes”.⁵⁴¹

A fala de Jorge Sobrinho ao mesmo tempo em que demonstra que os migrantes cearenses buscavam diferentes espaços que oferecessem melhores condições de vida, ajuda a explicar algumas disputas envolvendo os colonos João Francisco da Silva Leão, Manoel Ricardo da Silva, João Luis da Silva, Manoel Antonio Torres, entre outros; ao todo 21

⁵³⁸ *Ibidem*, p. 44.

⁵³⁹ PARÁ. *Relatório apresentado á Assembléia Legislativa Provincial na 2ª sessão da 22ª legislatura em 15 de fevereiro de 1881 pelo Exmo. Sr. Dr. José Coelho da Gama e Abreu*. Pará, Typ. do Diário de Noticias de Costa & Campbell, 1881, Anexo, p. XLV.

⁵⁴⁰ *Ibidem*, Anexo, p. XLV.

⁵⁴¹ *Ibidem*, Anexo, p. XLVI.

colonos. Estes alegavam que depois de terem edificado as suas casas e dado início aos trabalhos de plantio eram abordados por alguns colonos que haviam deixado o núcleo em busca de trabalho nos seringais, e que “agora se diziam donos dos lotes, exigindo a devolução ou pagamento dos terrenos”.⁵⁴²

A disputa em torno da ocupação dos lotes se estendia também aos colonos estrangeiros que retornaram para a colônia ou, no caso dos que permaneceram em Benevides, passaram a ocupar outros lotes. Esses colonos entendiam que mesmo deixando a colônia ou passando a ocupar outros lotes não deixavam de ser proprietários dos antigos terrenos; e nesse caso, cobravam um valor indenizatório de “200 réis por cada palmo (22 metros) de terreno” e pelos trabalhos desenvolvidos nos lotes; um valor considerado exorbitante pelos colonos cearenses.⁵⁴³

Casos como os que envolviam os colonos cearenses e estrangeiros demonstram que atuação do poder público deveria também se ocupar em dirimir esses conflitos; pois, diferentemente do que havia planejado o governo, promover a implantação de uma colônia agrícola não se resumia a distribuir lotes, sementes e instrumentos agrícolas, mas também lidar com conflitos e exigências que envolviam diferentes interesses. Nesse caso, o que se percebe é que não há uma preparo do governo para lidar com estas situações, ficando para os próprios colonos a resolução dos problemas. Problemas que em alguns casos era criado pelo próprio governo, como por exemplo a constante saída de migrantes e imigrantes em busca de outros espaços de sobrevivência, que acreditamos era facilitada pelo não oferecimento, por parte da administração provincial, das condições adequadas de permanência na colônia.

Ao lado disso, uma característica dos primeiros anos da década de 1880, foi uma diminuição na entrada de migrantes cearenses proporcionada possivelmente pelas chuvas que atingiam o Ceará e outras áreas do Nordeste do Brasil; o que exigiu da administração provincial, conforme apontamos anteriormente, uma reorganização dos trabalhos em Benevides. De acordo com os planos do governo dever-se-ia criar condições para o aumento da produção agrícola. Conforme proposição das autoridades provinciais a colônia deveria se transformar no que o Presidente João Silveira de Souza chamou de “principal centro de plantação de gêneros agrícolas da Província”.⁵⁴⁴

⁵⁴² APEP. Caixa 05A (1876-1879). *Abaixo-Assinado de 25 de agosto de 1879*. Documentação Avulsa da Secretaria da Presidência da Província do Pará. Abaixo-Assinado, 1879.

⁵⁴³ *Ibidem*.

⁵⁴⁴ PARÁ. *Falla com que o Exmo. Sr. conselheiro João Silveira de Souza, abriu a 1ª secção da 25ª legislatura da Assembléia Legislativa Provincial em 15 de outubro de 1884*. Pará, Typ. de Francisco de Costa Junior, 1885, p. 28.

A confiança das autoridades provinciais de que Benevides em pouco tempo não apenas compensaria as despesas com a sua manutenção, mas também aumentaria a renda provincial, estava baseada nas informações apresentadas sobre as comarcas da Província do Pará e organizadas por Manoel Baena em virtude do aviso de 20 de setembro de 1883 do Ministério da Justiça; que na época já apontava a colônia com importante centro de lavoura.⁵⁴⁵ De acordo com Manoel Baena, na época diretor da 2ª seção da secretaria da presidência do Pará, a colônia havia atingido uma elevada população de 12.000 pessoas em 1881, embora admitisse uma redução da quantidade de colonos nos anos posteriores, uma vez que, muitos haviam retornado ao Ceará ou se deslocaram para outros pontos da Província.

A importância de Benevides se devia ainda, segundo Manoel Barata, a quantidade significativa de colonos em suas terras; o que havia possibilitado o cultivo em diversos lotes, ocupando uma área de 1.500.000 braças quadradas de plantio. Manoel Baena destacava ainda a estrutura das construções no núcleo, composto de grandes ruas e diversas travessas, uma praça, casas na maior parte coberta de taboinhas, a Igreja de Nossa Senhora do Carmo, cemitério, agencia de correio, coletoria provincial, escolas, 3 padarias, 30 casas comerciais, açougue em que se vendia carne verde duas vezes por semana, doze engenhos de cana-de-açúcar, no caso 3 movidos a vapor, um a água e oito a animais.⁵⁴⁶

Desses dados, o que chamava atenção do Presidente João Silveira de Souza era a informação sobre os gêneros agrícolas e mercadorias que poderiam ser comercializados; no caso a produção de cachaça, a farinha, o arroz, madeiras, legumes e frutas. Para a administração provincial só o fato desses produtos serem vendidos na própria Província, já fazia com que o governo recuperasse parte dos investimentos com a colônia; pois, o abastecimento dos mercados com esses produtos evitaria que o governo tivesse maiores gastos com a sua importação.⁵⁴⁷

A consolidação de Benevides enquanto importante área agrícola do Pará não apenas estimulava a implantação de obras públicas no interior da colônia, ou ainda a construção de estradas e vias de acesso, a exemplo da inauguração do primeiro trecho da ferrovia entre Belém e Benevides. As proposições do Presidente do Pará em novembro de 1885, Tristão de Alencar Araripe, era de retomar a imigração estrangeira levando em consideração a experiência desenvolvida em Benevides. Neste aspecto, o engenheiro Pinto Braga, em reunião

⁵⁴⁵ BAENA, Manoel. *Op. cit.* pp. 27-28.

⁵⁴⁶ *Ibidem.*

⁵⁴⁷ PARÁ. *Falla com que o Exmo. Sr. conselheiro João Silveira de Souza, abriu a 1ª seção da 25ª legislatura da Assembléia Legislativa Provincial em 15 de outubro de 1884.* Pará, Typ. de Francisco de Costa Junior, 1885, p. 28.

realizada em 17 de novembro de 1885 no palácio do governo, defendia a importância da colônia não apenas como experiência para as novas ações do governo em promover a vinda e acomodação dos colonos estrangeiros, mas também que a Assembléia Provincial concedesse autorização para alocar esses novos colonos em Benevides, “em terrenos devolutos, demarcados e preparados com todas as indicações úteis”.⁵⁴⁸

Com os desdobramentos da política de colonização o núcleo de Benevides passaria a ser utilizada não apenas como referência para implantação de outros espaços agrícolas, mas também como propaganda para atrair colonos estrangeiros ao Pará. Em 06 de outubro de 1886 o conselheiro João Henrique, então administrador da Província, comunicava ao desembargador Joaquim Barradas de que as propagandas para atrair colonos europeus citavam as boas condições de Benevides.⁵⁴⁹ Os anúncios destacavam os diversos lotes que se encontravam demarcados e prontos para o cultivo, que ao todo somavam 45.000 braças quadradas, assim como trabalho nas obras públicas da colônia. Registravam-se ainda os diversos engenhos e serrarias a vapor, sem contar os caminhos de acesso ao núcleo como à estrada de ferro até a cidade de Belém, que diminuía o tempo de viagem em uma hora e meia.

Para o conselheiro João Henrique o problema não estava no fato de se utilizar a Colônia Benevides para estimular a imigração ao Pará, desde que os colonos fossem alocados neste núcleo. O que ocorria, porém, era que os lotes disponíveis para ocupação não se encontravam em Benevides. Os terrenos destinados à colonização estrangeira, diferente do que apontava as propagandas na Europa, estavam localizados no “centro de grandes matas a margem da estrada de Bragança, no lugar chamado Apeú a 30 km além de Benevides”.⁵⁵⁰ Nesse local o máximo que se tinha era um galpão para primeira morada, apenas com duas divisões, uma para os homens e outra para as mulheres e crianças. Em alguns lotes já se encontravam uma casa tendo apenas a cobertura e madeira que devia receber o barro para formarem-se as paredes. Além disso, somente as vésperas da chegada dos colonos é que se começou a abrir os poços que deviam fornecer-lhes água. Estas condições divergiam totalmente do que se apresentavam aos colonos antes de rumarem ao Pará.

As boas condições da Colônia Benevides, e que foram utilizadas nas propagandas para atrair colonos, estavam relacionadas, ainda, ao processo de ocupação dos lotes. Conforme

⁵⁴⁸ PARÁ. *Falla com que o Exmo. Sr. conselheiro Tristão de Alencar Araripe, Presidente da Província do Pará, abriu a sessão extraordinária da Assembléia Provincial no dia 05 de novembro de 1885*. Belém, Typ. do "Diário de Notícias," 1886, p. 89.

⁵⁴⁹ PARÁ. *Relatório com que o Exmo. Sr. conselheiro João Antonio d'Araújo Freitas Henriques passou a administração da província do Pará ao Exm. Sr. Desembargador Joaquim da Costa Barradas em 06 de outubro de 1886*. Belém, Typ. Da República, 1891, pp. 53-54.

⁵⁵⁰ *Ibidem*. p. 53.

registro da Diretoria de Colonização não só os lotes estavam ocupados, como muitos colonos já haviam adquirido os terrenos por compra. Em 28 de julho de 1885 o amanuense José da Purificação Santos, servindo na secção do Tesouro Público Provincial, escrevia o título definitivo de venda do terreno nº. 24, situado na 2ª Transversal, com 35.970 braças quadradas, o qual havia sido adquirido por Manoel Ribeiro de Magalhães por meio real a braça.⁵⁵¹ De acordo com os dados da Diretoria de Colonização, outros colonos a exemplo de Manoel Ribeiro de Magalhães haviam comprado os seus lotes, o que se por lado dava maior garantia de que os terrenos permaneciam ocupados, por outro, abria possibilidade de maiores investimentos particulares nessas áreas.

Conforme informações sobre o registro de terrenos adquiridos por compra foi possível identificar 81 títulos de propriedade emitidos no período de 1881 a 1889 assim distribuídos:

OCUPAÇÃO DOS LOTES AGRÍCOLAS DA COLÔNIA BENEVIDES ATÉ 1889

Local	Lote	Proprietário	Terreno (Braça ²)	Valor (Réis)	Título Definitivo
Linha Fortaleza Estrada de Bragança	09	Antonio Theóphilo Souza	43.635	21.817	02-08-1888
	24	José Joaquim da Silva Junior	45.000	22.500	09-12-1887
	31	João Rodrigues Veiga Braga	68.078	39.039	05-04-1886
	34	Luiz Antonio Ferreira Bentes	26.181	13.090	23-08-1887
	36	Umbellina Carollina de Macedo	23.181	11.590	17-08-1885
	47	Francisco José de Aquino	33.156	16.578	30-09-1889
	56	Bibiana Moreira da Silva	49.800	23.963	26-06-1886
	58	Antonio Ignácio da Silva	51.400	25.521	07-12-1887
	65	José Pereira de Souza	41.575	20.678	05-04-1888
	77	Francisco P. Telles	49.000	24.704	09-12-1887
	78	Francisco Alves Barreira Filho	47.181	23.590	27-12-1886
	82	Manoel Severino da Silva	55.227	27.613	30-07-1885
	84	Ignácio Profirio Soares	40.181	22.840	12-09-1889
Ibiapaba 1ª Transversal - Norte	01	Domiciano Ferreira Lima Verde	45.000	22.500	30-07-1885
	02	François de Saint Gêram	42.567	21.533	08-10-1886
	03	Guilherme Purcell	45.000	22.500	12-10-1886
	04	François de Saint Gêram	42.567	21.533	08-10-1885
	13	Mathias Vidal de Negreiro	43.635	21.817	11-01-1886
1ª Subdivisão - Norte	04	Loureiro, Bentes & Comp.			24-02-1887
	05	Frediani Francesco	45.000	36.000	07-05-1881
	06	José Serino de Oliveira	43.635	21.817	05-11-1886
	11	João Fanjás	43.635	21.817	31-03-1886
	12	Manoel de Souza Maya			31-03-1886
	14	João Baptista da Silva			23-05-1885
	15	Damião Cosme de Lima	43.675	21.812	30-07-1885
	22	Raymundo da Costa Alvarenga	43.635	21.816	04-03-1886
	23	Joaquim Ferreira de Hollanda	43.635	21.817	17-09-1886
	24	Joaquim Pereira Ed Queiroz			07-09-1882
	34	Manoela Lucci de Oliveira	14.493	37.205	09-12-1889
1ª Subdivisão - Sul	O4	Loureiro, Bentes & Companhia			24-02-1887

⁵⁵¹ ITERPA. *Livro de Registro de Termos de Venda de Terra (1885-1890)*. Volume III, nº 1374, folhas 0680 e 0681.

Araripe 2ª Transversal - Norte	13	Antonio Corrêa de Senna	44.317	22.157	14-12-1886
	14	Antonio Dias	56.250	28.625	22-09-1886
	15	Damião Cosme de Lima			30-07-1885
	16	Manoel Dias	54.885	27.442	22-09-1886
	18	Victor Manoel de Magalhães	54.885	27.442	14-09-1885
	23	Francisco Ferreira de Hollanda			17-09-1886
	24	Manoel Ribeiro de Magalhães	54.885	27.442	28-08-1885
	25	Joaquim Ribeiro de Araújo	43.240	21.620	11-07-1887
Araripe 2ª Transversal - Sul	04	Vicente Moreira da Silva	45.000	22.500	07-12-1886
	06	Raymundo Ferreira Pires	45.000	22.500	08-02-1886
Meruoca 3ª Transversal - Norte	04	Francellino José de Souza			15-09-1888
	05	Maria Moreira de Souza	51.140	28.750	24-07-1888
	06	Antonio José de Souza			27-08-1888
	07	Elizário de Souza e sua mulher			27-02-1881
	08	Justino Pedro Ferreira	45.000	22.500	04-04-1881
	09	Domingos Gonzaga R. Braga	56.250	28.125	23-03-1887
	17	Victoriano José Maria	49.543	24.780	28-12-1886
	19	João Vieira Barbosa			07-08-1886
	20	Raymundo Roque da Silva	45.294	22.247	
Meruoca 3ª Transversal - Sul	06	Antonio José de Souza	56.595	28.297	27-08-1888
Uruburetama 4ª Transversal - Norte	01	Pedro Ferreira Batalho	51.681	25.840	13-08-1886
	03	João Xavier de Lima	51.681	25.849	18-07-1885
	04	João Xavier de Lima	35.970	17.985	28-07-1885
	05	João Xavier de Lima	35.970	17.985	28-07-1885
	06	João Xavier de Lima	49.300	22.500	28-07-1885
	09	João Antonio Lima	42.271	21.635	13-08-1886
	14	Francisco Mendes de Andrade	43.635	21.817	18-11-1886
	24	Justino Albino de Souza			09-03-1886
	29	Manoel Rodrigues de Oliveira	35.000	17.500	16-07-1888
	33	Antonio José da Silva	45.000	22.500	09-12-1887
Uruburetama 4ª Transversal - Sul	02	Sabino Moreira de Andrade	51.135	25.567	14-06-1886
Baturité 5ª Transversal - Norte	07	Antonio de Souza e sua mulher	29.000	14.500	25-05-1886
	08	Raymundo Gomes da Silva	45.000	22.500	04-08-1885
	10	João Antonio Landim			09-03-1886
	19	Maria Magdalena da Conceição	46.363	21.131	04-08-1885
	24	Justino Albino de Souza	42.271	21.135	09-03-1886
Aratanha 6ª Transversal - Norte	01	Francisco Pragmacio Telles			22-08-1887
	03	Laudelino José de Queiroz e Sá			17-08-1889
	06	Abel Alves de Queiroz Lima			29-10-1886
Aratanha 6ª Transversal - Sul	01	Joaquim Alves de Salles	39.306	19.653	20-05-1886
Subdivisão entre 6ª e 7ª Transversal - Norte	03	Barreira Cravo & Companhia	45.000	22.500	02-06-1888
	04	Barreira Cravo & Companhia	45.000	22.500	02-06-1888
	06	Barreira Cravo & Companhia	45.000	22.500	02-06-1888
	08	Barreira Cravo & Companhia	45.000	22.500	02-06-1888
Maranguape 7ª Transversal - Norte	05	José Garcia da Costa	44.590	22.295	06-08-1883
	06	Gentil Augusto Soares Penante	44.662	22.331	03-08-1885
	07	Maria Luiza Cordeiro Proença	44.300	22.295	09-03-1886
Maranguape 7ª Transversal (Sul)	02	Fausto Alves Barreira	51.887	25.938	30-07-1889
	03	Fausto Barreira Cravo	24.543	12.271	17-08-1886
Mucuripe 8ª Transversal - Norte	01	Francisco Alves Barreira Filho			14-04-1886
	02	João Gualberto Ferreira Lopes	45.000	22.500	15-09-1886

Fonte: ITERPA. Livro de Registro de Termos de Venda de Terra (1885-1890)

Os lotes eram adquiridos por valores que não ultrapassavam dois réis a braça quadrada. Esse valor foi estabelecido ainda no período em que o núcleo recebeu os colonos estrangeiros em meados da década de 1870. Para a administração provincial a importância da emissão do título de propriedade não estava no valor da venda do terreno, mas na possibilidade de que a área pudesse estar sendo utilizada para cultivo de gêneros agrícolas e moradia. Como garantia a administração provincial autorizava a aquisição do lote mediante auto de verificação de cultura efetiva e moradia habitual emitidos por peritos nomeados pelo governo.⁵⁵²

Não se descarta a possibilidade de que muitos peritos faziam “vista grossa” para muitas situações que não atestavam os critérios exigidos pelo governo; situação que pode ser evidenciada pela aquisição de diferentes terrenos por companhias; que embora pudesse desenvolver algum tipo de cultivo nos lotes, dificilmente o terreno seria utilizado como moradia habitual. Há também casos de colonos que asseguravam a aquisição de dois e mais lotes, quando a administração provincial previa ainda na fase de demarcação e limpeza dos terrenos um lote para cada família. O processo de ocupação dos terrenos não apenas fugiu ao controle da administração no aspecto do número de lotes a ser adquirido por cada família ou colono, mas também nos tamanhos desses terrenos. Embora se observe que a maioria dos lotes ainda mantivesse a área de 45.000 braças quadradas para pouco mais ou pouco menos, outros lotes foram adquiridos com tamanhos muito superiores a 150 braças de frente por 300 de fundo, conforme havia estabelecido o governo.⁵⁵³

Nas situações em que diversos lotes eram ocupados por um mesmo colono ou companhia a distorção seria muito maior; no caso de João Xavier de Lima, ocupante dos lotes 03, 04, 05 e 06 da transversal Uruburetama, a área dos terrenos chegava a atingir 172.921 braças quadradas, enquanto que a firma Barreira Cravo & Companhia que ocupava os terrenos 03, 04, 06 e 08, localizados na subdivisão entre 6ª e 7ª transversal, parte Norte, a área correspondia a 180.000 braças quadradas. Conforme atesta as informações da Diretoria de Colonização havia ainda casos como de Manoel Rodrigues de Oliveira que, embora ocupasse os lotes 27 e 29 da 4ª transversal Uruburetama conseguiu a aquisição por compra de apenas um dos lotes, no caso o lote 29 de 35.000 braças quadradas, comercializado por 17.500 reis em 16 de julho de 1888.⁵⁵⁴

Grande parte dos colonos, entretanto, não gozava das mesmas condições quanto às possibilidades de aquisição dos terrenos. O cearense Ignácio Pinto de Andrade e a mulher

⁵⁵² ITERPA. *Livro de Registro de títulos definitivos (1877-1888)*. Volume I, folha 0021.

⁵⁵³ ITERPA. *Livro de Registro de Termos de Venda de Terra (1885-1890)*. Volume III, nº 1374.

⁵⁵⁴ *Ibidem*.

Joana Maria da Conceição, por exemplo, em requerimento de 21 de fevereiro de 1884, encaminhado a presidência da Província, solicitavam a dispensa do pagamento das indenizações cobradas pelo Tesouro Público Provincial referente aos trabalhos de derrubadas e encoivamento realizados pela diretoria da colônia.⁵⁵⁵ Tratava-se da cobrança de despesas do governo no sentido de garantir o estabelecimento dos colonos em seus lotes. Nesse caso, todos os colonos que desejassem receber a titulação de propriedade deveria antes quitar os débitos com o governo. O que Ignácio Pinto de Andrade desejava era que a administração provincial o liberasse do pagamento dessas despesas, e justifica a sua solicitação, pois entendia que foram despesas que correram por conta dos socorros públicos.

O entendimento do governo era de que os serviços de encoivamento e cobertura de casas não podiam ser considerados como auxílio aos colonos; estes auxílios diziam respeito apenas aos transportes, vestuário e alimentação. O inspetor do tesouro Januário Antonio de Moraes deixava claro a presidência de província não concordar com a liberação das indenizações aos cofres públicos, que não era uma solicitação apenas de Ignácio Pinto de Andrade, mas de diversos colonos que haviam procurado as autoridades provinciais solicitando também a liberação do pagamento dos lotes.⁵⁵⁶

O controle sobre o processo de apropriação territorial deveria consumir por um bom tempo as atenções da administração provincial. Se durante os primeiros anos de colonização em Benevides as atenções do governo se concentravam em garantir através da demarcação e limpeza dos lotes a sua ocupação, a tarefa agora era manter os colonos ocupando os limites previamente determinados pela administração provincial. Evitar a posse de novos terrenos sem qualquer autorização parecia ser a principal atribuição do governo, a partir de então. Em 05 de fevereiro de 1885 Manoel Clemente, Rodrigo Pinto da Rocha, Luís Henriques Mota e Maria Antonia de Araújo, proprietários de terras na freguesia de Benfica e nas proximidades da colônia solicitavam providências quanto à atuação de alguns colonos que resolveram sem qualquer autorização estender os limites dos seus lotes.⁵⁵⁷ Os reclamantes denunciavam que os marcos que limitavam as suas propriedades haviam sido arrancados, com o fim de confundir os limites dos terrenos e facilitar a apropriação irregular dessas terras. Nesse sentido solicitavam que as autoridades provinciais avisassem os limites das ditas

⁵⁵⁵ APEP. Caixa 612. *Requerimento de 21 de fevereiro de 1884*. Documentação Avulsa da Secretaria da Presidência da Província do Pará. Requerimento, 1884.

⁵⁵⁶ APEP. Caixa 612. *Requerimento de 21 de março de 1884*. Documentação Avulsa da Secretaria da Presidência da Província do Pará. Requerimento, 1884.

⁵⁵⁷ APEP. Caixa 07 (1883-1885). *Abaixo-Assinado de 05 de fevereiro de 1885*. Documentação Avulsa da Secretaria da Presidência da Província do Pará. Abaixo-Assinado, 1884.

propriedades, comprometendo-se inclusive a oferecer gratuitamente o pessoal para o trabalho tão logo o governo providenciasse o engenheiro encarregado do serviço.

Conflitos quanto aos limites dos terrenos não envolviam apenas os proprietários de terras à proximidade da colônia. Alguns anos antes, 1880 a disputa se dava entre os próprios colonos. Nesse caso eram comuns as reclamações de que alguns colonos aumentavam os limites de suas terras causando prejuízos a outros. Para resolver os conflitos que envolviam os lotes da 1ª, 2ª e 3ª transversais foi solicitado ao agrimensor José Cyriaco Gurjão que verificasse a antiga medição dos lotes. Conforme registro do agrimensor foram encontrados terrenos com mais de 150, 140, 130 e outros com menos de 120 braças de frente. Diante da irregular ocupação realizou-se uma nova demarcação deixando marcos em todos os lotes e todos com 150 braças de frente.⁵⁵⁸

A princípio nenhuma dificuldade tinha sido encontrada pela administração provincial para regularizar os limites dos lotes, isto porque os terrenos envolvidos nas disputas estavam quase incultos e os que tinham plantação eram de manivas, que depois de algum tempo podiam ser retiradas e assim não havia necessidade de indenizar uns aos outros. Ainda que a maior parte tivesse concordado com as medidas adotadas pela diretoria da colônia, alguns protestaram, chegando inclusive a arrancar os marcos delimitados pelo governo. A forma acintosa com que foram arrancados despertava preocupação na diretoria da colônia que advertia o governo provincial de que o cuidado maior da administração não estava “em desenvolver a ocupação de novos lotes mais assegurar que os limites dos terrenos fossem respeitos”.⁵⁵⁹

As novas atuações do governo provincial, portanto, não estava mais ligada apenas à demarcação de novos lotes, mas na organização do núcleo, principalmente quanto aos limites dos lotes ocupados e permanência da ocupação. Conforme dados da diretoria de colonização, até 1889 constava nos registros da diretoria aproximadamente 602 lotes distribuídos entre as transversais e ruas paralelas a Linha Fortaleza ou estrada de Bragança; sendo que muitos outros precisavam ser registrados pela administração da colônia. O mapa a seguir nos dá uma idéia do resultado do processo de ocupação dos desses terrenos.⁵⁶⁰

⁵⁵⁸ APEP. Caixa 367 (1880-1886). *Ofício da Diretoria da Colônia Benevides de 29 de abril de 1880*. Documentação Avulsa da Secretaria da Presidência do Pará. Colônia Benevides, 1880.

⁵⁵⁹ APEP. Caixa 367 (1880-1886). *Ofício da Diretoria da Colônia Benevides de 29 de abril de 1880*. Documentação Avulsa da Secretaria da Presidência do Pará. Colônia Benevides, 1880.

⁵⁶⁰ Através do arquivo do Instituto de Terras do Pará foi possível construir um demonstrativo da distribuição dos lotes nas ruas e transversais da colônia, sendo que em alguns casos conseguiu-se identificar o ocupante, o tamanho do lote, o valor da sua aquisição junto à Diretoria de Colonização e o período de compra. O demonstrativo está em anexo 2 deste trabalho.



Fonte: Álbum do Estado do Pará, 1908.

Sobre os rumos a serem tomados pela Colônia Benevides o presidente Cardoso Júnior, que administrava a Província em 1888 resumia bem os anos vindouros na perspectiva das autoridades provinciais. Nesse caso, afirmava que a manutenção de investimentos na colônia constituiria as perspectivas do governo do Pará sobre a colônia, isto porque Benevides não representava apenas uma cifra importante nos orçamentos geral e provincial de anos anteriores, nem apenas por ter a possibilidade de se tornar “um núcleo rico de agricultura, indústria e manufaturas, com habilitações para suprir a capital de muitos gêneros de primeiras necessidades”, mas por que a colônia era uma importante referência “na indicação do caminho seguro para qualquer ato administrativo ulterior, em relação ao magno assunto da agricultura e imigração”.⁵⁶²

⁵⁶¹ GOVERNO DO PARÁ. *Álbum do Estado do Pará* (1908). Paris: Imprimerie Chaponet (Jean Cussac), 1908, Anexo.

⁵⁶² PARÁ. *Falla com que o Exmo. Sr. conselheiro Francisco José Cardoso Junior, primeiro vice-presidente da província do Pará, abriu a 1ª sessão da 26ª legislatura da Assembléa Provincial no dia 4 de março de 1888.* Pará, Typ. do "Diário de Noticias," 1888, p. 43-44.

Do ponto de vista dos colonos, as impressões deixadas pelos trabalhos de derrubada das matas, de preparação do solo para os primeiros cultivos, as construções e o enfrentamento de “perigos e indenências”, não serviam apenas de registro dos acontecimentos que envolveram a implantação da colônia, mas passa a ser utilizado como elementos que legitimariam as reivindicações dos colonos junto ao poder público. Em outras palavras, o aspecto tomado pela colônia passa a ser concebido como elemento de identificação do colono com o espaço, uma vez que ele vê a estruturação apresentada pelo núcleo como fruto do seu trabalho. Esta reflexão ajuda a entender o porquê dos colonos franceses utilizarem o tempo de permanência na colônia e os trabalhos executados em seus lotes como justificativa para a solicitação, em 19 de dezembro de 1881, do auxílio do governo na compra de um engenho para fabricação de açúcar e aguardente.⁵⁶³

⁵⁶³ APEP. Caixa 06 (1880-1882). *Abaixo-Assinado de 19 dezembro de 1881*. Documentação Avulsa da Secretaria da Presidência do Pará. Abaixo-Assinado, 1881.

CONCLUSÃO

Não seria exagero dizer que nas últimas décadas do Império, 1870-1880, quando se falava em agricultura no Pará era necessário evocar a Colônia Benevides. Isto se devia não apenas as grandes somas de recursos públicos que a colônia consumiu, mas por ter se tornado a principal experiência de colonização nesse período. Conforme registro das próprias autoridades provinciais nenhuma atuação do governo relacionada à agricultura no Pará poderia deixar de considerar a experiência desenvolvida em Benevides.

Construída como fruto de uma articulação de diversos interesses, a colônia deveria não apenas garantir o abastecimento do mercado da capital; a sua implantação estava também associada à necessidade de interligar diferentes áreas de produção agrícola e extrativista da atual Zona Bragantina. Conforme as proposições de colonização pensada para a região os recursos advindos da produção agrícola e do desenvolvimento natural da colônia possibilitaria, entre outras coisas, a construção e a manutenção de vias que encurtassem os caminhos entre os locais de produção e o mercado de Belém. Nesse aspecto, a implantação da Colônia Benevides passa a ser concebida como ação estratégica não apenas de alargamento dos locais de cultivo, mas também como espaço capaz de possibilitar a interligação de diferentes áreas de produção.

A colônia deveria se afirmar também, como espaço de excelência na atividade agrícola. E nesse caso, a presença do colono estrangeiro deveria garantir o desenvolvimento de novas técnicas de produção responsável pelo melhor aproveitamento do solo e pela dissociação com as práticas agrícolas desenvolvidas pelos indígenas. Estas idéias formadas sobre os colonos estrangeiros como o mais apto a cultivar as terras do Pará sofrerá profundas alterações a partir das experiências desenvolvidas no interior da colônia.

É justamente essa mudança de concepção do trabalhador estrangeiro, principalmente europeu, associado à migração de nordestinos a partir de 1877 que será responsável pela construção de novos discursos em torno do trabalhador nacional, principalmente de cearenses. Estes novos acontecimentos exigem um repensar da atuação do governo sobre Benevides, agora concebido como espaço que pode associar o agricultor nacional e estrangeiro, o primeiro como conhecer da região e do que poderia ser cultivado e o segundo como capaz de desenvolver novas técnicas de melhor aproveitamento da terra.

A situação da colônia ao final da década de 1880 confirmava não apenas as mudanças de concepções quanto aos colonos nacionais e estrangeiros, mas representava o resultado da atuação dos colonos frente às políticas de ocupação de novas áreas desenvolvidas pela administração provincial. Nesse aspecto, os diferentes plantios; as formas de ocupação sejam através do cultivo ou da residência; os trabalhos de limpeza dos terrenos e construção das casas; o tamanho dos lotes; a atuação dos trabalhos das brigadas, a criação de ruas e vias de acesso à colônia, ao mesmo tempo em que demonstra os valores apresentados nos diferentes discursos sobre a colonização, reflete as múltiplas ações dos colonos nesse processo.

Diante dos acontecimentos que marcaram o processo de implantação e consolidação da Colônia Benevides, diríamos que ao governo estava a tarefa de assegurar o desenvolvimento do núcleo e a sua organização, tendo como meta a transformação desse espaço em centro de produção agrícola; enquanto que aos colonos, a exemplo do que se referiram os imigrantes franceses em 1881, a eles se deve o princípio e existência da colônia. Desta relação temos a construção de um espaço marcado pelas dificuldades enfrentadas pelos colonos, que em algumas situações eram provocadas pelo próprio governo; o que exigia dos colonos um enfrentamento constante em relação às medidas oficiais adotadas pela administração provincial.

Diante disso, pode-se afirmar que o processo de implantação e constituição da Colônia Benevides nas últimas décadas do século XIX, em virtude das múltiplas resistências e práticas sociais empreendidas pelos colonos, se deu para além da prevalência dos interesses do governo provincial; o que consequentemente possibilitou maior autonomia aos colonos, seja na escolha dos lotes, na construção de limites aos terrenos, no trabalho a que deveriam se dedicar, ou ainda ao tipo de planta que deveria ser cultivada nos lotes. Assim, a experiência cotidiana dos migrantes nacionais e estrangeiros em Benevides revelou as fragilidades dos projetos de colonização empreendidos pelo Estado e ao mesmo tempo os significados sociais dados pelos colonos a essa vivência em terras paraenses.

FONTES

MANUSCRITAS

Arquivo Público do Estado do Pará - APEP

Documentação da Secretaria da Presidência da Província do Pará

- Códice 1446 (1870-1889) - Minutas de Ofício do Ministério da Agricultura.
- Códice 1450 (1871-1879) - Minutas de Ofício do Ministério da Agricultura.
- Códice 1610 (1877) - Minutas de Ofício do Ministério da Agricultura.
- Códice 1697 (1880) - Minutas de Ofício do Ministério da Agricultura.
- Códice 1882 (1885) - Minutas de Ofício do Ministério da Agricultura.
- Códice 1861 (1886) - Minutas de Ofício do Ministério da Agricultura.
- Códice 1901 (1887) - Minutas de Ofício do Ministério da Agricultura.
- Códice 1939 (1886) - Minutas de Ofício do Ministério da Agricultura.
- Códice 1621 (1877) - Aviso do Ministério da Agricultura.
- Códice 1644 (1878) - Aviso do Ministério da Agricultura.
- Códice 1667 (1879) - Aviso do Ministério da Agricultura.
- Códice 1738 (1882) - Aviso do Ministério da Agricultura.
- Códice 1901 (1887) - Aviso do Ministério da Agricultura.
- Códice 1675 (1879) - Minuta de Ofício dos Comandos de Colonização.
- Códice 1718 (1881) - Ofícios do Ministério da Agricultura.
- Códice 1739 (1882) - Ofícios da Diretoria de Obras Públicas.
- Códice 1743 (1882) – Relatórios.
- Códice 1798 (1884) - Ofícios ao Ministério da Agricultura.
- Códice: 1822 (1885) - Ofícios ao Ministério da Agricultura.

Documentação Avulsa da Secretaria da Presidência da Província do Pará

- Caixa 340 (1874-1879) - Colonização e Imigração.
- Caixa 367 (1880-1886) - Colônia de Benevides.
- Caixa 05 (1870-1879) - Abaixo Assinados.
- Caixa 05A (1876-1879) - Abaixo Assinados.
- Caixa 06 (1880-1882) - Abaixo Assinados.
- Caixa 07 (1883-1885) - Abaixo Assinados.
- Caixa 08 (1886-1889) - Abaixo Assinados.
- Caixas 539 à 665 (1870-1889) – Requerimentos.

Autos-Crimes da Secretaria de Segurança Pública

- Auto de Inquérito procedido sobre um cadáver que foi encontrado à margem da Estrada de Bragança em 13 de julho de 1879.

- Auto de perguntas a Raimunda Maria de Jesus, em 11 de novembro de 1880.
- Auto de perguntas feitas a Cândido Leite do Nascimento, em 30 de janeiro de 1882.
- Auto de qualificação de Jacinto Ferreira Cunha, em 08 de fevereiro de 1882.
- Auto de homicídio contra Manoel Ferreira Lustosa e Francisco Gomes da Silva, em 09 de janeiro de 1884.
- Auto de feitas a Manuel de Almeida, em 15 de julho de 1887.
- Auto de perguntas a Silvestre Pontes Vieira, em 14 de setembro de 1888.

Instituto de Terras do Pará – ITERPA

- Títulos de legitimação de posse: Volume I (1861-1872); Volume II (1873-1885); Volume III (1886-1888) e Volume IV (1889).
- Títulos de vendas de terras: Volume III (1877-1889); Volume IV (1877-1886) e Volume V (1886-1889).
- Livro de registro de títulos definitivos (1887-1888).
- Livro de registro de termos de venda de terra (1885-1889).
- Livro de registro de títulos provisórios de terras (1875-1889).
- Livro de registro de termos de venda de terras (1877-1888).
- Auto de Medição e Demarcação de Terras do requerente Eleutério Maximiano Terra. Processo nº. 000001/1877 de 14 de junho de 1877. Folhas: 0001-0096.
- Auto de Medição e Demarcação de Terras do requerente Leopoldino Ferreira Pereira. Processo nº 000002/1878 de 02 de agosto de 1878. Folhas: 0098-0162.
- Auto de Medição e Demarcação de Terras do requerente Magalhães Sobrinho & CIA. Processo nº 000001/1872 de 04 de novembro de 1872. Folhas: 2180-2496.

IMPRESSAS

Anais

Annaes do Senado do Império do Brasil. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1879.

Annaes da Assembléia Legislativa Provincial da Província do Gram-Pará. Pará, Typographia do Diário de Belém, 1871.

Estatísticas

Estatística do Comércio Marítimo do Brazil do exercício de 1870-1871. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1873.

Estatística do Comércio Marítimo do Brazil do exercício de 1871-1872. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1871.

Estatística do Comércio Marítimo do Brazil do exercício de 1871-1872. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1878.

Imprensa

A CONSTITUIÇÃO. *Immigrantes cearenses*. Belém, 29/05/1877.

A CONSTITUIÇÃO. *A seca e os emigrantes do Ceará*. Belém, 04/06/1877.

A CONSTITUIÇÃO. *Bazar em favor das vítimas da seca no Ceará*. Belém, 09/06/1877.
A CONSTITUIÇÃO. *Socorro às populações vitimadas pela Seca*. Belém, 10/06/1877.
A CONSTITUIÇÃO. *Os imigrantes cearenses no Pará*. Belém, 11/06/1877.
A CONSTITUIÇÃO. *A situação do Ceará?* Belém, 29/09/1877.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Secção Comercial*. Belém, 18/04/1876.
A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Companhia Urbana*. Belém, 18/05/1876.
A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Bazar em favor das vítimas da seca*. Belém, 15/06/1877.
A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Emigração para o Pará*. Belém, 31/08/1877.
A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Ceará*. Belém, 12/09/1877.
A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Os cearenses no Pará*. Belém, 22/09/1877.
A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Os retirantes do Ceará*. Belém, 14/10/1877.
A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Indústria cearense*. Belém, 25/10/1877.

DIÁRIO DE BELÉM. *Comissão de Colonização*. Belém, 22/01/1876.
DIÁRIO DE BELÉM. *Comissão de Colonização*. Belém, 27/01/1876.
DIÁRIO DE BELÉM. *Comissão de Colonização*. Belém, 28/01/1876.
DIÁRIO DE BELÉM. *Comissão de Colonização*. Belém, 05/02/1876.
DIÁRIO DE BELÉM. *Comissão de Colonização*. Belém, 11/02/1876.
DIÁRIO DE BELÉM. *Comissão de Colonização*. Belém, 12/02/1876.
DIÁRIO DE BELÉM. *Comissão de Colonização*. Belém, 15/02/1876.
DIÁRIO DE BELÉM. *Comissão de Colonização*. Belém, 19/02/1876.
DIÁRIO DE BELÉM. *Comissão de Colonização*. Belém, 25/02/1876.
DIÁRIO DE BELÉM. *Comissão de Colonização*. Belém, 26/02/1876.
DIÁRIO DE BELÉM. *Comissão de Colonização*. Belém, 05/03/1876.
DIÁRIO DE BELÉM. *Comissão de Colonização*. Belém, 09/03/1876.
DIÁRIO DE BELÉM. *Comissão de Colonização*. Belém, 10/03/1876.
DIÁRIO DE BELÉM. *Comissão de Colonização*. Belém, 12/03/1876.
DIÁRIO DE BELÉM. *Comissão de Colonização*. Belém, 14/03/1876.
DIÁRIO DE BELÉM. *Comissão de Colonização*. Belém, 18/03/1876.
DIÁRIO DE BELÉM. *Comissão de Colonização*. Belém, 19/03/1876.
DIÁRIO DE BELÉM. *Comissão de Colonização*. Belém, 01/04/1876.
DIÁRIO DE BELÉM. *Comissão de Colonização*. Belém, 12/04/1876.
DIÁRIO DE BELÉM. *Comissão de Colonização*. Belém, 14/04/1876.
DIÁRIO DE BELÉM. *Comissão de Colonização*. Belém, 20/04/1876.
DIÁRIO DE BELÉM. *Comissão de Colonização*. Belém, 24/04/1876.
DIÁRIO DE BELÉM. *Comissão de Colonização*. Belém, 26/04/1876.
DIÁRIO DE BELÉM. *Comissão de Colonização*. Belém, 09/05/1876.
DIÁRIO DE BELÉM. *Comissão de Colonização*. Belém, 12/05/1876.
DIÁRIO DE BELÉM. *Comissão de Colonização*. Belém, 16/05/1876.
DIÁRIO DE BELÉM. *Comissão de Colonização*. Belém, 13/06/1876.
DIÁRIO DE BELÉM. *Comissão de Colonização*. Belém, 13/07/1876.
DIÁRIO DE BELÉM. *Comissão de Colonização*. Belém, 27/07/1876.
DIÁRIO DE BELÉM. *Comissão de Colonização*. Belém, 18/08/1876.
DIÁRIO DE BELÉM. *Comissão de Colonização*. Belém, 22/08/1876.
DIÁRIO DE BELÉM. *Sem Título*. Belém, 22/08/1876.
DIÁRIO DE BELÉM. *Comissão de Colonização*. Belém, 28/08/1876.
DIÁRIO DE BELÉM. *Comissão de Colonização*. Belém, 31/08/1876.
DIÁRIO DE BELÉM. *Comissão de Colonização*. Belém, 01/09/1876.
DIÁRIO DE BELÉM. *Comissão de Colonização*. Belém, 07/09/1876.
DIÁRIO DE BELÉM. *Comissão de Colonização*. Belém, 13/09/1876.

DIÁRIO DE BELÉM. *Comissão de Colonização*. Belém, 22/10/1876.
 DIÁRIO DE BELÉM. *Sem Título*. Belém, 12/11/1876.
 DIÁRIO DE BELÉM. *Comissão de Colonização*. Belém, 06/12/1876.

JORNAL DO AGRICULTOR. *A transformação do trabalho*. Rio de Janeiro, 26/03/1881.
 JORNAL DO AGRICULTOR. *Échos da Roça*. Rio de Janeiro, 12/02/1881.

O LIBERAL DO PARÁ. *Immigração*. Belém, 09/06/1877.
 O LIBERAL DO PARÁ. *Imigrantes*. Belém, 12/06/1877.
 O LIBERAL DO PARÁ. *Immigração de cearenses para o Pará*. Belém, 21/06/1877.
 O LIBERAL DO PARÁ. *Socorro aos cearenses*. Belém, 05/04/1878.
 O LIBERAL DO PARÁ. *Via de comunicação entre a capital do Pará e o Núcleo de N. S. do Carmo (IV)*. Belém, 05/03/1879.
 O LIBERAL DO PARÁ. *Emigração cearenses I*. Belém, 09/03/1879.
 O LIBERAL DO PARÁ. *Emigração cearense*. Belém, 12/03/1879.
 O LIBERAL DO PARÁ. *Emigração cearense*. Belém, 16 /03/1879.
 O LIBERAL DO PARÁ. *Emigração cearense II*. Belém, 16/03/1879.
 O LIBERAL DO PARÁ. *Núcleo de retirantes cearenses de N. S. do Carmo de Benevides*. Belém, 06/04/1879.
 O LIBERAL DO PARÁ. *Portaria nº. 274*. Belém, 22/04/1879.
 O LIBERAL DO PARÁ. *Expediente de Governo: Portaria nº 274 de 18 de abril de 1879*. Belém, 29/04/1879.
 O LIBERAL DO PARÁ. *Colônia Benevides*. Belém, 03/05/1879.
 O LIBERAL DO PARÁ. *Núcleo N. S. do Carmo de Benevides (I)*. Belém, 16/07/1879.
 O LIBERAL DO PARÁ. *Núcleo de N. S. do Carmo de Benevides (II)*. Belém, 17/07/1879.
 O LIBERAL DO PARÁ. *Colônia Benevides*. Belém, 17/07/1879.
 O LIBERAL DO PARÁ. *Núcleo N. S. do Carmo de Benevides (VI)*. Belém, 28/07/1879.
 O LIBERAL DO PARÁ. *Núcleo N. S. do Carmo de Benevides (VII)*. Belém, 30/07/1879.
 O LIBERAL DO PARÁ. *Núcleo de N. S. do Carmo de Benevides (IX)*. Belém, 01/08/1879.
 O LIBERAL DO PARÁ. *Núcleo de N. S. do Carmo de Benevides (X)*. Belém, 05/08/1879.
 O LIBERAL DO PARÁ. *Núcleo N. S. do Carmo de Benevides (XI)*. Belém, 12/08/1879.
 O LIBERAL DO PARÁ. *Negócios de Benevides. Sentença do Dr. chefe de polícia*. Belém, 20/08/1879.
 O LIBERAL DO PARÁ. *Processo Benevides*. Belém, 21/08/1879.
 O LIBERAL DO PARÁ. *Negócios de Benevides*. Belém, 27/08/1879.
 O LIBERAL DO PARÁ. *Questão Benevides (I): Competência do juiz processante*. Belém, 27/08/1879.
 O LIBERAL DO PARÁ. *Negócios de Benevides (I)*. Belém, 29/08/1879.
 O LIBERAL DO PARÁ. *Questão Benevides (II)*. Belém, 30/08/1879.
 O LIBERAL DO PARÁ. *Questão Benevides (III): Incompetência do Juiz Processante*. Belém, 30/08/1879.
 O LIBERAL DO PARÁ. *Questão Benevides (III)*. Belém, 31/08/1879.
 O LIBERAL DO PARÁ. *Questão Benevides (IV)*. Belém, 03/09/1879.
 O LIBERAL DO PARÁ. *Questão Benevides (V)*. Belém, 10/09/1879.
 O LIBERAL DO PARÁ. *Núcleos Coloniais*. Belém, 02/10/1879.
 O LIBERAL DO PARÁ. *Colônia Benevides*. Belém, 24/12/1879.
 O LIBERAL DO PARÁ. *Os cearenses no Pará (I)*. Belém, 24/11/1885.
 O LIBERAL DO PARÁ. *Os cearenses no Pará (II)*. Belém, 25/11/1885.
 O LIBERAL DO PARÁ. *Os cearenses no Pará (III)*. Belém, 27/11/1885.
 O LIBERAL DO PARÁ. *Os cearenses no Pará (IV)*. Belém, 01/12/1885.

Legislação

BRASIL. *Lei nº. 514 de 28 de outubro de 1848*. Coleção das decisões do Governo do Império do Brasil de 1848. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1848.

BRASIL. *Lei nº. 601 de 18 de setembro de 1850*. Coleção das Leis do Império do Brasil de 1850. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1850.

BRASIL. *Decreto nº. 1318 de 30 de janeiro de 1854*. Coleção das decisões do Governo do Império do Brasil de 1854. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1854.

BRASIL. *Decreto nº. 2168 de 01 de maio de 1858*. Coleção das decisões do Governo do Império do Brasil de 1858. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1858.

BRASIL. *Decreto 6129 de 23 de fevereiro de 1876*. Coleção de Leis do Império do Brasil de 1876. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1876.

PARÁ. *Lei nº. 670 de 22 de setembro de 1871*. Coleção das Leis do Governo da Província do Pará de 1871. Pará, Typographia do Diário de Belém, 1871.

Relatórios dos Ministros e Secretários de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/hartness/agricultura.html>).

BRASIL. *Relatório do anno de 1873 apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 3ª sessão da 15ª legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas José Fernandes da Costa Pereira Júnior*. Rio de Janeiro, Typographia Americana, 1874.

BRASIL. *Relatório do anno de 1874 apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 4ª sessão da 15ª legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas José Fernandes da Costa Pereira Júnior*. Rio de Janeiro, Typographia Americana, 1875.

BRASIL. *Relatório do anno de 1876 apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 2ª sessão da 16ª legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas Thomaz José Coelho de Almeida*. Rio de Janeiro, Typographia Perseverança, 1877.

BRASIL. *Relatório do anno de 1876 apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 2ª sessão da 16ª legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas Thomaz José Coelho de Almeida*. Rio de Janeiro, Typographia Perseverança, 1877.

BRASIL. *Relatório do anno de 1877 apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 1ª sessão da 17ª legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas João Lins Vieira Cansansão de Sinimbú*. Rio de Janeiro, Typographia Industrial, 1878.

BRASIL. *Relatório do anno de 1878 apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 2ª sessão da 17ª legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas João Lins Vieira Cansansão de Sinimbú*. Rio de Janeiro, Typographia Industrial, 1879.

BRASIL. *Relatório do anno de 1881 apresentado a Assembléia Geral na 2ª Sessão da 18ª Legislatura pelo Ministro e Secretário dos Negócios da Agricultura Comércio e Obras Públicas Manoel Alves de Araújo*. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1882.

BRASIL. *Relatório do anno de 1882 apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 3ª sessão da 18ª legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas Henrique d'Avila*. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1883.

BRASIL. *Relatório do anno de 1883 apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 4ª sessão da 18ª legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas Affonso Augusto Moreira Penna*. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1884.

BRASIL. *Relatório do anno de 1884 apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 1ª sessão da 19ª legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas João Ferreira de Moura*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1885.

BRASIL. *Relatório do anno de 1885 apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 1ª sessão da 20ª legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas Antonio Silva Prado*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1886.

BRASIL. *Relatório do anno de 1886 apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 2ª sessão da 20ª legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas Rodrigo Augusto da Silva*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1887.

BRASIL. *Relatório do anno de 1887 apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 3ª sessão da 20ª legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas Rodrigo Augusto da Silva*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1888.

BRASIL. *Relatório do anno de 1888 apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 4ª sessão da 20ª legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas Rodrigo Augusto da Silva*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1889.

Relatórios dos Ministros e Secretários de Estado dos Negócios do Império (<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/hartness/imperio.html>).

BRASIL. *Relatório do anno de 1877 apresentado a Assembléia Geral Legislativa na 1ª Sessão da 17ª Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império Carlos Leôncio de Carvalho*. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1878.

BRASIL. *Relatório do anno de 1877 apresentado a Assembléia Geral Legislativa na 2ª Sessão da 17ª Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império Carlos Leôncio de Carvalho*. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1878.

BRASIL. *Relatório do anno de 1879 apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 3ª sessão da 17ª legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império conselheiro Barão Homem de Mello*. Rio de Janeiro, Typographia Industrial, 1880.

Relatórios e falas dos presidentes do Pará (<http://www.crl.edu/content/brazil/para.htm>)

PARÁ. *Relatório lido pelo Exmo. Sr. Vice-Presidente da Província, Dr. Ambrosio Leitão da Cunha, na abertura da primeira sessão ordinária da XI legislatura da Assembléia Legislativa Provincial no dia 15 de agosto de 1858*. Pará, Typ. Commercial de Antonio José Rabello Guimarães, 1858.

PARÁ. *Relatório apresentado pelo Presidente da Província do Pará Dr. Ambrósio Leitão da Cunha à Assembléia Legislativa Provincial em 8 de dezembro de 1858*. Pará, 1858.

PARÁ. *Relatório apresentado á Assembléia Legislativa da Província do Pará na 1ª sessão da XIII legislatura pelo Exmo. Sr. Presidente da Província, Dr. Francisco Carlos de Araújo Brusque em 1º de setembro de 1862.* Pará, Typ. de Frederico Carlos Rhossard, 1862.

PARÁ. *Relatório dos negócios da Província do Pará seguido de uma viagem ao Tocantins até a cachoeira das Guaribas e ás baías do rio Anapú, pelo Secretario da Província, Domingo Soares Ferreira Penna, da exploração e exame do mesmo rio até acima das ultimas cachoeiras depois de sua junção com o Araguaia, pelo Capitão-Tenente da Armada, Francisco Parahybuna dos Reis. Dr. Couto de Magalhães, Presidente do Pará.* Pará, Typ. de Frederico Rhossard, 1864.

PARÁ. *Relatório do Presidente da Província do Pará Dr. João Alfredo Correa de Oliveira passando a administração da mesma ao 4º Vice-Presidente Dr. Abel Graça.* Pará, Typographia do Diário do Gram-Pará, 1870.

PARÁ. *Relatório apresentado á Assembléia Legislativa Provincial na primeira sessão da 18ª legislatura em 15 de fevereiro de 1872 pelo Presidente da Província, Dr. Abel Graça.* Pará, Typ. do Diário do Gram-Pará, 1872.

PARÁ. *Relatório com que Exmo. Sr. Dr. Domingos José da Cunha Junior, Presidente da Província, abriu a 2ª sessão da 18ª legislatura da Assembléia Legislativa Provincial em 1º de julho de 1873.* Pará, Typ. do Diário do Gram-Pará, 1873.

PARÁ. *Relatório com que Exmo. Sr. Dr. Domingos José da Cunha Junior passou a administração da Província do Pará ao 3º Vice-Presidente, o Exmo. Sr. Dr. Guilherme Francisco Cruz em 31 de dezembro de 1873.* Pará, Typ. do Diário do Gram-Pará, 1873.

PARÁ. *Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Guilherme Francisco Cruz 3º Vice-Presidente passou a administração da Província ao Exmo. Sr. Dr. Pedro Vicente de Azevedo em 17 de janeiro de 1874.* Typ. do Diário do Gram-Pará, 1874.

PARÁ. *Relatório apresentado a Assembléia Legislativa Provincial na primeira sessão da 19ª legislatura pelo Presidente da Província do Pará, Exmo. Sr. Dr. Pedro Vicente de Azevedo, em 15 de fevereiro de 1874.* Pará, Typ. do Diário do Gram-Pará, 1874.

PARÁ. *Relatório apresentado pelo Exmo. Sr. Dr. Francisco Maria Corrêa de Sá e Benevides, Presidente da Província do Pará, á Assembléia Legislativa Provincial na sua sessão solene de instalação da 20ª legislatura, no dia 15 de fevereiro de 1876.* Pará, 1876.

PARÁ. *Relatório com que o Exmo. Sr. Presidente da Província do Pará, Dr. Francisco Maria Corrêa de Sá e Benevides, entregou a administração da mesma ao Exmo. Sr. Dr. João Capistrano Bandeira de Mello Filho em 18 de julho de 1876.* Pará, Typ. do Diário do Gram-Pará, 1876.

PARÁ. *Falla com que o Exmo. Sr. Dr. João Capistrano Bandeira de Mello Filho abriu a 2ª sessão da 20ª legislatura da Assembléia Legislativa da Província do Pará em 15 de fevereiro de 1877.* Pará, Typ. do Livro do Commercio, 1877.

PARÁ. *Relatório com que ao Exm. Sr. Dr. José da Gama Malcher, 1º Vice-Presidente, passou a administração da Província do Pará ao Exm. Sr. Dr. João Capistrano Bandeira de Mello Filho em 9 de março de 1878.* Pará, Typ. Guttemberg, 1878.

PARÁ. *Falla com que o Exm. Senr. Dr. José Joaquim do Carmo abriu a 1ª sessão da 21ª legislatura da Assembléia Legislativa da Província do Pará em 22 de abril de 1878.* Pará, Typ. da "Província do Pará," 1878.

PARÁ. *Falla com que Excelentíssimo Senhor Doutor José Coelho da Gama e Abreu, Presidente da Província, abriu a 2ª sessão da 21ª legislatura da Assembléia Legislativa da Província do Gram-Pará, em 16 de junho de 1879.* Pará, 1879.

PARÁ. *Relatório apresentado pelo Exmo. Sr. Dr. José Coelho da Gama e Abreu, Presidente da Província, á Assembléia Legislativa Provincial do Pará, na sua 1ª sessão da 22ª legislatura, em 15 de fevereiro de 1880.* Pará, 1880.

PARÁ. *Relatório apresentado á Assembléia Legislativa Provincial na 2ª sessão da 22ª legislatura em 15 de fevereiro de 1881 pelo Exmo. Sr. Dr. José Coelho da Gama e Abreu.* Pará, Typ. do Diário de Noticias de Costa & Campbell, 1881.

PARÁ. *Falla com que o Exmo. Sr. general Barão de Maracajú abriu a 2ª sessão da 23ª legislatura da Assembléia Legislativa da Província do Pará em 15 de fevereiro de 1883.* Pará, Typ. do Jornal da Tarde, 1883.

PARÁ. *Falla com que o Exmo. Sr. Conselheiro João Silveira de Souza, abriu a 1ª secção da 25ª legislatura da Assembléia Legislativa Provincial em 15 de outubro de 1884.* Pará, Typ. de Francisco de Costa Junior, 1885.

PARÁ. *Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. José de Araújo Roso Danin, 2º Vice-Presidente da Província passou a administração da mesma ao Exmo. Sr. Conselheiro João Silveira de Souza, no dia 04 de agosto de 1884.* Pará, Typ. de Francisco de Costa Junior, 1885.

PARÁ. *Falla com que o Exmo. Sr. conselheiro Dr. João Silveira de Souza, Presidente da Província do Pará, abriu a 2ª sessão da 24ª legislatura da Assembléia Provincial em 18 de abril de 1885.* Pará, Typ. da Gazeta de Noticias, 1885.

PARÁ. *Relatório que ao Exmo. Sr. Dr. João Lourenço Paes de Souza, 1º Vice-Presidente da província do Gram-Pará, apresentou o Exmo. Sr. Dr. Carlos Augusto de Carvalho ao passar-lhe a administração em 16 de setembro de 1885.* Pará, Typ. de Francisco de Costa Junior, 1885.

PARÁ. *Falla com que o Exmo. Sr. Conselheiro Tristão de Alencar Araripe, Presidente da Província do Pará, abriu a sessão extraordinária da Assembléia Provincial no dia 05 de novembro de 1885.* Belém, Typ. do "Diário de Noticias," 1886.

PARÁ. *Falla com que o Exmo. Sr. Conselheiro Tristão de Alencar Araripe Presidente da Província do Pará, abriu a 1ª sessão da 25ª legislatura da Assembléia Provincial no dia 25 de março de 1886.* Belém, Typ. do "Diário de Noticias," 1886.

PARÁ. *Relatório com que o Exmo. Sr. Desembargador Joaquim da Costa Barradas passou a administração da Província ao Exmo. Sr. Conselheiro coronel Francisco José Cardoso Junior.* Pará, Typ. do Diário de Noticias, 1887.

PARÁ. *Falla com que o Exmo. Sr. Conselheiro Francisco José Cardoso Junior, 1º Vice-Presidente da Província do Pará, abriu a 2ª sessão da 25ª legislatura da Assembléia Provincial em 20 de outubro de 1887.* Pará, Typ. do Diário de Noticias, 1887.

PARÁ. *Relatório com que o Exmo. Sr. Conselheiro Francisco José Cardoso Junior, 1º Vice-Presidente, passou a administração da província, no dia 6 de maio de 1888 ao Exmo. Sr. Dr. Miguel J. de Almeida Pernambuco, nomeado por carta imperial de 24 de março ultimo.* Pará, Typ. do Diário de Noticias, 1888.

PARÁ. *Falla com que o Exmo. Sr. Conselheiro Francisco José Cardoso Junior, 1º Vice-Presidente da Província do Pará, abriu a 1ª sessão da 26ª legislatura da Assembléia Provincial no dia 4 de março de 1888.* Pará, Typ. do "Diário de Noticias," 1888.

PARÁ. *Falla com que o Exmo. Sr. Dr. Miguel José d'Almeida Pernambuco, Presidente da Província abriu a 2ª sessão da 26ª legislatura da Assembléia Legislativa Provincial do Pará em 2 de fevereiro de 1889.* Pará, Typ. de A.F. da Costa, 1889.

Relatórios e falas dos presidentes do Maranhão (<http://www.crl.edu/content/brazil/mara.htm>).

MARANHÃO. *Relatório com o Exmo. Sr. Dr. Augusto Olympio Gomes de Castro passou a administração da Província ao 3º Vice-Presidente, o Exmo. Sr. Dr. José Francisco de Viveiros no dia 18 de abril de 1874*. Maranhão Typ. do Paiz, 1874

Viajantes e Cronistas

ADALBERTO, Príncipe da Rússia. *Brasil: Amazonas e Xingu*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1977.

BATES, Henry Walter. *Um naturalista no rio Amazonas*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1979.

GODINHO, Victor & LINDENBERG, Adolpho. *Norte do Brasil: Através do Amazonas, do Pará e do Maranhão*. Rio de Janeiro/São Paulo: Laemmert, 1906..

KIDDER, Daniel P. *Reminiscência de viagem e permanência no Brasil (Província do Norte). Compreendendo notícias históricas e geográficas do Império e das diversas províncias*. São Paulo: Livraria Martins, 1943.

WALLACE, Alfred Russel. *Viagem pelos rios Amazonas e Negro*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusc, 1979.

Outros

GOVERNO DO PARÁ. *Álbum do Estado do Pará (1908)*. Paris: Imprimerie Chaponet (Jean Cussac), 1908.

GOVERNO DO PARÁ. *Belém da Saudade: A Memória de Belém do início do século em cartões postais*. Belém: SECULT, 1996.

GOVERNO DO PARÁ. *Jornais Paraóaras: catálogo*. Belém: Secretaria de Estado de Cultura, Desporto e Turismo, 1985.

PARÁ. *Dados estatísticos e informações para os imigrantes. Publicados por ordem do Exm. Sr. Conselheiro Tristão de Alencar Araripe Presidente da Província*. Pará: Typ do Diário de Notícias, 1886.

PARÁ. *Peças Complementares da Falla com que o Exmo. Sr. Conselheiro Tristão de Alencar Araripe, Presidente da Província do Pará, abriu a sessão extraordinária da Assembléa Provincial no dia 05 de novembro de 1885*. Belém, Typ. do "Diário de Noticias", 1886.

BIBLIOGRAFIA

LIVROS

ASSIS, Eneida Corrêa de. *Problemática para formação de uma política migratória para a Amazônia*. FIPAM/NAEA; Belém, 1976.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda Negra, Medo Branco. O negro no imaginário das elites – Século XIX*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

BAENA, Antonio Ladislau Monteiro. *Ensaio Corográfico sobre a província do Pará*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004.

BAKHTIN, Mikhail. *Questões de literatura e de Estética. A teoria do romance*. São Paulo: Hucitec, 1998.

BARATA, Manoel. *A antiga produção e exportação do Pará*. Belém, Typgraphia da Livraria Gillet, 1915.

_____. *Formação Histórica do Pará*, Belém: UFPA, 1973.

_____. “Jornais, revistas e outras publicações periódicas (1822 a 1908)”. In: *Formação Histórica do Pará*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1973.

BARREIRO, José Carlos. *Imaginário e viajantes no Brasil do século XIX: cultura e cotidiano, tradição e resistência*. São Paulo: UNESP, 2002.

BASTOS, Candido A. *Os Males do Presente e as Esperanças do Futuro*. São Paulo, Cia. Editora Nacional. 1976.

BEIGUELMAN, Paula. *A formação do povo no Complexo Cafeeiro: aspectos políticos*. São Paulo: Pioneira, 1977.

BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia – Formação Social e Cultural*. Manaus: Valer, 1999.

_____. *Estrutura Geo-Social e Econômica da Amazônia*. Manaus: Governo do Estado do Amazonas, 1966.

BEZERRA NETO, José Maia. *Escravidão Negra no Grão Pará*. Séculos XVIII e XIX, Belém: Paka-Tatu, 2001.

BLOCH, Marc. *A terra e seus homens: Agricultura e vida rural nos séculos XVII e XVIII*. São Paulo: Edusc, 2001.

BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BRESCIANI, Maria Stella. *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. (org.). *Escravidão e abolição no Brasil. Novas perspectivas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

_____. *Agricultura, Escravidão e Capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1979.

_____. *Escravo ou camponês. O protocampesinato negro nas Américas*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1987.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional*. São Paulo: Paz e Terra, 1962.

_____. *Escravo ou camponês. O protocampesinato negro nas Américas*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1987.

- CARNEIRO, Edson. *A Conquista da Amazônia*. Rio de Janeiro: Ministério da Viação e Obras Públicas, 1956.
- CARNEIRO, J. Fernando. *Imigração e Colonização no Brasil*. Rio de Janeiro: Universidade do Brasil, 1950.
- CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- _____. *Teatro de Sombras: A política Imperial*. São Paulo: Vértice, 1988.
- CHACON, Vamireh. *História dos partidos brasileiros: discursos e práticas dos seus programas*. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1985.
- CHALHOUB, Sidney. *A cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- _____. *Visões da Liberdade. Uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- _____. *Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores pobres no Rio de Janeiro na belle-époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CHIAVENATO, José Júlio. *Cabanagem: o povo no poder*. São Paulo, Brasiliense, 1984.
- COSTA, E. Viotti. *Da Senzala à Colônia*. São Paulo: Unesp, 1998.
- _____. *Da Monarquia a República: Momentos decisivos*. São Paulo: UNESP, 1999.
- CRUZ, Ernesto. *A estrada de Ferro de Bragança: visão social, econômica e política*. Belém: Conselho Nacional de Pesquisa: Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia. Belém: Falângola, 1955.
- _____. *Colonização do Pará*. Belém: Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, 1958.
- _____. *Historia do Pará*. Coleção Amazônica: Coleção José Veríssimo. 1963.
- CUNHA, Euclides da. *Um paraíso perdido: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.
- CUSTÓDIO, André Viana & VERONESE, Josiane Rose Petry. *Trabalho Infantil: a negação de ser criança e adolescente no Brasil*. Florianópolis: OAB/SC Editora, 2007.
- DAVATZ, Thomas. *Memória de um colono no Brasil (1850)*. Belo Horizonte, 1980.
- DAVIS, Mike. *Holocaustos Coloniais: Climax, fome e imperialismo na formação do Terceiro Mundo*. Rio de Janeiro: Record, 2002. pp. 16-17.
- DEAN, Warren. *A ferro e fogo: A História e a devastação da Mata Atlântica Brasileira*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.
- DEL PRIORE, Mary & VENÂNCIO, Renato. *Uma História da Vida Rural no Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.
- DEL PRIORE, Mary.(org.) *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1999.
- DI PAOLO, Pasquale. *Cabanagem: a revolução popular na Amazônia*. Belém, Conselho de Cultura, 1985.
- FERNANDES, Florestan. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Difusão Européia do livro, 1972.

- FERLINI, Vera. *Terra Trabalho e poder: O mundo dos engenhos no Nordeste Colonial*. São Paulo: EDUSC, 2003.
- FRANCO, Maria Silvia de Carvalho. *Homens livres na sociedade escravocrata*. São Paulo: Ática, 1969.
- FRANZINA, Emílio. *La Grande Emigrazione*. Veneza, Marsilio Editori, 1976.
- FREITAS, Marcos Cezar de. *História Social da Infância no Brasil*. São Paulo: Cortez Editora, 1999.
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. Rio de Janeiro, Fundação de Cultura, 1916.
- HABER, Stephen. *How Latin América Fell Behind: Essays on the Economic Histories of Brazil and Mexico, 1880-1914*. Stanford, Califórnia. 1997.
- HOLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- _____. *Caminhos e fronteiras*. São Paulo, 1994.
- _____. “Do império à República”. In HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). *História da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, Tomo II, vol. 05, 1983.
- IANNI, Octavio. *Colonização e contra reforma agrária na Amazônia*. Petrópolis: Vozes. 1979.
- _____. *As metamorfoses de escravo. Apogeu e crise da escravatura no Brasil Meridional*. São Paulo: Hucitec, 1962.
- LARANJEIRAS, Raymundo. *Colonização e reforma agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.
- LIMA, José Francisco de Araújo. *A Amazônia a terra e o homem: com uma introdução à antropogeografia*. São Paulo, Tipografia Nacional. 1945.
- LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Da História da Agricultura Brasileira. Combates e Controvérsias*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- LOURENÇO, Fernando Antonio. *Agricultura Ilustrada e escravismo nas origens da questão agrária brasileira*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.
- MACHADO, Maria Helena. *Um plano e o pânico. Os movimentos sociais na década da abolição*. Rio de Janeiro: UFRJ; São Paulo: EDUSP, 1994.
- MARTINS, José de Souza. *A imigração e a crise do Brasil agrário*. São Paulo: Pioneira, 1973.
- _____. *O cativo da terra*. São Paulo: Hucitec, 1990.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 2004; VIANA, Oliveira. *O ocaso do Império*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004.
- MELLO, Alcino Teixeira de. *Nordestinos na Amazônia*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Imigração e Colonização/Departamento de Estudos e Planejamento, 1956.
- MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas Fronteiras do Poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Vício de leitura: Arquivo Público do estado do Rio de Janeiro, 1998.
- NEIVA, A. H. & CARNEIRO, J. F. *O problema imigratório brasileiro*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1945.

- NEVES, Frederico de Castro. *A multidão e a história: saques e outras ações de massas no Ceará*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza, CE: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000.
- PÁDUA, José Augusto. *Um Sopro de Destruição: Pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.
- PENTEADO, Antonio Rocha. *Problema de colonização e de uso da terra na região Bragantina do Estado do Pará*. Coleção Amazônia: Série José Veríssimo. Belém: UFPA, 1967.
- PETRONE, Maria Thereza Schorer. *O imigrante e a pequena propriedade*. São Paulo: Brasiliense. 1982.
- PRADO JUNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- _____. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1997.
- RAIOL, Domingos Antonio. *Motins políticos ou história dos principais acontecimentos políticos da Província do Pará desde 1821 até 1835*. 2ª edição, Belém, Universidade Federal do Pará, 1970.
- REIS, Arthur Cezar Ferreira. *O seringal e o seringueiro*. 2ª edição revista, Manaus: Editora da Universidade do Amazonas/Governo do Estado do Amazonas, 1997.
- _____. *A Amazônia e a Cobiça Internacional*. São Paulo: Gráfica Record Editora, 1968.
- REVEL, Jacques. *A invenção da sociedade*. Lisboa, Difel, 1989.
- ROCQUE, Carlos. *Cabanagem: epopéia de um povo*. Belém, Imprensa Oficial, 1984.
- SALLES, Ricardo. *Nostalgia Imperial: A formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Império*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.
- SALLES, Vicente. *O negro no Pará sob o regime da escravidão*. Belém: IAP; Programa Raízes, 2005.
- SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. *Os fios de Ariadne. Tipologia de fortunas e hierarquias sociais em Manaus: 1840-1880*. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1997.
- SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. *História Econômica da Amazônia, 1800-1920*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.
- SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos, Roceiros e rebeldes*. São Paulo: EDUSC, 2001.
- SILVEIRA, Ítala Bezerra da. *Cabanagem: uma luta perdida*. Belém: Secretaria do Estado da Cultura, 1994.
- SOUZA, Laura de Melo. *Os desclassificados do ouro*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- TAUNAY, Carlos. *Manual do Agricultor Brasileiro*. Rio de Janeiro, Companhia das Letras, 2001.
- TOCANTINS, Leandro. *Amazônia. Natureza, homem e tempo: uma planificação ecológica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- THOMAS, Keith. *O homem e mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.
- _____. *Senhores e Caçadores: A origem da Lei Negra*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- VERÍSSIMO, José. *Estudos Amazônicos*. Belém: UFPA, 1970.

- VERÍSSIMO, José. *Interesses da Amazônia*. Rio de Janeiro: Typ. Do Jornal do Comércio. 1915.
- VERONESE, Josiane Rose Petry; SOUZA, Marli Palma & MIOTO, Regina Célia Tamaso. *Infância e adolescência, o conflito com a lei: algumas discussões*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2001.
- VIANNA, Arthur. *As epidemias do Pará*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1975.
- VIEIRA, Lúcio Salgado. *Amazônia: Seus solos e outros recursos naturais*. São Paulo: Agronômica Ceres, 1987.
- VILLA, Marco Antonio. *A vida e morte no Sertão. História das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX*. São Paulo: Editora Ática, 2001.
- WEINSTEIN, Bárbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência*. São Paulo: Hucitec, 1993.
- WILLIAMS, Eric. *Capitalismo e Escravidão*. Rio de Janeiro: Americana, 1975.

ARTIGOS E CAPÍTULOS DE LIVROS

- ACEVEDO MARIN, Rosa. “Conflitos no Pará”. In: FONTES, Edilza (Org). *Contando a História do Pará*. Belém: Enotion, 2002, pp. 01-20.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe & RENAUX, Maria Luiza. “Caras e modos dos migrantes e imigrantes”. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe (org.). *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, pp. 291-335.
- ALVIM, Zuleika. “O Brasil Italiano”. In: Fausto, Boris. *Fazer a América*. São Paulo: Editora da USP, 2000, pp. 383-415.
- _____. “Imigrantes: a vida privada dos pobres do campo”. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da vida privada no Brasil. República: da Belle-Époque à era do Rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, vol. 03, pp. 215-287.
- ANDREAZZA, M. L. & NADALIN, S. O. “O cenário da colonização no Brasil Meridional e a família imigrante”. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, volume 11, nº 01, 1994, pp. 61-86.
- ARAÚJO, Teresa Corrêa de; DABAT, Cristiane & DOURADO, Ana. “Crianças e adolescentes nos canaviais de Pernambuco”. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das Crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2000, 407-436.
- BASSANEZI, Maria Silvia C. Beozzo. “Migrantes no Brasil na segunda metade do século XIX”. *Anais do XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP*. Caxambu: ABEP, 200, vol. 01, pp. 01-24.
- BATALHA, Altiva Piletti. “Religião e imigração no Brasil Meridional”. In: WESTPHAEN, Cecília Maria (org.). *Um Mazzolino de Fiori*. Curitiba: Imprensa Oficial, 2003.
- BELTRÃO, Jane Felipe. “Belém de Outrora, em tempo de cólera, sob olhares impertinentes e disciplinadores”. *Anais do Arquivo Público do Pará*. Belém: Secretaria de Estado da Cultura, 1997, pp. 215-241.
- CHALHOUB, Sidney “Classes Perigosas”. *Trabalhadores*, nº 6 (1990), pp. 2-22.
- DEL PRIORI, Mary. “O cotidiano da criança livre no Brasil entre a Colônia e o Império”. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das Crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2000, pp. 84-106.

DEVOTO, Fernando J. “Imigração européia e identidade nacional nas imagens das elites argentinas (1850-1914)”. In: FAUSTO, Boris. *Fazer a América*. São Paulo: Editora da USP, 2000, p. 33-60.

ÉGLER, Eugênia Gonçalves. “A Zona Bragantina no Estado do Pará”. *Revista Brasileira de Geografia*, São Paulo, nº 03 (julho-setembro), 1961, pp. 527-555.

EISENBERG, Peter. “O Homem Esquecido: o trabalhador livre nacional no século XIX. Sugestões para uma pesquisa”. IN: *Homens esquecidos, Escravos e Trabalhadores Livres no Brasil. Séculos XVIII e XIX*. Campinas (SP): Editora da UNICAMP, 1989.

ESTEVES, Martha Abreu. “Meninas perdidas”. In: DEL PRIORI. Mary. *História das Crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2000, pp. 289-316.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de “Anfiteatro da cura: pajelança e medicina na Amazônia no limiar do século XX”. In: CHALHOUB, Sidney; MARQUES, Vera Regina Beltrão; SAMPAIO, Gabriela dos Reis & SOBRINHO, Carlos Roberto Galvão (Orgs.) *Artes e ofícios de curar no Brasil: capítulos de história social*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

FONTES, Edilza. “Prefere-se portuguesa: Mercado de trabalho, racismo e relações de gênero em Belém do Pará (1880-1896)”. *Caderno do CFCH: UFPA*, v. 12, nº 1/2, 1993, pp. 67-84.

FULLER, Claudia Maria. “Os Corpos de Trabalhadores: Política de controle social no Grão-Pará”. *Fascículos LH*, nº 01, Laboratório e Departamento de História, CFCH, UFPA, 1999.

GREGORY, Valdir. “Colonização”. In: MOTTA, Márcia (ORG.). *Dicionário da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, pp. 98-102

GREGORY, Valdir. “Colono”. In: MOTTA, Márcia. *Dicionário da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, pp. 102-103.

LACERDA, Franciane Gama. “Entre o sertão e a floresta: natureza, cultura e experiências sociais de migrantes cearenses na Amazônia (1889-1916)”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 26, nº 51, 2006, p. 197-225.

_____. “‘Requerendo passagem para si e sua família’: mulheres migrantes no Pará da virada do século XIX”. In: *Projeto História*, São Paulo, nº 27, dez 2003, pp. 305-320.

_____. “Infância e Imigração no Estado do Pará (final do século XIX, início do século XX)”. In: BEZERRA NETO, José Maia & GUZMAN, Décio de Alencar (Orgs). *Terra natura: historiografia e história social na Amazônia*. Belém: Paka-Tatu, 2002, pp. 395-406.

LEVI, Giovanni. “Sobre a micro-história”. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1993, pp. 133-161.

LEVY, Maria S. F. “O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872/1972)”. *Revista de Saúde Pública*, nº 08. São Paulo, 1974.

MELO, José Evandro Vieira de. “Fragmentação fundiária e formação de núcleos coloniais: os pequenos fornecedores de cana do Engenho Central de Lorena, no final do século XIX”. In: MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro; AMARAL, Vera Lúcia (Org.). *História Econômica: Agricultura, Indústria e Populações*. São Paulo, Alameda, 2006, pp. 267-282.

MOURA, Esmeralda Blanco Bolsanoro de. “Imigrantes italianos em São Paulo na passagem para o século XX”. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *Revisão do paraíso: os brasileiros e o estado em 500 anos de história*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

NEVES, Frederico de Castro. “A seca e a caridade: a formação da pobreza urbana em Fortaleza (1880-1900)”. In: SOUZA, Simone de & NEVES, Frederico de Castro (Orgs.). *Seca*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

NUNES, Francivaldo Alves. “Modernidade, Agricultura e Migração Nordestina: Os discursos e a atuação governamental no Pará do século XIX”. *Revista Virtual Cadernos de História. UFOP*, Ano II, nº 01, março de 2007.

OBERACKER JUNIOR, Carlos H. “A Colonização baseada no regime da pequena propriedade agrícola”. In: HOLANDA, Sergio Buarque de (dir). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 1969.

Petrone, Maria Thereza Schorer. “Imigração Assalariada”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. T. III, vol. 02. São Paulo, Brasiliense, 1982.

RICCI, Magda. “De la independencia a la revolución cabana: la Amazonia y el nacimiento do Brasil (1808-1840)”. In: PEREZ, Jose Manuel Santos & PETIT, Pere. *La Amazônia Brasileira em perspectiva histórica*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2006.

_____. “História Amotinada: memórias da cabanagem”. *Cadernos do CFCH*, v. 12, nº. 1-2. Belém: 1993, pp. 13-28.

TESES, DISSERTAÇÕES E MONOGRAFIAS

BATISTA, Luciana Marinho. *Muito Além dos Seringais: elites, fortunas e hierarquias no Grão-Pará (1850-1870)*. Rio de Janeiro, UFRJ, Dissertação de Mestrado em História, 2004.

CANCELA, Cristina Donza. *Adoráveis e Dissimuladas: As relações amorosas das mulheres das camadas populares na Belém do final do século XIX e início do século XX*. Campinas, UNICAMP, Dissertação de Mestrado em Antropologia, 1997.

CONCEIÇÃO, Maria de Fátima Carneiro. *Política e Colonos na Bragantina, Estado do Pará: um trem, a terra e a mandioca*. Campinas, UNICAMP, Dissertação de Mestrado em Sociologia, 1991.

CORPES, Raimundo Silva. *Migrantes e imigrantes no Pará da virada do século (1898-1908)*. Belém, UFPA, Monografia de Conclusão de Curso de História, 2002.

COSTA, Magda Nazaré Pereira. *Caridade e Saúde Pública em Tempos de Epidemias*. Belém (1850-1890). Belém, UFPA, Dissertação de Mestrado em História Social da Amazônia, 2006.

COSTA, Mayco Bruno Cruz. *Educação e Colonização no Pará (1889-1909): o estabelecimento do Prata*. Belém, UFPA, Monografia de Conclusão de Curso de História, 2007.

FARIAS, William Gaia. *A Construção da República no Pará (1886-1897)*. Niterói, UFF, Tese de Doutorado em História, 2005.

FELLIPINI, E. *Terra, Família e Trabalho: O Núcleo Colonial de Jundiaí 1887-1950*. São Paulo, USP, Dissertação de Mestrado em História, 1990.

GADELHA, Regina Maria d'Aquino Fonseca. *Os núcleos coloniais e o processo de acumulação cafeeira (1850-1920), contribuições ao estudo da colonização de São Paulo*. São Paulo, USP, Tese de Doutorado em História, 1982.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins. *Errantes da Selva: histórias da migração nordestina para a Amazônia*. Campinas, UNICAMP, Tese de Doutorado em História, 1999.

LACERDA, Franciane Gama. *Migrantes Cearenses no Pará. Faces da sobrevivência (1889-1916)*. São Paulo, USP, Tese de Doutorado em História, 2006.

LIMA, Adriana Maria Miranda. *A imigração em Belém no século XIX*. Belém, UFPA, Monografia de Conclusão de Curso de História, 1997.

NUNES, Francivaldo Alves. *A trajetória do imigrante nordestino na cidade de Belém (1877-1889)*. Belém, UFPA, Monografia de Conclusão de Curso de História, 1999.

QUEIROZ, Jonas Marçal. *Artífices do Próspero Mundo Novo: Colonos, migrantes e imigrantes em São Paulo e no Pará (1868-1889)*. São Paulo, USP, Tese de Doutorado em História, 2005.

SILVA, José Henrique Costa da. *Abolicionismo em Benevides (1875-1888)*. Belém, UFPA, Monografia de Conclusão de Curso de História, 2001.

SOUZA, J. S. de. *Imigração e Colonização em um município açucareiro*. São Paulo, USP, Dissertação de Mestrado, 1977.

OBRAS DE REFERÊNCIA

ABREU, José Coelho da Gama. *As regiões Amazônicas: Estudos chorográficos dos Estados do Gram Pará e Amazonas*. Lisboa. 1896.

_____. *A Amazônia: As províncias do Pará e Amazonas e o governo central do Brasil*. Lisboa, 1883.

ALBUQUERQUE, L. R. Cavalcante de. *A Amazônia em 1893*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1894.

BAENA, Manoel. *Informações sobre as comarcas da Província do Pará: Organizada em virtude do aviso circular do Ministério da Justiça de 20 de setembro de 1883*. Pará. Typ. F. da Costa Júnior, 1885.

MUNIZ, João de Palma. *Estado do Grão-Pará. Imigração e Colonização. História e Estatística 1616-1916*. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1916.

SALLES, Francisco José de Souza. *Índice Chronológico dos governadores e presidentes do Pará desde 1655 a 1888*. Pará: Typografia de F. da Costa Júnior. 1888.

ANEXO 1

REGISTRO DOS IMIGRANTES QUE SEGUIRAM PARA A COLÔNIA BENEVIDES EM 1875 e 1876

Nº	NOME	IDADE	ESTADO CONJUGAL	OFÍCIO	PAÍS	EMBARQUE	VAPOR
1	Adam Ebervein	37	-	Agricultor	Alemanha	01/07/1875	Espírito Santo
2	Adolpho Voges	38	-	Agricultor	França	10/07/1875	Pará
3	Albert Colliere	-	-	Agricultor	França	-	-
4	Alexandre Frieth	29	-	Agricultor	França	31/07/1875	-
5	Alexandre Morrison	-	-	Comerciante	França	-	-
6	Alfred Dalet	21	-	Marceneiro	França	11/08/1875	Ceará
7	Amalle Mateus	-	-	Comerciante	França	-	-
8	André Assant	26	-	-	França	11/08/1875	Ceará
9	André Besanon	22	-	Agricultor	França	31/07/1875	-
10	Andres Leng	25	-	-	Alemanha	-	-
11	Angenseune Marie	29	-	Agricultor	França	01/09/1875	Pará
12	Antonie Coulay	-	-	-	França	-	-
13	Antonie Icaurino	27	-	Agricultor	Itália	10/07/1875	Pará
14	Antonie Propser	44	-	Agricultor	Bélgica	01/09/1875	Pará
15	Antonio Curruela	-	-	Pedreiro	Espanha	24/04/1875	Bahia
16	Antonio José da Silva Azevedo	18	Solteiro	Trabalhador	Portugal	01/07/1875	Espírito Santo
17	Arsenio Mauro	22	-	Agricultor	Itália	01/07/1875	Espírito Santo
18	Arthur Huseany	25	-	Agricultor	França	20/06/1875	Bahia
19	Artur Coleral	32	-	Sapateiro	França	-	-
20	Artur Cotard	-	-	Pedreiro	França	-	-
21	Attilio Severo	29	-	Agricultor	Itália	01/09/1875	Pará
22	August Laport	35	-	Alfaiate	França	-	-
23	August Voges	1	Solteiro	Agricultor	França	10/07/1875	Pará
24	Augustin Granada	-	Solteiro	Mecânico	Espanha	24/04/1875	Bahia
25	Augustin Gregoire	-	Casado	Industrial	França	-	-
26	Augustin Heinislemi	48	Casado	Carpinteiro	França	01/07/1875	Espírito Santo

27	Augustin Tenri	48	Solteiro	Agricultor	França	20/06/1875	Bahia
28	Balhoneiro Chaves	21	Solteiro	Agricultor	Espanha	20/06/1875	Bahia
29	Bandino Antonio	32	Solteiro	-	Itália	-	-
30	Barras Paul	31	Solteiro	Mecânico	Itália	-	-
31	Bartolomeu Paira	36	-	Agricultor	Itália	20/06/1875	Bahia
32	Bartolomeu Vieira	34	-	Trabalhador	Itália	01/07/1875	Espírito Santo
33	Beossi Basilio	26	-	Pintor	Suíça	01/07/1875	Espírito Santo
34	Bertany Cenri	18	Solteiro	Comerciante	França	-	-
35	Berth Jeani	24	-	Comerciante	França	01/07/1875	Espírito Santo
36	Bertron Carral	25	-	-	França	-	-
37	Besaneon	-	-	-	França	-	-
38	Bilhaat Edmont	26	-	-	França	-	-
39	Bloch Castille	30	-	Trabalhador	Espanha	01/07/1875	Espírito Santo
40	Caetano Diogo	23	-	Agricultor	Espanha	11/08/1875	Ceará
41	Cammar Victor	-	-	-	Bélgica	-	-
42	Carlo Brangus	35	-	Agricultor	Itália	20/06/1875	Bahia
43	Carlos Frubner	30	-	-	Alemanha	-	-
44	Carlos Luis Bergon	-	-	-	Espanha	-	-
45	Celestin Bonteuau	35	-	Agricultor	França	20/06/1875	Bahia
46	Cerrano Acho	30	-	-	Alemanha	-	-
47	Chalamelle	-	-	-	França	-	--
48	Chanel	-	-	-	França	-	-
49	Charles Besni	40	-	Escultor	França	01/07/1875	Espírito Santo
50	Charles Francly	19	Solteiro	-	França	-	-
51	Charles Francisco	19	Solteiro	-	França	-	-
52	Charles Hasmana	-	-	-	França	-	-
53	Charles Saget	45	-	-	França	10/04/1875	Bahia
54	Charles Wasman	-	-	-	França	-	-
55	Claudio Fisot	34	-	-	França	10/04/1875	Bahia
56	Claudio Louis	29	-	-	França	01/07/1875	Espírito Santo
57	Colarino Louis	30	Solteiro	-	França	-	-
58	Corinto Giuseppe	-	-	-	Itália	-	-
59	Dalong Dominique	24	Solteiro	-	França	-	-

60	Daniel Abellamedia	-	-	Criado	Espanha	24/04/1875	Bahia
61	Daniel Avillade	21	-	-	Espanha	10/04/1875	Bahia
62	Danieu Francers	18	Solteiro	-	França	-	-
63	Dário Valadon	18	Solteiro	Carvoeiro	Espanha	-	-
64	Datry	20	Solteiro	-	França	-	-
65	Delile	32	-	Diarista	França	-	-
66	Delille Jacques	33	-	Agricultor	França	01/09/1875	Pará
67	Dersaner Poenta	29	-	Agricultor	Espanha	20/06/1875	Bahia
68	Dolores Rodriguez	24	Casado	Trabalhador	Espanha	01/07/1875	Espírito Santo
69	Dominici Soardino	60	-	Agricultor	Itália	10/07/1875	Pará
70	Eduard Gorris	12	Solteiro	Trabalhador	Espanha	01/07/1875	Espírito Santo
71	Egídio Wolff	27	-	-	Bélgica	01/03/1875	Paraná
72	Elena Braulio	44	Casado	Trabalhador	Espanha	01/07/1875	Espírito Santo
73	Emille Lem	-	-	-	Bélgica	-	-
74	Ernis Peytaon	18	Solteiro	Agricultor	França	19/08/1876	
75	Eugene Bignoneau	-	-	Diarista	França	-	-
76	Eurico Marcigton	27	-	Agricultor	França	10/07/1875	Pará
77	Evin Yris René	29	-	Agricultor	França	19/08/1876	-
78	Felippe Giusepe	23	Solteiro	-	Itália	-	-
79	Feliz Boriere	34	Casado	Agricultor	França	01/09/1875	Pará
80	Florentino Gutierrez	25	Solteiro	Padeiro	Espanha	10/04/1875	Bahia
81	Francesco Jancezi	56	Casado	Agricultor	Itália	31/07/1875	-
82	Francesco Racore	23	Solteiro	-	Itália	20/06/1875	Pará
83	Francisco Ferdiani	-	-	Comerciante	Itália	-	-
84	Francisco Geronimo	32	-	Trabalhador	Itália	01/07/1875	Espírito Santo
85	Francisco Losebasliar	24	Solteiro	-	Itália	20/06/1875	Pará
86	Francisco Martinez	38	-	Agricultor	Espanha	01/07/1875	Espírito Santo
87	François Collé	-	-	-	França	-	-
88	François Joanet	-	-	-	França	-	-
89	François Maini	32	-	Trabalhador	França	01/07/1875	Espírito Santo
90	Francy Possieny	19	Solteiro	Agricultor	França	10/07/1875	Pará
91	Frediani Francisco	32	-	-	Itália	-	-
92	Freguim François	-	-	-	França	-	-

93	Fujello Baptista	-	-	-	Itália	-	-
94	Geovani Parovi	30	-	Agricultor	Itália	10/07/1875	Pará
95	Germani	20	Solteiro	Agricultor	França	01/07/1875	Espírito Santo
96	Giaccomo Castellaneti	22	Solteiro	Mineiro	Itália	01/07/1875	Espírito Santo
97	Giaccommo	26	-	Pedreiro	Itália	01/07/1875	Espírito Santo
98	Giovanni Licci	35	Casado	Agricultor	Itália	10/07/1875	Pará
99	Giovanni Messohni	40	Casado	Jardineiro	Itália	10/07/1875	Pará
100	Giovanni Paradi	30	-	Trabalhador	Itália	01/07/1875	Espírito Santo
101	Giovanni Varoli	29	-	Agricultor	Itália	20/06/1875	Bahia
102	Giuseppe Alerro	28	-	Agricultor	Itália	10/07/1875	Pará
103	Giuseppe Emanuelle	32	Casado	-	Itália	10/04/1875	Bahia
104	Giuseppe Otooni	29	-	-	Itália	20/06/1875	Pará
105	Grandet Josep	-	-	Cozinheiro	França	-	-
106	Henri Berdal	27	-	-	França	10/04/1875	Bahia
107	Henri Pons	31	-	-	França	10/01/1875	Bahia
108	Henrick Hisly	12	Solteiro	-	Alemanha	01/07/1875	Espírito Santo
109	Henrique Drumond	25	-	-	França	10/04/1875	Bahia
110	Henrique Valadon	34	-	Trabalhador	Itália	01/07/1875	Espírito Santo
111	Henry Alfred	26	Solteiro	Agricultor	França	01/09/1875	Pará
112	Herbert Felipe	30	-	-	França	-	-
113	Isidoro Boguenha	22	Solteiro	-	Espanha	-	-
114	Jayme Rovira	22	Solteiro	-	Espanha	-	-
115	Jean Bertoz	24	Solteiro	Carpinteiro	França	01/07/1875	Espírito Santo
116	Jean Defrades	35	-	-	França	10/04/1875	Bahia
117	Jean Florid	28	-	-	Espanha	10/04/1875	Bahia
118	Jean Guillot	27	-	-	França	10/04/1875	Bahia
119	Jean Marci	18	Solteiro	-	França	20/06/1875	Pará
120	Jean Maria Masville	-	-	-	França	-	-
121	Jean Marie Monville	-	-	-	França	-	-
122	Jean Marie Victor	21	Solteiro	Agricultor	França	10/07/1875	Pará
123	Jean Mary	23	Solteiro	-	França	10/04/1875	Bahia
124	John William	-	-	-	Inglaterra	-	-
125	John Wilson	-	-	-	EUA	-	-

126	José Bianquini	-	-	-	Itália	-	-
127	José Blanco	20	Solteiro	Padeiro	Espanha	01/07/1875	Espírito Santo
128	José Garcia	21	Solteiro	Agricultor	Espanha	20/06/1875	Bahia
129	José Gorris	42	Casado	Trabalhador	Espanha	01/07/1875	Espírito Santo
130	Joseph Blainy	-	-	-	França	-	-
131	Josep Cass	18	Solteiro	-	Alemanha	-	-
132	Juan Farrosino Cavajal	-	-	Criado	Espanha	24/04/1875	Bahia
133	Juery François	26	Solteiro	-	França	-	-
134	Jules Felipe	-	-	Barbeiro	França	-	-
135	Julien Itavinis	39	-	Agricultor	França	01/09/1875	Pará
136	Julio Giaeno	27	-	Agricultor	Itália	11/08/1875	Ceará
137	July Albert	22	Solteiro	Agricultor	França	19/08/1876	-
138	Lambain Germain	32	Casado	Serralheiro	França	-	-
139	Lambim	-	-	-	França	-	-
140	Larron Gabriel	22	-	-	Itália	--	-
141	Laurent	45	-	-	França	10/01/1875	Bahia
142	Leger Preere	-	-	-	França	-	-
143	Lehaime Rovira	22	Solteiro	-	Itália	31/07/1875	-
144	Leo Chavio	24	-	Agricultor	Itália	10/07/1875	Pará
145	Leon Bogma	22	Solteiro	-	Itália	31/07/1875	-
146	Leon Ducombier	22	Solteiro	-	França	20/06/1875	Pará
147	Leonardo Pizzalo	34	Casado	Trabalhador	Itália	01/07/1875	Espírito Santo
148	Leonilde Flunteau	-	-	-	França	-	-
149	Londi Jules	28	-	Agricultor	França	01/09/1875	Pará
150	Louis Coritins	-	-	-	França	-	-
151	Louis Pierri François	40	Casado	Cozinheiro	França	01/07/1875	Espírito Santo
152	Luizi Pactidino	25	Solteiro	Agricultor	Itália	10/07/1875	Pará
153	Manuel Martinez	-	-	Criado	Espanha	24/04/1875	Bahia
154	Martin Celestin	30	Solteiro	-	França	-	-
155	Martin Minguelena	31	-	Moleiro	Espanha	01/07/1875	Espírito Santo
156	Narie Hisly	49	Casado	-	Alemanha	01/07/1875	Espírito Santo
157	Paolo Uboldi	27	Casado	Cozinheiro	Itália	01/07/1875	Espírito Santo
158	Paul Coulland	30	Casado	Comerciante	França	01/07/1875	Espírito Santo

159	Paul Loupi	27	-	Caixeiro	França	01/07/1875	Espírito Santo
160	Pesfer Nombier	24	Solteiro	-	Alemanha	-	-
161	Piazza	-	-	-	Itália	-	-
162	Picardo Espinoile	29	-	-	Chile	01/07/1875	Espírito Santo
163	Pierre Angelo	-	-	-	Itália	-	-
164	Pierre Bechat	34	Solteiro	Industrial	França	-	-
165	Pierre Lancade	19	Solteiro	Marceneiro	França	11/08/1875	Ceará
166	Pierre Lezer	35	-	-	França	10/04/1875	Bahia
167	Porrier Edouard	-	-	-	França	-	-
168	Pueci Rictor	54	-	Agricultor	Itália	01/09/1875	Pará
169	Ramon Berdrara	-	-	-	Espanha	-	-
170	Robert Jackson	-	-	-	Inglaterra	-	-
171	Roche Marcelle	-	-	-	França	-	-
172	Rosalie Hisly	2	Solteiro	-	Alemanha	01/07/1875	Espírito Santo
173	Tethier Charles	-	-	Ferreiro	França	-	-
174	Tobias Torono	22	Solteiro	Servente	Itália	-	-
175	Tomara Prarre	21	Solteiro	-	França	-	-
176	Turchi Garcia Marin	22	Solteiro	Agricultor	Espanha	20/06/1875	Bahia
177	Valentim Averastini	22	-	Fundidor	Espanha	-	-
178	Vaumar Victor	-	-	-	Bélgica	-	-
179	Vicente Gorris	10	Solteiro	Trabalhador	Espanha	01/07/1875	Espírito Santo
180	Vicente Rota	25	-	Agricultor	Suíça	31/07/1875	-
181	Victor Champanne	28	-	Agricultor	França	19/08/1876	-
182	Wasman	35	-	-	França	-	-

Fonte: Documentação da Secretaria da Presidência do Pará, Offícios e Atas da Comissão de Colonização, 1875 e 1876.⁵⁶⁴

⁵⁶⁴ APEP. Caixa 340 (1874-1879). Documentação da Secretaria da Presidência da Província do Pará. Offícios da Comissão de Colonização e Imigração. Atas da Comissão de Colonização publicadas no *Diário de Belém* em: 22, 27 e 28 de janeiro, 05, 11, 19 e 26 de fevereiro; 05, 09, 10, 12, 14, 18 e 19 de março; 01, 12, 20 e 26 de abril; 09, 12 e 16 de maio; 13 de junho; 13 e 27 de julho; 22 e 31 de agosto; 01 e 07 de setembro; 22 de outubro; 12 de novembro e 06 de dezembro de 1876.

ANEXO 2

DEMONSTRATIVO DE OCUPAÇÃO DOS LOTES AGRÍCOLAS DA COLÔNIA BENEVIDES ATÉ 1889⁵⁶⁵

Local	Lote	Proprietário	Terreno (Braça ²)	Valor (Réis)	Título Definitivo
Linha Fortaleza Estrada de Bragança	01	Benedito Corrêa de Lima	43.635	21.817	02-08-1888
	02	Joana Maria da Conceição			
	03	Joanna Rodrigues Vianna			
	04	Benedicto Corrêa Lima			
	05				
	06	Pierre Léger			
	07	Antonia Ayres Machado			
	08	Antonia Ayres Machado			
	09	Antonio Theóphilo Souza			
	10	Desiderio Alves Ribeiro			
	11	José Julio de Andrade			
	12	João Baptista Leroy			
	13	Francisco Pereira do Nascimento	36.219	18.103	
	14	João Fanjá			
	15	José Bentos Alves			
	16	João Xavier de Lima			
	17	Louir Bertean			
	18	Ananias José Maria			
	19	Thereza Christina Pinto Braga			
	20	J. A. Narcize Vieny			
	21				
	22				
	23	J. A. Narcize Vieny	45.000	22.500	09-12-1887
	24	José Joaquim da Silva Junior			
	25				
	26	Manoel Vicente Ferreira			
	27	Francisco Paul Begot			
	28				
	29				
	30	Francisco Geannot		68.078	05-04-1886
	31	João Rodrigues Veiga Braga			
	32	Agostinho da Costa Braga			
	33				
	34	Luiz Antonio Ferreira Bentes		26.181	23-08-1887
	35				
	36	Umbellina Carrollina de Macedo			
	37	Francisco Mendes Callado			
	38				
	39	Manoel da Silva Nascimento		45.000	22.500
	40				
	41				
	42				

⁵⁶⁵ Dados coletados do arquivo do ITERPA, através da documentação da Diretoria de Obras Públicas, Terras e Viação, sob o título de *Índices de Terrenos Discriminados na Zona de Bragança*, organizados por Palma Muniz e datado de 01 de janeiro de 1937.

43					
44		Maria Anunciada dos P. Miranda			
45		Francisco Xavier da Veiga Cabral			
46		Pedro Henrique de Noronha			
47		Francisco José de Aquino	33.156	16.578	30-09-1889
48		Antonio de Souza Leal	38.862	19.431	
49		Francisco Pereira da Rocha	57.120	28.560	
50		Bibiana Moreira da Silva			
51		Manoel de Souza Leal	49.800	41.989	
52		Manoel de Souza Leal			
53					
54					
55					
56		Bibiana Moreira da Silva	49.800	23.963	26-06-1886
57					
58		Antonio Ignácio da Silva	51.400	25.521	07-12-1887
59		Pedro Alves da Silva			
60		Antonio de Paula Dias			
61					
62		Francisco Maciel de Andrade			
63		Joaquim Rodrigues Vianna	43.001	21.510	
64		Francisco Fidelis Macaúba			
65		José Pereira de Souza	41.575	20.678	05-04-1888
66					
67					
68					
69					
70		Francisco P. Telles	49.000	24.704	
71		Francisca Maria da Conceição			
72		Sabino José Francisco de Souza			
73					
74					
75					
76					
77		Francisco P. Telles			09-12-1887
78		Francisco Alves Barreira Filho	47.181	23.590	27-12-1886
79		Aprígio Alves Barreira Cravo			
80		Olívio Hermano Cardoso			
81		João Rodrigues Braga			
82		Manoel Severino da Silva	55.227	27.613	30-07-1885
83		João Rodrigues Braga			
84		Ignácio Porfírio Soares	40,181	22.840	12-09-1889
85		Abel Alves de Queiroz Lima			
86		Joaquim Augusto de Leão			
87					
88		Francisco Joaquim de Carvalho			
89					
90					
91		Antonio Pedro da Silva			
92					
93					
94					
95					
96					
97		Martiniano Paulo de Aquino			
98					
99					
100		Miguel Antonio de Souza			
101					
102					

Ibiapaba 1ª Transversal - Norte	01	Domiciano Ferreira Lima Verde	45.000	22.500	30-07-1885
	02	François de Saint Gêram	42.567	21.533	08-10-1886
	03	Guilherme Purcell	45.000	22.500	12-10-1886
	04	François de Saint Geram	42.567	21.533	08-10-1885
	05				
	06	Abel Alves de Queiroz Lima			
	07	Abel Alves de Queiroz Lima			
	08				
	09				
	10				
	11	Maria José de Mesquita			
	12				
	13	Mathias Vidal de Negreiro	43.635	21.817	11-01-1886
	14				
	15	Joaquim Pereira de Queiroz			
	16				
	17	Maciel do Nascimento Pereira			
	18				
	19	Joaquim Pereira de Queiroz			
	20				
	21	Joaquim Pereira de Queiroz			
	22				
	23				
	24				
	25				
	26	Francisco Paulo Begout			
	27				
	28				
	29				
	30				
	31	Francisco do Nascimento			
	32				
	33				
	34				
	35				
	36				
Ibiapaba 1ª Transversal - Sul	01	João José da Veiga Braga			
	02	Raimundo Nonato Borges			
	03	João José da Veiga Braga			
	04	Maria Castello Branco			
	05				
	06				
	07	Sophia Maria do Nascimento			
1ª Subdivisão - Norte	01				
	02	Francisco Barroso Cravo			
	03	Alexandre Lopes de Andrade			
	04	Loureiro, Bentes & Comp.			24-02-1887
	05	Frediani Francesco	45.000	36.000	07-05-1881
	06	José Serino de Oliveira	43.635	21.817	05-11-1886
	07	Francisco Antonio de Lima			
	08	Mathias Lopes Maia			
	09				
	10	Vicente Mendes de Oliveira			
	11	João Fanjás	43.635	21.817	31-03-1886
	12	Manoel de Souza Maya			31-03-1886
	13	João Fanjás			
	14	João Baptista da Silva			23-05-1885
	15	Damião Cosme de Lima	43.675	21.812	30-07-1885
	16	João Mendes Ferreira			
	17	Francisco Braga de Oliveira			

	18	José Matheus de Oliveira			
	19				
	20				
	21				
	22	Raymundo da Costa Alvarenga	43.635	21.816	04-03-1886
	23	Joaquim Ferreira de Hollanda	43.635	21.817	17-09-1886
	24	Joaquim Pereira Ed Queiroz			07-09-1882
	25				
	26				
	27	José Nunes do Nascimento			
	28				
	29				
	30				
	31	Antonio Félix da Cunha			
	32				
	34	Manoela Lucci de Oliveira	14.493	37.205	09-12-1889
1ª Subdivisão - Sul	01				
	02				
	03				
	04	Loureiro, Bentes & Companhia			24-02-1887
Araripe 2ª Transversal - Norte	01	Antonio Corrêa de Senna			
	02				
	03	Joaquim Pereira de Queiroz			
	04	Antonio José Duarte			
	05	Apolinário Joseph Nascise Viens			
	06	Manoel Moreira de Souza	43.833	21.917	
	07	José Ferreira Braga	40.556	21.278	
	08	José Ferreira Braga			
	09	José Mendes de Oliveira	40.556	21.278	
	10	Vicência Mendes de Oliveira	51.476	25.638	
	11	Joaquim Tertuliano de Souza	40.556	20.278	
	12				
	13	Antonio Corrêa de Senna	44.317	22.157	14-12-1886
	14	Antonio Dias	56.250	28.625	22-09-1886
	15	Damião Cosme de Lima			30-07-1885
	16	Manoel Dias	54.885	27.442	22-09-1886
	17	Francisco Anselmo Duarte			
	18	Victor Manoel de Magalhães	54.885	27.442	14-09-1885
	19				
	20	Raymundo das Chagas Mendes			
	21	Vicentina Baptista de Oliveira			
	22	Francisco das Chagas Mendes			
	23	Francisco Ferreira de Hollanda			17-09-1886
	24	Manoel Ribeiro de Magalhães	54.885	27.442	28-08-1885
	25	Joaquim Ribeiro de Araújo	43.240	21.620	11-07-1887
	26	Joaquim Ribeiro de Araújo			
	27				
	28				
	29	Luiz Gonzaga de Lima			
	30	Emiliana Mendes de Souza			
	31	Emiliana Mendes de Souza			
	32				
	33	João Pereira de Mello			
	34	João Pereira de Mello			
	35				
	36				
	37				
	01	João Baptista Leão Arnaud	45.659	22.829	
	02				
	03	Francisco Alves Pinto			

Araripe 2ª Transversal - Sul	04	Vicente Moreira da Silva	45.000	22.500	07-12-1886
	05	Francisco de Lima e Maria de			
	06	Lisboa	45.000	22.500	08-02-1886
	07	Raymundo Ferreira Pires			
	08	João Baptista Laroy			
	09	José Soares de Souza Zumba			
	10	Francisco Alves Pinto			
Meruoca 3ª Transversal - Norte	11	Theóphilo José Pinheiro			
	01	Ignácio Pinto de Andrade			
	02	José Francisco do Nascimento			
	03	Pedro Gomes de Andrade			
	04	Francellino José de Souza			15-09-1888
	05	Maria Moreira de Souza	51.140	28.750	24-07-1888
	06	Antonio José de Souza			27-08-1888
	07	Elizário de Souza e sua mulher			27-02-1881
	08	Justino Pedro Ferreira	45.000	22.500	04-04-1881
	09	Domingos Gonzaga R. Braga	56.250	28.125	23-03-1887
	10	Elizário A. de Souza e sua mulher			
	11				
	12				
	13				
	14	José Ferreira			
	15	Luiz Antonio Ferreira Bentes	48.300	24.415	
	16				
	17	Victoriano José Maria	49.543	24.780	28-12-1886
	19	João Vieira Barbosa			07-08-1886
	20	Raymundo Roque da Silva	45.294	22.247	
	21				
	22				
	23				
	24				
	25				
	26				
	27				
	28				
	29				
	30				
	31				
	32				
	33				
	34				
	35				
	36				
	37				
Meruoca 3ª Transversal -Sul	01	Manoel Aureliano Leonissa			
	02	Manoel Francisco dos Santos			
	03	Raymundo de Araújo Câmara	51.544	25.872	
	04	Francelino José de Souza	56.590	28.295	
	05				
	06	Antonio José de Souza	56.595	28.297	27-08-1888
	07				
	08	Elizario Antonio de Souza			
	09				
	10	Elizario Antonio de Souza			
Uruburetama	01	Pedro Ferreira Batalho	51.681	25.840	13-08-1886
	02	Joaquim Xavier Lima			
	03	João Xavier de Lima	51.681	25.849	18-07-1885
	04	João Xavier de Lima	35.970	17.985	28-07-1885
	05	João Xavier de Lima	35.970	17.985	28-07-1885
	06	João Xavier de Lima	49.300	22.500	28-07-1885

4ª Transversal - Norte	07	Francellino Pereira Souza			
	08	Raymundo Nonato de Oliveira			
	09	João Antonio Lima	42.271	21.635	13-08-1886
	10	Francisco Roberto			
	11	Feliciano Miguel Braga			
	12	Cypriano Antonio de Oliveira			
	13	Pedro Rodrigues de Oliveira			
	14	Francisco Mendes de Andrade	43.635	21.817	18-11-1886
	15	Estêvão Rodrigues do Nascimento			
	16	Joaquim Xavier de Oliveira			
	17	Justino Pereira de Castro			
	18	Maria Antonia da Conceição			
	19				
	20	Manoel Abílio Souza			
	21	Pedro Francisco das Chagas			
	22	Vicente Ezequiel de Abreu			
	23	Francisco Rodrigues de Oliveira			
	24	Justino Albino de Souza			09-03-1886
	25	Joaquim José Florêncio			
	26	Manoel Lourenço da Silva			
	27	Manoel Rodrigues de Oliveira			
	28	Manoel Lourenço da Silva			
	29	Manoel Rodrigues de Oliveira	35.000	17.500	16-07-1888
	30	Manoel Rodrigues da Silva			
	31	José Furtado de Mendonça Sobrinho			
	32	José Furtado de Mendonça Sobrinho			
	33	Antonio José da Silva	45.000	22.500	09-12-1887
	34	Manoel Lourenço da Silva			
	35	Manoel Lourenço da Silva			
	36	Josepha Lourença da Silva			
	37				
	38				
	39	Raymundo Nonato d'Oliveira			
Uruburetama 4ª Transversal - Sul	01	Joaquim de Souza Leal			
	02	Sabino Moreira de Andrade	51.135	25.567	14-06-1886
	03	Joaquim de Souza Leal			
	04	Joaquim de Souza Leal			
	05	Joaquim de Souza Leal			
	06	Joaquim de Souza Leal			
Subdivisão entre a 4ª e 5ª Transversais - Norte	01				
	02	Manoel Fernandes Capella			
	03	Maria Thereza			
	04				
	05	Maria Bezerra da Rocha			
	06	Francisco Antonio Salles			
	07	Manoel Fernandes Capella			
	08	Eustorgio de Oliveira Lima			
	09	Eustorgio de Oliveira Lima			
	10				
	11				
	12				
	13				
	14	Raymundo Felix da Silva			
	15				
	16				
Subdivisão entre a 4ª e 5ª Transversais - Norte	01	Manoel de Souza Leal			
	02	Eustorgio de Oliveira Lima			
	03	Eustorgio de Oliveira Lima			
	01	Antonio Manoel dos Prazeres			

Baturité 5ª Transversal - Norte	02				
	03	José Cordeiro dos Santos			
	04	André Valeriano de Paiva			
	05	Francisco Ignácio da Silva			
	06	Laurentino José da Silva			
	07	Antonio de Souza e sua mulher	29.000	14.500	25-05-1886
	08	Raymundo Gomes da Silva	45.000	22.500	04-08-1885
	09	Thereza Maria de Mello			
	10	João Antonio Landim			09-03-1886
	11	Francisco Geraldo da Silva			
	12				
	13	Francisco Pereira do Nascimento			
	14				
	15	Romão Dias Pereira			
	16	Romão Dias Pereira			
	17	Francisco José Lorenzo			
	18	Antonio de Paula Dias			
	19	Maria Magdalena da Conceição	46.363	21.131	04-08-1885
	20	Manoel Joaquim Pereira			
	21				
	22				
	23	Francisco Telles da Silva			
	24	Justino Albino de Souza	42.271	21.135	09-03-1886
	25	Raymundo Vieira de Noronha			
	26				
	27	Manoel Faustino Nicassio			
	28	Manoel Faustino Nicassio			
	29	Antonio Camillo da Silva			
	30				
	31				
	32				
	33				
	34				
	35				
Subdivisão entre 5ª e 6ª Transversal - Norte	01				
	02				
	03	Antonio Soares de Mello			
	04				
	05				
	06				
	07	João Pereira da Silva			
	08	Pedro Pereira da Silva			
	09	João Miranda da Silva			
	10	Ignácio Pereira de Lima			
	11	Antonio José dos Santos			
	12	Francisco D. da Silva			
	13	Manoel Geraldo da Silva			
	14				
	15				
	16	Francisco José Lourenço			
	17	Manoel Bernardo de Lima			
	18	Gonçalo Martins do Nascimento			
	19				
	20	José Francisco de Brito			
	21				
	22	José Pereira Severio			
	23	Francisco Felix da Silva			
	24				
	25				
	26	José Raymundo dos Santos			

	27 28 29 30 31 32 33 34	João Raymundo dos Santos Antonio Camillo da Silva			
Subdivisão entre 5ª e 6ª Transversal - Sul	01 02	Massiano José de Maria			09-12-1887
Aratanha 6ª Transversal - Norte	01	Francisco Pragmacio Telles	45.000	22.500	22-08-1887
	02	João de Araújo Mello			17-08-1889
	03	Laudelino José de Queiroz e Sá			29-10-1886
	04	Francisco Bezerra da Rocha			
	05	Ignácio Pereira Lima			
	06	Abel Alves de Queiroz Lima			
	07	José Antonio de Souza			
	08				
	09				
	10				
	11	Manoel Gomes de Fritas			
	12				
	13				
	14				
	15				
	16				
	17				
	18				
	19				
	20				
	21				
	22				
	23				
	24				
	25	Manoel dos Santos Brigido			
	26	José Raymundo dos Santos			
	27				
	28				
	29				
	30	Vicente André da Silva			
	31	José Tavares da Cruz			
	32	João Raymundo dos Santos			
	33	Antonio Izidoro Pereira			
Aratanha 6ª Transversal - Sul	01	Joaquim Alves de Salles	39.306	19.653	20-05-1886
	02	José Vidal de Negreiro	39.350	19.753	
	03	Laudelino José de Queiroz e Sá			
	04				
	05	Manoel B. d'Assunção e Souza			
	06				
Subdivisão entre 6ª e 7ª Transversal - Norte	01	Manoel Rodrigues Coimbra			
	02	Manoel Severino da Silva			
	03	Barreira Cravo & Companhia	45.000	22.500	02-06-1888
	04	Barreira Cravo & Companhia	45.000	22.500	02-06-1888
	05				
	06	Barreira Cravo & Companhia	45.000	22.500	02-06-1888
	07	Antonio José de Freitas Ramos			
	08	Barreira Cravo & Companhia	45.000	22.500	02-06-1888
	09	Manoel Coimbra			

	10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31 32 33 34 35 36 37	Ignácio Pereira Lima Manoel Coimbra Pedro Gonçalves dos Reis Manoel Coimbra Antonio Lima da Cruz José Bento Alves da Silva Raymundo Lino da Cruz Francisco de Salles Barreto Fidelis Antonio da Silva Faro Manoel dos Santos Brigido Manoel Antonio do Nascimento Manoel Antonio do Nascimento João Raymundo dos Santos Julia Constant			
Subdivisão entre 6ª e 7ª Transversal - Sul	01 02 03 04	Barreira Cravo & Companhia Agripino Alves Barreira Cravo Agripino Alves Barreira Cravo			
Maranguape 7ª Transversal - Norte	01 02 03 04 05 06 07 08 09 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28	José Alves Evangelista Lino de Souza Martins José Garcia da Costa Gentil Augusto Soares Penante Maria Luiza Cordeiro Proença Francisco Marques Furtado Themistocles Augusto de Figueiredo Juvencio Antonio Dias Antonio Marques de Lima Fellipe Benicio Carneiro Joaquim Thimóteo Victor Modesto de Oliveira João Evangelista de Almeida Miguel Victor de Oliveira José Gomes da Silva Victor Modesto de Oliveira Victor Modesto de Oliveira	44.590 44.662 44.300	22.295 22.331 22.295	06-08-1883 03-08-1885 09-03-1886

	29 30 31 32 33 34 35 36 37 38 39	Victor Modesto de Oliveira Victor Modesto de Oliveira Victor Modesto de Oliveira Vicente Ferreira de Antunes			
Maranguape 7ª Transversal (Sul)	01 02 03 04	Fausto Alves Barreira Fausto Barreira Cravo	51.887 24.543	25.938 12.271	30-07-1889 17-08-1886
Subdivisão entre a 7ª e 8ª Transversal (Norte)	01 02 03 04 05 06 07 08 09 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31 32 33 34 35 36	Antonio Ferreira de Amorim Clemente Pereira da Silva Joaquim Thimoteo da Silva Carlos Infante de Castro Vicente José da Silva José Ferreira Teixeira Vicente José da Silva Vicente José da Silva Luiz Francisco de Paula Miguel Francisco de Freitas Manoel Francisco Pedro Theodosio Antonio de Oliveira Felippe Benicio Carneiro Simão Moreira de Andrade Simão Moreira de Andrade Simão Moreira de Andrade Simão Moreira de Andrade Fellippe Benício Carneiro Miguel Victor de Oliveira João Benício Victor Modesto de Oliveira Francisco Antonio de Menezes Silva Manoel Antonio do Nascimento Damaso Alves Portugal Manoel Antonio do Nascimento Temistocles A. de Figueiredo Francisco Olympio de Lyra Damaso Alves Portugal Francisco Olympio de Lyra Damaso Alves Portugal			
Mucuripe 8ª Transversal -	01 02 03 04 05 06 07 08	Francisco Alves Barreira Filho João Gualberto Ferreira Lopes Teixeira & Irmãos Teixeira & Irmãos Teixeira & Irmãos Manoel Antonio Pereira Manoel Joaquim do Bonfim	45.000	22.500	14-04-1886 15-09-1886

Norte	09	Joaquim José do Bonfim			
	10	Joaquim José do Bonfim			
	11	Pedro José do Bonfim			
	12	Teixeira & Irmãos			
	13	Teixeira & Irmãos			
	15	Teixeira & Irmãos			
	16	José Henrique Vianna Prata			
	17	Teixeira & Irmãos			
	18	Teixeira & Irmãos			
	19	Teixeira & Irmãos			
	20	Teixeira & Irmãos			
	21	Teixeira & Irmãos			
	22				
	23				
	24				
	25				
	26				
	27				
	28				
	29				
	30				

ANEXO 3



Ocupação cearense nos arredores de Belém.

Fonte: Álbum Belém da Saudade, 1996.

ANEXO 4



Derrubadas para plantações no Nordeste do Pará.

Fonte: Álbum do Estado do Pará, 1908.

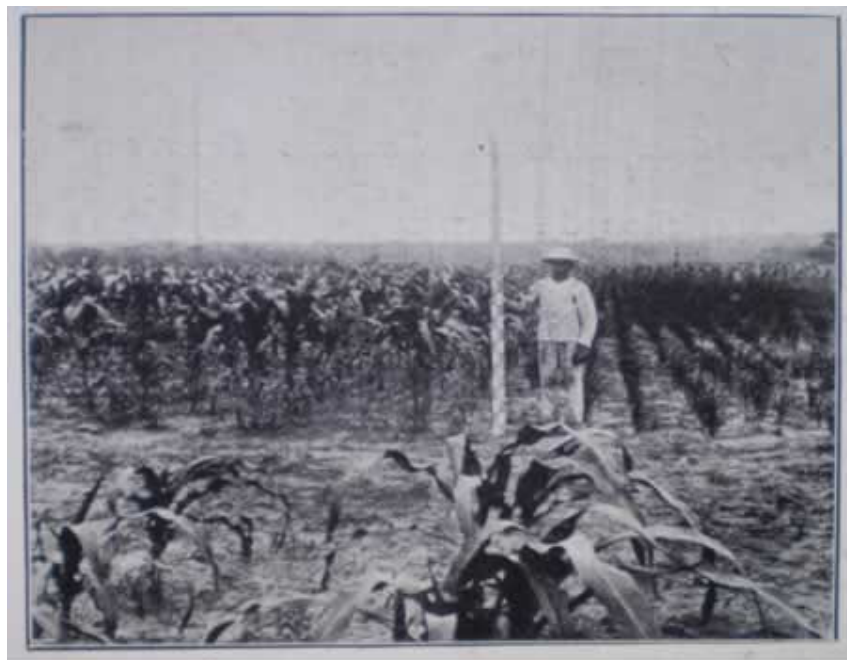
ANEXO 5



Plantação de cana no Nordeste do Pará.

Fonte: Álbum do Estado do Pará, 1908.

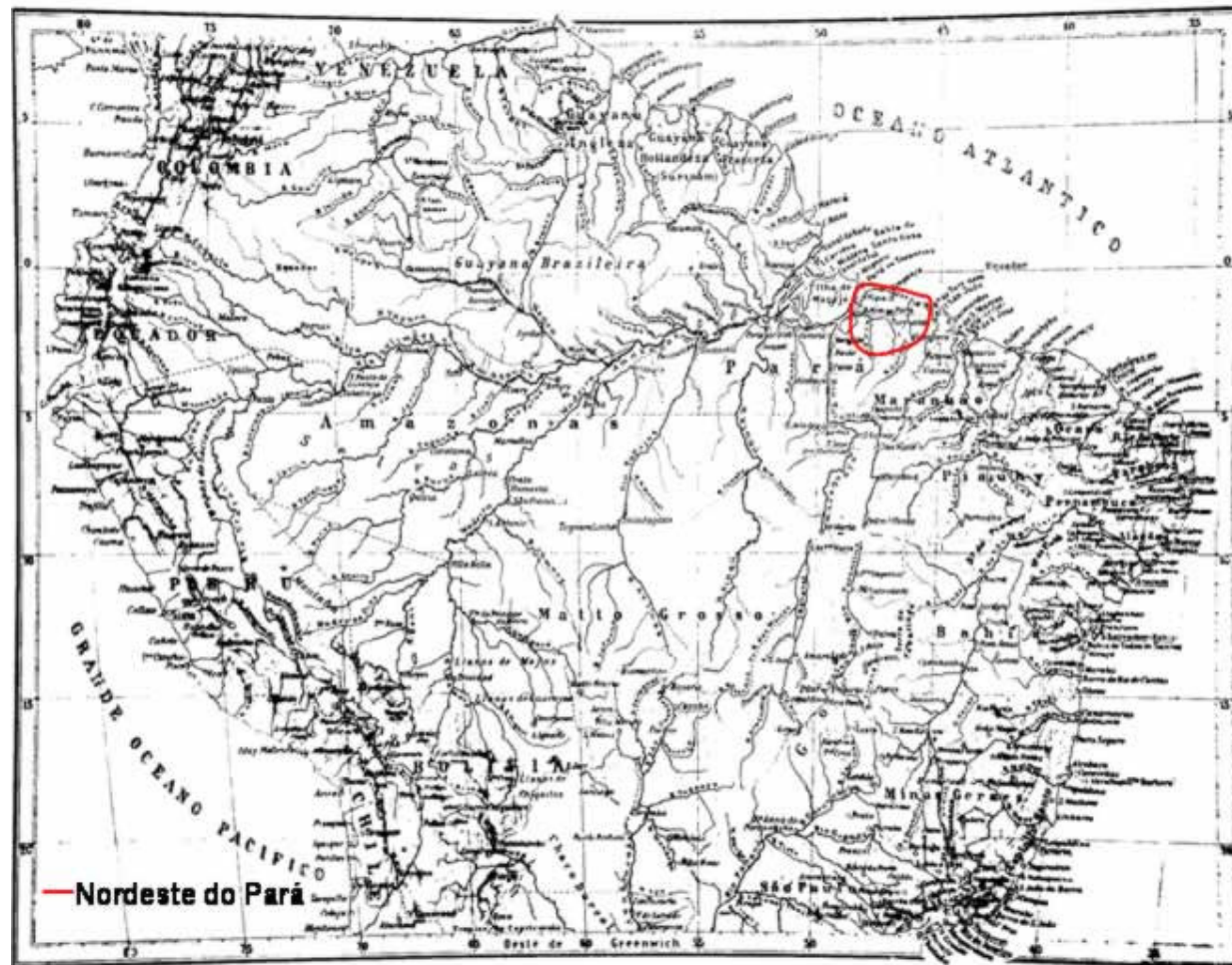
ANEXO 6



Plantação de milho e feijão no Nordeste do Pará.

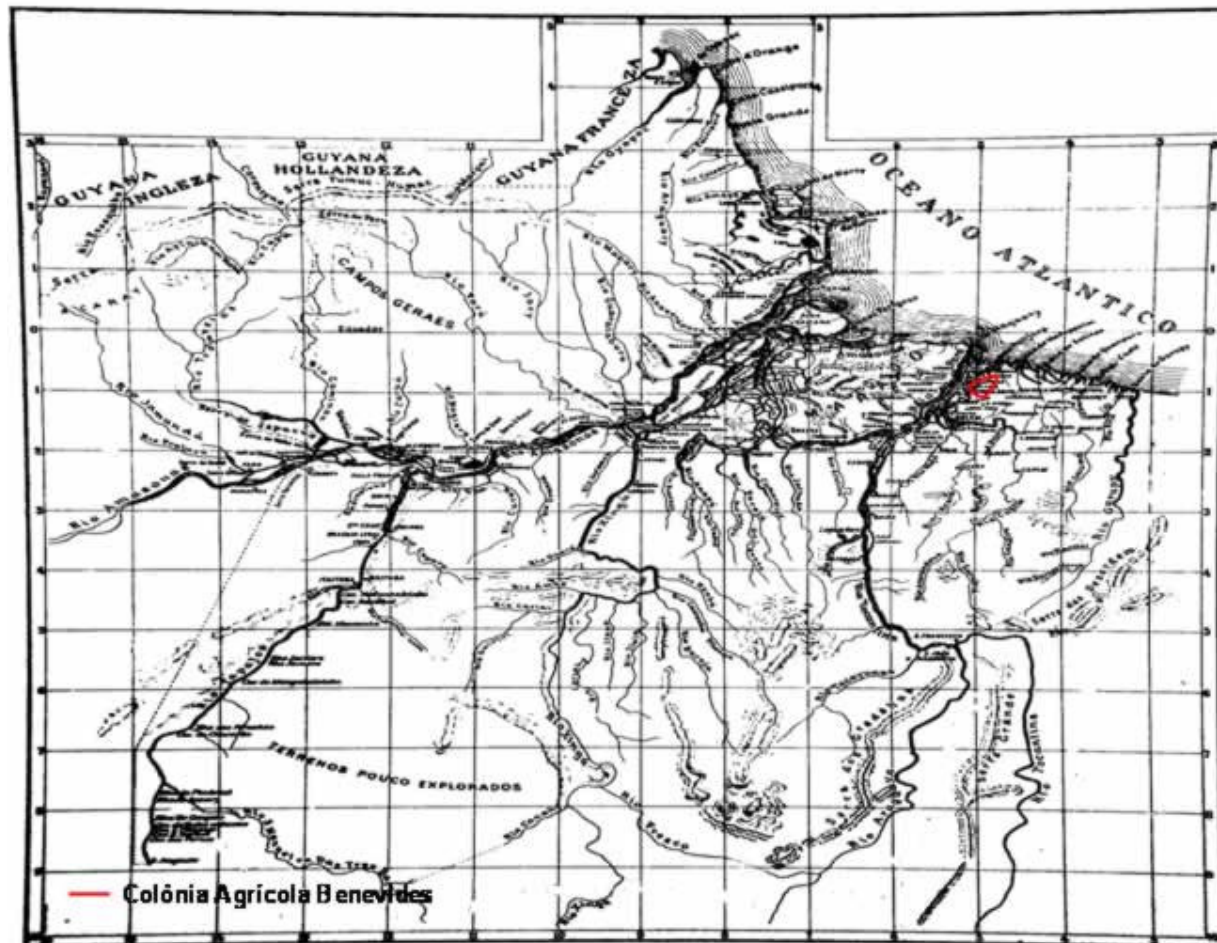
Fonte: Álbum do Estado do Pará, 1908.

ANEXO 7



Localização da Região Nordeste do Pará.
Fonte: Álbum do Estado do Pará, 1908.

ANEXO 8



Localização da Colônia Agrícola Benevides.
Fonte: Álbum do Estado do Pará, 1908.

ANEXO 9



Posição da Colônia Agrícola Benevides em relação a Capital do Pará.

Fonte: Álbum do Estado do Pará, 1908.

Belém do Pará, março de 2008
FRANCIVALDO ALVES NUNES
francivaldonunes@yahoo.com.br